

MARIA ANITA DOS ANJOS

UMA EXPERIÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO:
CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do
grau de mestre. Curso de Pós-
Graduação em História do Brasil,
História Econômica da Univer-
sidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos Roberto
Antunes dos Santos

CURITIBA

1993

MARIA ANITA DOS ANJOS

UMA EXPERIÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO:
CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do
grau de mestre. Curso de Pós-
Graduação em História do Brasil,
História Econômica da Universi-
dade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos Roberto
Antunes dos Santos

CURITIBA

1993

*Dedico a Cícero, meu pai, com amor e
saudade, e a Joana, minha mãe, pela
sua coragem, incentivo e pelo seu amor.*

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este trabalho, cuja responsabilidade, no entanto, assumo plenamente.

Em primeiro lugar, a Prof^a Odah R. Guimarães, que foi minha orientadora no início, contribuindo para a minha formação intelectual e que era uma fonte constante de estímulo e apoio. Após, o Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, que ao assumir a orientação da pesquisa, em um momento difícil da orientanda, acreditou e confiou no trabalho o que foi de fundamental importância para este produto final. Suas críticas e colocações, frente às divagações teóricas metodológicas, por mim realizadas, sempre se apresentavam como um porto seguro.

Entre outras pessoas, colegas do curso de pós-graduação, gostaria de mencionar os nomes de Analise, Sonia, Luiz Alexandre, Masako, pela agradável convivência e, em particular, Rosane Athaide dos Santos, colega até hoje e amiga nos infortúnios e agradecer a Mariana de Almeida pelo seu constante apoio e incentivo.

Gostaria também de agradecer aos amigos de sempre: Amauri Valle, Maria José Lourega Menezes, Consuelo Bednarczuk, Antonio Carlos Banzato, Joana Adélia dos Anjos e Nara Angela dos Anjos, pelas trocas teóricas, pela discussão de algumas idéias e pela paciência demonstrada quando de momentos de grande tensão intelectual e emocional.

Quanto às instituições agradeço ao Departamento de Pós-Graduação em História da UFPR nas pessoas de Altiva P. Balhana, Sergio Nadalin e Ana Maria Burmester, coordenadores em diferentes momentos do Curso de Pós-Graduação.

Também a CAPES e o CNPq, pelas bolsas de estudo fornecidas que, sem as quais, seria impossível a realização do curso e a elaboração do trabalho de pesquisa.

Meus agradecimentos se estendem a Maria Cristina Ferreira pela revisão técnica, ao professor Joel Cassins Andersen pelo trabalho minucioso realizado na revisão do original e a Venícios Telles, amigo e, colaborador de todas as horas.

Alguns membros da família merecem um destaque. A minha irmã Nara, pela ajuda na realização do levantamento das fontes, um trabalho que pode tornar-se cansativo, mas que para ela foi uma agradável experiência. A minha mãe, Joana Cambi dos Anjos, que desempenhou um papel fundamental na minha educação, apoiando e estimulando sempre, mas sabendo também ausentar-se, calar-se em momentos críticos, demonstrando, sua sensibilidade de mãe e amiga.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	1
1 METODOLOGIA E FONTES	17
2 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ	22
2.1 GÊNESE DO PROCESSO IMIGRATÓRIO	22
2.2 O PROCESSO IMIGRATÓRIO	30
2.3 OCUPAÇÃO DO NORTE	32
2.4 SITUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA DÉCADA DE 60	34
3 A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	46
3.1 A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INDUS- TRIAL	46
3.2 A IDEOLOGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTISTA	49
3.3 A CONJUNTURA ECONÔMICA	52
3.4 PROBLEMAS PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O CAFÉ	59
3.5 INTEGRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA	72
3.6 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO INDUSTRIAL	76
3.7 REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA- NAENSE	87
3.8 PARANÁ E O REGIME AUTORITÁRIO	101
4 PLANEJAMENTO URBANO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CURI- TIBA NA DÉCADA DE 60	111

4.1	CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DE CURITIBA NA DÉ-	
	CADA DE 60	111
4.2	O PLANEJAMENTO URBANO	122
4.2.1	O Plano de Urbanismo de Curitiba	127
4.3	PROPOSTA DE INDUSTRIALIZAÇÃO	143
4.4	LIMITES À INDUSTRIALIZAÇÃO	150
5	A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	156
5.1	PRIMÓRDIOS DA CRIAÇÃO DO CIC	161
5.2	A IMPLEMENTAÇÃO DA CIC	182
5.2.1	Objetivos da CIC	184
5.2.2	INFRA-ESTRUTURA	196
	CONCLUSÃO	212
	ANEXO 1	218
	ANEXO 2	223
	ANEXO 3	230
	ANEXO 4 - EMPRESAS INSTALADAS NA CIC	234
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247

LISTA DE TABELAS

1 - Produção brasileira e paranaense de café no período de 1950-70	37
2 - Resultado eleitoral para Presidência da República, por candidato, partido/coligação e ano eleitoral em números absolutos e relativos no Paraná, 1955-60	38
3 - Resultados eleitorais para governo de estado, por candidato, partido/coligação, em números absolutos e relativos no Paraná em 1955-65	40
4 - Resultados eleitorais para a Assembléia Legislativa, por partido/coligação e ano eleitoral em números absolutos e relativos e números de cadeiras no Paraná - 1954-62	42
5 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro e paranaense, 1950-1970	53
6 - Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural, do Brasil, Paraná e Curitiba, 1950-1970	56
7 - Taxa de crescimento, na década da população total, urbana e rural, do Brasil, Paraná e Curitiba, 1950-1970	57
8 - Razões de atração a cidade de Curitiba, alegados pelos migrantes	115

9 - Resultados eleitorais para a prefeitura municipal de Curitiba por candidato, partido/coligação em números absolutos e relativos em 1958 e 1962	116
10 - Resultados eleitorais para a Câmara Municipal por partido/coligação e ano eleitoral em números absolutos e relativos e número de cadeiras em Curitiba, 1959 e 1963	116
11 - Estabelecimentos segundo os ramos de atividades e número de empregados em Curitiba no ano de 1965	118
12 - Distribuição do PEA nas diferentes atividades econômicas em Curitiba no ano de 1965	129
13 - Estabelecimentos industriais segundo número de empregados e gêneros industriais em Curitiba, no ano de 1965	130
14 - Número de pessoas empregadas nas indústrias segundo gênero industrial em Curitiba no ano de 1965	130

LISTA DE QUADROS

1 - Destinação da área da cidade industrial de Curitiba	186
2 - Resumo dos investimentos em obras viárias na Cidade Industrial de Curitiba	200
3 - Demonstrativo dos investimentos estimados para a primeira etapa de implantação da CIC	205
4 - Demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos, estimados para primeira etapa da implantação da CIC	206

LISTA DE ABREVIATURAS

AMFORP	- American Foreign Power Company
APPUC	- Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BACEN	- Banco Central do Brasil
BADEP	- Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNDE	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	- Banco Nacional de Habitação
BRDE	- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul
CELEPAR	- Centro Eletrônico de Processamento de Dados
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	- Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado
CODESUL	- Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul
COHAB	- Companhia da Habitação
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COMISA	- Companhia Mista de Urbanismo e Saneamento de Curitiba
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COPLAC	- Comissão de Planejamento de Curitiba
CPRM	- Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
DI	- Distrito Industrial
DNER	- Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
ECE	- Empréstimo Compulsório Estadual
ELETROBRÁS	- Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

FDE	- Fundo de Desenvolvimento Econômico
FUNDEPAR	- Fundação Educacional do Paraná
FURBS	- Fundo de Urbanização e Saneamento
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
ICM	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IVC	- Imposto sobre Valor e Consignações
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
MTR	- Movimento Trabalhista Renovador
PDC	- Partido Democrático Cristão
PEA	- População Economicamente Ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PLADEP	- Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná
PL	- Partido Libertador
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PRP	- Partido de Representação Popular
PR	- Partido Republicano
PSD	- Partido Social Democrático
PSP	- Partido Social Progressista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	- Partido Trabalhista Nacional
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná

TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná
UDN - União Democrática Nacional
UFPR - Universidade Federal do Paraná
URBS - Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva analisar o momento de emergência da questão da industrialização no Paraná na década de 60, particularmente em Curitiba, e seus desdobramentos na década de 70.

Desde os seus primórdios, o Paraná tem apresentado especificidades históricas que o distinguiram das demais unidades da federação. A autonomia administrativa do Estado é assegurada em 1853, mas suas atividades econômicas e forma de ocupação sempre estiveram vinculadas à dinâmica de outras economias, ou seja, ocorreu a integração administrativa, mas não se verificou a integração econômica. Apesar da predominância das atividades primárias (extrativismo, pecuária e agricultura) nas diferentes regiões paranaenses, a conformação dessas atividades e sua dinâmica histórica foram responsáveis pela formação de estruturas diferenciadas a nível regional.

A integração territorial efetiva-se somente na década de 60, quando são concluídas ligações rodoviárias inter-regionais, iniciando um processo de relativa integração econômica. Nesse instante, com a crise na economia cafeeira, a questão da industrialização emerge. Assim, como em outros momentos da história econômica paranaense, a industrialização é apresentada como uma alternativa nos períodos de crise da atividade agrícola predominante. Seria algo como imaginar a existência de um setor econômico estadual autônomo de outras condições, que estava à margem, deliberadamente, da política econômica federal

e dos "caprichos" dos governos estaduais, cabendo por sua vez, nos momentos de crise econômica estadual, o governo do Estado utilizar todos os meios disponíveis para fomentar o processo industrial.

Essa concepção se reforça na década de 60, quando é proposto pelo governo estadual o projeto de desenvolvimento que tinha como objetivo a integração e industrialização do Estado. Implícita nesta concepção está a ideologia desenvolvimentista em que industrialização é sinonimizado como desenvolvimento econômico em termos gerais, e não como desenvolvimento capitalista.

A ideologia desenvolvimentista, entendida enquanto instrumento de promoção e de incentivos para o desenvolvimento nacional, aparece com maior devoção no país na década de 50, em especial no Governo de Juscelino Kubitschek, quando o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), já criado, terá um papel fundamental na elaboração e divulgação da ideologia desenvolvimentista.

A teorização do desenvolvimento nacional e a elaboração de uma ideologia que a legitimasse, têm nos estudos da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) seu ponto de partida.

"[...] a CEPAL inaugurou uma interpretação original das relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino-americana. No campo da política econômica e do planejamento inspirou a atenção de vários governos periféricos, fornecendo, dessa maneira, os principais ingredientes da ideologia desenvolvimentista dos anos 50.¹

A CEPAL, no início dos anos 50, irá criticar a concepção, até então hegemônica, de que o desenvolvimento

¹MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 2ª ed. São Paulo : Polis, Petrópolis : Vozes, 1984. p. 23.

social e econômico dos países ocorria de forma espontânea, pela própria dinamicidade do sistema capitalista. Se tal desenvolvimento havia ocorrido nos países avançados capitalistas, tal evolução estava longe de verificar-se nos chamados países periféricos, que, por isso, encontravam-se em uma situação de subdesenvolvimento.

"O conceito, ainda não extinto, do desenvolvimento se operar espontaneamente, sem um esforço racional e deliberado para consegui-lo, provou ser uma ilusão, tanto na América Latina quanto no resto do mundo".²

O subdesenvolvimento, segundo os teóricos cepalinos, era decorrente da existência de pontos de estrangulamentos internos e externos que impediam a acumulação de capital, ou seja, o aumento ou absorção dos excedentes gerados internamente. Para atingir o desenvolvimento sócio-econômico, a CEPAL prescrevia a necessidade de intervenção governamental.

"Para consegui-lo (o desenvolvimento), é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças de desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países avançados".³

Negando a perspectiva teórica que entendia o desenvolvimento capitalista em uma concepção linear, evolutiva, a CEPAL afirma que o subdesenvolvimento era uma situação pronta, acabada e não existia, considerando suas deficiências estruturais, mecanismos espontâneos capazes de retirar os países latino-americanos da condição que se encontravam.

Para verificar-se o desenvolvimento, seria necessário eliminar os pontos de estrangulamento, sendo que a única força

²PREBISCH, Paul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. São Paulo : Fundo de Cultura, 1964.

³PREBISCH, p. 21.

capaz de tal função era o Estado, entendido enquanto sujeito das transformações, enquanto agente da modernização. Caberia ao Estado, através de um planejamento, visto enquanto método, enquanto disciplina da situação, realizar "uma série de atos de previsão, de antecipação das necessidades futuras, de vinculação racional de forma de satisfazê-las com os escassos recursos disponíveis".⁴

É a partir deste referencial teórico que o ISEB irá definir sua função. Se as idéias cepalinas são incorporadas, ou mesmo até antecipadas, na ação estatal no Brasil, antes dos anos 50, caberá ao ISEB, órgão criado pelo Estado, promover uma ideologia que preparasse a sociedade para o desenvolvimento.

"Na base destas formulações esta aceitação de que no subdesenvolvimento ocorrendo aquilo que Nurske denominou de 'circulo vicioso da pobreza' [...] a consciência não pode ser senão 'inerte, passiva e confirmada'. Não há, assim possibilidade de reverter o estado de dominação: não há um real comportamento ideológico (superador, transformados) por parte da colônia, mas sim a presença de ideologias imobilistas".⁵

O subdesenvolvimento é sempre caracterizado na base da situação colonial, não se distinguindo desta, e como o subdesenvolvimento é uma estrutura, sua consciência seria ingênua e assim suas ideologias eram imobilistas decadentes e retrógradas.

Na realidade, como o Brasil não poderia mais ser identificado com o estatuto colonial, adota-se a designação de semicolonial e, como aquela, apresentaria uma estrutura econômica e uma superestrutura ideológica alienada. A alienação econômica implicaria a dependência econômica.

⁴PREBISCH, p. 26.

⁵TOLEDO, Caio Navarro. ISEB - Fábrica de ideologias, 2. ed. São Paulo : Ática, 1982. p. 36-37.

Esta dependência econômica se explica em termos de nação, em função de suas relações externas, pela sua posição de "periferia" nas transações externas.

Conforme Vieira Pinto, um dos isebianos, o subdesenvolvimento:

"[...] é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado de seu ser, alheio a ele. Como, porém, o subdesenvolvimento é o modo de ser da nação, esta só é subdesenvolvida porque não se encontra na posse de si mesma, não desenrola as suas possibilidades reais, não se apropriou ainda da sua essência. A nação subdesenvolvida é, portanto, um ser social igualmente alienada, um ser cujas essências esta fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia, e por esse meio do seu destino".⁶

A essência seria recuperada, a alienação seria eliminada com o desenvolvimento econômico que permitiria a conquista da autonomia e da verdadeira independência.

"[...] libertar, tornar independente, desalinhar, é fazer a essência - isto é o capitalismo - sair de fora e vir para dentro".⁷

O comandante deste processo, segundo o isebiano Hélio Jaquaribe, seria a burguesia industrial. E com a conquista das massas populares, seriam criadas as condições para uma nova forma de Estado, que seria fundamental para o desenvolvimento; instrumento para a burguesia industrial.

"Nítidas estão as figuras do burguês e do Estado [...] como fundadores do mundo desenvolvido".⁸

Se o ISEB, como advogava Caio Toledo, não foi um simples porta voz das ideologias desenvolvimentistas nacionais não se prestando conscientemente, a forjar e difundir ideologias das classes dominantes, no entanto nunca deixou de postular e

⁶ TOLEDO, p. 73.

⁷ FRANCO, Mª Sylvia. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Mª Sylvia. Ideologia e mobilização popular, 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978. p. 175.

⁸ FRANCO, p. 172.

defender o desenvolvimento econômico brasileiro em termos capitalistas e neste sentido é que residiu sua funcionalidade para as classes dominantes.

A CEPAL e sua versão nacional, pode-se afirmar, o ISEB, ao elaborar um instrumental teórico ideológico que irá justificar o desenvolvimento capitalista e a atuação do Estado, será responsável pela geração de toda uma intelectualidade que estará, consciente ou inconsciente, a serviço das classes dominantes.

Realizado o quinquênio desenvolvimentista, o que se verificou foi a exata negação de pressupostos e aspirações das ideologias nacionais-desenvolvimentistas; ao invés de autonomia ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de dependência metropolitana; ao contrário do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se o desenvolvimento acentuando as disparidades regionais e determinando 'satelizações' internas; em lugar do beneficiamento de todas as classes, constata-se o aprofundamento das disparidades entre as classes sociais. Mas, ainda assim, os projetos de desenvolvimento forjados pela Instituição - ao não darem conta das oposições e distinções ao nível da esfera ideológica, bem como dos antagonismos de classes - continuavam, substancialmente, a serem os mesmos, como se pode verificar em algumas formulações pós-desenvolvimentistas. Também neste sentido, não se conseguiam superar os limites da consciência ideológica de frações das camadas dominantes.⁹

Se o desenvolvimento capitalista aprofunda o processo concentracionista, julgando este ser causa e consequência do desenvolvimento do capital, a resposta a nível estadual aos efeitos desse processo, será a proposta de implementação de um projeto que apresentava como referencial a ideologia nacional-desenvolvimentista.

O discurso se repete, mas agora partindo da ótica estadual. Se a crise se apresenta a nível nacional, caberia ao governo estadual, ao negar o modo como o desenvolvimento do capital se deu, tentar reafirmá-lo, preservando-o a nível estadual.

⁹ TOLEDO, p. 181.

Como afirma Mãe Sylvia sobre a ideologia da ISEB, sua pretensão era fundar a sociedade civil brasileira pois:

"Sem corpo social, sem economia, sem cultura, sem pensamento nem idéias, desprovida mesmo de linguagem, a sociedade brasileira decididamente não existia antes do desenvolvimentismo e do nacionalismo, vale dizer, antes do ISEB e do projeto de constituição social que promoveram como consciências e demiurgos do real".¹⁰

A nível estadual caberia ao governo do estado, à CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) em particular, com papel mais abrangente, criar uma consciência estadual para retirar o Paraná da situação de periferia que se encontrava frente ao polo central do país.

O governo do estado unido com a iniciativa privada deveriam liderar a criação de um novo Paraná.

[...] Ney pôs a máquina do Estado a trabalhar a todo o vapor. Era imperioso recuperar o tempo perdido, pois a produção agrícola e industrial do Estado exigia do governo a contrapartida em obras públicas que permitissem o seu escoamento e além do mais, incentivos oficiais que garantissem esse ritmo e até impulsionasse. Realmente o Paraná explodia de progresso em todos os seus quadrantes graças à iniciativa privada (grifo meu). Sem a sustentação do governo corria o sério risco de ver malbaratados todos os seus esforços. Estão sob o 'slogam' que adotou para sua gestão - 'Somos todos uma só força' - Ney Braga comandou a sua equipe e fê-la trabalhar e produzir solidariamente.¹¹

Sob o slogan de Ney Braga estava inscrito a intenção de, com sua política de integração social e econômica, criar um espaço uno para que o capital pudesse se expandir, considerando, entre outros, a crise vivenciada a nível nacional. Para tanto, a ideologia nacional - desenvolvimentista agora utilizada a nível de uma unidade federada mostrava-se, no contexto, lógica.

¹⁰FRANCO, p. 182.

¹¹NEY Braga lança o slogan "Somos todos uma só força". Gazeta do Povo : Curitiba, 15 ago. 1977.

Analisando o processo de expansão industrial teoricamente, Sergio Silva¹² afirma que: "A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ele é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado, que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas".

Se essa transição é fruto de contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas, seu resultado é o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais sob a dominação do capital, isto é, são transformações comandadas pelo capital.

Os dois processos estão intimamente ligados, de modo que um não existe sem o outro. Não há desenvolvimento das forças produtivas, senão pelas relações sociais de produção dadas. Todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das forças produtivas e portanto a transformação das relações técnicas de produção correspondentes às antigas relações de produção. A industrialização representa essa transformação (revolucionarização) do processo de trabalho pelas relações de produção.¹³

Esse processo de alteração das relações de produção é traumático, violento até, ao desestruturar antigas relações dominantes, provocando, entre outros efeitos: novos vínculos com o setor agrícola, expansão da fronteira agrícola; surtos migratórios com a expansão dos meios de transporte e com a desestruturação de antigas relações de produção na agricultura e, finalmente, impondo novas formas de relacionamento com o capital estrangeiro.

Essa é a realidade brasileira a partir da terceira década do século XX, quando da passagem de uma economia agrícola exportadora para uma economia que caminha para a industrialização, sob o domínio do capital.

¹²SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil, 7. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1986, p. 12.

¹³SILVA, p. 14.

O Paraná é incorporado nesse processo, em particular, a região Norte em um primeiro momento, sofrendo, a partir daí, todos os revezes que atingem o processo de acumulação capitalista.

Aqui é necessário fazer um alerta. Se a industrialização é encarada, ideologicamente, como uma fase superior do desenvolvimento econômico em geral, ela será oposta à agricultura vista como uma fase inferior do desenvolvimento, sinal de atraso para qualquer país que esteja nessa "etapa". Agora, considerando que a industrialização seja uma fase (sem estar incluso nessa expressão, compreensão hierárquica ou de etapas a serem cumpridas linearmente) do desenvolvimento do capital, a conclusão é que essa transformação, ou seja, a industrialização verifica-se pelo esgotamento, dadas as contradições emergentes, da possibilidade de valorização do capital em condições dadas anteriormente. A solução para o capital será o desenvolvimento, que irá repor novas contradições e assim sucessivamente.

No centro de acumulação capitalista no Brasil, com a predominância da economia cafeeira, as contradições emergentes levaram ao desenvolvimento do capital, à industrialização. No Paraná, uma região que será integrada a tal processo, esse desenvolvimento, levará à estruturação capitalista da agricultura, que irá questionar toda uma configuração política e econômica, que tinha a ver com as atividades anteriores desenvolvidas no Estado ou no chamado Paraná Tradicional. Agora, a política governamental deveria estar comprometida com esses novos interesses capitalistas que irão se configurar no Norte do Estado, a partir da década de 40 em especial.

O desenvolvimento no Paraná irá significar apoio ao capital cafeeiro, respondendo a suas exigências e defendendo a atividade quando dos momentos críticos. A industrialização, neste contexto, é apresentada como forma de minimizar os problemas enfrentados pelo capital agrícola ou mesmo repor sua dominação. Ou seja, o desenvolvimento do capital, no Paraná, significará desenvolvimento da agricultura a partir de novas relações de produção, tendo a industrialização um perfil subordinado.

O processo de ocupação do Estado paranaense que se acentua no século XX, será responsável pelo aumento populacional verificado até a década de 1970, sendo que a partir desta década o Paraná passará a expulsar população.

A ocupação e o crescimento populacional, bem como as condições favoráveis em termos de solos e mercados, levaram ao desenvolvimento de uma agricultura mercantil extremamente dinâmica, que possibilitou a integração do Estado na estrutura econômica nacional bem como a capitalização da região.

É nesse contexto que se insere o chamado "projeto de desenvolvimento paranaense" que, incorporando a ideologia desenvolvimentista, irá apregoar o incentivo da industrialização como saída à crise cafeeira na década de 60 no Paraná e também a proposta municipal, de criar uma área industrial em Curitiba.

Desse modo, as propostas de industrialização estadual e, em especial, municipal inserem-se num quadro específico de crise da atividade agrícola predominante, o café, e da reestruturação da base técnica da agricultura, denominada na literatura de "modernização" da agricultura.

Resultado dessas alterações, entre outras, foi a migração rural-urbana, que irá repor novos problemas, em particular, na capital do Estado. Nesse momento é proposto industrialização da cidade de forma a atender ou minimizar problemas sociais advindos da maior urbanização. O vim a ser de Curitiba, enquanto centro industrial, é citado também em outras situações de crise já a partir do final do século XIX, consolidando a idéia de industrialização como real e "único" caminho para o desenvolvimento.

Falando do Paraná em 1900, Rocha Pombo afirma que:

Continuamente se fundam, tanto na capital, como em todos os outros municípios do Estado, numerosas fábricas e oficinas e estabelecimentos agrícolas - tudo já obra do espírito de iniciativa que agita as forças gerais daquelas populações e deixa pressentir ali o advento de um desses grandes dias de que só há exemplo na América.¹⁴

A cidade de Curitiba será em pouco tempo um dos mais notáveis centros industriais do Brasil, e isso devido às suas condições topográficas, a seu clima excelente, a seu bom serviço de transporte e a pequena distância dos portos de Antonina e Paranaguá. Além disso tem os seus arredores colonizados, fornecendo por isso braços baratos e abundantes para qualquer indústria.¹⁵

O futuro do Paraná e Curitiba eram prometedores, faltando para o Paraná neste momento, ou seja, início do século XX, ligações várias com o oeste do Estado.

O que interessa ao Paraná é o desenvolvimento da vasta zona do Oeste, a abertura de um amplo sistema de viação que nos aproxima das grandes artérias fluviais do interior. Pode-se imaginar o que será aquela terra no dia em que tivermos conquistado até o rio Paraná, as imensas regiões cortadas pelo Tibagi, pelo Ivaí, pelo Piquiri e pelo Iguaçu; quando tivermos fundado centros de produção nos vales riquíssimos daqueles rios, todos afluentes do majestoso mediterrâneo que nos separa do Paraguai e pelo qual estabeleceremos um vasto comércio interno com as três repúblicas vizinhas.¹⁶

¹⁴ POMBO, José Francisco Rocha. O Paraná no centenário (1500-1900), 2. ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980, p. 140-141.

¹⁵ POMBO, p. 140.

¹⁶ POMBO, p. 147.

A ocupação do oeste, a integração dessa região com o resto do Estado aparecem como objetivo básico a ser alcançado pelo Estado, ou seja, era mais importante a integração leste/oeste do que norte/sul. Qualquer sistema viário que ligasse a região Sul do Estado com Norte era visto como altamente temerário pois "a norte-sul não derivará para São Paulo grande parte, pelo menos, de nosso movimento comercial?" A interrogação de Rocha Pombo, o que se justifica, pois no momento dessa afirmação a atividade predominante era a erva-mate cujo comércio era realizado com os países platinos. Conseqüentemente, defendia-se com mais afinho as ligações Leste-Oeste, o que não ocorre pós 30 com a emergência econômica do Norte e com sua predominância política sobrepondo-se à elite tradicional ervateira e madeireira no Paraná.

Curitiba, por sua vez, é encarada como o grande centro promissor já em 1900, atestado pela combinação solo e clima, serviço de transporte e proximidade dos portos. Na realidade a existência de "braços baratos e abundantes" era um problema (baratos porque abundantes e pobres) para uma economia baseada no extrativismo e, conseqüentemente, com poucas condições de capitalização. Além disso sofria problemas advindos da concorrência com outros fornecedores e, da instabilidade de preços no mercado platino, que era o principal mercado consumidor da erva-mate paranaense. Assim a industrialização é vista como solução para a incorporação de um contingente populacional marginalizado econômica e socialmente, mas que era impossível de verificar-se em uma estrutura tão depauperada, e que recebeu, com o incentivo da imigração, quantidade de mão-de-obra incapaz de absorver.

A partir da terceira década deste século inicia o "boom" populacional no Norte Pioneiro.

Dois fatores contribuíram para isso:

- a) a virtual proibição do plantio de café nos Estados de São Paulo e Minas Gerais;
- b) a continuação da construção da ferrovia São Paulo-Paraná, em direção a Jataizinho.¹⁷

Este período marca o início dos grandes movimentos ocupacionais organizados no Norte e do deslocamento da fronteira agrícola do sul do país, em direção ao Sudoeste e ao Norte do Estado.¹⁸

No Norte do estado, a produção cafeeira se expande continuamente a partir dos anos 30, sofrendo elevado estímulo com a Guerra da Coréia iniciada em 1950, que será responsável pelo aumento de preços no mercado externo e com o retorno da política de defesa do café a partir de 1951, visando à manutenção de um nível mínimo de receita de divisas, para assegurar o desenvolvimento industrial no país.

"É certo, entretanto, que o parque cafeeiro nacional se expandiu de maneira extraordinária a partir de 1949 e que já em 1955 - se não tivesse ocorrido a forte queda de 1953 - haveria, de novo, excesso de capacidade. Esse fato pode ser verificado pelo aumento da plantação no norte do Paraná, cuja produção foi de mais ou menos um milhão de sacas no quadriênio 1944-45 a 1947-48, atingindo 6,3 milhões em 1955-56.¹⁹

Na década de 60 apesar do distinto contexto sócio-econômico, muito mais complexo, novamente a industrialização é

¹⁷ WACHOWICZ, R. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1987.

¹⁸ PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. p. 187.

¹⁹ DELFIN NETTO, Antonio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura/SEPLAN, 1979. p. 110.

vista como solução para eliminar os problemas no período, advindos da crise atravessada pelo café.

Todos os setores de atividade atestam o crescimento material do Estado e de Curitiba.

Embora a orientação de monocultura viesse preocupar as planificações, tendo o café como elemento básico da economia do Estado, as diretrizes modernas vão encaminhando para um melhor futuro, com maiores horizontes, a policultura e a industrialização [...]. Até agora o Estado tem vivido como região geográfica de terras ricas, mas é necessário que a exploração da terra, quer na indústria extrativa, quer na agricultura tenha um sentido mais racional, firmando o Estado em verdadeira base econômica.²⁰

Esse já é o período da apologia da industrialização vista como alternativa para todos os males enfrentados pelo Estado e município. No trabalho, esse aspecto é observado pela análise dos pronunciamentos dos governantes estaduais e municipais e pelos editoriais dos jornais.

Para se entender como a questão industrial é considerada no Estado na década de 60, será necessário resgatar o projeto de desenvolvimento econômico proposto para o Paraná no Governo Ney Braga.

O processo de industrialização da cidade de Curitiba é entendido no trabalho como derivado daquele projeto. Assim sendo, o objeto de pesquisa é o estudo da emergência e implementação de uma política industrial na cidade de Curitiba no período de 1961 a 1974. O período justifica-se por englobar a emergência, as transformações e a implementação da política industrial, estadual e municipal. Nesse período, dois governos municipais foram de suma importância para a nova política industrial municipal: Governo de Ivo Arzua e Governo de Jayme Lerner que serão analisados.

Apresentando de outra forma a pesquisa tem por objetivo:

²⁰DORFMUND, Luiza Pereira. Geografia e História do Paraná, 2. ed. São Paulo : Ed. do Brasil, 1963, p. 181.

- a) determinar até que ponto o projeto de desenvolvimento paranaense foi responsável pela emergência da política industrial de Curitiba;
- b) verificar em que momento e como a política industrial do Estado do Paraná e da cidade de Curitiba será redefinida;
- c) analisar o projeto e a institucionalização da chamada Cidade Industrial de Curitiba.

Permeando todo o trabalho, está a hipótese de que a atuação do Estado não pode ser encarada como externa a todo o processo desenvolvido no período de análise, pois entende-se que a intervenção estatal liga-se organicamente ao processo de acumulação.

Entende-se que: "Se por um lado, o próprio Estado procura-se antecipar às tendências reais existentes na sociedade, por outro lado, os atores sociais não só incorporam à sua lógica de ação alternativas diretamente dependentes da regulação estatal, como também visualizam formas de ação cujo objetivo é o de levar o Estado à redefinição de sua atuação a certas esferas".²¹

O interesse pelo tema surgiu quando da constatação do intenso fluxo migratório de diferentes regiões paranaenses para Curitiba, ao final da década de 60 e início de 70. A preocupação em analisar os condicionantes de tal deslocamento populacional levou a um crescente interesse em detectar os motivos que tornaram Curitiba tão atraente no período, ou que levaram a essa expulsão da população urbana e rural do interior do Paraná, para outras cidades ou para outros estados.

²¹ BOSCHI, Renato Raul. Elites industriais e democracia hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 32.

A contribuição da pesquisa define-se pela integração analítica que se realiza entre órbitas administrativas distintas, ou seja, Estado e município. Se essa forma de análise torna o trabalho muito árduo para sua realização, ganha-se em compreensão, no entendimento de um contexto que apresenta desdobramentos políticos e econômicos até os dias atuais. A estrutura do trabalho, conseqüentemente, é justificada por essa forma de análise, em que o primeiro capítulo é reservado para o resgate histórico da formação sócio-econômico paranaense. A seguir, apresenta-se o projeto de desenvolvimento apresentado para o Estado na década de 60 e, finalmente, os demais capítulos irão versar sobre o desenvolvimento da política industrial do Município em suas diferentes fases, a partir dos pressupostos definidos no quadro de referência apresentado.

O trabalho não visa a esgotar o assunto em pauta, até porque apresenta pontos extremamente polêmicos, mas sim dar uma visão que possa, ao levantar novos prismas analíticos, contribuir para o debate. Análise-se aspectos específicos, sem no entanto perder de vista a totalidade do assunto em pauta que, obviamente, poderá em algumas passagens não ter ocorrido. Mesmo levando em conta esse aspecto, um nível de generalizações foi possível de ser obtido, que foram fundamentais para se chegar às conclusões ao final do trabalho.

1 METODOLOGIA E FONTES

O trabalho fundamenta-se no método histórico e apesar de assentar-se sobre a metodologia própria da história econômica não restringe a utilização de conceitos, métodos e técnicas econômicas. Pois, acredita-se que:

"A separação estrita entre história econômica e história total, e especialmente entre as percepções econômica e social, de uma época ou sociedade determinadas, não constituem progresso, porém um grave retrocesso metodológico".¹

Considera-se que é possível realizar história econômica sem romper os vínculos com a história total, ou seja, serão utilizados conceitos e técnicas de análise econômica para dar conta da problemática, mas sem, no entanto, perder de vista os demais condicionantes sociais e políticos de estruturação de uma certa realidade.

Para transformar a História Econômica em elemento de compreensão e transformação, com uma clara finalidade prática em países, como o Brasil, que apresentam sérias desigualdades sociais, é necessário que se entenda que:

[...] o econômico não é uma peça desvinculada do social: seu papel nas sociedades históricas mais recentes parece cada vez mais determinantes. Através da análise econômica damos-nos conta das bases materiais de uma sociedade, de suas condições naturais, do aparato instrumental e do nível de desenvolvimento técnico que ela tenha alcançado. Somente assim, seria possível entender o quadro das relações sociais de produção que sobre essa base se assentam, vindo a constituir-se no arcabouço de todo o sistema social, como elementos explicativos e determinantes dos níveis superestruturais.²

¹ CARDOSO, Ciro F. S.; BRUGHOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 53.

² ARRUDA, José Jobson de A. História econômica: reflexões preliminares. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4, p. 447-448.

A história econômica deve buscar a totalidade e que do ponto de vista didático pode ser decomposta em análise estrutural e análise conjuntural.

Na análise estrutural, a economia é entendida como uma parte de um todo integrado, sendo que as relações entre as partes e destas com a totalidade determinam a estrutura do sistema.

Jobson Arruda afirma que, na cadeia estabelecida entre as partes e o todo e, vice-versa, existe um elemento de comando, isto é, um núcleo essencial e explicativo de cada momento histórico, sendo que é esse núcleo que deve ser procurado para se entender a totalidade e também para se aprofundar o conhecimento do elemento central.

Marx considera que núcleo central explicativo de cada momento histórico encontra-se no processo real de produção"

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e um conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas da consciência - religião, filosofia, moral etc. - assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos, o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).³

A necessidade de definir, no tempo e no espaço, o processo de produção e suas determinações superestruturais e vice-versa, numa análise em "mão dupla" desses produtos, permitirá a captação dos momentos de transição da estrutura, possibilitará captar a mudança que "são denominadas qualitativas, por se constituírem uma verdadeira alteração da essência, da qualidade, uma diferença específica".⁴

³ MARX, Karl; ENGELS, F. Ideologia alemã (I-Feuerbach). 6. ed. São Paulo : Hucitec, 1987. p.55.

⁴ ARRUDA, p. 447.

Neste sentido, o uso da expressão estrutura pressupõe QUE "o estudo da evolução das sociedades demonstra a existência de certos setores e elementos da realidade social, caracterizados por uma estabilidade e uma permanência relativa e extremamente variáveis".⁵

Aceitando tal definição, os conceitos da estrutura e conjuntura (movimento), passam a ser vistas como estreitamente vinculados, sendo que as variações conjunturais podem produzir mudanças estruturais, ou seja, novos estados de equilíbrio diferentes.

"Uma análise adequada deve partir, sem dúvida, da dialética forças produtivas, relações de produção. Mas tem forçosamente de desembocar na estrutura e nos conflitos de classes, posto que o curso da história certamente não é autoritário. As contradições estruturais estabelecem limites àquilo que é possível; mas, em cada momento, há sempre diversas evoluções virtuais, possíveis, sendo o resultado das lutas, alianças, acomodações etc. entre as classes e ainda o da intervenção dos indivíduos e do acaso objetivo, o que determina qual dessas evoluções virtuais se tornará real, efetiva, historicamente dada".⁶

O papel do historiador deve consistir em vincular os diferentes planos de análise. Sendo assim, quanto à análise, Cardoso⁷ assegura que o marxismo admite que elas possam ser tanto do tipo dinâmico, como do estrutural, desde que ambos os enfoques sejam vinculados em um elemento cognoscível, isto porque na concepção marxista, a realidade social apresenta-se mutável, dinâmica em todos os seus níveis e aspectos, regido por leis cognoscíveis, que permitem analisar os surgimentos, a transformação e a transição para um novo sistema que terá um determinado momento de equilíbrio relativo.

É a partir desse marco teórico-metodológico que o trabalho foi-se desenvolvendo, vinculando as diferentes

⁵ARRUDA, p. 58.

⁶CARDOSO, Ciro F. Ensaio racionalista. Rio de Janeiro : Campus, 1988. p. 44.

⁷CARDOSO, Ciro F. Uma introdução a história. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. Coleção primeiros vãos. p. 35.

conjunturas às estruturas sócio-econômicas relativamente estáveis. Salientando as novas acomodações, alianças, acasos objetivos, enfim as transformações conjunturais, julga-se ser possível detectar também as formas de resoluções das contradições estruturais, que por sua vez determinam novas acomodações contextuais e assim, sucessivamente, na formação histórica.

O trabalho foi subdividido em três perspectivas analíticas que interagem na determinação do objeto de estudo. Em um primeiro momento, foi analisada a formação econômica paranaense inserida, na estrutura determinada historicamente, a proposta de industrialização do Estado. A seguir, foi resgatado o plano de urbanização de Curitiba, vinculando-o à lógica de acumulação estadual, que irá determinar, em última instância, os seus limites operacionais e seus objetivos. Finalmente, foi analisado o "parque industrial" de Curitiba.

Os arquivos e fontes arroladas da pesquisa foram:

- Relatórios do Executivo Municipal à Câmara dos Vereadores existentes no arquivo da Procuradoria Geral do Estado;
- Documentos e boletins arquivados e/ou publicados pela URBS, CIC S/A, IPPUC, IPARDES, BADEP e BRDE;
- Entrevistas pessoais conforme método definido pela História oral;
- Anuários e Censos Estatísticos do IBGE, DEE e IPARDES;
- Diário Oficial do Estado do Paraná e do Município de Curitiba, existentes na Biblioteca Pública do Paraná na seção de Documentação Paranaense;

- Fontes da imprensa - Jornal Gazeta do Povo, existente na Biblioteca Pública do Paraná.
- Trabalhos monográficos.

Os dados quantitativos foram utilizados para verificação de tendências e evolução de determinados indicadores econômicos, respaldando afirmações a nível teórico.

As análises qualitativas podem ser subdivididas em três grandes grupos: o primeiro grupo refere-se aos relatórios anuais do Executivo à Câmara Municipal em que foi possível realizar o detalhamento dos planos de governo bem como determinar o papel das diferentes empresas municipais na operacionalização dos planos.

O segundo grupo diz referência às publicações dos órgãos municipais, em que analisou, com a maior riqueza de detalhes, a forma de atuação dessas empresas.

Finalmente, a pesquisa realizada no jornal Gazeta do Povo no período de análise, ou seja, de 1961 a 1974, de forma exaustiva, possibilitou a apreciação não somente de como as medidas governamentais, a nível estadual ou municipal, chegaram ao grande público, mas também ter uma fonte que ao reproduzir vários eventos, seminários, encontros, foi de suma importância para cobrir períodos em que existe um vazio de dados, ou para resgatar discussões, que se não fossem através de jornais, perder-se-iam.

Com o cruzamento dos dados, foi-se efetivando o objeto de estudo. As evoluções virtuais emergem na análise, muitas vezes em sua aparência desconexa, ininteligível porque virtual mas seu resultado, porque histórico, efetiva-se de forma real.

2 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO PARANÁ

2.1 GÊNESE DO PROCESSO IMIGRATÓRIO

Para analisar a conjuntura econômica do Paraná nos anos 60, torna-se pré-requisito resgatar, em grandes linhas, a formação econômica do Estado no intuito de captar a estrutura sócio-econômica vigente no período em análise.

A atividades econômicas desenvolvidas no Paraná, apesar de integradas às atividades, dominantes sempre foram secundárias, quando analisados pelo prisma da formação sócio-econômica brasileira. Por aspecto secundário entende-se o fato de o Estado não ter sediado nenhuma atividade que fosse "dominante" nos diferentes períodos históricos, mas esteve sempre integrado a essas, em papel complementar, mas não menos importante. Dependendo do grau de integração e das transformações ocorridas também quando da não-integração, foi-se conformando a estrutura econômica paranaense.

As primeiras informações sobre o território paranaense advêm dos problemas territoriais suscitados pelo Tratado de Tordesilhas, em que espanhóis e portugueses entram em atrito sobre a posse de terras na costa Ocidental Meridional. A coroa portuguesa tentava evitar a penetração dos espanhóis nesta área que integrava o oeste paranaense. No período, a região era ocupada pelos jesuítas espanhóis em missão oficial e religiosa, sendo expulsos pelos bandeirantes vicentinos que irão destruir as reduções jesuítas, mas não fundando, entretanto, nenhum núcleo de povoamento.

O efetivo povoamento do Estado terá início com a descoberta de ouro, no litoral, na primeira metade do século XVII, que atrairá habitantes vindos de Santos, São Vicente, Cananéia e Rio de Janeiro. Os povoados que surgiram, principalmente Curitiba e Paranaguá, resultaram em centros urbanos em que o comércio passará a ser a principal atividade. Curitiba surgirá como centro complementar da atividade mineradora, resultante da expansão de vila de Paranaguá.

Apesar da mineração ter propiciado o surgimento dos primeiros núcleos populacionais no Estado, a ínfima quantidade de ouro encontrada, bem como a rigidez na organização da atividade e na cobrança de impostos pela coroa portuguesa, não permitiram um enriquecimento da população concentrada na atividade. Com a decadência aurífera, a população que se fixa no território irá se dedicar à agricultura e à pecuária de subsistência, e sua expansão será responsável pela ocupação dos Campos Gerais, Campos de Palmas e Campos de Guarapuava.

A pecuária, no século XVII, já se apresenta como atividade primordial no processo de ocupação das áreas adjacentes à Curitiba, existindo uma relativa integração entre os pampas gaúchos, que juntos abastecem São Paulo e Rio de Janeiro. Toda essa região criadora terá um grande impulso com a descoberta de ouro em Minas Gerais, no século seguinte. A descoberta de ouro no centro oriental do país terá efeitos multiplicadores nas diferentes regiões da colônia portuguesa, pois a escassez de mantimentos e de várias espécies de mercadorias, além da necessidade de muares, elevará os preços desses bens na área, atraindo os comerciantes a instalar um fluxo constante de abastecimento à região. O comércio criado,

principalmente de gado, propiciará uma elevada rentabilidade a todos aqueles, que direta ou indiretamente, participarem dessa atividade.

A abertura de caminhos, por terra, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo propiciará um revigorar de atividades já desenvolvidas na região sul que passam, agora, a se vincular ao centro dinâmico do país, sofrendo uma série de transformações qualitativas.

[...] os paranaenses, na época das descobertas de ouro em Minas Gerais já possuíam experiência nessa atividade (criação de gado) e desde longo tempo vinham ampliando seus rebanhos. Todas as solicitações de terra daquele período são efetuadas em função de o requerente desejar iniciar ou, de fato comum, necessitar, de mais área para ampliação de rebanhos.¹

No Rio Grande do Sul, os saqueadores do gado estavam se transformando em estanceiros criadores, sem que durante longo tempo viessem a abandonar de todo, porém, as atividades predatórias.

A partir de 1780, principia o surto da indústria de charque gaúcho, que emprega abundante mão-de-obra escrava e se erige na principal fornecedora de todo o país.²

No caminho das tropas, as terras devolutas passam a ser valorizadas e, conseqüentemente, aumentam-se as reivindicações pelas doações de terras e as fazendas, já constituídas, sofrem significativo aumento como resultado desse fluxo comercial interno que se instala. As cartas de sesmarias são passadas àqueles indivíduos que apresentassem escravos e algumas cabeças de gado,³ principais fatores de produção. Dessa forma, a posse da terra, na região, apresenta uma hierarquia excludente, em que as relações escravistas se afirmam na atividade estimulada e os homens livres despossuídos passam a gravitar nas

¹ RITTER, Marina Lourdes. A sociedade nos campos de Curitiba na época da independência. BRDE : 1982, p. 20.

² QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Missionismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado 1912/1916, 3. ed. São Paulo : Ática, 1981. p. 23.

³ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação histórica. In: BALHAHA, Altiva Pilatti et al. Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba : Departamento de História da Faculdade de Filosofia da UFPR, 1986. p. 30.

propriedades de terras, realizando atividades não exercidas por escravos, na intenção de acumular recursos para que, no futuro, pudessem adquirir escravos e serem proprietários.

As fazendas latifundiárias nos Campos Gerais contrastavam com a pobreza geral da população, onde alguns donos dessas fazendas, ao longo da Estrada de Viamão, eram paulistas absenteístas que monopolizavam a criação de gado destinada às Feiras de Sorocaba em São Paulo.

Com a decadência da mineração, parcela da população também passou a voltar-se à extração da erva-mate. Inicialmente destinava-se para consumo, um costume herdado dos índios guarani e carijó e após para exportação. Antes do século XIX, já se exportava erva-mate em pequenas quantidades pelo Porto de Paranaguá, antes de ser aberta a estrada das tropas, para a Colônia do Sacramento.

No início do século XIX, o Paraguai, principal fornecedor de erva-mate aos países do Plata, impõe o monopólio estatal determinando preços aos comerciantes platinos que, para obter os mesmos lucros da situação existente anteriormente, irão buscar novos fornecedores. A erva-mate paranaense não era aceita devido à má qualidade, advinda das técnicas de extração, beneficiamento, etc. No início do século XIX, chega a Paranaguá o argentino Francisco Alzagaray que introduz a técnica paraguaia de beneficiamento da erva-mate e, desta forma, o produto passa a ser aceito no mercado platino.

"O litoral no século XVIII não obtivera participação significativa na vida econômica da região pois ainda não estabelecera relações comerciais marítimas com portos estrangeiros.

No entanto, a abertura dos postos brasileiros no início do século XIX e as possibilidades oferecidas pela exportação do mate, colocaram o porto de Paranaguá no comércio do Plata".⁴

Até o início do século XIX os engenhos se localizaram no litoral, o que dificultava a coleta e transporte da extração realizada nos arredores de Curitiba. Mas a partir da terceira década ainda daquele século, com a melhoria das vias de comunicação que ligavam o litoral a Curitiba, os engenhos beneficiadores irão relocar para áreas mais próximas dos ervais ou seja para o planalto. Essa mudança passará a ser um forte estímulo para o aumento da extração da erva-mate.

A erva-mate, por ser uma planta nativa, existindo em abundância na região de Curitiba, atraiu um grande contingente de população que vivia nessa área produzindo as culturas de subsistência, ocorrendo uma concentração de trabalhadores livres dedicados a essa atividade passando a depender, agora, de remuneração ínfima. Os intermediários, nas vilas do interior, se apropriavam de boa parte dos lucros, ficando parcela, maior ou menor, aos fazendeiros que realizavam o beneficiamento.

"Entretanto, os homens que descobriram os ervais e se internavam na floresta para o trabalho extenuante ao longo dos meses mais rigorosos, mal ganhavam as vezes para comer durante a maior parte do ano".⁵

Nas fazendas de beneficiamento, os escravos eram utilizados nas diferentes etapas de melhoria da erva-mate destinada à exportação. Se a escravidão "não pode ser considerada um

⁴SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Preços de escravos na província do Paraná: 1861-1887. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Departamento de História, UFPR. p. 80.

⁵QUEIROZ, p. 35.

princípio que unifica todo o sistema, mas sim como uma instituição que esteve submetida a outras determinações e que lhe imprimiram seu sentido",⁶ cabe agora resgatar essas outras determinações.

No Brasil colonial, duas práticas são constitutivas uma da outra: produção direta de meios de vida e produção de lucro; as quais são práticas, em sua essência, contraditórias. A produção e o consumo direto encontram sua razão de ser na atividade mercantil, como meio determinado com a extensão das terras, a tecnologia rudimentar e escravaria.

"Concebendo desse modo o vínculo entre a produção direta de meios de vida e produção mercantil - como práticas que se negam e se determinam - não se correrá o risco de perder o significado histórico da economia e da sociedade colonial".⁷

Essas práticas contraditórias podem ser situadas na gênese do modo de produção que iniciava seu desenvolvimento na Europa e que tendia para a forma limite das relações de mercado. A produção de gêneros tropicais, nas colônias européias, fez parte desse movimento em que ocorre a generalização das relações de troca, sendo que esse vínculo conferiu sentido aos empreendimentos coloniais e levou a contradição revelada que tenderá a desenvolver-se pelo reforço à produção mercantil.

No Brasil, as correntes de comércio foram progressivamente atravessando o país, em função do caráter especializado da produção nas grandes propriedades fundiárias. O afã de obter mercadorias de exportação marcou os rumos da produção colonial, promovendo um incipiente movimento de diferenciação e de integração dos mercados internos. Foi a partir dessa pressão que se desenvolveram as culturas de subsistência e as charqueadas, as áreas de apresamento e de criação de gado,

⁶FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização social do trabalho no período colonial. In: CASTRO, Antonio B. de. Et al. Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 173.

⁷FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Organização ..., p. 180.

fornecendo boa base de alimento do escravo e suprimindo as necessidades da produção e de escoamento das safras.⁸

Nesse processo de contínua diferenciação e integração dos mercados internos, a economia paranaense foi se moldando; integrando-se ao mercado interno e externo, com a pecuária e a extração da erva-mate respectivamente, com uma produção mercantil que propiciou o enriquecimento daqueles que dominavam essas atividades, reafirmando as relações sociais escravistas e reproduzindo uma camada de população livre e pobre que, dependendo da situação da produção mercantil, poderia ser incorporada nessa produção e/ou despossuída de seus meios de produção.

"De um modo geral, em todo o Brasil, as facilidades de acesso à terra possibilitavam a incorporação do homem livre e pobre a pequenos grupos rurais dispersos e relativamente auto-suficientes, nos quais a economia, a cultura e a sociedade se organizaram de modo a oferecer recursos que constituíam um mínimo vital, mas que foram suficientes para a persistência equilibrada desses grupos".⁹

Segundo Maria Sylvia, esse equilíbrio é rompido quando se completa e se efetiva a apropriação privada da terra em meados do século XIX, sendo nessa época que o trabalho escravo e o próprio tráfico de negros atinge o limite suportado pelo desenvolvimento do capitalismo já constituído na Europa em termos técnicos e sociais, dado que o escravismo passou a ser obstáculo para expansão dos mercados mundiais, que supunham a generalização do trabalho livre.

Essa nova dinâmica, externa e interna, se explicita, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX. No Paraná, na primeira metade do século XIX, a evolução favorável

⁸FRANCO, M^a Sylvia de Carvalho. Organização ..., p. 181.

⁹FRANCO, M^a Sylvia de Carvalho. Organização ..., p. 187.

da erva-mate resultou em significativas transformações no estado, especialmente em Curitiba.

"É muito possível que o satisfatório crescimento da exportação da erva-mate tenha beneficiado duplamente a economia de subsistência da região paranaense, pois as populações do interior puderam aumentar sua renda real, dedicando-se à extração da erva-mate, enquanto a urbana, de Curitiba e do litoral, viu expandir, pelo efeito multiplicador, o mercado interno".¹⁰

Nesse período, considerando a situação do principal concorrente do Paraná no mercado externo, o Paraguai, em guerra, houve um crescimento da economia paranaense. Esta situação se altera na segunda metade do século XIX, em especial a partir de 1870, com o retorno do Paraguai como fornecedor de erva-mate, e com a Argentina passando a importar mate em rama para beneficiá-la. Outro fator que será responsável pela perda de mercado, eram as constantes denúncias da queda da qualidade da erva-mate paranaense advinda da adição, pela população que a colhia, de folhas de outras plantas e gravetos, para aumentar a quantidade de produto vendido. Essas fraudes demonstram uma situação de saturação dos ervais frente à grande concentração de população miserável dedicada à atividade. À escassez de mão-de-obra escrava com o fim do tráfico somado as denúncias de fraudes na produção induz a uma renovação tecnológica nos engenhos beneficiadores visando não somente a poupar mão-de-obra mas também melhorar qualidade do produto exportado.

Curitiba, no início do século XIX, apresenta um estrutura econômica apoiada basicamente na produção de subsistência, sendo seu excedente exportado para vilas da região ou da colônia, propiciando a importação de outros bens essenciais.

¹⁰PADIS, p. 44.

Com a instalação dos engenhos de beneficiamento da erva-mate, a cidade passará por transformações quantitativas e qualitativas. O número de habitantes se eleva, sua economia diversifica e as transformações políticas verificadas também colaboram para que se torne, em 1853, a capital da Província, emancipada de São Paulo, propiciando novos fatores de expansão. Os pedidos de lotes de terra, as exportações e importações e o número de comerciantes sofrem um aumento significativo, começando, a capital, ter uma feição urbana.

"O crescimento da vila intensifica-se de tal maneira em meados do século, que um vereador é impelido a fazer com que a Câmara Municipal de Curitiba, pedisse ao governo, que mandasse levantar um plano da cidade para a edificação dos prédios, reservando os lugares para edifícios públicos, marcando novos becos e tudo que fosse necessário para o aformoseamento e regularidade da capital".¹¹

2.2 O PROCESSO IMIGRATÓRIO

Em 1853, com a emancipação política, é criada a Província do Paraná, sendo indicado Zacarias Goes e Vasconcelos como seu primeiro Presidente. Com o Presidente Zacarias se inicia uma política de incentivo à imigração que será seguida, com poucas exceções, por vários presidentes de Província e governadores. A grande concentração da população livre em torno da extração da erva-mate, o abandono das lavouras de subsistência que irá ocorrer com a atração da economia ervateira adicionado a crise que esta atividade sofre na segunda metade do século XIX, será responsável pela escassez de alimentos no Estado. Sendo assim a imigração passou a ser

¹¹ IANHI, Octavio. As metamorfoses do escravo, 2. ed. São Paulo : HUCITEC. Curitiba : Sciencia et Labor, 1988, p. 110.

encarada como saída para a escassez de produtos agrícolas de subsistência.

"No Paraná, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criação de uma agricultura de abastecimento, uma política imigratória adaptada às condições peculiares da Província".¹²

O governo colocou em prática um plano de colonização que tinha como objetivo o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos. A experiência passa a ser generalizada no estado, num contexto em que a política imigratória dominante destinava-se a suprir a escassez de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras paulistas.

Se o objetivo da imigração no Paraná inicialmente era bem definido, o aumento do número de colônias privadas será problemático para um território que, economicamente, não apresentava condições de absorver um grande contingente populacional. A especulação imobiliária é considerada, por alguns autores, como o motivo responsável pelo aumento da imigração.

É verdade que um empreendimento complexo com o da colonização, e realizado em uma província pobre de recursos, mal preparada, para a intensa vida econômica que justamente a colonização pressupunha, deveria encontrar as maiores dificuldades, os obstáculos mais desanimadores. Mas parece que a fonte maior dos insucessos estava no despreparo que sucessivamente se repetia a cada nova fundação de colônias. Falta de vias de comunicação, lotes mal delimitados ou mal situados (muitos deles sem água, por exemplo), defeitos de ordem administrativa, além dos atritos naturalmente provocados pelos colonos, em meio novo, junto a desconhecidos e desambientados de suas condições habitacionais - tudo parece ter concorrido para tornar difíceis os primeiros tempos de cada colônia em particular, e os primeiros tempos da colonização do Paraná em geral".¹³

As péssimas condições encontradas pelos imigrantes, em suas colônias, serão responsáveis pelo aumento da urbanização

¹² BALHANA, Altiva P.S.; WESTPHALEN, Cecília Maria. Participação dos imigrantes no comércio e indústria do Paraná, 1850-1929. [s.l. : s.n.].

¹³ MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: ensaio sobre os fenômenos de aculturação no Paraná, 2. ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 1989, p. 79.

da capital, no final do século XIX e início do século XIX, pois se deslocam para Curitiba em busca de empregos. A economia ervateira, nesse período, também entrava em uma crise irreversível, afetando também a estrutura política montada no estado a partir dos setores econômicos dominantes até então. No período, também se observa o início da ocupação do Norte do Estado por elementos paulistas, vinculados à atividade cafeeira, alertando os setores dominantes do estado sobre os vínculos com São Paulo.

Desde fins do século XIX que as terras do norte do Paraná apresentavam-se aos olhos de paulistas e mineiros plantadores de café como favoráveis para a expansão do cultivo do produto [...]. Historicamente a ocupação daquela parte do Estado iniciava-se como resultado da expansão do café, cujo roteiro vinha se traçando desde o Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro. O desenvolvimento da região norte paranaense fez-se voltado para São Paulo. Daí a preocupação da administração pública paranaense em integrar essa região ao restante do Estado. Isto porque a região, representando uma expansão paulista, era aquele Estado que dirigia seus interesses uma vez que a facilidade de escoamento da produção era muito maior naquela direção, através dos ramais da Sorocabana, do que para Paranaguá, parte de difícil acesso para o norte do Estado devido à ausência de estradas.¹⁴

2.3 OCUPAÇÃO DO NORTE

A ocupação dessa região de forma espontânea inicialmente e após planejada chama a atenção dos governadores paranaenses, antevendo as atividades desenvolvidas no Norte como potencialmente importantes para o futuro de um estado que sofre, no início do século, os reveses de sua frágil economia. Essa preocupação consta também no relatório do interventor Manuel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas, contendo um resumo de sua administração no período de 1932 à 1944.

¹⁴CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno - 1940/1970. Curitiba, 1978. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Departamento de História UFPR. p. 28.

O Estado do Paraná sofria ainda em 1932 as consequências dos graves erros cometidos pelos seus governos no tocante à colonização das suas férteis e incomparáveis terras. Em que pesem os esforços e o desejo de acertar de administrações anteriores, os planos de colonização postos em prática em nosso estado desde 1852 nunca tiveram a caracterizá-los o imprescindível cunho de racionalização. Infelizmente, o que sempre aí esteve para ser visto, foi a ausência de vias de comunicação, a falta de assistência - no seu sentido mais amplo - aos colonos que recém-chegavam da Europa, sendo esses elementos que vinham cooperar conosco para a grandeza e para o progresso da nossa terra jogados ao abandono, a esmo, pela vastidão dos sertões, ameaçados de extermínio. O resultado foi conhecido: atemorizados ante o espectro do fracasso, grandes aglomerados de colonos abandonaram sertões, onde muitos poderiam produzir e foram se deslocando para as cidades, nas quais não raro vinham contribuir para a agravação de males próprios dos centros urbanos. Em prejudicial decorrência de um estado de coisas, até há poucos tivemos as nossas mais ricas e exuberantes terras completamente abandonadas. Em 1928, tiveram início - pode-se dizer - os principais trabalhos de colonização racional no Paraná. O governo estadual da época, sem os elementos essenciais para uma organização destinada a supervisionar diretamente tão importantes trabalhos, confiou a várias empresas particulares essa tarefa de colonização, fazendo-se, porém, mediante contratos demasiadamente liberais. Havia nesses contratos mais a preocupação de defesa dos interesses particulares das empresas colonizadoras do que propriamente do interesse público. Como consequência, as terras obtidas do estado a preço baixo experimentam grande valorização, frente à absoluta falta de controle por parte da administração estadual, que, por força de absurdos contratos, ficara inibida de interferir no financiamento de tais empresas. Todavia, chamadas ao rigoroso cumprimento das cláusulas contratuais, apenas duas dessas empresas colonizadoras resistiram à pressão desde o início do meu governo exercida sobre os mesmos. Dessas, uma possui ainda em seu poder o mais volumoso negócio de colonização do Brasil: é a Companhia de Terras Norte do Paraná. Conquanto esteja hoje em mãos de brasileiros, não compreendeu ainda as suas exatas finalidades. Os preços altos das terras da sua vastíssima concessão, têm impedido que sejam as glebas distribuídas mais rapidamente aos colonos de todos os pontos do país, que as desejam adquirir. Comprova isso o fato de, em uma concessão cuja área se eleva a 500.000 alqueires de 24.200 m² aproximadamente, ter a referida companhia vendido, até agora, área insignificante, face ao montante de sua concessão. Vinte anos para distribuição de área que não ultrapassou uma vigésima quinta parte da área concedida, muito embora, todas as facilidades pelo governo proporcionadas! Como o término da guerra, vão ser iniciadas as corridas imigratórias. Caberá, pois, ao Governo, apoiado em adequada e justa legislação, intervir diretamente na vida de empresas particulares cujas atividades não estejam conformes com os impostergáveis interesses da coletividade, fazendo com que as mesmas - no caso específico da colonização - mais como órgãos auxiliares da administração pública do que como meroas empresas comerciais, num trabalho verdadeiramente patriótico, colaborem para o progresso e desenvolvimento do país.¹⁵

A colonização do território paranaense passa a ser a tônica de administrações posteriores, com uma efetiva intervenção governamental quando da regularização da propriedade de terras. Os atritos advindos da posse de terra e as, muitas vezes, questionáveis soluções dadas pelo Estado, marcaram a história do Paraná, mas o crescimento populacional verificado

¹⁵ MARTINS, p. 99-100.

confirmam a política de efetivo povoamento do Estado que somados aos fenômenos sócio-econômicos sofridos pelos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, principalmente, refletiram em surtos migratórios que elevam a população década após década.

Gradativamente, as diferentes regiões do Paraná, populacionalmente e economicamente, irão se integrando aos fluxos comerciais internos e externos, propiciando a capitalização das diferentes regiões e a emergência de novos grupos de pressão em termos políticos já presentes nas eleições da década de 50 e início dos anos 60.

Aqui não se advoga uma determinação linear e total do econômico, ou seja, da estrutura econômica sobre as relações superestruturais, mas se entende sim que:

[...] o nível econômico não funciona como uma gigantesca grândula que elabora as idéias e outros elementos integrantes da superestrutura: mas ao mudar a infraestrutura, a nova base econômica reorganiza, em função das novas necessidades, o material superestrutural preexistente (o que de fato se dá num processo bem longo), e fornece o surgimento de novos elementos superestruturais (mas sem criá-los ou gerá-los diretamente). Nestas condições, fica preservada a autonomia relativa dos diversos níveis superestruturais, bem como suas relações dialéticas com a estrutura social global.¹⁶

Partindo desse referencial teórico, a seguir, serão analisadas as alterações sofridas nas composições político-partidárias com as eleições majoritárias do início da década de 60.

2.4 SITUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NA DÉCADA DE 60

Com a aceleração do processo de industrialização ocorrido no país no governo JK, quando das eleições proporcionais no início da década de 60, observa-se um declínio dos grandes partidos conservadores - UDN e PSD - e paralela-

¹⁶CARDOSO, Caio F. Ensaio nacionalista. Rio de Janeiro : Campus, 1988, p. 43.

mente uma dispersão eleitoral,¹⁷ sendo que esse processo foi mais visível nos estados mais industrializados, em que tal dispersão ocorre em favor dos pequenos partidos reformistas.¹⁸ Tal evidência é verificada nas eleições do legislativo, ou seja, na análise da composição partidária no legislativo federal.

Exemplo, do que se afirma, é a coligação vitoriosa PSD-PTB. Essa coligação funcionava a nível executivo, com base nos ganhos no controle da máquina administrativa, mas com a maior industrialização dos anos 50, com a maior urbanização, ou seja, com a emergência de "novos" segmentos sociais, os partidos da coligação terão que assumir posturas que assegurem uma maior representatividade frente a um eleitorado distinto. As eleições legislativas passam a refletir, de forma lenta mas efetiva, as transformações sofridas nos diferentes segmentos sociais. A coligação PSD-PTB se inviabiliza, quando o PTB adota posturas ao final dos anos 50, comprometido com um projeto político que assegurasse reformas sociais a segmentos, rural e urbano, que passam a denunciar o caráter concentracionista do modelo desenvolvimentista implementado por JK.

A situação política delineada no período sugere que as alterações estruturais em termos econômicos estava a exigir mudanças nas formas de representação política dos diferentes segmentos sociais. Sustenta-se que os conflitos delineados

¹⁷SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil. 2. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1988, p. 143.

¹⁸Partido reformista é conceituado como sendo aquele capaz de mobilizar várias camadas e classes sociais a partir de uma proposta de um capitalismo social, tornando atraente para os setores da pequena propriedade, urbana e rural, da classe média e até para a classe operária. A concepção e defesa do capitalismo social parte de um projeto modernizante em que se propõem reformas no sistema e no uso da propriedade.

apresentam-se nos organismos políticos já constituídos, ou seja, que:

"O moderno príncipe, o mito príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto: só pode ser um organismo, um elementos complexo de sociedade no qual já tenha iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico é o partido político; a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a ser tornar universais e totais".¹⁹

Nas eleições do legislativo federal, essa tendência é observada e é apresentada em obras que tratam sobre essa questão,²⁰ principalmente nas eleições de 1962.

No Paraná, na década de 50, verifica-se aumento da produção de café no Norte (tabela 1), em consequência de uma conjuntura favorável externamente com os preços do café em alta e também da política de defesa ressuscitada com a criação do Instituto Brasileiro do Café em 1952. Nesse contexto, a fronteira agrícola do Norte do Estado amplia, incorporando novas áreas.

¹⁹GRAMSCI, Antonio Maquiavel. A política e o estado moderno. 5. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1984, p. 6.

²⁰SOUZA, Maria do Carmo Capello de. Estado e partidos no Brasil. 2. ed. São Paulo : Alfa-Omega. 1983 FLEISCHER, David (org.) Os Partidos políticos no Brasil. Brasília : UNB, 1981.

TABELA 1 - PRODUÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE CAFÉ NO PERÍODO DE 1950-70

(bilhões)

ANO	BRASIL		PARANÁ		PR/BR (%)
	Sacos 60 kg	Variação %	Sacos 60 kg	Variação %	
Safrá					
1950/51	16.754	-	4.026	-	24,0
1951/52	15.021	(11,5)	2.843	(42)	18,9
1952/53	16.100	7,2	5.048	77,6	31,2
1953/54	15.148	(6)	3.198	(58)	21,1
1954/55	14.512	(4,4)	1.337	(140)	9,2
1955/56	22.064	52	6.306	371	28,6
1956/57	12.535	(76)	2.176	190	17,4
1957/58	21.628	173	4.731	117	21,9
1958/59	26.807	24	8.590	82	32,0
1959/60	44.100	64,5	20.691	141	46,0
1960/61	29.848	(48)	14.320	(45)	48,0
1961/62	35.860	20	17.942	25	50,0
1962/63	28.703	(25)	18.032	0,5	62,8
1963/64	23.153	(24)	9.157	(97)	39,5
1964/65	18.063	(28)	7.146	(28)	39,6
1965/66	37.776	109	21.058	195	55,7
1966/67	17.505	(116)	7.729	(173)	44,1
1967/68	23.374	33,5	10.912	41	46,7
1968/69	17.000	(37,5)	8.300	(32)	48,8
1969/70	20.600	22	12.300	48	59,7

FORTE: PADIS, Pedro C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

Será a partir do final dos anos 50 a início dos anos 60, que a produção paranaense de café se amplia consideravelmente chegando, na safra 62/63, a deter 62,8% da produção brasileira.

Com os preços altos houve, no Paraná, tendência à monocultura, se não de modo generalizado, pelo menos em alguns municípios. Ela foi, em grande parte, limitada pelo plantio intercalar e pela presença de pastagens. Todo o Norte do Paraná foi dominado por verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 60, quando por efeito, de um lado da queda dos preços do café face a superprodução e por outro, da ação governamental com programas de diversificação agro-pecuária e industrial, foi se conceituando a diversificação da exploração da terra.²¹

Com a expansão cafeeira no Norte do Paraná na década de 50 e a insuficiência de meios de transporte, o escoamento da produção passa a ser realizada por São Paulo, aumentando os vínculos da região com esse estado, econômica e politicamente,

²¹ CANCIAN, Nadir. A cafeicultura paranaense - 1900-1970. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 47.

o que fica visível nas eleições para presidente da República em 1955 em que, o candidato paulista, Adhemar de Barros do Partido Social Progressista, vence no Paraná com 28,1% do total de votos, conforme tabela 2. A vitória desse candidato no Paraná é atribuído não somente aos interesses econômicos da região Norte com São Paulo, demonstrando já a importância política dessa região nos destinos do Estado, mas também a participação do governador Moysés Lupion a favor do candidato Adhemar de Barros.

TABELA 2 - RESULTADO ELEITORAL PARA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, POR CANDIDATO, PARTIDO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS NO PARANÁ, 1955-60

CANDIDATO	PARTIDO/COLIGAÇÃO	1955		1960	
		Abs.	%	Abs.	%
JK	PSD/PTB	108.998	24,0		
Juarez Tavora	UDH/PDC	91.136	20,1		
Adhemar de Barros	PSP	127.433	28,1		
Plínio Salgado	PRP*	103.337	22,8		
Jânio Quadros	PDC/UDN			367.422	51,2
Adhemar de Barros	PSP			161.802	22,6
Teixeira Lott	PSD/PTB			121.462	16,9
Branços		10.563	2,3	45.397	6,3
Nulos		12.522	2,7	21.297	3,0
TOTAL		453.989	100	717.380	100

FORTE: TST/TRE - Paraná Reinventado

*PRP = Partido de Representação Popular

"[...] o Paraná naquela quadra tinha um ênus terrível decorrente da vitória de Adhemar de Barros contra Jucelino Kubitschek e a qual se atribuía a participação do governador. O Paraná, que tivera com Bento Munhoz da Rocha uma fase de presença muito forte nos quadros nacionais (o Ministério da Saúde, da Agricultura, IBC, postos importantes do Banco do Brasil) curti a fossa de um duro isolamento".²²

A vitória de JK nas eleições, seu programa de estímulo ao processo industrial e a continuidade de uma política cambial que significava perdas aos exportadores, será encarada no Paraná como perversa aos interesses do estado. Obviamente que o

²² IPARDES - Fundação Edison Vieira. In: História da Indústria do Paraná 1940-1960. Curitiba, 1988.

convívio do governador com o presidente será conturbado, chegando, muitas vezes, ao descaso frente a oposição do governador ao candidato JK nas eleições de 1955, e o repasse de verbas federais emperra, muitas vezes, nesse fato apesar do governador Lupion ser do mesmo partido do Presidente JK, ou seja, do PSD. Esse atrito irá prejudicar principalmente a integração do Norte com o Sul do Estado, pois as verbas reivindicadas ao governo federal destinavam-se a construção de rodovias que propiciassem tal ligação.

Essas discórdias políticas e o programa de industrialização serão explorados nas eleições para governador do Estado, em 1960, pelo candidato de oposição que vincula, inclusive, sua candidatura no Estado ao candidato de oposição nas eleições à Presidência da República no mesmo ano.

O protesto dos eleitores paranaenses contra a política federal emerge não só nas eleições federais, com a vitória do candidato de oposição, Jânio Quadros com 51,2% do total de votos do estado, mas também no aumento de votos brancos e nulos. Nas eleições ao executivo estadual, o candidato do PDC (Partido Democrata Cristão) Ney Braga vence as eleições mas também se verifica um aumento do número de votos do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), um partido que até então era considerado, no Estado, representante dos interesses dos cafeicultores, mas que no período estava assumindo posições contrárias aos interesses dos cafeicultores o que resulta em um fortalecimento do PDC, partido que elege Ney Braga na eleição para governador, em 1960, com 35,3% do total de votos conforme tabela 3.

TABELA 3 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DE ESTADO, POR CANDIDATO, PARTIDO/COLIGAÇÃO, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS NO PARANÁ EM 1955-65

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1955		1960		1965	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Moises Lupion	PSD/PDC/PTH	184.384	40,8				
Mário Batista de Barros	PTB/PR	130.388	20,8				
Othon Mader	UDN	66.886	14,6				
Luiz Carlos Tourinho	PSP	45.525	10,1				
Ney Braga	PDC/PL			255.328	35,3		
Nelson Maculan	PTB			223.696	30,9		
Plinio Costa	PSD			194.328	26,8		
Paulo Picentel	PTN					518.935	51,1
Bento Kunhoz	PR/PSP/PTB/ PRP					458.119	45,1
Branços		18.295	4,0	18.898	2,6	14.669	1,5
Nulos		6.665	1,5	31.769	4,4	23.587	2,3
TOTAL		451.550	100	724.019	100	1.015.310	100

FONTE: TSE/TRE. In: Paraná Reinventado.

A medida em que o governo federal não atendia as reivindicações do Norte, o candidato que se beneficiou dessa votação foi Ney Braga que representava a mudança a nível estadual, enquanto o Jânio Quadros representava a mudança, entre aspas, a nível federal. Aquela que seria o eleitorado do PTB no Norte na medida em que o PTB não era o partido do povo, mas o partido do café, não tendo outro candidato - não pode procurá-lo no PTB porque este já havia se transformado num partido que não era exatamente o deles, muitas vezes, em contrário, em posição antagônica a eles - preencheu esse vazio com Ney Braga. O partido PTB não participou disso.²³

O que Francisco Magalhães afirma é que o PTB no Norte, até então não era um partido que apresentasse as mesmas características das que se consolidavam nos centros urbanos industrializados. No Paraná, segundo Magalhães, o PTB se apresentava como uma verdadeira colcha de retalhos.

"[...] um partido operário, num sentido populista, em Curitiba, Antonina, Morretes, da região mais antiga, composto também de ferroviários e pequenos assalariados urbanos, num partido pequeno-burguês no sudoeste, de pequenos proprietários agrícolas-gaúchos que eram PTB

²³ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e a ideologia desenvolvimentista. São Paulo : Símbolo, 1978, p. 44-45.

no sul e continuavam aqui - em um partido de comerciantes de café e de cafeicultores médios, no Norte do Estado".²⁴

Se o PTB, inicialmente, pode ser considerado um partido conservador, uma hipótese a ser aventada é que com o aumento da urbanização verificada no Estado, na década de 50, e a migração gaúcha nesse período, amplia-se a base partidária do partido, ou seja, a referência trabalhista não se esgota no conteúdo urbano, apresentando uma base também nas áreas rurais de colonização gaúcha no sudoeste do Paraná. E nas brechas dessa redefinição do PTB, que o PDC se fortalece nas áreas rurais do Norte, apresentando, seu candidato, um discurso que coincide com a consciência que aquele segmento social defende sobre o papel a ser desempenhado pelo Estado na dinâmica estadual, ou seja, estimular o processo de industrialização. O ímpeto industrializante do projeto de desenvolvimento a ser implementado pelo novo governo estadual, vitorioso nas eleições para governador do estado, ratifica "a existência de uma recomposição no bloco do poder estadual".²⁵

O PDC também se fortalece nas eleições para deputados estaduais em que consegue eleger doze deputados, conforme tabela 4. Uma coligação vitoriosa foi do PSP (Partido Social Progressista) de Adhemar de Barros com o MTR (Movimento Trabalhista Renovador). O MTR foi criado a partir de uma dissidência interna do PTB, encabeçada por Fernando Ferrari em 1950, e tornado partido em 1962. Segundo Suely Bastos

[...] as razões da cisão do MTR como PIB consiste em que ela se dá frente ao progressivo estabelecimento da ala brizolista dentro do partido e que o fulcro, tanto do brizolismo quanto da cisão interna desencadeava por Ferrari, é a regionalização decisória do PTB bem como sua experiência de governo. Neste nível,

²⁴AUGUSTO, p. 114.

²⁵AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 48.

portanto, o referencial para a explicação do cisão do MTR esta localizado na evolução da posição política petebista enquanto partido nacional e, neste caso e nesse momento, pela sua conjugação com fatores regionais.²⁶

TABELA 4 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, POR PARTIDO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS E NÚMEROS DE CADEIRAS NO PARANÁ - 1954-62

PARTIDO/COLIGAÇÃO	1954			1958			1962		
	Abs.	%	Nº Abs.	Abs.	%	Nº Cad.	Abs.	%	Nº Cad.
PTB	100.887	23,7	11	155.521	24,9	13	188.136	23,0	12
PR	64.014	15,0	7	-	-	-	-	-	-
UDM	65.019	15,3	8	-	-	-	130.940	16,0	8
PSD	95.017	22,3	11	211.921	33,9	17	115.763	14,2	7
PSP	62.187	14,6	7	58.730	9,4	4	-	-	-
PSB	-	-	-	-	-	-	7.204	0,9	0
PDC	14.063	3,3	1	44.196	7,1	3	198.167	24,3	12
PL	3.638	0,9	0	-	-	-	-	-	-
UDM/PL	-	-	-	88.236	14,1	7	-	-	-
PRC/PTB/PRT	-	-	-	24.118	3,8	1	-	-	-
PRC/PTB/PST/PR/	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSP/NTR	-	-	-	-	-	-	90.176	11,1	6
Branco	7.686	1,8	-	28.873	4,6	-	55.694	6,8	-
Nulos	7.739	1,8	-	14.030	2,2	-	30.681	3,7	-
TOTAL	425.709	100	45	626.645	100	46	817.201	100	45

FONTE: TSE/TRE. In: Paraná Reinventado.

A experiência obtida pelo governador Leonel Brizola na administração do Rio Grande do Sul, não implicava a nacionalização de problemas a soluções políticas regionais, mas na medida que a situação do Estado do Rio Grande do Sul se articulava com outras situações semelhantes para configurar a questão nacional dos desequilíbrios regionais, consequência da aceleração da industrialização, a regionalização decisória e a experiência do governo do Rio Grande do Sul passa a ser significativa. Na realidade a cisão resultou de divergências da cúpula do partido quanto à posição do PTB, frente às questões

²⁶ BASTOS, Suely. A cisão do MTR com PTB. In: FLEISCHER, David (org). Os partidos políticos no Brasil. vol. 1. Brasília : UNB, 1981, p. 116.

mais significativas no período, considerando a capacidade (real ou potencial) de mobilização popular do partido.

O PSP, antes de 1962, com o surgimento do janismo em São Paulo e considerando a divisão interna do PTB paulista, permite a seu líder, Adhemar de Barros, continuar com sua aliança histórica com o PTB estadual. Mas com a crise iniciada com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o líder máximo do PSP redefine sua estratégia, afastando-se, definitivamente, do PTB a campanha de Adhemar, na eleição para governador do Estado de São Paulo, em 1960, será calcada na imagem de um político conservador, defensor das instituições democráticas contra a subversão comunista, com quem, inclusive, se aliararem no passado.

"Eleito como defensor da ordem, Adhemar não tardaria a romper com o governo federal, engajando-se na conspiração que culminaria com o movimento militar de 64, dentro de uma estratégia que visava não apenas a deter a radicalização de esquerda mas também - dado o peso decisivo da adesão de São Paulo ao movimento de março - aumentar suas chances de chegar à Presidência da República em 1965".²⁷

Retornando às eleições para o legislativo estadual em 1962, pode-se compreender, a partir das considerações anteriores, sua composição partidária. Como se observou, o PDC apresenta um crescimento absoluto e relativo, o que confirma uma estratégia política do governador Ney Braga que será vitoriosa, principalmente, em áreas rurais no Norte do Estado, que até então votavam no PSD. O PSD, ao contrário, apresenta um declínio absoluto e relativo, e o PTB ~~tirar~~ permanece com seu número de cadeira, numa confirmação do partido no Estado,

²⁷ SAHPAIO, Regina. O Partido Social Progressista em São Paulo. In: FREISCHER, David (org.) Os partidos ..., p. 180.

principalmente em áreas recém ocupadas, e nos centros urbanos. A permanência do PSP no Paraná dependerá de aliança com os dissidentes do PTB, integrantes no MTR, que discordem da orientação PTB a nível nacional.

Em suma, no legislativo paranaense, o conjunto de dados demonstram a existência de uma tendência também visível em outros estados que participaram do processo de industrialização acelerado na década de 50, ou seja, declínio do PSD, confirmação do PTB como grande partido e se caracterizando como organização política de bases nacionais e ascensão de pequenos partidos centristas, como resposta a uma estrutura partidária mais definida ideologicamente.

O que transparece pelas análises da composição partidária e dos partidos é que no Paraná, no período, existia toda uma nova dinâmica social a exigir do Estado respostas para os problemas enfrentados pela elite cafeeira no Norte, pelos problemas de terra no oeste/sudoeste e pelo inchaço dos principais centros urbanos paranaenses.

Considerando as eleições enquanto "instrumento básico de obtenção do consenso e da conquista da estabilidade dos sistema político e de seus ordenamentos jurídicos"²⁸ e apesar das deficiências dos procedimentos eleitorais e partidários, do caráter clientelista dos partidos, observam-se alterações político-partidárias, principalmente, nas eleições do legislativo. Se a máquina eleitoral tenta canalizar os distintos interesses da sociedade, cabe aos partidos serem profícuos no seu intento, na medida que é na capacidade de responder às alterações sócio-econômicas, que depende a

²⁸FARIA, José Eduardo. Poder e legitimidade. São Paulo : Perspectiva, 1978. p. 66.

manutenção, desintegração ou reforço dos diferentes partidos, considerando as características destes no Brasil.

No início dos anos 60, são visíveis as transformações sócio-econômicas a nível nacional e estadual. A pressão do contexto irá refletir, exigir posições ideológicas mais definidas dos partidos e dos candidatos, principalmente a postos do Executivo, que vêm premidos a assumirem compromissos com programas de governo que se apresentam como alternativos a uma situação crítica. O alternativo foi, na forma, apresentado como "novo", como instrumento do moderno.

No Paraná, em particular, em decorrência da perda da dinamicidade do café, da maior urbanização, do crescimento populacional (e de eleitores), o moderno será apresentado com a proposta de industrializar o Estado e partir de um planejamento em que o governo assumiria responsabilidades infra-estruturais e incentivaria o capital industrial privado.

3 A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

3.1 A EMERGÊNCIA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INDUSTRIAL

A questão da industrialização aparece como preocupação do governo estadual em meados da década de 50, quando é criada a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP) que objetiva melhorar a administração e a situação econômica do Estado. O Estado sofria uma série de problemas, segundo os elaboradores do Plano de desenvolvimento, decorrentes de seu "desenvolvimento espontâneo" e para eliminar esses problemas seria necessário uma maior intervenção governamental, ou seja, um planejamento.

No documento enviado à Assembléia Legislativa o Governador em exercício Adolpho de Oliveira Franco, afirma que:

[...] enfrentar os nossos problemas de transporte, a par dos de armazenagem e conservação dos produtos regionais, carecemos de energia abundante, com que expandir as atividades produtoras e levar o conforto as populações do interior: a industrialização de nossas matérias-primas é um imperativo, [...] o processo de ocupação da terra, a valorização e a defesa dos recursos naturais e daqueles que os exploram reclamam uma política esclarecida do poder público para que novos e graves problemas não se gerem no futuro [...] significa que a ação do poder público estadual exige um planejamento, em que considerem devidamente encargos governamentais e as iniciativas privadas.¹

O Governador solicita à Assembléia, nesse documento, a aprovação da lei que instituiria o serviço estadual de planejamento econômico que iria elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná. O anteprojeto é aprovado e transformado na lei de nº 2.431 de 3 de setembro de 1955, criando o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico.

¹ IPARDES - Fundação Edison Vieira. História da Indústria no Paraná (1940-60). Curitiba, 1988. p. 226.

Em uma primeira fase (novembro de 55 a janeiro de 56), caberá à Comissão de Coordenação do PLADEP a elaboração de programas setoriais e a integração num plano de desenvolvimento econômico previsto em lei. Na segunda fase (fevereiro a novembro de 56), inicia-se a formação da equipe do PLADEP. A forma de vinculação que irá ocorrer, nesta fase, entre universidade-governo, proporcionado pelo PLADEP, foi responsável por uma formação cepalina² de compreensão da economia. Outra tendência vem do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, verificada pelos diagnósticos realizados da economia.

Em dezembro de 56, começa a terceira fase da Comissão de Coordenação do PLADEP marcada pelo encaminhamento direto ao governador, de seus trabalhos, visando a agilizar o funcionamento do órgão. Algumas mudanças são realizadas:

a) as reuniões do Conselho passaram a ser convocadas pela Secretaria do Governo, a pedido do Governador, quando julgasse necessário, sendo relator dos estudos o presidente do PLADEP, assessorado por técnicos;

b) as atribuições da Comissão de Coordenação do PLADEP foram aumentadas, passando a assessorar o governo do Estado nos problemas econômicos e financeiros cujas soluções ou pareceres lhe fossem solicitados;

c) são criados na Comissão de Coordenação, Grupos Especiais, mediante decretos, a fim de fixarem as diretrizes gerais da política governamental e dos setores específicos. Participaram do Grupo, além de técnicos da Comissão do PLADEP, outros de organismos públicos e privados, ligados aos setores em estudo, investido de autoridade para traduzir as opiniões dos órgãos representados. Os trabalhos elaborados, constituindo-se estudo da Comissão de Coordenação, são encaminhados na forma prevista para os demais trabalhos.³

O Governador Moysés Lupion incluiu no seu programa de governo o Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado, que,

²CEPAL. Comissão Econômica para América Latina criada em final dos anos 40, visava explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar formas de superá-la, contribuindo assim para a elaboração da ideologia desenvolvimentista.

³IPARDES - Fundação Edison Vieira. História da indústria do Paraná, 1940/60. Curitiba, 1988. p. 233.

segundo ele, teria surgido da necessidade de orientar o desenvolvimento expressivo do Estado "que o colocava entre as três unidades da federação que apresentam mais intenso ritmo de progresso".⁴

O desgaste político do segundo governo Lupion foi responsável pelo fato de que as propostas do PLADEP, permanecessem restritas a sua formulação teórica. A falta de financiamentos estaduais, (decorrente de questões ligadas ao contexto econômico) e federal (questões políticas) inviabiliza a atuação do PLADEP.

Assim, embora o discurso do PLADEP estivesse relacionado a "mística de planejamento" trazida a nível nacional com o governo JK, através do Plano de Metas, a impossibilidade econômica/política impediu-o a ser colocado na prática. Daí, a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná - PLADEP não ter conseguido firmar-se como órgão de planejamento. Sua contribuição limitou-se a estudos sobre os principais setores da economia estadual e ao treinamento de pessoal especializado.⁵

Apesar desse relativo fracasso, o PLADEP, com seus estudos e diagnósticos, assenta perspectivas de análise, e salienta problemas na economia que passam a orientar a intervenção do estado, particularmente no governo Ney Braga a partir de 61. O setor privado, com esse canal, consegue firmar bases de seu projeto político ligado à menor dinâmica cafeeira e à necessidade do estado criar condições para acelerar a acumulação capitalista.

A discussão travada no PLADEP, na segunda metade da década de 50, gradativamente ganha novos espaços na sociedade aparecendo, conseqüentemente, como uma "unanimidade" a necessidade de o Estado incentivar o processo de industrialização.

⁴IPARDES, p. 234.

⁵IPARDES, p. 236.

3.2 A IDEOLOGIA NACIONAL DESENVOLVIMENTISTA

Na década de 50, existe uma consciência de que os lucros obtidos no setor cafeeiro tendiam a ser reinvestidos na própria cultura, em decorrência da existência de terras férteis e abundância de mão-de-obra e das altas cotações alcançadas pelo café no mercado externo; no entanto, os estudos realizados pelo PLADEP e outros do período apontavam para a necessidade de se eliminar a instabilidade da economia paranaense, advinda da predominância da produção cafeeira, afetada pelas oscilações climáticas, pelas condições do mercado externo e outros.

"O balanço dos elementos básicos da economia do Paraná [...] é suficiente para eliminar qualquer prognóstico de estagnação econômica. [...] Certamente tal evolução será heterogênea do ponto de vista geográfico e setorial, caso continue baseado preponderantemente no processo espontâneo".⁶

Essa situação era agravada pela transferência de renda do Paraná para São Paulo.

[...] costuma-se distinguir numa economia o que se chama de centro econômico e periferia. O centro econômico é o lugar geométrico com as características de maior adensamento de capital, maior concentração industrial diversificada e maior índice de serviços, apresentando altos índices de produtividade do trabalho.

Teoricamente, o centro econômico, necessitando um crescente volume de produtos primários, dá à periferia possibilidades de usufruir um nível de vida mais ou menos semelhante ao seu, pois, lhe obriga à utilização de meios técnicos modernos para aumentar a sua produtividade e, assim, poder arcar com a responsabilidade de suprir o centro econômico de produtos primários e de mão-de-obra.

Na realidade, porém, nem sempre os centros reagem aos estímulos da periferia na forma admitida. Verifica-se que na prática realiza-se a transferência das vantagens do aumento de produtividade das regiões [...] ao centro [...] é a elasticidade da procura, são as dificuldades de controle da produção, é a influência dos transportes, a pericibilidade do produto, etc. Tudo permitindo aos centros, na maioria dos casos, imporem as condições de comércio com as zonas de periferia. O caso torna-se realmente complicado quando o centro econômico tem grandes possibilidades de produção primária, como acontece com os Estados Unidos em relação aos países sulamericanos e com São Paulo em relação ao Paraná. Nesses casos o desequilíbrio tende a se verificar cada vez mais flagrante se medidas adequadas não forem tomadas com oportunidade. Assim se a economia foi deixada ao seu próprio destino, as consequências podem ser os mais imprevisíveis, pois, as regiões ricas (centro) serão cada vez mais ricas e os pobres, com as consequências desastrosas ao país considerado como um todo.⁷

⁶ Estudos de desenvolvimento regional. Série levantamentos e análises - 13.1959. CAPES, p. 108.

⁷ IPARDES, p. 234-244.

Na citação, fica clara a utilização do arcabouço teórico cepalino para explicar a perda de renda pelo Paraná para São Paulo, a partir das relações comerciais. Tudo ocorreria a partir dos vínculos comerciais não se atendo ao processo de acumulação, mas sim à predominância da realização sobre a acumulação, já tanto enfatizada pelos críticos da concepção cepalina.

Mas o mais importante é que essa forma de abordagem da forma de inserção da economia paranaense, na economia nacional, não negava a lógica da acumulação, mas ao contrário, reafirmava. Na medida que não atacava a forma de expansão do capitalismo, irá permitir que o Estado seja chamado para acelerar essa expansão, ou no caso em questão, que o governo estadual com a autonomia relativa tida, antes de 1964, utilize de seus instrumentos para acelerar o processo, orientando o capital e respondendo às pressões políticas.

Aquele diagnóstico (cepalino) sobre a economia paranaense aparece em diferentes fontes do período.

"O Paraná registra por um longo período saldos elevados em seu balanço comercial com o resto do país e o exterior. Caracteriza-se como uma economia basicamente exportadora de capitais através de seu mecanismo de comércio. Assim sendo, financia, mediante a transferência de uma parcela da sua renda, outras regiões em particular São Paulo. Nesse aspecto repousam as justas aspirações do Estado no sentido de uma revisão da política de investimentos federais em benefício do Paraná".⁸

O que se verificava sim era uma maior inserção do estado no processo de desenvolvimento do capital, particularmente do norte do estado que sofrerá, também, uma desaceleração de seu

⁸Estudos de desenvolvimento regional. Série levantamentos e análises, nº 15 - 1959 - CAPES, p. 103.

crescimento, na medida que a acumulação de capital passa por uma série de contradições ao final da década de 50.

"Toda a expansão (do café) alterará profundamente a estrutura da economia paranaense sobrepondo as regiões tradicionais uma nova composição de demanda, formando uma outra economia, que com elas não se interligava, por não ser este desenvolvimento decorrência de sua evolução. O Norte do Paraná era um prolongamento da economia paulista e não da economia tradicional".⁹

Magalhães, neste parágrafo, tem uma interpretação que corresponde ao processo verificado. Na medida que se afirma a integração, passará o Norte a sofrer os reveses da dinâmica capitalista.

Para responder a essas contradições e permitir a continuidade do processo, o candidato e depois o Governador Ney Braga apresentará um plano governamental que, em última instância, visava a uma maior racionalização da intervenção do Estado no desenvolvimento capitalista, tentando minimizar as contradições do processo de acumulação.

"A função primordial do governo é de não só estabelecer, por meios indiretos, o clima favorável à expansão da economia-nacional, como o de atuar diretamente em certos setores, considerados estratégicos, para o aceleração desse desenvolvimento, particularmente quando não são preenchidos pela iniciativa privada. O papel do governo varia, então, conforme o estágio de desenvolvimento do país ou da região".¹⁰

Essa intervenção deveria ser orientada a um objetivo, qual seja, de industrializar o Estado.

⁹MAGALHAES FILHO, Francisco. PARANA: premissas para uma política econômica. Revista paranaense de desenvolvimento, n.10, jan./fev. 1969. p. 8.

¹⁰IPARDES - Fundação Edison Vieira. História da indústria do Brasil, 1940/60. Curitiba, 1958. p. 242.

3.3 A CONJUNTURA ECONÔMICA

Ney Braga, ao vencer as eleições em 1961, afirma a necessidade de se impor mudanças ao governo do Estado.

"Afirmamos com toda a energia que nos dá o voto popular que não está havendo somente uma mudança de pessoas no governo. Uma nova mentalidade para resolver velhos problemas, será aplicado por novos homens, novas concepções na tarefa de trabalhar pelo Paraná".¹¹

A concepção de novo aparece em seu discurso. Mas a que se vincula esse novo?

No momento em que Jânio assume o governo da República, disposto a bem aplicar o dinheiro público e a racionalizar a administração, procuraremos enquadrar nossa tarefa nesta mesma linha, estabelecendo uma escala de prioridade na população dos vários problemas, dando especial ênfase àqueles relacionados com os bens de subsistência, com a saúde pública, com a educação do povo, e com a infra-estrutura econômica do Estado. A administração que pretendemos instalar no Paraná procurará prever, criar e empreender de maneira que seus órgãos sejam instrumentos eficientes da transformação que pregamos. Sustentando a eficiência como princípio, combateremos a confusão dos serviços, as morosidades burocráticas, as escleroses administrativas e o desperdício do trabalho oficial. Colocaremos a máquina administrativa em condições de atuar com a maior produtividade possível em um programa de desenvolvimento que propicie ao estado a fixação de suas riquezas o que ajudará ainda mais o Brasil e possibilitará a elevação do nível de vida da população paranaense.¹²

A "desordem" administrativa é apontada como causa da perda de riquezas do estado e pelo nível de vida da população. Implícito está a aceitação da tensão social, das contradições emergentes sendo suas causas no entanto, deslocadas para a estrutura administrativa do Estado. O sistema político, ao aceitar as contradições, institucionaliza os conflitos possibilitando uma solução, ou seja, "[...] por meio de procedimentos específicos através dos quais os endereçados das decisões aprendem a aceitar uma decisão que vai correr, antes de sua ocorrência concreta, ele cria condições para a canalização das divergências entre indivíduos, grupos e classes de modo a neutralizar os efeitos potencialmente desagregadores de cada clivagem".¹³

¹¹ PEDIMOS a Deus, com humildade que nos ajude a governar bem. Gazeta do Povo - 01-02-61.

¹² GAZETA DO POVO...

¹³ FARIA, José Eduardo. Retórica política e ideologia democrática. Rio de Janeiro : Graal, 1984, p. 17.

No período da emergência da posposta, a economia paranaense sofria um período crítico, decorrente da crise da economia cafeeira, que reflete no PIB paranaense a partir de 1959, com uma breve recuperação em 1962. Conforme dados apresentados na tabela 5, as taxas de crescimento do PIB paranaense, a partir de 1955 a 1959, foram superiores às taxas verificadas no Brasil, sendo que tal dinamicidade será responsável, entre outros fatores, pelo maior fluxo migratório para o Estado.

TABELA 5 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO E PARANAENSE,
1950-1970

(Em %)

TAXA DE CRESCIMENTO	BRASIL	PARANÁ
1950	6,5	-
1951	6,0	(2,4)
1952	8,7	22,7
1953	2,5	6,1
1954	10,1	(13,41)
1955	6,9	35,37
1956	3,2	20,14
1957	8,1	20,00
1958	7,7	17,92
1959	5,6	8,0
1960	9,7	8,1
1961	10,3	3,5
1962	5,3	15,8
1963	1,5	(14,34)
1964	2,9	3,4
1965	2,7	15,88
1966	3,8	(5,3)
1967	4,8	n.c.
1968	11,2	n.c.
1969	10,0	n.c.
1970	8,8	n.c.

FONTE: Conjuntura Econômica 1969. In: AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 154.

- Estimativa da renda interna e do índice do produto real do Paraná - 1970-80 - IPAPDES/84.

- PELAEZ, Carlos H. Economia brasileira contemporânea. São Paulo : Atlas, 1987, p. 117.

* Não consta.

Em 1959, apesar do Paraná apresentar um crescimento ainda superior ao do país, a queda do nível do PIB é significativa. O café, principal atividade paranaense, começa a apresentar uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo que as exportações caem, a produção continua a aumentar. Essa situação torna-se crítica ao final da década de 50, refletindo na queda do PIB paranaense, haja vista a importância desse produto ao Estado e a participação crescente do Paraná na produção nacional a partir desse período.

"O declínio das percentagens referentes ao café (relação entre as exportações e produção nacional), reflete a relativa retração da demanda de café no mercado mundial, decréscimo da participação do Brasil nesse mercado e os efeitos da política interna de sustentação que favorecia o crescimento da produção".¹⁴

Na década de 30, a participação do Brasil no mercado mundial de café era, em média, de 53%. Em 1960, essa participação cai para 38,5%. Além disso, a partir de 54, os preços externos do café começam a cair, chegando em 1959 a valer 60%¹⁵ do preço alcançado em 1954.

Apesar do contexto delineado, a produção de café no Paraná, até o final da década de 50, continuou a crescer, demonstrando que, apesar de todo o contexto desfavorável, era altamente rentável sua produção no Estado, assegurada também pela política de sustentação do governo federal.

"Na segunda metade da década de 50, o governo brasileiro teve de se voltar cada vez mais para o problema da superprodução do café. Empenhou-se na compra de excedentes e passou a remunerar os exportadores de café com uma taxa de câmbio-correspondente a cerca da metade das

¹⁴BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro : FGV, 1988. p. 32.

¹⁵BAER, p. 35.

taxas de importação, obtendo alguma receita adicional graças a essa diferença de taxas. Essa receita extra foi utilizada no financiamento do programa de defesa do café, bem como em outras atividades governamentais".¹⁶

A conclusão é que, apesar do "confisco" cambial, os preços externos, até 1959, eram compensadores o que estimula o aumento da produção. Atentando-se ao fato do aumento da produção, manutenção relativa da quantidade exportada de café e queda do preço no mercado externo "torna-se claro ter o governo defendido ativamente o setor café contra perdas equivalentes ao declínio de sua receita de exportação".¹⁷

Essa proteção ao setor exportador estava vinculada a uma política de maior integração com capital externo, de incentivo ao capital industrial nacional e de gastos públicos em infra-estrutura alicerçados no Plano de Metas. O financiamento dos gastos públicos federais advinha de empréstimos externos de curto prazo e de déficits cobertos com emissões inflacionárias.

A queda do preço do café no mercado externo; o crescimento dos serviços do capital estrangeiro a partir de 57, como consequência dos investimentos e empréstimos externos acumulados desde o início da década; O "curto período de maturação dos empréstimos, contrapartida das condições prevalecentes no mercado internacional de capitais bem como da hostilidade as agências de crédito como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as instituições de financiamento oficiais e para oficiais norte-americanas para com a política de industrialização 'tout court' do período, com seus aspectos de protecionismo,

¹⁶BAER, p. 49.

¹⁷BAER, p. 103.

controle seletivo das importações e déficit fiscal";¹⁸ a aceleração do processo inflacionário; a expansão da fronteira agrícola e a maior exploração do trabalhador rural, são algumas das contradições emergentes no final da década de 50, como consequência da aceleração do desenvolvimento capitalista nacional ocorrida no governo JK.

O Paraná será atingido com a queda de preço do café e com a tendência à superprodução em uma situação em que o governo federal, especialmente em 1959, terá que equilibrar déficit fiscal, como exigência das instituições financeiras internacionais para negociar dívida externa. O estado é atingido em um momento de grande crescimento populacional, como resultado das migrações internas principalmente, como pode ser observado na tabela 6.

TABELA 6.- TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, DO BRASIL, PARANÁ E CURITIBA, 1950-1970

	1950-60	1960-70
Brasil	3,0	2,9
Rural	1,6	0,6
Urbana	5,2	5,2
Paraná	7,2	4,9
Rural	6,5	4,1
Urbana	9,4	6,7
Curitiba	7,2	5,4

Fonte: IBGE.

Também, na década de 50, verifica-se um grande crescimento urbano no Estado do Paraná, com taxas de crescimento anual de 9,4% e Curitiba com 7,26%, que significará

¹⁸SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz G.M.; COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. v.1. 3. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 78-79.

um crescimento na década de 147,20% e 100% respectivamente conforme tabela 7.

TABELA 7 - TAXA DE CRESCIMENTO, NA DÉCADA DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, DO BRASIL, PARANÁ E CURITIBA, 1950-1970

	1950-60	1960-70
Brasil	34,90	32,92
Rural	16,90	5,9
Urbana	66,67	66,39
Paraná	101,76	62,36
Rural	86,63	49,39
Urbana	147,20	91,77
Curitiba	100	68,56

FONTE: IBGE.

Como pode ser observado na tabelas 6 e 7, as maiores taxas de crescimento de Curitiba ocorreram nos anos 50 (7% a.a. em média), com um aumento de 100% da população na década. O crescimento vincula-se à dinâmica cafeeira do Norte do Estado no período que, com o aumento de preços do início da década, estimula significativamente a ampliação da produção, expandindo a fronteira agrícola para o Norte Novíssimo, em busca de novas terras. Ao final dos anos 50 inicia, com uma pressão de oferta, a queda dos preços do café o que se traduz na substituição da produção cafeeira por pastagens e lavouras temporárias nas diferentes regiões do Norte do Estado do Paraná. A substituição do café por culturas extensivas na utilização de mão-de-obra e por gado, ao final dos anos 50 e início dos 60, traduz-se em um processo de êxodo rural em particular para a capital, o que colabora com o crescimento populacional vertiginoso de Curitiba.

Na década de 60, o crescimento populacional de Curitiba diminui, em comparação aos anos 50, mas permanece em elevados patamares (5,35% a. a. em média). São deste período as medidas

destinadas à erradicação do café como forma de se atingir o equilíbrio da produção e o início da modernização da agricultura. Ambas políticas resultam em maior expulsão de mão-de-obra do campo, ocorrendo esse processo com maior intensidade nos anos 70.

Quando o candidato Ney Braga ganha as eleições em 1960, verifica-se o início do processo de reversão de atividade cafeeira. As medidas propostas visam a responder a um contexto altamente crítico em termos da situação sócio econômica. A idéia do planejamento surge assim em um contexto histórico que, pela sua dinâmica, impõe a necessidade de intervir e planejar, além do que, no período, existia uma autonomia que possibilitava aos estados criar mecanismos e instituições de forma a responder às incongruências do desenvolvimento capitalista.

"[...] afinal, como a ação estatal contém em si respostas políticas às pressões originadas das relações entre as frações mais dinâmicas do processo produtivo e os governantes, a intervenção e o planejamento tornam-se essenciais não propriamente para substituir o sistema de preços, porém para corrigir-lhe as distorções e, desse modo, evitar a desagregação das estruturas da economia capitalista".¹⁹

O planejamento no Paraná é apresentado como mecanismo que seria responsável pela estabilização econômica e social. A estabilidade seria alcançada com intervenção governamental no sentido de estimular a industrialização que, dessa forma, evitaria a fuga de capitais para outras regiões do país, aumentando, conseqüentemente, o nível de vida da população. Com relação à "fuga de capitais" afirma o governador, quando de sua posse no início de 1961:

¹⁹FARIA, p. 108.

Este objetivo não vem sendo alcançado, inclusive porque parte dos recursos produzidos pelo capital, pelo trabalho e pela terra paranaense não é aplicado em nosso Estado, mas canalizado para outras regiões do país. Nossa economia principalmente agrícola, sujeita a flutuações de safras e preços sofrendo a amputação de grande parte de seus lucros pelo confisco cambial, vê, as vezes agravada sua situação por fenômenos de natureza que, em certos casos, atuam como reguladores da oferta, mas transferem para o Paraná todo o ônus da safra perdida. Uma das etapas do nosso programa procurará criar as condições necessárias para dar estabilidade à nossa economia e reduzir a fuga de recursos que aqui deveriam ser aplicados. Um Paraná industrializado, cuja estabilidade econômica garanta a agricultura será possível desde que se prepare, com urgência, a sua infra-estrutura econômica nos setores de energia elétrica e transportes.²⁰

A industrialização deveria assegurar a agricultura e não ao contrário, o que leva à hipótese de que, na realidade, o objetivo era propiciar novas oportunidades de investimento ao setor cafeeiro e também para empreiteiros que apoiavam o governador e, sendo assim, o Estado passará a vincular a criação de infra-estrutura à proposta de industrialização do Estado.

3.4 PROBLEMAS PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O CAFÉ

A questão de ampliação da oferta de energia elétrica passa a ser encarada como fundamental para o desenvolvimento do Estado.

Um dos sérios problemas que enfrenta o Paraná presentemente é o da falta de energia elétrica às várias regiões do Estado, notadamente Curitiba, onde se faz "sentir" a necessidade de instalação de indústrias.

Não se pode negar que essa deficiência muito tem contribuído para que capitais que poderiam ser investidos em estabelecimentos fabris, no Paraná, fossem para outros estados de maior possibilidades nesse setor, prejudicando assim o desenvolvimento do nosso parque industrial. Assim, quando o café atinge posição de destaque na conjuntura econômico-financeira do Estado ao lado de expressiva produção agrícola, falta energia para a criação de indústrias. Fenômeno contrário ocorreu com São Paulo, onde logo que as terras se foram desgastando, os homens que tiveram absoluto êxito no desenvolvimento da agricultura iniciaram suas atividades no mundo industrial realizando, assim, o fabuloso parque que constitui orgulho para país. [...]

É a capital que reclama energia, é o norte do Estado, cujo progresso está reclamando a instalação de parques industriais e as possibilidades de fornecimento por parte das usinas não o permitem, entravando, assim, o nosso desenvolvimento econômico.

²⁰ "PEDIMOS a Deus com humildade que nos ajude a governar bem". Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.

No programa do atual governo (Lupion) muito embora constasse de suas metas e energia elétrica, esta não teve o desenvolvimento esperado. Assim, espera-se que o governador eleito (Ney Braga) não só continue as obras de Figueira, e outras, mas cuide também, com especial atenção, desse importante setor que muito contribuirá para o desenvolvimento e intensificação do nosso progresso.²¹

Agora, o que entrava o desenvolvimento é a falta de energia elétrica e não mais a fuga de capitais ou a política federal. O leque de motivos responsáveis pela situação paranaense vai se ampliando na mesma medida que se amplia a certeza da necessidade de intervenção governamental para eliminar os entraves ao desenvolvimento paranaense.

Se o objetivo era fornecer energia elétrica à capital, essa energia deveria ser oferecida a preços baixos com vistas a capitalizar o setor privado, a transferir recursos do setor público ao setor privado. Conseqüentemente, inicia-se campanha contrária às concessionárias privadas, reforçando a idéia de que energia barata só aquela fornecida pelo Estado.

Isso ocorre antes da criação da ELETROBRÁS e da estatização da AMFORP (American Foreign Power Company), empresa norte americana, com dez concessionárias em diferentes estados do país, sendo uma delas a Companhia Força e Luz do Paraná instalada em Curitiba.

O ataque feito às concessionárias privadas destaca os preços das tarifas elevadas e a necessidade de uma maior fiscalização do governo para evitar tais "abusos".

Está o nosso desenvolvimento industrial completamente estagnado, uma vez que as concessionárias existentes e que exploram o serviço de distribuição e produção de energia elétrica, não procuram ampliar as suas instalações. Prova-o o fato de que alcançam elas o maior índice de consumo da produção reduzida que oferecem, e o que lhes propicia uma rentabilidade extraordinária, que ultrapassa por mais de uma dezena de vezes a fixada em lei que as regulamentadas.

Na forma instituída no Código de Águas e ratificada na Constituição Federal vigente, a União mantém em suas mãos o controle das concessionárias. Entretanto não exercita ela qualquer fiscalização de modo que permite que essas gozem de um verdadeiro poder do Império, e pratiquem, por tal efeito em face da displicência

²¹ENERGIA Elétrica. Gazeta do Povo, 05 jan. 1951.

daquele órgão fiscalizador, toda a sorte de abusos, num flagrante assalto à economia do povo e da Nação [...]. Não deve ser aceito que a energia elétrica sendo produzida com recursos do poder público, ou seja, com dinheiro do povo, não se concebe que após os incalculáveis sacrifícios para a vitória final, entreguemos essa mesma energia, para empresas e companhias particulares que entrega a energia obtendo lucro.²²

O Deputado estadual Waldemar Daros, que realizou a crítica acima, vai mais longe em outro artigo que transcreve sua fala na Assembléia Legislativa no ano seguinte, após a aprovação, pelo Congresso Nacional, da criação da ELETROBRAS.

Desde 1934 com o advento do Código de Águas, as empresas concessionárias do serviço de água e energia elétrica em nosso país passaram a exercer um poder de império, acima do próprio poder público [...] a Companhia Força e Luz do Paraná, devido a falta de fiscalização do governo federal, vem praticando toda a sorte de arbitrariedades contra a economia do povo paranaense, entervando, inclusive, o progresso de nosso parque industrial em virtude do péssimo serviço que oferece.²³

O Código de Águas foi instituído no Governo Vargas em 10 de junho de 1934, pelo Decreto de nº 24.643 e irá modificar as regras para os aproveitamentos hidrelétricos, que serão incorporados pela Constituição de 1934, atribuindo à União a competência para legislar sobre energia elétrica hidráulica.

Com o Código de Águas irá ocorrer a separação da propriedade das quedas d'água, das terras em que se encontram, incorporando-as ao patrimônio da Nação; atribuirá à Nação a competência da outorga de autorização para uso privativo ou serviço público, instituirá o princípio do custo histórico e do "serviço pelo custo", de lucro limitado e assegurado e, finalmente, inicia a nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país, ressaltando, porém os direitos adquiridos.

²² GOVERNO proibido de vender ou doar energia elétrica a empresas que exploram esse mesmo ramo de indústria. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan 1961.

²³ FORÇA e luz entrava o progresso de nosso parque industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 maio 1962.

Em 1939, é criada a Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, e o Governo Federal passará a atuar no setor com funções normativas e fiscalizadoras.

Após a II Guerra Mundial, com a expansão industrial nacional, o setor elétrico passa a ser considerado como um ponto de estrangulamento ao desenvolvimento econômico, levando o governo federal a adotar providências para atenuar a crise de suprimento de energia elétrica. Para tanto, é criado em 1954 o Plano Nacional de Eletrificação, que propunha em seu projeto, enviado ao Congresso, também a criação de uma empresa federal, a ELETROBRÁS.

O Plano Nacional de Eletrificação tinha como finalidade atender as necessidades nacionais, mediante amplo e coordenado programa de obras e serviços destinados a ampliar em grande escala a capacidade de geração de energia, sua transmissão e distribuição. Para atender os objetivos do Plano de Eletrificação, é que o governo também propõe a criação da ELETROBRÁS. Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, o projeto da ELETROBRÁS transformou-se na lei de nº 3.890 de 25 de abril de 1961, começando a funcionar em junho de 1962.

A ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A), empresa de economia mista, passou a ser responsável pela execução da política nacional de energia elétrica, planejando, funcionando, coordenando e supervisionando os programas de construção, ampliação e operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade.

Isso se verifica somente, portanto, a partir de 1962 e com mais afinco pós 64, quando se inicia um processo de

estatização das empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, passando a se vincular à ELETROBRÁS.

Até 1961, quando o deputado Daros inicia suas críticas, o Paraná apresenta uma situação deficitária de energia elétrica.

O primeiro esforço de eletrificação do Paraná ocorreu em setembro de 1890, quando o Prefeito de Curitiba, Dr. Vicente Machado, assinou contrato com a Cia de Água e Luz do Estado de São Paulo. Com uma concessão de 20 anos, a companhia instalou a primeira usina elétrica do Paraná, na Rua Barão do Rio Branco. Em 1898, José Hauer Filho adquire a concessão do contrato e a usina hidrelétrica, na Avenida Capanema. O contrato de concessão para a exploração e fornecimento de energia elétrica era constantemente transferido chegando em 1910 à The South Brazilian Railways Limited.

Em 1902 e 1904, Paranaguá e Ponta Grossa, respectivamente, passam a contar com energia elétrica. União da Vitória, após esse período, com um contrato entre Prefeitura e um comerciante local também instala uma usina, tendo sua concessão adquirida em 1916 pela Empresa de Eletricidade "Alexandre Schemm". Nas primeiras décadas do século XX, várias cidades da região leste, nordeste e ao redor de Curitiba terão acesso a esse serviço.

"Algumas indústrias também começam a instalar geradores em suas instalações autogerando eletricidade. As indústrias Reunidas Mattarazzo, em 1921, para movimentar um moinho de trigo junto ao Porto de Antonina e em 1925, para funcionar um Frigorífico e uma indústria têxtil em Jaquariaiva. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná instalou pequena usina em

Cianorte para atendimento restrito e a indústrias brasileiros de Papel Arapoti passou a contar com eletricidade em 1926".²⁴

A companhia de Força e Luz do Paraná é criada em junho de 1928 a partir de um contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em Curitiba entre o Governo do Paraná e o Grupo de Empresas Elétricas Brasileiras (AMFORP).

Em 1910, inaugurou-se a primeira hidrelétrica do Estado, a Usina da Serra da Prata, perto de Paranaguá, pois até então as usinas eram movidas a vapor. Depois que outras pequenas usinas hidrelétricas foram instaladas é que teremos um grande projeto para a época que foi a Usina de Chaminé, inaugurada em 1930, com potencial de produção de 9000 kw.

Com a criação do Código de Águas (1934) e do Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), dá-se o início da coordenação do setor, que era basicamente dependente da iniciativa privada. Assim, em 1947, foi criado o Serviço de Energia Elétrica do Paraná que, em 1948, foi transformado em Departamento de Águas e Energia Elétrica.

O Estado era basicamente abastecido por empresas privadas vinculadas a uma região, sem reunir as vantagens de um processo interligado.

Nessa época, algumas regiões apenas contavam com os serviços de Eletricidade, supridos por companhias de âmbito local que operavam sistemas elétricos isolados. E mesmo nessas localidades era hábito conviver com racionamentos, pois rapidamente o uso da Eletricidade deixava de constituir luxo e privilégio para assumir a condição de mais eficiente, segura e produtiva forma de produzir iluminação, força motriz e calor dada a diversidade de empresas elétricas existentes - a quase totalidade particular e boa parte de capital estrangeiro - era impossível pensar num sistema de alcance estadual, integrando regiões de forma que os grandes potenciais hidroenergéticos, não importando a localização geográfica, pudessem ser aproveitados e a eletricidade ali produzida repartida de maneira a sustentar o crescimento de todo o Paraná.²⁵

²⁴ OLIVEIRA, Glênio José de. Análise do setor hidrelétrico do Paraná no período de 1978 a 1988. Curitiba, 1990. Monografia. Departamento de Economia, FAE. p. 40.

²⁵ "COPEL completa 38 anos nesta 28 feira". Gazeta do Povo : Curitiba, 25 out. 1992.

No ano que foi criado o Departamento de Águas, também foi elaborado o Plano Hidrelétrico do Estado que previa a ampliação da oferta de energia a partir da construção de novas usinas hidrelétricas (Capivari-Cachoeira-105.000 kw) e termelétrica (Figueira-20.000 kw).

Com o intuito de implementar os projetos do setor, o governo irá criar uma concessionária estadual de energia elétrica, capaz de atender todas as regiões do Estado. Assim, é criado em outubro de 54, no governo de Bento Munhoz, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), sociedade de economia mista, destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e seus serviços correlatos. Em 1955, o Presidente da República, Café Filho, autoriza via decreto nº 37.399, a COPEL funcionar como empresa de energia elétrica.

Os primeiros anos da COPEL foram dedicados à estruturação da empresa e ao estudo da situação energética do estado. Em 1960, o potencial instalado para uso público totalizava 163 mil quilowatts (comparativamente, o correspondente a menos da metade de uma das quatro máquinas da hidrelétrica de Foz do Areia, a maior da COPEL). Desse montante apenas 22.800 eram de responsabilidade do governo do estado, participando a COPEL em 11.600 kw. Mais de 90% dessa energia era produzida em usinas a diesel, de alto custo de operação. Ou seja, além de escassa, a eletricidade era tremendamente cara.²⁶

A partir de 61, no Governo Ney Braga, a COPEL deu início a um programa de emergência para minimizar a crise energética no Estado e também para lançar-se a empreendimentos de maior vulto, visando a alicerçar crescimento industrial.

A COPEL passará também a incorporar as empresas privadas de energia e algumas concessionárias regionais, firmando-se como a principal empresa no setor de energia elétrica.

²⁶COPEL...

A área de energia elétrica será então reestruturada não somente a nível federal, com a criação da Eletrobrás e mais tarde com a expansão de sua atuação (com os governos militares), como também no Paraná, com a criação da COPEL em 1954, e com as alterações sofridas a partir de 61, estratégia essa integrante do projeto de desenvolvimento do Governo de Ney Braga, que respaldará o crescimento industrial no Estado.

A questão dos transportes, outro eixo para incentivar o desenvolvimento paranaense, segundo os governantes dos anos 50 e 60, emerge como uma questão básica no período. As críticas são, muitas vezes, dirigidas ao governo federal, em especial a JK, aos órgãos federais de atuação no setor e também aos órgãos estaduais.

Inaugura-se no dia 28 de janeiro (de 1961) a Rodovia Curitiba-Ponta Grossa representando uma das mais importantes no plano rodoviário do Estado. Facilitará a ligação com o Norte do Estado, contribuindo para o escoamento da produção agrícola daquela região para o Porto de Paranaguá. Assim ao lado desta obra do atual governo que tem importância para nossa economia a principal meta do governo. Lupion foi no setor rodoviário com recursos exclusivamente estaduais uma vez que nenhum recursos recebeu o Paraná da esfera federal através do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) vale ressaltar que nosso estado foi completamente esquecido muito embora tenha importante posição na conjuntura nacional. Apenas um benefício recebeu do poder público federal o nosso governo no setor rodoviário: a estrada de Curitiba a São Paulo que representa uma obra de atenção ao plano de ligação Norte Sul não fora isso o Estado não teria um só auxílio do senhor JK cujo mandato termina no corrente mês.²⁷

Na inauguração simbólica (trecho paranaense não havia sido concluído) da BR-02 que ligaria São Paulo a Curitiba, novamente realizam-se críticas ao governo federal e se creditam esperanças ao presidente que seria empossado.

O Sr. JK, como sempre tem acontecido, demonstrou indiferença para com o Paraná, não se preocupando nem um pouco em saber das condições da rodovia no setor paranaense. Elevado número de pessoas aguardava a vinda do chefe da nação (quando da inauguração da BR-02) que preferiu comer bem em Registro e regressar a Brasília.

Se, de um lado fica mais uma vez evidenciado a indiferença presidencial para com os problemas paranaenses, por outro lado deve ser ressaltada a participação do DNER no

²⁷ RODOVIA Moysés Lupion. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 ja. 1961.

assunto. A direção daquele órgão não se dignou a prestar qualquer esclarecimento à imprensa dizendo sobre a vinda ou não, do Presidente.

Esperamos que no governo do Sr. Jânio Quadros a vassoura atinja, igualmente a cúpula do DNER, que bem parece está necessitando de uma vassourada.²⁸

As críticas ao governo e a órgãos federais vêm acompanhadas não somente de apoio ao presidente a ser empossado, mas também ao novo governo estadual. O governador Lupion encontrava-se em uma situação de hostilidade federal, de degradação das finanças estaduais com aceleração de inflação, de pressões significativas dos novos setores sociais emergentes, no Norte do Paraná e nos principais centros urbanos, em especial, e que era agravado ainda pela necessidade do governo respaldar a continuidade da acumulação, a partir de novos investimentos que reorientasse o capital.

Ney Braga, ao assumir, defende a necessidade de reestabelecer a racionalidade administrativa, que significava a "transparência" e eficiência na alocação dos gastos públicos. Realizar obras consideradas prioritárias, conforme a disponibilidade de recursos.

Há 15 anos que um plano rodoviário vem sendo desenvolvido no Paraná e destinado a atender de maneira razoável, a economia paranaense dentro deste magnífico surto de progresso que vem caracterizando a terra dos pinheirais. As linhas mestras deste plano têm sido consideradas inalteradas a despeito das modificações verificadas na alta administração estadual. Como foram previstas estas diretrizes básicas objetivam a interligação da diversas zonas econômicas entre si e notadamente com os postos de escoamento do litoral. Infelizmente, todavia, mesmo sem uma alteração dos fundamentos do plano rodoviário, continua o Estado carecendo de boas estradas, isto porque iniciados todas a um só tempo, prosseguem o ritmo de trabalho lento, sempre na dependência de somas astronômicas. Daí a razão de não se encontrar totalmente aberta a rodovia Curitiba-Paranaguá com asfaltamento, não terminada a ligação de Ponta Grossa sem pavimentação, o trecho Apucarana-Ponta Grossa e igualmente não concluída a rodovia Nilo Peixoto-Jandaia do Sul.

Apesar do risco o Paraná não é por certo um Estado senhor de uma situação financeira extraordinária capaz de permitir vultosos empreendimentos a um só tempo. A lógica manda que se faça alguma coisa de cada vez. Termine-se uma estrada para então atacar outra. A decisão do Governo Ney em dedicar toda a sua atenção e energia em favor de um projeto de cada vez é justificável e diz bem do intuito de realizar uma administração lógica e equilibrada.²⁹

²⁸ VASSOURA para o DNER. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 jan. 1961.

²⁹ BEH e bem feito. Plano Rodoviário. Gazeta do Povo : Curitiba, 21 fev. 1961.

Necessário enfatizar que era fundamental para os interesses do Norte do Estado e para a arrecadação estadual a maior integração estadual, que propiciaria escoar a produção de café via porto de Paranaguá e não pelo porto de Santos, e essa obra será considerada prioritária. Uma opção que definia as alianças políticas do governador.

Com a posse de Jânio Quadros, no governo federal, aumenta a esperança dos dirigentes estaduais, considerando o apoio político a esse candidato. Esperava-se, entre outras, que o governo federal passasse, via DNER, a fornecer recursos em montantes superiores para conclusão ou realização de obras rodoviárias fundamentais para a integração estadual.

"O Deputado Nelson Ribas congratulou Jânio²⁸ Quadros pela determinação de priorizar a pavimentação da estrada que liga Paranaguá e Paranaíba. Esta estrada que é chamada "via do café" constitui realmente há muitos anos uma das aspirações do povo do Norte do Paraná, pois aquela ligação é imprescindível ao progresso e ao escoamento da produção do Norte paranaense para o porto de Paranaguá".

A aspiração maior ocorre com relação à possibilidade de uma maior participação política do estado do Paraná no governo federal que pudesse, assim, reverter situação de "perdas" de economia cafeeira.

A espera em que se encontra o povo paranaense, aguardando que o Presidente Jânio Quadros dê ao nosso Estado a possibilidade a que os homens públicos radicados no Paraná colaborem na alta administração da República não pode constituir, essencialmente uma preocupação exclusiva. A circunstância a que um coestadano ver a ter cargo de preeminência no cenário federal, absolutamente, não nos leva a acreditar que isso atenda a solução de nossos problemas. Hoje, ganharam tal magnitude a importância que devemos crer firmemente que as questões econômicas e financeiras do Paraná angustiam e julgam nossas possibilidades de expansão somente podem ser solucionados através de medidas de conjunto. Temos hoje, uma taxa de dólar na ordem de U\$ 210,00 e somente esta circunstância enseja a crença de que se impõe ao governo federal que hoje se inicia a adoção definitiva de uma nova política. Deveremos ter uma definição se querará a nova administração suspender ou não a política de controle e também em que nível. Esta solução evidentemente está jungida à necessidade de incrementos e diversificar as exportações, objetivo que só será alcançado se a taxa do cruzeiro no mercado, corresponder aproximadamente ao poder aquisitivo da moeda. Esta política de "verdade cambial" conquanto não tenha os aspectos de atendimento da satisfação subjetiva de nossos bairrismos é importante e até mesmo fundamental para os problemas de nossa realidade.²⁸

²⁸ VERDADE cambial. Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.

Se somarmos ao artigo do jornal o discurso do governador Ney Braga, a preocupação com a política cambial do governo federal estava intimamente relacionada com os problemas enfrentados pela economia cafeeira do Estado. A preocupação com a política cambial revela que os interesses cafeeiros, apesar de todo o discurso da necessidade de industrialização, são fundamentais, política e economicamente, e que a "opção" da industrialização, pode ser vista como uma tentativa, a médio e longo prazo, de reorientar o capital para esse setor, haja vista a crise enfrentada pelo café no mercado externo.

A preocupação com a indicação do presidente do IBC (Instituto Brasileiro do Café) pelo Presidente Jânio Quadros demonstra o quanto importante era ainda o auxílio federal para essa atividade, bem como revela os compromissos supostamente firmados entre Presidente da República e governador eleitos.

A luta pelo domínio do IBC, ocorre intensamente nos meios interessados. De um lado elementos representativos de São Paulo não desejam, de maneira alguma abrir mão do controle do IBC, enquanto de outro lado o Paraná, tanto pelas promessas do Sr. Jânio Quadros como e principalmente, porque é de direito, aspirar a direção daquele órgão.

De qualquer maneira cabe ao governo do Estado defender os interesses do Paraná no setor cafeeiro. E quando dissermos governo incluímos representações legislativas federal e estadual com uma safra calculada em 17 milhões de sacas o Estado necessita de alguma proteção.

Ou se admite uma política de deságio ou se adota o regime de cotas para os portos de exportação, ou então a economia paranaense vai a garra.³¹

A Assembléia deu um salto nas suas discussões. A palavra do Sr. João Ribeiro feriu com a profundidade de seus conhecimentos sobre a matéria cafeeira o tema central de nossa angústia econômica que se refletem no próprio estágio das oscilações das finanças paranaenses; 80% da arrecadação provem do café e estamos aí com Paranaguá inundado com 12 milhões de sacas e na iminência de cinco meses, de assistir ao início da nossa safra estimada em 18 milhões.

A depressão se acelera para atingir a fase de crise e estamos manietados e sem possibilidade de assistir ao desafogo da principal praça cafeeira do Paraná.

Enquanto na safra passada os cafés brasileiros foram exportados em quantidades que atingem a quase 18 milhões de saca, pelos portos do Rio, Santos, Angra dos Reis; Paranaguá movimentou apenas uma ordem de um milhão e 400 mil sacas na revelação de que se cria um clima de estrangulamento do nosso porto cafeeiro. Essas considerações do Sr. João Ribeiro a tese que se impõe a necessidade de um homem do

³¹"A LUTA pelo IBC". Gazeta do Povo : Curitiba, 09 fev. 1961.

Paraná para conduzir o IBC. Só um homem do Paraná poderá dar ao erário estadual os tributos que nos seriam devidos pelo café que jazem em Paranaguá. A tese do parlamentos do PSD vem ao encontro das tradições da linha da "Gazeta do Povo", daí porque perfilhamos e endossamos, ressaltando ainda outra aspecto que se impõem para fixar os contornos precisos deste movimento paranista lutando para que São Paulo não fique com a presidência do IBC. Os paulistas donos do poder econômico no Brasil tem agora ao seu lado a dominação política dando dois Ministros ao nosso governo e a Previdência do Banco do Brasil enquanto que o Paraná, tão caro aos sentimentos do presidente Jânio Quadros não assistiu a deferência da escolha de uma figura para participar da administração federal.

Embora o Paraná fizesse, e por exemplo no período de 1952/59, contribuindo com um terço das divisas do Brasil não recebeu nenhum financiamento do BNDE, enquanto que São Paulo em igual período obteve 60% dos financiamentos em cruzeiros e dólares do BNDE. Em 1958 para um total de financiamento de nove bilhões e 800 milhões de cruzeiros, São Paulo foi beneficiado com cinco bilhões e 200 milhões de cruzeiros. Qual percentagem obtida pelo Paraná?

O número é tão insignificante que deixa de ser risível sua apreciação.

Deixar que se esclerose ainda mais o desenvolvimento harmônico das regiões econômica num clima da favoritismo é tarefa que não podemos suportar, tendo em vista a contribuição paranaense para o orçamento cambial da República.

Eis porque a tese de que um homem de nosso Estado para a presidência do IBC não se reveste apenas da satisfação de nossas verdades paranistas mas a implantação de uma linha de possibilidades que nos livre ao dar ao Paraná aquilo que real e efetivamente merecemos.³²

A importância para o estado de atividade cafeeira era inquestionável o que justifica a preocupação quanto política federal para o setor, a ênfase na necessidade de construção da rodovia do café para aumentar as exportações pelo Porto de Paranaguá e a pressão para que a presidência do IBC ficasse com o Paraná. Além disso, a maior parte da arrecadação estadual advinha da atividade cafeeira.

A indicação de um paulista para o IBC levará a reações negativas no Estado.

Invocada a infância do Sr. Jânio Quadros as promessas feitas de que nosso Estado não seria esquecido na atual administração federal formaram um quadro de valores de esperança que sofreu agora os fundos fissuras de desilusão com a nomeação para a Previdência do IBC o Ministro Sérgio Frazão quebrando-se a norma através da qual o Presidente nomeava alguém ligado a produção. [...] Até ontem quando São Paulo, tinha a liderança na produção cafeeira não se contestava sequer o direito de um paulista nessa posição quando pela primeira vez com uma justiça que se alicerça nas expressões de nossa estatística cafeeira passamos a reivindicar esta posição chave como fórmula de solução para solucionar nossos problemas econômicos e por via de consequência da própria necessidade que tem o país de maiores somas de divisas, invoca-se, ante-paranistamente, aqui de dentro de casa o esdrúxulo argumento de que o Ministro Sérgio superará estas questões.

³²MACROCEFALIA econômica e política. Gazeta do Povo : Curitiba, 09. fev. 1961.

Acinte aos nossos homens, nós que o temos já preparados para funções desta preeminência.

Se ontem em nosso Estado, invocava-se como argumentação, poética, a discutível posição do ex-governador na esfera federal que não dava ao Paraná o prestígio que todos queremos na área administrativa da República, hoje, não seremos nós que iremos usar desta mesma linha de raciocínio porque postulamos a idéia de que para alcançarmos o destaque desejado nos quadros da federação é necessário antes de tudo a união paranaense que nos tem falhado pelos comoções, pelas dissensões, pelas idiosincrasias inconsequentes que nos afetam.³¹

Com a crítica e indicação de um paulista, apresenta-se também a necessidade da "união", significando a integração estadual. Nesse momento, a crítica ao governo federal realizada anteriormente, no governo de JK, transforma-se, com as primeiras medidas de Jânio Quadros, em uma necessidade de união estadual que pudesse refletir em uma construção do futuro a partir de iniciativas estaduais. O Estado passa a ser apresentado como o sujeito de criação do futuro, e para a construção do futuro, era necessário uma união de esforços no presente, idéia já presente no discurso de posse do governador:

Não dispomos é evidente, de recursos para solucionar todos os problemas em tão pouco tempo. Mas teremos que programar estas soluções e lutar por elas desde os primeiros momentos de nosso mandato, com energia e até impaciência.

Assumimos o governo compreendendo também que temos um grande compromisso com o presente para a construção do futuro do Paraná: um futuro em que o governo cumpra o seu dever para com o povo e em que o povo cumpra, sem constrangimento, seu dever para com o Estado, sabendo que os tributos são realmente aplicados em seu benefício; um futuro em que a infância, toda a infância do Paraná, receba assistência e instrução capazes de formar novas gerações de homens aptos a gerar os nossos destinos; um futuro em que a generosidade do solo adquira maior valor pelo amparo e agricultura e a pecuária e em que as matérias primas possam ser industrializadas criando novos campos de trabalho; um futuro de bem-estar e tranqüilidade em que a posse da terra, nas regiões recém colonizadas do Paraná, esteja livre de opressões do homem pelo homem e do sacrifício de seus desbravadores em benefício de grupos gananciosos.

Um futuro como esse não poder ser obra de um único governo só.

Esta missão exige uma parcela de sacrifício e de boa vontade de cada um dos paranaenses, a quem, neste momento, convocamos para esta luta. Aqui estão os homens de todos os quadrantes do Estado, homens das terras roxas do Norte, homens do litoral, homens heróicos do Oeste e do Sudoeste, homens dos campos Gerais e do Sul, homens da nossa capital, paranaenses que nasceram e paranaenses que aqui se radicaram, brasileiros do Paraná todos unidos sob a mesma bandeira da esperança.³⁴

³¹ DESOBERAM as esperanças. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 fev. 1961.

³⁴ PEDIMOS a Deus com humildade que nos ajude a governar bem. Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.

3.5 INTEGRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

A integração é encarada como algo a ser construído pelo Estado, o que demonstra a percepção de que as diferentes regiões apresentavam dinâmicas distintas, e esse heterogeneidade era um empecilho político e econômico para a administração estadual e para a consolidação de um programa econômico governamental.

A homogeneização estadual deveria ser alcançada, pelo menos a nível de discurso político, para ser possível a legitimação do projeto de desenvolvimento estadual, em uma situação em que a agricultura exportadora passava por um processo de reacomodação e os centros urbanos um vertiginoso crescimento.

O Governador eleito, Ney Braga, era de um partido, Partido Democrata Cristão (PDC), que passava a ser uma alternativa para o segmentos urbano e rural.

O discurso do PDC no Brasil:

[...] não se pautou pelo reformismo e, ademais, não se empenhou como um projeto modernizante, tendo cumprido um papel social praticamente inócuo. Ressalvando o curto interregno dos anos 60, quando alguns líderes tentaram aproximá-lo da doutrina social da Igreja, constitui-se numa legenda e mais, posta a serviço de políticos profissionais sem compromissos programáticos. Quando muito, veio a representar o ritualismo moralizante de certos circuitos das camadas médias de alguns centros urbanos de São Paulo e Paraná.³⁵

O PDC brasileiro não contava com o apoio da Igreja, nem das classes subalternas do campo, apropriados pelo PSD, nem com o dos centros urbanos, que votavam no PTB. Era um partido das elites urbanas dos Estados industrializados.

³⁵VIANA, Luiz WERHECK. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão In: - Fleischer, David V. (org.). Os partidos políticos no Brasil. Brasília: UIIB, 1981, p. 135.

"O PDC recrutou principalmente eleitores que seguir, ou pensavam seguir, uma orientação característica dos clássicos partidos liberais e que poderiam ter dado seus votos à UDN, caso não estivesse colhido por uma contradição em suas bases políticas e sociais, dividida entre coronéis conservadores nas zonas rurais, por um lado, e a classe média liberal nas zonas urbanas por outros".³⁶

Na década de 60, tenta-se reverter esse quadro que irá coincidir com uma cisão na classe dominante, expressa, politicamente, no fato de que o PTB, cujo líder máximo, João Goulart, chegará à presidência em meados de 1961, ter procurado viabilizar um modelo de desenvolvimento alternativo que irá implicar reformas estruturais, ou seja, numa política que irá contrariar interesses do capital estrangeiro e dos proprietários de terra, pondo em xeque as oligarquias, as elites estabelecidas.

Não é por acaso que em 1962 o PDC se tornará no maior partido pequeno radicalizados as posições quanto à via de desenvolvimento - modernização "por cima" versus modernização "por baixo" - pela primeira vez, amadureciam as condições para a emergência de um PDC de perfil clássico, como o italiano e o chileno. Abria-se, pois, espaço para o surto de um partido burguês reformista, modernizante e dotado de vocação e da linguagem próprias para se apresentar com um "tertius" às elites dominantes e, ao mesmo tempo, como alternativa para setores das classes subalternas dos campos - principalmente essas - e das cidades.³⁷

No Paraná, o PDC confirma o apresentado sobre as tendências do partido anteriormente, pois se alia à UDN, que representava no estado a burguesia industrial-comercial, exportadora de mate e de madeira e terá apoio dos comerciantes de café e de cafeicultores médios, que votavam no PTB. Na medida que o PTB assume posições ideologicamente mais claras e definidas, o PDC passará a ser opção para os cafeicultores do Norte.

³⁶VIANA, Luiz W. Os partidos ..., p. 161.

³⁷VIANA, Luiz W. Os partidos ..., p. 162.

Vejo o desenvolvimento como um meio de criar condições ao homem para realizar-se integralmente. Ao atravessar uma fase como a que o Brasil atravessa em que todos os esforços estão concentrados na superação do subdesenvolvimento é comum a confusão e como consequência, a inversão de valores passando os meios a valer mais que os fins.

Se nos concentramos exclusivamente no aproveitamento dos recursos materiais que temos a nossa disposição correremos o risco de esquecer porque e para que devemos aproveitá-los. Nenhum sentido terá a cobertura de estradas, a construção de usinas, a instalação de indústrias e o amparo a agricultura, se esquecermos que esse esforço só será válido em função do bem estar que poderá proporcionar ao homem.

Todos estão de acordo hoje em que a nossa sociedade em que muitos aspectos é injusta e que é necessário reformá-la. Não podemos entretanto permitir que em nome da justiça se sacrifique no homem aquilo que é mais essencialmente seu: a liberdade.

Uma nação não se pode dizer livre enquanto a maioria de seu povo na miséria que não criou e da qual não pode sair sozinha.

Enquanto a miséria não for extinta não passará de um privilégio de uma minoria abastada, pois não é livre que não come, não é livre quem mal tem onde morar e que não pode ser educado para ascender o mais altos padrões de vida e usufruir a liberdade. Não é livre que não pode ter esperança de uma vida digna para si e sua família.

Somente valorizando o homem, e emancipando os que da liberdade só conhecem a caricatura, chegamos a nosso objetivo. Somente assim faremos desenvolvimento. Direta ou indiretamente tiveram por objetivo a criação das condições necessárias ao desenvolvimento econômico e social do Paraná, todas as decisões e todos os nossos esforços desses primeiros meses de governo. Não foi apenas para cumprir a lei na sua letra e espírito ou na sua destinação social que o governo anulou privilégios, arrou responsabilidades, dispensou servidores, estreitou a disciplina funcional, estabeleceu planos de economia, procedeu o levantamento de problemas iniciou com muito empenho, uma verdadeira campanha de austeridade e eficiência na administração pública. Foi também para atender o reaparelhamento da máquina administrativa que não poderia dar conta das necessidades desta política de desenvolvimento, se continuasse sujeita a burocracia e ao clientelismo.³⁸

Dentro da concepção apresentada, o subdesenvolvimento seria "superado" como as reformas a serem realizadas na estrutura econômica estadual, o que se torna explícito na declaração do Governador. A ideologia do desenvolvimento fica expressa, por um partido, que no início de 60, considerando o estágio de expansão capitalista, transveste-se de reformista, em um momento que o partido tradicional, PSD e o partido trabalhista PTB, não se apresentam como partidos que pudessem, no contexto, ser representativos da elite dominante, frente a uma dinâmica econômica e social que está a pressionar a estrutura estadual. Frente a possibilidades de uma modernização "por

³⁸QUE seja Deus o fiador dos nossos propósitos e o alimento da nossa confiança.
Gazeta do Povo : Curitiba, 03 maio 1961.

baixo", o PDC, no Paraná, apresenta-se como partido e governo capaz de realizar a modernização "por cima", o que irá de encontro ao projeto político das elites dominantes paranaenses.

Maria Sylvia Carvalho Franco, ao analisar a noção de classe social proposta pelo ISEB,³⁹ afirma que:

Por visarem (isebianos) a apagar os antagonismos de classe, anulam os conflitos ideológicos e concebem uma consciência monolítica, bloco homogêneo de imagens, legitimadoras do desenvolvimento [...] o desenvolvimento econômico, possibilitando a consciência nacionalista, traria consigo a redenção de todos os grupos sociais. Por esta razão, para ser encontrado esse ponto de equilíbrio e apaziguamento de todos os interesses, é que as noções de trabalho e alienação são vistas de modo abstrato, em termos de humanidade, dando-se o deslizamento rápido desta para nação, finalmente identificadas [...] o conceito de alienação é distorcido, separado das suas determinações de classe e referido à Humanidade, sendo daí deslocado para a Nação. Esse discurso geral e abstrato cumpre a tarefa ideológica de inverter a realidade, fazendo que o projeto de um grupo particular apareça como o projeto de todos.⁴⁰

É interessante observar que essa clivagem é possível de ser realizada, na medida que não se perca de vista o fato de que a emergência do PDC, do Governador Ney Braga, ocorre em uma unidade federada, que terá que negar esse fato para legitimar o projeto político que respalda uma recomposição no núcleo do poder.

Na realidade pode-se dizer que ocorre nesse momento a consolidação do processo expansionista que já se verificara no tocante à economia. Da mesma forma que as atividades típicas do Paraná "paranaense" - mate e madeira - foram deslocados de seu perfil de principal gerador da renda interna do estado pelo desenvolvimento da cafeicultura no Norte, também os grupos vinculados àquelas atividades, tanto quanto o dos proprietários tradicionais de terras, até então habituais detentores dos postos administrativos estaduais, perdem sua hegemonia (não sua participação, entretanto) na gestão dos negócios públicos paranaenses.⁴¹

Considerando a recomposição política e econômica estadual, entende-se o discurso do Governador em que libertação

³⁹ ISEB - Instituto Superior de Estudos brasileiros, órgão criado em 14.07.1955 vinculado ao MEC, será responsável pela elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista e pela sua propagação no governo JK.

⁴⁰ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia C. Ideologia e mobilização popular. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra/CEDEC, 1978, p. 174-175.

⁴¹ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal é ideologia desenvolvimentista. São Paulo : Símbolo, 1978, p. 47.

é edificada com o desenvolvimento, que traria, em seu bojo, o bem estar do "homem". Para libertar o "homem", valorizá-lo, seria necessário o desenvolvimento, a eliminação do desperdício e, principalmente, uma atuação "competente", eficiente e racional da administração pública.

"O retrógrado é identificado com o improdutivo, isto é, como o desvio ou desperdício de energias, de matéria-prima e de capital. Eliminar esses entraves reacionários é realizar a "revolução" por via pacífica".⁴²

3.6 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO INDUSTRIAL

Para assumir tal responsabilidade desenvolvimentista, o governo baixará decretos, determinando que os órgãos da administração formassem esquemas de planejamento. Com base nos recursos disponíveis e em função das prioridades, o governo fixaria o seu programa básico de obras e serviços. Neste momento é que surge um problema para o programa de desenvolvimento, ou seja, as fontes de financiamento para tais programas. Na imprensa, as mudanças administrativas do início do governo aparecem em sua totalidade.

O governo do estado empenha-se em conter gastos, tomando drásticas medidas neste sentido. Na realização de obras públicas o governo fará apenas as mais urgentes e intransferíveis.

No entanto condicionar as atividades públicas exclusivamente as possibilidades indicadas por um orçamento rotineiro, isso sem dúvida, não significa boa obra administrativa. Cumpre ao governo encontrar novos motivos para aumento da arrecadação ampliando as fontes tributárias a fim de que não fique estagnado o Paraná.⁴³

A situação financeira crítica do Estado vem a colocar em dúvida o programa de desenvolvimento e, gradativamente, vai se impondo à necessidade de aumento nos impostos.

⁴²FRANCO, p. 178-179.

⁴³O GOVERNO e as finanças públicas. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 mar. 1961.

é preciso dizer que a atual estrutura econômica do Paraná não produz rendas públicas suficientes para a cobertura dos investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado. Por outro lado a atual estrutura administrativa do Estado não permite num mesmo nível de arrecadação possível na presente conjuntura econômica.

O governo pretende eliminar imediatamente as deficiências da estrutura administrativa sobretudo através do aparelhamento do mecanismo arrecadador para melhor combate a sonegação. Sendo lento o incremento da receita em função das modificações estruturais da economia deverá o Paraná contar com recursos externos para poder imprimir ao processo do seu desenvolvimento o ritmo necessário.⁴⁴

É nesse contexto de reestruturação administrativa e de crise da arrecadação, que é criado um grupo de trabalho pelo Executivo para realizar um levantamento da situação da indústria e para apresentar sugestões para o seu desenvolvimento. O grupo de trabalho seria formado a partir da Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado.

Tal órgão deverá estabelecer um esquema prioritário dos ramos industriais que devem merecer atenção especial do poder público, examinar os principais empecilhos a implantação de indústrias no Paraná, com ênfase nos aspectos concernentes a financiamento; propor enfim todas as medidas julgadas necessárias ao aceleração do desenvolvimento industrial paranaense e apresentar prioritariamente um relatório sobre as possibilidades que o Paraná possa oferecer a implantação da indústria de base, especialmente de cimento e siderurgia.⁴⁵

Inicialmente, o governo objetivava a instalação de indústrias de base e com participação do capital estrangeiro tendo o governador discutido acordos, comercial e industrial, com a Polônia e Tchecoslováquia.

"Firmas poderosas, pertencentes a grupos governamentais oferecem equipamentos para Usinas hidroelétricas, inclusive linhas de transmissão. São propostas, ainda; câmbio de uma organização pesqueira, formada por 6 (seis) navios e equipamentos para industrialização bem como refrigeração, para café.

Por outro lado da Tchecoslováquia, há possibilidade de fornecimento para industrialização de batatas e milho".

⁴⁴ QUE seja Deus, o fiador de nossos propósitos e o alimento da nossa confiança. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 maio 1961.

⁴⁵ INCREMENTO a industrialização. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 mar. 1961.

Existe uma consciência, na época, da necessidade do governo estimular a industrialização, sendo essa vista como possibilidade para termos uma economia estável e saudável.

"Ao governo tanto Executivo como Legislativo cabe a adoção de medidas tendentes a concretizar os diversos planos de industrialização mesmo que os resultados não sejam imediatos".⁴⁶

O Paraná, segundo a imprensa, apresentava uma série de vantagens também para atrair indústrias paulistas e gaúchas para se localizarem no estado.

"Os impostos no Estado são mais baixos (comparado o de São Paulo e Rio Grande do Sul), os terrenos mais baratos, a mão-de-obra é farta e barata, possuindo também um mercado excelente de consumo, pela predominância da classe média".⁴⁷

Os financiamentos obtidos para a ampliação do fornecimento de energia elétrica, via BNDE, para construção de novas usinas hidrelétricas (Capivari-Cachoeira) e construção de novas linhas de transmissão, viriam a consolidar as vantagens existentes no Estado para atração de novas indústrias.

Está sendo estudada a implantação de indústrias de base, no Estado notadamente os de siderurgia e cimento, pelo grupo de trabalho instituído que visa não só levantar a situação da indústria do Paraná, bem como propor medidas tendentes ao incentivo da industrialização paranaense. Sendo este um ponto básico da meta governamental, a modificação da estrutura econômica do Estado com providências capazes de criar ambiente à instalação de novas indústrias no Paraná.

O incentivo pretende disciplinar a isenções tributárias aos industriais que pretendam instalar-se no Paraná e orientar as indústrias interessadas em financiamentos das entidades nacionais e estrangeiras de modo a facilitar-lhes a instalação, visando a canalização de capitais para a industrialização do Estado.

É uma necessidade canalizar este capital, pois o excedente que é gerado pela economia paranaense, principalmente no setor cafeeiro em sua maioria não é destinado ao setor industrial. É investido sim no setor cafeeiro e em outros setores de outras regiões.⁴⁸

⁴⁶ ATENÇÃO necessária, Gazeta do Povo : Curitiba, 15 mar. 1961.

⁴⁷ INDÚSTRIAS gaúchas e paulistas. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 mar. 1961.

⁴⁸ IMPLANTAÇÃO da indústria de base no Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 18 jun.

A política estadual visava não somente a atrair capitais de fora do estado mas também estimular a aplicação de recursos estaduais no processo industrial. A integração nacional está explícita com o estímulo a indústrias de base mas também com a integração a fontes de financiamento internas e externas.

Com relação ao financiamento industrial, em 1950, o PLADEP já apresentava um plano para criação de um Banco Regional de Desenvolvimento, atenuando assim o problema de financiamento dos seus projetos.

Atualmente, existem somente alguns bancos de caráter regional, localizados no norte e nordeste do Brasil, além do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em parte, do Banco do Brasil, capacitados a realizar empréstimos a longo prazo. O restante do sistema bancário brasileiro tem a característica dos bancos comerciais. No entanto, os dois únicos bancos de âmbito nacional para financiamentos a médio e longo prazos, não satisfazem às necessidades dos pequenos empreendedores, principalmente daqueles que procuram se estabelecer em novos ramos industriais ou simplesmente instalar novas indústrias.⁴⁹

A idéia de criação de um banco regional, que pudesse responder às necessidades de financiamento de obras infra-estruturais (energia e rodovias, principalmente) é retomada em 1961.

A criação de um banco de desenvolvimento tudo indica quer significar uma primeira reação contra a sufocação econômica em que nos debatemos. Funcionando como elemento catalisador do desenvolvimento esperado pelos estados sulinos o banco recém criado poderá representar por outro lado o primeiro lance numa nova política de auto defesa do extremo sul e que bem poderia ser ampliado através da formação de uma bancada única no Congresso, a exemplo do que ocorre com os Estados nordestinos e nortistas sempre estruturalmente unidos quando na luta por objetivos, que lhes são comuns.⁵⁰

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul irá resultar de propostas apresentadas pelo RS, PR e SC na Reunião dos Governadores, com participação do Presidente da República e

⁴⁹IPARDES - Fundação Edison Vieira. História da indústria no Paraná, 1950-60. Curitiba, 1988. p. 245.

⁵⁰OS PROBLEMAS extremo sul. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jul. 1961.

Ministros, realizada em Florianópolis de 23 a 25 de março de 1961.

Nesta reunião, os estados da região sul apresentam suas propostas de criação de um Conselho de Desenvolvimento e Coordenação para a Região Extremo sul e de criação de um Banco de Desenvolvimento Regional com a seguinte argumentação:

A questão das disparidades é algo que tem preocupado profundamente as coletividades regionais, com isto, nem de longe assumimos posição contrária ao desenvolvimento do grande centro dinâmico do país. [...] Entendemos, entretanto, que no Brasil poderíamos implantar outros centros dinâmicos [...] desejamos o estabelecimento nestas regiões de novos centros dinâmicos para o desenvolvimento harmônico do país, inclusive para fortalecer o intercâmbio inter-regional [...] O planejamento regional, que é o único instrumento capaz de fazer com que o Brasil cresça harmonicamente, estabelecerá a unidade na adversidade e, com isto, o desenvolvimento e o equilíbrio, levando seus benefícios a todas as demais regiões [...] Agora a nossa solicitação:

1ª - Que nos seja permitido construir um Conselho de Desenvolvimento e Coordenação para a Região Extremo Sul. Este conselho seria integrado pelos três governadores e os chefes dos órgãos de planejamento estaduais, por dois membros de cada Estado, portanto, e dois membros indicados pelo Governo da União, representando-o. A presidência seria exercida em rodízio por um dos governadores; com mandato de um ano e a sede seria no Estado em que fosse Presidente do Conselho o respectivo Governador.

2ª - Para a captação e aplicação dos recursos visando esse objetivo, lançamos a idéia de criação de um Banco de Desenvolvimento Regional.⁵¹

Com a autorização do Governo Federal é assinado, em 15 de julho de 1961, o convênio pelos Governadores do RS, SC e PR pelo qual foram criados o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O CODESUL ficou encarregado de efetuar o levantamento sócio-econômico da região, estudar seus problemas, equacionar e propor soluções para que o intercâmbio econômico inter-regional e com o exterior levasse à retenção, na região, da renda nela gerada.

⁵¹ BRDE: - criação governamental na promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Sul. BRDE. s.n. p. 8-9.

O BRDE, com suas atividades orientadas pelas diretrizes gerais do CODESUL, ficou com a função de financiar preferencialmente: investimentos de infra-estrutura regional; projetos agropecuários, de colonização e reforma agrária; exploração de recursos minerais; desenvolvimento industrial; construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos; construção e ampliação de empresas de serviços de utilidade pública e serviços de interesse regional. Os prazos de amortização e resgate das operações seriam fixados de acordo com a natureza e finalidade dos financiamentos, observada a rentabilidade dos investimentos.

O BRDE foi instalado oficialmente pelo Presidente da República em 22 de dezembro de 1961. O convênio da instituição do sistema CODESUL/BRDE previa uma contribuição anual dos Estados - membros ao capital do banco de 1% da Receita Tributária Orçada e será com esses recursos que o BRDE trabalhará até 1964. Após, o BRDE passará a integrar o sistema BNDE, passando a reivindicar o repasse de recursos externos ou oficiais. Mas, mesmo frente às alterações ocorridas pós 64, excetuando em alguns curtos períodos de tempo, o BRDE não terá condição de assumir todas as suas atribuições na medida que os Estados membros, de forma crescente, passam a assumir investimentos de caráter econômico e social a nível estadual, tornando-se difícil atender a necessidade de capitalização do Banco. O BRDE, conseqüentemente, não terá outra saída senão a captação de recursos federais, tendo em vista também as conseqüências da reforma tributária de meados da década de 60

"viria agravar essa situação, não só quanto aos volumes de recursos pretendidos pelo Banco, mas

também quanto à autonomia de alocá-los segundo uma ordem de prioridade concernente com as exigências da Região".⁵²

Considerando as dificuldades fiscais do estado, a situação crítica do governo federal e os comprometimentos políticos, o governador Ney Braga procurou obter recursos extraorçamentários para fazer frente aos projetos econômicos traçados pela Comissão de Planejamento.

"Consciente de que com a arrecadação normal, não seria possível executar os planos administrativos de longo alcance imperiosamente reclamados pelo povo e pelo progresso do Estado o meu governo procurou criar novas formas de obtenção de recursos extraorçamentários e de aplicação fora do alcance das crônicas barreiras burocráticas".⁵³

Esse mecanismo financiador foi criado pela Lei Estadual nº 4.529 de 12 de janeiro de 1962, que criou a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) e instituiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). O FDE era "constituído inicialmente com recursos provenientes de um empréstimo compulsório, equivalente a 1% do valor das vendas, consignações e transações efetuados no estado e que seria arrecadado durante um período de cinco anos".⁵⁴

Em 1964, foi criado o Empréstimo Compulsório Especial (ECE) de mais de 1% sobre IVC que foi agregado ao FDE. A alíquota do IVC no Paraná de 4,95%, com a instituição do FDE, passou para 5,95% e 6,95% com a criação do Empréstimo Compulsório Especial em 20 de fevereiro de 1964. Esses recursos administrados pela CODEPAR seriam destinados para empréstimos a juros baixos, ao setor industrial.

⁵²BRDE, p. 17-18.

⁵³NEY Braga relatou ao povo do Paraná, no legislativo as contas do governo. Gazeta do Povo : Curitiba, 03 maio 1962.

⁵⁴AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 27.

Com o objetivo de acelerar o processo de industrialização foram criados, também, um grande número de sociedades de economia mista (Café do Paraná, FUNDEPAR, SANEPAR, TELEPAR, CELEPAR e COHAPAR). A CODEPAR terá funções paralelas às desenvolvidas pela PLADEP, tendo como objetivo não somente administrar a principal fonte de financiamento para obras de infra-estrutura e para o fomento industrial, constituído pelo FDE, como também deveria coordenar a gestão financeira de todas as empresas mistas do governo estadual. O fato da CODEPAR administrar recursos não constantes do Orçamento do Estado propiciava uma autonomia relativa de decisão frente a outros organismos da administração estadual, além do que eliminava entraves burocráticos e políticos.

A CODEPAR significava a consolidação de uma estratégia de racionalização de administração estadual, encarada como pressuposto essencial para o desenvolvimento do Estado.

"Ele representa no Paraná um instrumento para a implantação de uma nova filosofia de governo que não comporta ambições política momentâneos, mas se destina a contribuir e criar condições para um desenvolvimento harmonioso do Paraná".⁵⁵

Com o FDE, o Estado conseguirá aumentar a arrecadação estadual, sem o desgaste político que muitas vezes decorre do aumento de impostos e, além disso, se alterasse a estrutura tributária, essa medida cairia na Assembléia Legislativa, sujeitando-se a pressões políticas. Conseguiram-se recursos para infra-estrutura e industrialização sem ter que recorrer puramente ao aumento de impostos, com a criação de um empréstimo compulsório instituído por lei, aprovado na Assembléia.

⁵⁵AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 51.

A fórmula através da qual se constituiu a CODEPAR era interessante por vários motivos:

a) impedia a fiscalização e, em grau razoável, a intervenção por parte da Assembléia Legislativa;

b) não fazendo parte do sistema financeiro nacional, o que ocorreria após sua transformação em Banco de Desenvolvimento, impedia a ingerência do governo federal, àquela altura presidido por João Goulart de quem o governador do estado era adversário político apesar da coalisão (no estado) entre os partidos governistas (UND e PDC) e o PTB;

c) há diferença, pelo menos formal, entre um "aumento de impostos" e um "empréstimo compulsório", constituído como "adicional restituível - AR "sobre o IVC, o que evitou maiores divergências, principalmente dos chamados "classes conservadoras" que apoiaram o governo;

d) num âmbito mais restrito, o personalismo político, possível na fase populista, a modernização administrativa da qual a CODEPAR era um exemplo, levada a efeito no período, concorria para acrescentar dividendos políticos ao governador.⁵⁶

Da forma realizada, o governo conseguiu legitimidade, autonomia, frente à Assembléia Legislativa, e ganhos políticos.

Mas, em um momento de crise econômica nacional e estadual, a captação de recursos, via FDE, considerando os objetivos a serem atingidos, irá se mostrar relativamente insuficiente.

Com a CODEPAR, o Estado materializa seu discurso de propiciar o "desenvolvimento" econômico do Estado na medida que administra recursos destinados a financiar infra-estrutura e à atividade industrial. Caberia também elaborar projetos específicos para orientar ação do Estado.

No financiamento das atividades industriais, a CODEPAR deveria privilegiar as empresas de médio e pequeno porte, formadas por capitais paranaenses, destinadas à produção de

⁵⁶ AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 58.

bens para consumo local em substituição às importações extra-estaduais.⁵⁷

Se as contradições emergentes no início da década de 60, no Paraná, coincidem com o governo Goulart, o temor que esse governo pudesse alterar a estrutura de força dominante, propiciam na órbita estadual uma resposta do governador eleito que pelo menos garantiria a permanência de status quo dominante, co-participante do processo de acumulação nacional até então.

Somente, neste contexto, é possível entender as declarações oficiais e da imprensa no sentido demonstrar que o Paraná tinha grandes possibilidades de desenvolvimento econômico, ou seja, de industrialização, para responder não somente aos cafeicultores com novas oportunidades de investimentos, mas principalmente passar a idéia de um estado com uma situação inacabada, porque não industrializado, e assim amenizar conflitos que poderiam exacerbar-se com a ampliação da discussão, por exemplo, da reforma agrária, em um estado agrícola em que conflitos de terra eram constantes no início dos anos 60.

Ao passar a idéia das potencialidades do estado, irá se criar o que se poderia chamar de ideologia do inacabado, ou seja, considerando ser "a substância das ideologias o tempo em sua negatividade".⁵⁸

O projeto de desenvolvimento apresenta como prioritário a criação de infra-estrutura e a industrialização como objetivo a longo prazo. A construção de rodovias, em particular a

⁵⁷Com nosso objetivo nesse capítulo é meramente indicar a orientação da política governamental nos diferentes períodos frente a emergência de contradições no processo de acumulação capitalista não iremos nos estender na análise da CODEPAR só citando as principais orientações desse órgão de planejamento econômico tendo em vista um trabalho que já realizou essa análise: AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista.

⁵⁸FRANCO, Maria Sylvia C. O tempo das ilusões. p. 209.

Rodovia do Café (BR - 35/04), que ligaria a produção cafeeira do Norte ao Porto de Paranaguá, será priorizada, inclusive com grandes somas de recursos advindos do FDE. A COPEL contava com recursos próprios (geria recursos advindos da Taxa de Eletrificação) e podia contar com outros recursos nacionais ou externos. O FDE era um recurso complementar. A maior parte dos investimentos estaduais foram destinados às rodovias, em especial à Rodovia do Café.

O Governo de Ney Braga, assim, confirma a hegemonia do setor cafeicultor e também a força de algumas empreiteiras junto ao governo estadual.

"A época que se pensa a criação da CODEPAR, o grupo econômico mais forte no Paraná era a dos empreiteiros. A principal preocupação de Ney Braga era com as obras rodoviárias e com a COPEL". 59

Além de que o projeto de desenvolvimento também representou uma forma de pressionar o governo federal em um momento crítico a nível nacional, dada a perspectiva de realizações de reformas estruturais que poderiam atingir interesses consolidados no Estado.

Um exemplo dessa política estadual de chantagem está na aproximação com o governo norte-americano, que vinha exercendo pressão sobre o Brasil para alinhá-lo à política de bloqueio e enfrentamento a Cuba.

"[...] a diplomacia norte-americana, muito pouco sutil, utilizava-se da Aliança para o Progresso, só fornecendo alimentos e recursos para os estados e municípios que ferfilhassem

59 AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Internacionalismo estatal e ideologia desenvolvimentista. p. 98-99.

uma evidente oposição ao governo federal, chegando em alguns casos - como o Nordeste - a discriminar populações em estado de calamidade".⁶⁰

A política federal e os compromissos financeiros e políticos do governo estadual levam a uma aproximação com o governo norte-americano.

Se não recebermos a colaboração financeira da União e isto os tempos já devem ter provado que não teremos esses recursos - temos para nós que o Paraná deveria tentar conseguir a colaboração do governo norte-americano, através da "Aliança para o progresso" a fim de que se pudessem acelerar o binômio de maior preocupação governamental que é o de estratos e energia elétrica.

Torna-se vital que o governador vá pessoalmente ao EUA procurando estabelecer bases de acordo de governo para governo.⁶¹

No primeiro semestre de 63, o governador visita os Estados Unidos e consegue recursos para construção da usina hidrelétrica Capivari-Cachoeira, o que será utilizado para demonstrar o alheamento do governo federal.

Com o golpe de 64, todas as questões e soluções apresentado a nível estadual serão alteradas. As mudanças provocadas pelos governos militares na estrutura administrativa e política federal irão redefinir os vínculos entre União e estados federados.

Ideologicamente, com o golpe, o imaginário representativo do real será reelaborado, pois será fundamental resgatar o tempo no desenvolvimento do capital; reescrever no social e político as idéias de forma a negar ao tempo a sua negação e sua mudança.

3.7 REESTRUTURAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARANAENSE

O golpe militar de 64 demonstrou que a internacionalização do processo de acumulação capitalista do país não aceitava mais medidas e políticas comprometidas com a ideologia

⁶⁰SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária. In: Linhares, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1992. p. 288.

⁶¹O PARANÁ e a aliança. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 set. 1962.

populista-desenvolvimentista que estavam impedindo que ocorresse o "desenvolvimento econômico", pois para verificar o desenvolvimento seria necessário uma "racionalidade administrativa que assegurasse uma ordem política e econômica no país". Os governos militares resgatam a concepção desenvolvimentista dominante anteriormente, eliminando, no entanto, as medidas populistas que impediam, segundo seus intelectuais, o desenvolvimento econômico e social.

A racionalidade administrativa irá significar:

[...] um processo de aparenta neutralização tecnológica, tentando ditar regras do jogo político sem fazer política, respaldado na aparente neutralidade técnica dos interesses que coordena e organiza. No entanto, essa tecnificação da política não elimina o praxis política, apenas o desloca para novas formas de intermediação de interesses que, exigindo do Estado a expansão de seus quadros burocráticos e suas funções regulatórias, envolve grupos organizados mediante a institucionalização de sistemas de representação baseados em negociações diretas, ao nível dos setores sociais mais articulados, e no controle coercitivo, ao nível dos setores menos ágeis e influentes.⁶²

A "racionalidade neutra" em termos administrativos, significará, na prática, o reordenamento da capacidade financeira da União, para fazer frente a obras fundamentais ao capital e a novos créditos externos em um período de grande liquidez internacional. A nova política agrícola do governo impossibilitará, por sua vez, qualquer tentativa de reforma agrária.

"[...] após 64, quando o capitalismo brasileiro e seus 'partners' estrangeiros descobrirem a terra como reserva de valor para seus capitais, tornou-se ainda mais difícil qualquer tentativa de reforma agrária.⁶³

Ocorre, com o golpe, a garantia de consolidação definitiva do modelo implantado em '50. "Do ponto de vista econômico não

⁶²FARIA, p. 111-112.

⁶³SILVA, Francisco C. Teixeira, p. 285.

ocorre nenhum marco no sentido de definição de um novo modelo econômico",⁶⁴ mas sim a recriação, pelo governo federal, da capacidade de financiamento dos investimentos públicos e privados necessários para a retomada da expansão capitalista, e também, o fornecimento de bases para o processo de concentração oligopolista.

É nesse processo que se explicita o reordenamento do "modelo de desenvolvimento paranaense", o qual agora será reorientado no sentido de defesa de uma maior integração com o processo de acumulação nacional.

A partir de 64, a agricultura, vista enquanto fonte básica de riqueza ao estado, é resgatada colocando a industrialização como acessório complementar a esse processo ou quando muito a industrialização deveria ser vinculada à agricultura.

"Nossos caminhos devem dirigir-se para a industrialização da agricultura e desenvolvimento da pecuária, para que se possa atender, com alta produtividade, a impressionante explosão demográfica a que o próprio Brasil assiste e continuará a verificar nos anos futuros".⁶⁵

[...] Tanto o governo do Estado como o da União preparam-se para conceder elementos necessários para que a agricultura estadual sofra um impulso extraordinário. Segundo os planos já delineados, deverá duplicar em 1965 a produção agrícola do Paraná, produção essa que apresentará um excedente sobre o consumo interno de aproximadamente um e meio milhão de toneladas [...]. O Paraná deve, assim, desenvolver uma política de industrialização, capaz de correr paralelo ao notável incremento que se está verificando no campo da agropecuária.⁶⁶

Conclui à agricultura a responsabilidade pela positividade de uma imagem estadual de estabilidade e harmonia. Verifica-se, portanto, a confirmação da estrutura sócio-

⁶⁴MENDONÇA, Sonia R. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p. 75.

⁶⁵DESTINO econômico do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 maio 1964.

⁶⁶INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 24 jul. 1954.

econômica dominante, respaldada, a partir do golpe, pelo apoio do governo federal.

Quando de sua visita a Curitiba o Presidente Castelo Branco afirmava ser o povo paranaense um povo feliz. Realmente não há porque não seja feliz a nossa gente, vivendo num Estado de franco progresso dotado de ótimas condições climáticas e sobretudo vivendo num nível de vida bastante elevado se considerarmos o nível nacional [...] um dos fatores básicos da situação singular de que desfrutamos no conceito nacional é representado sem contestação pela economia paranaense, sólida e regular, afirmada em bases estáveis, ou seja, sobre a agricultura.⁶⁷

Se antes de 64 a agricultura é considerada, como sendo responsável pela instabilidade da renda estadual, fragilizada pelas alterações climáticas, justificando, portanto, o projeto de estímulo à industrialização que poderia minimizar a instabilidade da economia paranaense, tal lógica, mesmo que não efetivada, perde razão de ser com a reversão da política federal.

Com a maior centralização financeira e administrativa pós-golpe, os estados e municípios, para receberem recursos do governo federal, terão que vincular seus projetos aos planos de desenvolvimento nacional. Sendo assim, as prioridades e reivindicações a nível estadual devem ser reelaboradas para demonstrar a importância para o desenvolvimento nacional.

Ney Braga, ao realizar um balanço do seu governo, no quarto ano de mandato, afirma:

"[...] Teoricamente podemos conceituar desenvolvimento como sendo feito tendo como benefício mais prioritário o Brasil. Todo o nosso programa e todo o nosso pensamento, então, seriam verificar o panorama do Paraná, dentro do programa do Brasil. Por isso que trabalhamos voltados para o desenvolvimento nacional e não seria lícito nessa hora que ficassemos atentos exclusivamente ao desenvolvimento do Paraná dentro de uma conjuntura nacional".⁶⁷

⁶⁷ DA necessidade de industrializar o Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 dez. 1964.

⁶⁷ NEY fala do desenvolvimento do Paraná durante quatro anos de governo. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 fev. 1965.

Logo após essa afirmação, o governo estadual reafirma o apoio ao governo federal e ao movimento de 31 de março de 64.

Catorze meses são passados desde que o país foi reintegrado no seu clima ideal de convivência democrática, de paz social e de segurança nacional, que é o clima compatível com as tradições cristãs do seu povo e o único capaz de possibilitar uma verdadeira tomada do desenvolvimento.

[...] O Brasil reconquistou o respeito e o prestígio que estavam se deteriorando no cenário internacional. A confiança internacional no General Castelo Branco mudou a atitude das grandes agências financeiras internacionais devotadas à assistência econômica dos países em desenvolvimento com reflexos benéficos de que o próprio Paraná é testemunha com os empréstimos que está recebendo da Aliança para o Progresso, destinados aos financiamento de suas grandes obras de infra-estrutura.⁶⁸

Esse apoio, no entanto, vem vinculado a uma proposta de alteração da política cafeeira nacional, que possa atender os interesses estaduais.

Sou um homem público que apóia o Presidente Castelo Branco definitivamente. Sei quem é ele e sei o que ele quer. Sei como estava o Brasil e tenho certeza de como ele vai deixar o Brasil. Quanto ao problema do café levei a ele as reivindicações mais sentidas do meu Estado, não fomos atendidos. E dentro dos trâmites normais e legais eu continuei defendendo a lavoura que é a vida do nosso Estado e do Brasil. Não preciso, para ficar com a lavoura, ficar contra o Presidente. Fico com ambos lutando por ela junto dele e lutando por ele junto dela. Quero afirmar, não gostei realmente do esquema do café. Vamos trabalhar, porque melhores dias não de vir. Conversei com o Presidente do IEC, com o Ministro da Indústria e Comércio, com o Ministro do Planejamento e com o Presidente da República. Há uma esperança enorme no setor financeiro da União, e no setor da cafeicultura, de que nossas exportações melhore a partir de junho. Vamos aguardar e permanentemente continuar defendendo a lavoura do meu Estado porque fazendo isso, estou defendendo meu Estado e a economia brasileira. A lavoura pode contar comigo para dentro da normalidade, com tranquilidade e segurança, defender, dentro das normas de lealdade democrática os seus interesses.⁶⁹

Existe uma clara preocupação com a política a ser seguida pelo governo federal com relação à cafeicultura, o que reafirma a hipótese apresentada por Maria Helena Oliva Augusta de que o setor cafeicultor, ou agricultura em geral, era hegemônica. A importância da agricultura também é demonstrada pela indicação de Ney Braga do seu Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, para as eleições governamentais em 1965. A

⁶⁸ NEY prestou contas da situação geral do governo em sessão especial na Assembleia. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 maio 1965.

⁶⁹ NEY presta contas iniciando campanha para a sucessão do Estado. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 jun. 1965.

Paulo Pimentel são dirigidas várias críticas advindas de sua pouca idade (37 anos), por ser paulista, por existir na equipe de Ney Braga homens mais experientes, etc.

Ney Braga responde a tais críticas, justificando que Paulo Pimentel era um político com grandes vínculos com a agricultura e, pode-se concluir, com apoio político do Norte do Paraná.

Nós escolhemos dentro da conjuntura atual da Nação e do Paraná um homem de nossa equipe que vai continuar com ela, que vai trabalhar com ela, mas um homem afeito às lides da agricultura [...]. Nós sentimos o quanto precisa o Brasil do Paraná, principalmente no setor de sua vida agropecuária e na vida do beneficiamento desses produtos da terra do nosso Estado. A nossa responsabilidade não é só com o nosso Estado é também dada pela atribuição do nosso Estado para com o Brasil. Temos as terras mais férteis do país [...]. Quando iniciei minha campanha há alguns anos passados com poucos companheiros corri a região de Porecatu toda. Conversei com os homens dos canaviais, dos cafezais, da usina de açúcar da cidade, dos transportes de cana e todos eles a um ano antes da minha eleição diziam: 'Major Ney Braga o Sr. tem um homem que pode lhe ajudar muita nesta região para sua campanha, é o Dr. Paulo Pimentel [...]. Convidei o Dr. Paulo logo depois que ganhei as eleições para a Secretaria da Agricultura e ele aceitou e veio para essa pasta antigamente esquecida e começou seu trabalho. [...] O Dr. Paulo não recebeu grandes verbas para seu setor e aguentou com poucos recurso conquistando o interior do Paraná e todos aqueles homens que vêm seu trabalho. E, eu, em quase todas as regiões que chegava, depois de Governador sentia o valor e o respeito por aquele moço que trabalhava, que lutava e que defendia a agricultura, quando a agricultura no Brasil sempre foi esquecido. É o homem da alimentação e o Brasil ainda não se estruturou no setor agrário, mas irá se estruturar. E ninguém melhor do que um homem que tenha vivência dos problemas afetos da terra, nesta hora do Brasil é o mais indicado para ser Governador.⁷⁰

Se Ney Braga ficou marcado pela fundação do novo, qualitativamente diferente dos governos anteriores, e se o novo foi consubstanciado em um "modelo de desenvolvimento" que tinha na CODEPAR seus principais instrumentos, com Paulo Pimentel "desaparecem os motivos que a ele atribuisse um lugar de destaque no quadro administrativo",⁷¹ pois foi eleito Pimentel, em termos do grupo político no poder e a preocupação era mais com setores que este representava do que com a economia como um todo, tendo assim a CODEPAR uma

⁷⁰ Hay presta contas...

⁷¹ AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 146.

ingerência muito mais política do que a orientação do seu antecessor, Ney Braga. Além disso, as informações sobre a reforma tributária a ser implementada pelo governo federal colocam sérias dúvidas quanto à possibilidade de sobrevivência da CODEPAR.

Já nos projetos do país com visíveis e impressionantes reflexos sobre o quadro paranaense do novo governo, uma sorte de situações novas que nos preocupam sobremaneira. A preocupação é tanto mais válida quando sabemos que o nosso Estado criou no atual período administrativo, uma sistemática que vem produzindo frutos que a melhor consciência do Paraná, entende como certa. É por exemplo, o caso específico da CODEPAR, que é resultante da compulsoriedade de empréstimos junto ao povo. Se estes significam diminuição de poupança na área particular, a acumulação de riqueza para a inversão em investimentos, foi feita debaixo de um duplice critério: uma posição do empréstimo, por determinação de lei, criando-se conseqüentemente um fundo financeiro que selecionou critérios e estabeleceu prioridade em inversões maciças, tanto nos setores públicos como na iniciativa privada. Agora com a reforma tributária, os Estados não poderão, como de restó as sociedades de economia mista forçar os compulsórios. Em conseqüência o Paraná, como seus municípios, ficarão a mercê de critérios percentuais que lhe darão direitos a percepção de parcelas nas arrecadações de impostos feitos na área territorial paranaense.

Assistimos assim a médio prazo, a morte dos motivos que tornaram possível a CODEPAR, salvo se encontrar uma forma que tangencie a futura negativa constitucional a propósito dos empréstimos compulsórios.⁷²

O novo Código Tributário Nacional irá proibir a criação de empréstimos compulsórios pelo Estado e eliminar o IVC que será substituído pelo ICM, entre outras medidas. Tal situação não passou despercebida pelo novo governador, que esperava uma "cobertura federal mais gloriosa graças à projeção e prestígio consubstanciados na figura de Ney Braga, a quem o Presidente Castelo Branco entregou a pasta ministerial da República que melhor se identifica com a estrutura predominante agrícola do Paraná".⁷³

É a partir desse governo de Paulo Pimentel, que a integração com governo federal também significará integração com seus projetos e ideologia. O objetivo de fornecimento de empréstimos pela CODEPAR a pequenas e médias empresas

⁷² FINANÇAS do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 12 nov. 1965.

⁷³ PAULO e Plínio diplomados pelo TRE governador e vice do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 09 dez. 1955.

paranaenses, visto como uma estratégia de desenvolvimento emancipatório do Estado, é eliminado.

Caberá, agora, financiar qualquer (em termos de origem de capital) empresa contanto que esta fosse rentável, permanecendo a CODEPAR, no entanto, como órgão promotor do desenvolvimento .

Fácil não será obtermos o desenvolvimento industrial. Faz-se preciso além dos elementos básicos o apoio oficial, interesse de grupos capitalistas locais e sobretudo a promoção de uma campanha de propaganda destinada a atrair as atenções de indústrias de outros estados e mesmo do exterior para o Paraná. Está se fazendo sentir um plano de divulgação das possibilidades industriais do Estado uma publicidade tendente a explicar aos capitalistas de fora a nossa excelente situação como sede para novas indústrias. [...] Estamos justamente no momento preciso para deferirmos uma campanha de atração de indústrias e de capitais, cabendo, entretanto, às entidades governamentais, a iniciativa de um movimento dessa natureza que significaria uma verdadeira garantia de apoio oficial, fato de relevância para aqueles que porventura, pensem no Paraná em termos de industrialização.⁷⁴

Antes da posse do governador eleito, já se verifica toda uma discussão na imprensa sobre os problemas do estado para o próximo quinquênio, enfatizando-se não só as deficiências do Estado com a reforma tributária, mas também fornecendo sugestões quanto a formas de financiamento para a continuação das obras públicas, demonstrando toda uma preocupação quanto à possibilidade de alterações ou desaceleração dessas obras.

Para equacionar o problema de financiamento, sugere-se uma maior integração da CODEPAR, Banco do Estado do Paraná e Secretaria da Fazenda, chamado de o "triângulo de ouro".

Partimos assim de uma idéia. Da existência de um "triângulo de ouro", que diretamente subordinado ao próprio governador poderia equacionar através de grandes linhas o perfil deste quinquênio financeiro e econômico do Paraná, que começa agora a engatinhar. Cremos firmemente que a concentração de esforços do "triângulo de ouro" poderá sanar certas lacunas, que ao nosso ver são muito visíveis no Paraná. Uma delas por exemplo se refere à ausência de uma Secretaria que responda pela política econômica do Paraná. Há verdade a Fazenda tem especificamente áreas de tarefas e pode por meio inclusive de uma política tributária, racional e adequada aos peculiarismos que nos identificam como unidade federativa, fazer parcialmente uma diretriz com rumos nítidos de caminhos econômicos. A CODEPAR criada,

⁷⁴ INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 jan. 1966.

estritamente para financiar obras no setor de estradas e energia e ainda estimular o surgimento de um ciclo industrial paranaense, não abarca na totalidade a questão econômica. O Banco do Estado do Paraná pelas condições estruturais que lhe são peculiares desempenha também seu papel. Ora somados, estas linhas do "triângulo de ouro" será possível através das respectivas áreas de ação do Banco, CODEPAR e Fazenda realizar o cumprimento de um programa econômico de maior e mais célere desenvolvimento econômico paranaense.⁷⁵

Para obtenção de recursos, além da concentração de esforços com a maior integração das instituições financeiras estaduais, outros esforços deveriam ser realizados. A captação de recursos externos deveria ser outra estratégia do governo estadual para que fosse possível a conclusão das obras públicas.

Deveremos neste lustro governamental ir agressivamente até buscar recursos em dólares, francos, marcos enfim moedas de países democráticos, não apenas para apressar a conclusão de obras públicas, mas garantir a inversão de dinheiro internacional em setores privados no Paraná. Tratam-se, evidentemente, de simples sugestões, feitas no intuito de colaborar e dentro de uma antevisão que temos de que o Paraná, neste quinquênio, marchava para uma posição de destaque internacional cada vez mais crescente.⁷⁶

O Governador Paulo Pimentel, em sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, afirmava que "seu governo nasceu de um desejo de continuidade, manifestado pelo povo, que fossem preservados e ampliados os princípios e realizações do quinquênio anterior, quando o Paraná, restaurado em todos os setores, teve condições para que se realizasse, no Estado, um dos grandes governos de sua história".⁷⁷

A fala do governador visava a eliminar temores de grupos econômicos quanto à possibilidade da desaceleração de cronogramas de obras em andamento, que poderia ser justificada, entre outros motivos, pela escassez de recursos orçamentários. Assim, entende-se a preocupação em indicar diferentes formas de obtenção de recursos, antecipadamente à posse do governador eleito.

⁷⁵ O Triângulo de ouro. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 fev. 1966.

⁷⁶ O triângulo...

⁷⁷ ASSEMBLÉIA instala trabalhos com a mensagem governamental. Gazeta do Povo : Curitiba, 15 mar. 1966.

Mas, o problema de estreitamento dos recursos fiscais é real a partir de 64, que adicionado à política de estabilização recessiva adotada pelo governo federal e sentida no Estado do Paraná com maior intensidade a partir do segundo semestre de 1966, leva o Governo do Estado a solicitar à CODEPAR a elaboração de um documento a ser enviado ao governo federal, solicitando medidas de emergência.

Esforço do governo do Estado está em manter elevados os investimentos no último exercício nos setores de infra-estrutura, no pagamento, em dia, dos empreiteiros, funcionários, municípios, além de ampliar o apoio financeiro a iniciativa privada. O esforço exauriu a capacidade do Estado em enfrentar a crise que ampliou a partir do segundo semestre de '66, quando os resultados da política cafeeira da União diminuíram as receitas públicas.

Assim o Estado solicita medidas urgentes da União destinada a dar ao Estado condições de suportar a difícil fase de reajustamento provocado pela política econômica do governo. [...] Solicitação visa também alertar o governo federal do risco em deprimir a níveis insuportáveis o padrão de vida da população paranaense o que conduziria a criação de focos de tensão social em uma região até agora tranqüila e promissora.⁷⁸

Nesse documento é elaborado um diagnóstico da situação paranaense, demonstrando que a atividade cafeeira continuava a ser dominante na economia paranaense. No passado, o governo federal havia auxiliado o Estado, quando da ocorrência de geadas, através de uma série de "medidas que foram desde o reescalonamento de dívidas de cafeicultores até a fixação de preços que estimulavam a formação de novos cafezais e compensavam as perdas acompanhadas de maciços financiamentos agrícolas".⁷⁹

Solicitava-se ao governo federal que essas medidas compensatórias, ausentes, fossem adotadas, pois a situação paranaense era agravada pela política de erradicação do café e pela nova política de diversificação agrícola seguida pelo governo federal que só traria benefícios a longo prazo.

⁷⁸ Governo do Estado do Paraná. Análise da conjuntura econômica do Paraná. Elaborado pela CODEPAR, janeiro 1967.

⁷⁹ Governo do Estado do...

O setor industrial também se encontrava em uma situação crítica, segundo o diagnóstico da CODEPAR, advinda da retração do mercado consumidor, agravada pela redução da renda gerada pelo café. Muitas empresas haviam sido "criadas ou ampliadas utilizando o incentivos internos oferecidos e muitos não haviam sido concluídas quando foram surpreendidas pela retração do mercado interno e pelas dificuldades de obtenção de financiamento e produção".⁸⁰

Sendo assim, o objetivo-fim era a obtenção de recursos da União para o Estado e com esse objetivo são formuladas as seguintes solicitações:

- a) aumento dos investimentos diretos da União em obras de infra-estrutura no Paraná;
- b) incremento da participação financeira da União em programas estaduais de investimentos;
- c) adequação da política nacional de erradicação cafeeira, no sentido de abranger o apoio financeiro aos investimentos necessários à criação da nova estrutura econômica e social, decorrente da sua própria aplicação, inclusive a consolidação industrial na região cafeeira;
- d) manutenção dos níveis de eficiência operacional alcançados pelos órgãos responsáveis pelo financiamento da produção, de modo a atender a total comercialização das safras agrícolas, com correção dos preços mínimos, para evitar desestímulo aos produtores;
- e) solução para o problema de exportação dos produtos primários que se vem tornando gravosos pela elevação

⁸⁰Governo do Estado do...

dos custos internos, sem a correspondente atualização da remuneração decorrente das operações em moeda estrangeira;

f) retorno imediato aos níveis de estímulo ao reflorescimento.⁸¹

A aceleração do processo de oligopolização da economia levada a efeito pelo governo federal, além da maior centralização financeira e administrativa, é a grande responsável pela impossibilidade da emergência ou pela continuidade de propostas e soluções estaduais. É neste sentido que se entende a solicitação ao governo federal, haja vista a impossibilidade da viabilização de soluções locais.

Esse processo inviabiliza qualquer projeto de desenvolvimento estadual, pautado no estímulos de pequenas e médias empresas industriais, voltadas ao mercado regional, considerando a maior concorrência quando da integração de mercados.

O projeto de desenvolvimento é negado política e ideologicamente e inviabilizado na prática. Sendo assim, o órgão responsável pela sua implementação perde razão de ser. O deputado Anibal Khury na Assembléia Legislativa, em meados de 1968, propõe a extinção da CODEPAR.

Na justificativa de sua proposta o parlamentar diz que a CODEPAR, para preencher os objetivos que a inspiraram vinha obtendo a maior parte de seus recursos com o empréstimo compulsório o qual era cobrado com o adicional do IVC.

Criou-se em seu lugar o ICM com características diferentes e com destinação expressa de uma parte de sua arrecadação aos municípios. Além disso a Constituição Federal proibiu aos Estados e municípios a imposição de empréstimos compulsórios acabando desse modo com a principal fonte de recursos da CODEPAR.

Por outro lado o Banco do Estado do Paraná com uma estrutura mais sólida e uma rede de agências abrangendo a maior parte dos municípios do Estado, apresenta condições

⁸¹ Governo do Estado do...

mais satisfatórias para cumprir os altos objetivos, que determinaram a criação da sociedade de economia mista.⁸²

A readequação, a nível estadual, desse novo contexto econômico ocorrerá com a transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), estando implícita, com essa alteração, a reestruturação do projeto de desenvolvimento do Estado.

Os elementos que formalmente estiveram na raiz da atuação governamental: desenvolvimento redistributivista, assessoramento das pesquisas empreendedores estaduais, estabelecimento de uma situação local - nos limites do Estado do Paraná - em que o homem, tomado abstratamente, teria sua realização, cede lugar a uma razão maior e de um empreendimento capitalista em que esses elementos perdem sua razão de ser como expressão de uma política populista. Há que realizar a capitalização do estado integrado num espaço capitalista "nacional". Nesse momento é o grande empreendimento, o grande capital, o elemento dinâmico. Também é então que se delineia claramente a modificação do que se entende por capital industrial: o que se quer dizer é que, não obstante permanecer a maior parte dos financiamentos dirigida à indústria, em sentido estrito, outras atividades reprodutivas passam a ser sistematicamente financiadas pelo organismo.⁸³

Os mecanismos de estímulo industrial são reestruturados e as obras de infra-estrutura são concluídas. No entanto, permanecem as mesmas forças políticas na órbita estadual, ou seja, forças comprometidas com o setor agrícola.

Representativo da afirmação acima é a cobrança feita aos empresários estaduais para uma atuação mais efetiva.

[...] em que medida a iniciativa particular - afinal, a ela cabe a resposta ao grande desafio de realizar o fenômeno da implantação, reestruturação e renovação industrial - vem acompanhando os designios paranaenses e a preocupação de todos de elevarmos o número de nossas fábricas, assim, como atualizar os existentes, ampliando-as?

Quando de sua posse na Federação das indústrias o seu atual titular destacou que era de seu propósito lutar para a implantação de um determinado número de centenas de novas fábricas. Saudamos então o fato com a secreta esperança de que seu dinamismo iria estimular na área particular, forças tais que nos dariam uma preciosa nova colaboração nos setores industriais.

A realidade porém é que não podemos afirmar que no Paraná exista um frêmito entre as lideranças empresariais, que efetivamente corresponda ao intento comum de nossa terra, no sentido de plantarmos a era industrial.⁸⁴

⁸² VICE líder do governo propôs ontem a extinção da CODEPAR. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 maio 1968.

⁸³ AUGUSTO, Maria Helena Oliva, p. 188-189.

⁸⁴ FRANCISCAHA pobreza da indústria. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 nov. 1969.

Se "o Paraná alcançou através de trabalho de vários Governos um contingente de realizações em infra-estrutura que está a exigir uma abertura de mentalidade na direção da multiplicação de seu parque industrial",⁸⁵ ou seja, se o Estado havia construído toda uma base infra-estrutural, caberia ao Estado, através do BADEP, reunir o empresariado estadual, considerando sua frágil situação política, entendida como falta de interesse ao "bem comum", (sic).

Ao BADEP caberia a função de agregar o empresariado estadual para que num grande plano de ação conjunta tentasse vender a excepcionalidade da situação do Paraná para o capital nacional e internacional e investir recursos para atrair fábricas no Paraná.

A crítica realizada não é endereçada diretamente à política governamental, mas à situação do BADEP, encarado com órgão autônomo, capaz de instituir programas e idéias para reverenciar a política industrial.

"O que entendemos é que, ao lado dos resultados e das apreciações generalizadas que vez por outra são feitas pelas vozes autorizadas dessa instituição paranaense, devem ser feitos esforços na direção de novas soluções que signifiquem o impulso maior da taxa de contribuição do BADEP para o desenvolvimento econômico paranaense".⁸⁶

Era necessária a elaboração de planos de trabalhos para fomentar a industrialização, o que não existia no governo que estava encerrando seu mandato, sendo que do próximo governador eram esperadas grandes mudanças cabendo ao "empresariado emprestar seu apoio à administração, apresentando planos concretos em torno de uma desejada meta".⁸⁷

⁸⁵ NOVAS indústrias e empregos. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 jan. 1970.

⁸⁶ INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 maio 1970.

⁸⁷ DIA da indústria no Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 maio 1970.

O BADEP e o empresariado deveriam encontrar soluções para incentivar a industrialização, o que em uma leitura crítica, significa a sugestão de um órgão da imprensa com interesses vinculados ao setor industrial, para que o empresariado industrial estadual, através de suas lideranças, se aproximasse do BADEP de forma mais efetiva, para que fosse possível a adoção de medidas favoráveis ao incentivo industrial, tentando quebrar a hegemonia agrícola.

Essas contradições tornam-se transparentes ao se apresentar o pronunciamento do Governador Paulo Pimentel na Escola Superior de Guerra, em que, em primeiro lugar, enfatiza a integração do governo estadual com os objetivos do Governo Federal e, a seguir, o papel da indústria no seu governo que se encontrava no último ano.

[...] com a revolução o alheamento federal deixou de existir, estabelecendo-se uma integração em três níveis do Governo - União, Estados e municípios - cujos frutos podem ser constatados neste último quinquênio.

Se atingirmos as metas previstas e, em vários setores pudemos, mesmo ultrapassá-los muito devemos aos governos da Revolução que não faltaram ao Paraná nem faltaram a expectativa de seu povo no cumprimento dos esquemas financeiros convencionados e na execução de programas conjuntos de grande porte que rapidamente estão mudando a paisagem física e social do Estado [...] Os incentivos a industrialização tem sido promovidos sem qualquer propósito de relegar as atividades agropecuárias a segundo plano mesmo porque o Paraná deverá continuar a manter sua posição de maior produtor mundial de café.⁸⁸

Enfim, reafirma a integração com governo federal, o apoio ao governo militar e a hegemonia agrícola cafeeira no Paraná.

3.8 PARANÁ E O REGIME AUTORITÁRIO

Em meados do ano de 70, é indicado o deputado Haroldo Leon Peres como candidato da ARENA para as eleições indireta para o Executivo estadual, tendo como companheiro de chapa o

⁸⁸ PAULO Pimentel apresenta o novo Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 12 jul. 1970.

professor Parigot de Souza. O candidato arenista passará a vincular sua candidatura ao sentimento revolucionário e à continuidade que pretendia imprimir.

A escolha do meu nome sob a inspiração do Presidente Médici foi também uma decisão revolucionária, como revolucionária é este ato em que a ARENA endossa os nomes que a Assembléia Legislativa irá apreciar.

Se aqui estou e aqui estamos, obrigados sob uma mesma legenda e porque temos um objetivo comum que não é de grupos, porque é um objetivo revolucionário, e como, a Revolução, impessoal, patriótica e nacional [...] Falaremos a linguagem franca que os paranaenses sabem entender, aquela linguagem que levou Ney Braga e Paulo Pimentel ao Palácio Iguaçu.⁸⁹

O governador eleito indiretamente, Harold Leon Peres, que assume em março de 71, frente à falta de vínculos políticos com os ex-governadores, Ney Braga e Paulo Pimentel, passa a identificar sua candidatura a uma abstração ou seja ao espírito revolucionário, identificando a ARENA em efetivo partido da revolução, em uma estratégia iniciada com a decretação do AI-2.

Frente a um contexto autoritário sob a vigência do AI-5, com o Executivo federal assumindo funções das outras esferas do poder institucional, em uma clara desobediência constitucional, o Congresso Nacional passará por momentos críticos, pois se viu "diante do impasse de atuar segundo normas que, além de não especificarem com clareza suas funções, podem ter sua vigência suspensa de um momento para o outro, sem aviso prévio, na medida que nunca se sabe quando o Executivo vai agir de acordo com suas prerrogativas constitucionais ou revolucionárias".⁹⁰

No início de 70, a ARENA passa a identificar-se com um novo papel, nesse vazio legal, ou seja, de instrumento do Governo no Congresso.

⁸⁹ ARENA confirma Leon Peres e Parigot. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 jul. 1970.

⁹⁰ KLEIN, Lucia Brasil pós-64. A nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: Klein, Lucia; Figueiredo, Marcus F. Legitimidade e coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro : Forense - Universitária, 1978. p. 34.

"Percebe-se a intenção da ARENA de sensibilizar o Executivo de maneira a transformar-se em instrumento valioso através do desempenho, com máximo de eficiência, de seu novo papel".⁹¹

Apesar dos esforços nesse sentido, a ARENA não logrou a institucionalizar essas novas funções, já que o Executivo continuou adotando as decisões econômicas com base em assessorias sem ouvir as comissões parlamentares, restringindo, portanto, seu papel a apoiar projetos elaborados pelo Executivo ou seus próprios em discussão no Congresso.

Com essa indentificação de atribuições, mas que, no entanto assegurava ao governo militar, uma limitada legitimidade a nível congressional, a ARENA tenta impor, ao defender e identificar-se com o governo "revolucionário", a abertura de canais ou acesso a informações que pudessem ampliar sua base legal.

Se a ARENA tenta identificar-se estreitamente com o governo revolucionário, traição à ARENA e a seus candidatos, passa a ser denunciada como traição ao governo "revolucionário".

Discórdias políticas estaduais passam a ser tratadas a esse nível, como forma de obter maior apoio do governo federal e de atacar políticos situacionistas contrários a indicações federais para assumir o Executivo estadual.

Rebatendo críticas de Haroldo Leon Peres, realizadas após eleições vitoriosas na Assembléia Legislativa, Paulo Pimentel responde que;

A escolha do Sr. Haroldo Leon Peres para meu sucessor de fato surpreendeu tanto a mim como a todo o povo paranaense pois tratava-se de um político sem nenhuma expressão no meu Estado e segundo-se dizia sem condições até de reeleger-se a

⁹¹KLEIN, p. 34.

deputado federal. Respeitei a atitude do Presidente Médici a quem tinha entregue memorial deixando em suas mãos a decisão quanto à governança.

Ora, se tinha de livre vontade abdicado do direito de pleitear a indicação de um candidato, nenhuma razão teria para me mostrar rebelde à atitude presidencial.

Quanto a dizer que dei apoio ao candidato do MDB, a afirmação pode ser creditada à conta da burrice ou encarada como piada.

Se algum arenista pudesse ser apontado como defensor da candidatura oposicionista poderia ser o senador Ney Braga, cuja equipe pertenceu o Sr. José Richa. Isto todavia não aconteceu e desconheço mesmo qualquer arenista que tenha tomado tal atitude.

Minha participação na campanha da ARENA todos conhecem. A imprensa nacional registrou, por muitas e muitas vezes minhas declarações de confiança irrestrita na vitória do nosso partido. [...] Se eu fosse o Sr. Haroldo Leon Peres não arriscaria dizer que a vitória da ARENA no Paraná se deve a ele. Foi a vitória da lógica, isto sim, e posso atribuí-la com segurança aos seguintes fatores:

- a) a excelente imagem do Presidente Médici no Paraná;
- b) a falta de estrutura do partido oposicionista que consta com menos de 100 diretórios em todo o Estado, enquanto a ARENA esta presente nos 288 municípios paranaenses, com diretórios organizados sob orientação nossa;
- c) a boa qualidade dos candidatos da ARENA no senado, um dos quais Maltos Leão (o mais votado), foi meu secretário do Interior e Justiça. Quanto ao Acioly sempre o considereei como um dos mais positivos valores políticos do Estado e sempre contou com a minha amizade pessoal;
- d) ao clima de harmonia e de trabalho, que, graças a Deus, conseguimos criar no Paraná nos últimos anos, não havendo condições de proliferar o desânimo, a descrença, ou a revolta entre o povo.⁹²

A descaracterização do ex-Governador Paulo Pimentel pelo Governador eleito Haroldo Peres, como líder arenista paranaense, é sintomático das disputas políticas no interior das facções dominantes, que tentavam quebrar hegemonia do Norte do Paraná, ao se apropriar do chamado ideário revolucionário e negar essa representatividade ao ex-Governador.

As acusações do Governador eleito são veementemente rebatidas a partir da reafirmação dos vínculos do Governo estadual, até então, com o Governo Federal, com Paulo Pimentel definindo os termos dos vínculos com o Governo militar e de estruturação da ARENA no Paraná.

De fato, estive afastado dos palanques, onde estivesse o Sr. Haroldo porque não concordei com os métodos que adotou, fazendo ameaças aos quatro ventos do Paraná para favorecer alguns amigos seus, candidatos a deputados.

Conheço deputados e prefeitos que receberam ameaças de cassação do Sr. Leon, se não passassem para seu lado. Tais episódios têm sido danosos para a imagem da Revolução no Paraná. [...] Não acredito que o Sr. Leon detenha liderança no Paraná. Desejo

⁹² PAULO rebate críticas de Haroldo. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 nov. 1970.

sinceramente que a conquista, palmilhando o caminho do trabalho e respeito da gente paranaense.

Em nenhuma hipótese conseguirá essa liderança semeando ódios, pregando o divisionismo, violentando o pacifismo político que é o bem mais caro de nosso povo.⁹³

Em seu discurso de posse Haroldo Leon Peres afirma que:

[...] Esta é a hora brasileiro. A hora do desenvolvimento cuja escalada já iniciamos. A hora da verdade. A hora da liberdade responsável. A hora da fundação de uma nova sociedade que inspirado nos princípios cristãos alicerce pelas relações na compreensão dos deveres comunitários que a todos e a cada um abriga, para a construção de um Brasil mais próspero em que não pesem tanto, como ainda hoje, as desigualdades regionais e os desníveis de renda, em que não prospere a miséria de muitos ao lado de fortuna de poucos, e em que a prevalência de um nível de vida, compatível com a dignidade da pessoa humana seja finalmente a realidade do esforço fraterno de toda a nação. [...] continuarei a dar o pleno atendimento aos problemas de infra-estrutura porque temos consciência de que os problemas de desenvolvimento se interligam e constituem um todo e por isso todos os setores merecerão nossa atenção e nosso esforço aproveitando-se os recursos e as técnicas que o Estado tem.⁹⁴

Em plena vigência de um regime autoritário, que vincula sua legitimidade aos resultados econômicos, é apontada a situação de miséria e de desequilíbrio regionais existentes no país. Além disso, a pretensa intenção de quebrar hegemonia de certos grupos políticos no interior da máquina administrativa arenista levou a uma perda gradual de apoio do Governo Federal que, adicionado as denúncias de corrupção, levaram a renúncia do Governador Leon Peres ao final do ano de 1970, "um dos episódios pouco esclarecidos e confusos na história política do Paraná".⁹⁵

Mas foi no Governo de Haroldo Leon Peres que seria Indicado Jaime Lerner, ex-técnico do IPPUC, para a Prefeitura de Curitiba.

Com a renúncia de Leon Peres, assume seu vice, o Professor Pedro V. Parigot de Souza, que se apressa em elaborar

⁹³ PAULO rebate ..., p. 3.

⁹⁴ LEON Peres: Governo é participação. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 mar. 1971.

⁹⁵ IPARDES. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba, 1987. p. 39.

um "Plano de Desenvolvimento" que apresentasse "uma forte linha de consideração, as metas fixadas pelo Governo da República".⁹⁶

Poucos meses após a renúncia do Governador Leon Peres, o Ministro dos Transportes, Mario Andreazza, vindo ao Estado para inaugurar a Rodovia São Mateus do Sul - União da Vitória, trecho 85 km da BR-476, anunciava a construção de 1.190 km de rodovias de interesse do Estado até princípios de 1974 e outros 1.057 km a serem entregues em 1975. O Ministro afirma na inauguração que, autorizado pelo Presidente Médici, anunciava o programa rodoviário para o Paraná que se concretizaria na administração do Governador Parigot de Souza, pois o Governador

[...] seguiu a orientação sadia de entrosar os objetivos comuns com o governo federal, de modo que se atendendo ao Estado se atenda aos interesses federais [...] Autorizou-se o Presidente a anunciar o programa que se desenvolverá na administração do Governador Parigot de Souza entre os órgãos - DNTER, Secretaria dos Transportes e equipes técnicas do Estado.

A orientação segura seguida pelo Governador Pedro V. P. de Souza de entrosar objetivos comuns do Governo Federal com o Governo do Estado foi responsável por isso, pois atendendo o Estado se atende aos interesses federais.⁹⁷

Dessa forma, inaugura-se uma "nova" fase no processo de planejamento global e setorial, em que planos estaduais devem originar-se dos planos nacionais, o que também levanta a hipótese de que o governador Leon Peres poderia estar com intenção de questionar ou quebrar essa orientação.

"O Plano do Paraná foi concretizado nos seus aspectos estruturais no próprio Plano Nacional de Desenvolvimento, feito pelo Presidente Médici. É que hoje com a sistemática adotada pelos governos da Revolução estamos - todos os estados - seguindo uma perspectiva de âmbito global".⁹⁸

⁹⁶ O PLANO que o Paraná esperava. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 maio 1972.

⁹⁷ PARANA terá dois mil km de estrada. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 mar. 1972.

⁹⁸ PLANO de Desenvolvimento do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 17 maio 1972.

A orientação, já posta em prática desde a década anterior com a maior centralização financeira e administração, oficializou-se "tecnicamente" no início dos anos 70.

No documento "Diagnóstico e diretrizes de Ação" o Governador Parigot afirma, na primeira parte do documento, que realiza um diagnóstico sobre a situação do Paraná, que a população paranaense continuará a crescer nas próximas décadas, mesmo correndo uma desaceleração do fluxo migratório e assim os índices de urbanização continuarão a se acelerar.

"Há necessidade de crescer, crescer muito e rapidamente. Este é um desafio que o Paraná precisa aceitar. E pode aceitá-lo com tranquilidade porque conta com o apoio do Governo Federal com o PND".⁹⁹

Para atingir o objetivo de crescer a taxas superiores às verificadas a nível nacional, o Paraná deveria perseguir cinco metas.

- 1) elevar ao máximo a eficiência do sistema governo/iniciativa privada;
- 2) a integração política do Paraná no esforço de elevar o país à condição de país desenvolvido, no prazo de uma geração, expresso no PND;
- 3) crescer a taxas que permitam o reforço, a longo prazo, da posição do Paraná na renda do país;
- 4) fazer crescer a economia a taxas que permitam reduzir, a médio prazo, e eliminar, a longo prazo, a diferença que separa a renda per capita paranaense da brasileira;
- 5) a consolidação de pólo agro-industrial paranaense.¹⁰⁰

Na área industrial a estratégia visava a:

- consolidar a posição do Paraná como pólo agroindustrial;
- ampliar o apoio financeiro dos órgãos de fomento industrial do Estado para a formação de capital fixo, de modo integrado ao sistema financeiro nacional;

⁹⁹ ESTADO seguirá estas diretrizes. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 jun. 1972.

¹⁰⁰ Estado seguirá...

- promover a modernização do parque industrial paranaense;
- promover e apoiar a implantação de indústrias dinâmicas e de grande porte;
- propiciar condições para implantar unidades produtivas em regiões de demorada integração;
- adotar as medidas necessárias para facilitar a implantação das refinarias de Aruacária (petróleo) e de São Mateus do Sul (xisto);
- estimular a criação do parque industrial complementar;
- criar entidades para promover economicamente o Estado;
- apoiar a ação da entidade promotora das exportações paranaenses;
- valorizar as regiões potenciais e em exploração turística no Estado.

Para o Secretário da Fazenda, Maurício Schulmann, a política industrial deveria ser fundamentada principalmente no apoio à iniciativa privada por meio de financiamento a custos inferiores à taxa da inflação.

"Enquanto a isenção fiscal, pura e simplesmente, pode ser anulada com idêntica vantagem por outro Estado que adote mesma medida, o oferecimento de maiores recursos de financiamento com prazos de amortização dilatados e a custos negativos - oferece melhores condições à promoção da industrialização".¹⁰¹

A política industrial do Paraná, segundo o Secretário da Fazenda, deveria ser centrada na concessão de financiamentos, a

¹⁰¹ PARANÁ fixa posição para o programa de desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 ago. 1992.

longo prazo, a juros subsidiados e investimentos em obras de infra-estrutura que permitissem às indústrias diminuir custos de produção, em vez de entrar em uma guerra fiscal com outros estados, que seria responsável pelo decréscimo de recursos para o desenvolvimento.

O documento "Diagnóstico e diretrizes de Ação" do Governo estadual foi encaminhado para a Federação das Associações Comerciais e para a Federação das Indústrias para apreciação crítica e sugestões, que serão apresentadas em três proposições:

- a) que seja promulgada no Paraná uma lei de incentivos (estímulo fiscal para a implantação ou expansão);
- b) que, em convênio com os órgãos competentes o Governo estadual propicie aos estabelecimentos industriais: linhas de força, linhas de telefone e telêx, preço de terreno compatível e assistência técnica;
- c) compensar, sob a forma mais conveniente, aquilo que as prefeituras dispensem para conseguir maior desenvolvimento industrial: incentivos municipais, construção de infra-estrutura e ampliação das existentes.¹⁰²

Apesar do Governo estadual não aprovar os incentivos fiscais, os empresários industriais, por sua vez, solicitam leis que estabeleçam esses incentivos, além de reivindicar obras infra-estruturais e apoio estadual para as prefeituras incentivarem o processo de industrialização.

Será neste contexto que emerge a proposta de criação da "Cidade Industrial de Curitiba", que irá de encontro às reivindicações dos empresários industriais estaduais.

Neste sentido pode-se compreender a questão da industrialização. O desenvolvimento do capital no Paraná, vinculado, como sempre esteve, ao mercado externo, apresentou contradições que não levaram à predominância do capital

¹⁰²EMPRESÁRIOS analisam plano econômico do governo do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 ago. 1972.

industrial, mas sim à expansão do capital agrícola, que reestruturou as relações de produção na agricultura. Para minimizar os efeitos decorrentes desse processo, ou seja, as migrações inter-regionais e para os centros urbanos, as desapropriações de pequenas propriedades e outros, é que a industrialização é proposta pelos governos estaduais e municipais; são soluções vindas da órbita governamental que, em última instância, permitem manter a mesma estrutura de dominação, que se desenvolve no Estado, estando, no entanto, integrada ao capital nacional e internacional.

- Industrializado, porém agrícola;
- Agrícola, porém desenvolvida;
- Subordinado, porém integrado.

São essas contradições que justificam a atipicidade do Estado do Paraná e fazem com que todos os estudos realizados ainda sejam insuficientes para dar conta da complexidade da economia estadual.

4 PLANEJAMENTO URBANO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 60

A cidade de Curitiba apresenta na década de 50, uma taxa de crescimento populacional anual em média de 7,18% bem acima da taxa de crescimento da população urbana do Brasil, no período que foi de 5,24% a.a., mas abaixo da taxa de crescimento do Paraná de 9,47% a.a., (ver tabela 4).

O grande crescimento populacional de Curitiba a partir, principalmente da década de 50, foi decorrente do desenvolvimento verificado no Paraná. A necessidade de racionalizar esse processo levou, no início dos anos 60, à elaboração de planos visando a disciplinar a ocupação do solo urbano.

Inicialmente serão delineados os objetivos dos planos de desenvolvimento urbano, para ser possível, após resgatar a questão da industrialização, já que é uma questão vinculada ao urbano.

A questão é saber como a industrialização é apresentada em Curitiba, cidade essa localizada em um estado que sofre, a partir de 60, a emergência de significativas contradições.

4.1 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DE CURITIBA NA DÉCADA DE 60

A imigração do início do século XX, nos arredores de Curitiba, aparece como justificativa para os prognósticos realizados sobre a perspectiva de, em poucas décadas, a capital tornar-se um centro industrial. A existência de mão-de-obra nos

arredores da capital, "braços baratos e abundantes",¹ apresenta-se como o fator que tenderia a condicionar a atividade industrial.

A imigração brasileira ocorrida em meados do século XIX foi fundamental para a economia cafeeira paulista, ao permitir, a continuidade da acumulação cafeeira com a criação e expansão de um mercado de trabalho livre, ou seja, a imigração será responsável pela formação de um mercado de trabalho em um contexto econômico específico, em que o problema de escassez de mão-de-obra apresenta-se como um dos óbices principais à continuidade da acumulação cafeeira.

Se a imigração encontra sua lógica na economia cafeeira paulista principalmente, o Estado do Paraná, em particular Curitiba, não apresentava uma estrutura econômica capaz de absorver tal contingente populacional.

Enquanto grupo hegemônico, os cafeicultores não questionaram a validade de seus interesses para os outros grupos. Eles simplesmente impõem a "sua" necessidade e a transformam numa predisposição de toda a nação. Eles se impõem como o "único capaz" e submetem qualquer outro projeto.

Submetem mas não eliminam. O fazer histórico desses segmentos não hegemônicos - sejam as oligarquias menores, seja a classe trabalhadora - sobrevive no interior do discurso hegemônico, ora resistindo, ora consolidando-o. Por não ter a "lógica" e a "racionalidade" que só o saber dominante detém, obrigava-se a ocupar papéis secundários.²

A abundante mão-de-obra imigrante que é lógica e racional para o café paulista, não será para a estrutura econômica paranaense em que predominam atividades extrativistas. No Paraná, o imigrante irá povoar áreas que, muitas vezes, serão abandonadas por falta de recursos.

¹POMBO, José Francisco da Rocha. O Paraná no centenário: 1500-1900. 2. ed. Rio de Janeiro "J. Olímpio; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980, p. 140.

²RIBEIRO, Luiz Carlos. A memória do trabalho urbano. [s.l. : s.n.]. p. 41.

Além do que a simples existência de mão-de-obra abundante é insuficiente para verificar-se o crescimento industrial, que exige também outras condições.

"[...] cabe lembrar que a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou o maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo primeiramente sérios problemas de infraestrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicação e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial, reduzindo-lhes os gastos de inversão e os custos de produção".³

O outro momento de grande crescimento urbano de Curitiba ocorre na década de 50. O crescimento da produção cafeeira no Paraná atraiu grande contingente populacional para o Norte do Estado, mas Curitiba afastada e desvinculada do processo, não apresentava, ainda na década de 50, condições de absorver uma população migrante que se desloca para a capital, quando o café sofre com as alterações climáticas ou econômicas.

Como o objetivo de racionalizar a ocupação do solo urbano, bem como de propor alternativas para o problema de geração de empregos na cidade de Curitiba, é que surgem os planos de urbanização, já na década de 40.

Inicialmente, a preocupação dos planos de urbanização estará voltado a delimitar áreas de ocupação do solo urbano em uma perspectiva organizativa dessa ocupação.

O primeiro plano de urbanização da cidade foi elaborado em 1943, coordenado por um urbanista francês, Alfred Agache. O Plano Agache propunha um núcleo central definido, cercado de várias zonas residenciais, com um sistema viário composto de avenidas perimetrais concêntricas e de avenidas radiais. Pretendia-se consolidar o centro tradicional, que seria

³CAHO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2. ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 1983, p. 227.

encarregado das atividades comerciais e de prestação de serviços para toda a população, necessitando para isso uma série de vias que lhes dessem acesso. Também deveriam ser definidos outros centros especializados em determinadas atividades. A zona industrial deveria seguir a tendência, já existente na cidade, de localizar suas indústrias nas proximidades da Estrada de Ferro, entre a Marechal Floriano Peixoto e Rio Belém. Essa localização atenderia a dois fatores: a existência de transporte e de mão-de-obra na área pela localização das residências dos operários próximas à região.

Esse plano será revisto em 1962, acompanhado de uma proposta de um novo planejamento urbano, e considerando-se implícita na proposta, que eram quantitativamente e qualitativamente distintos os problemas vivenciados em Curitiba, a partir do período.

Na década de 50, Curitiba foi uma das cidades que apresentou as maiores taxas de crescimento populacional, com um crescimento, em média, de 9,6% a.a. O crescimento vegetativo é estimado, para o período em 3% a.a, conseqüentemente a migração interna foi a grande responsável pelo aumento populacional. A origem desses migrantes eram os Estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e as cidades de Ponta Grossa, Jacarezinho, Londrina e Maringá.

Nos primeiros anos da década de 60, foi realizada pela Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda., empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, para realizar um novo plano de urbanização para a cidade, uma pesquisa para se determinarem as razões da vinda dos migrantes para Curitiba.

Conforme nível de renda e nível de vida traduzidos pelas condições de habitação, aparelhos eletrodomésticos, etc., as famílias entrevistadas foram classificadas em : inferior, média inferior, média superior e superior e foram, assim, detectados os seguintes motivos de atração.

TABELA 8 - RAZÕES DE ATRAÇÃO À CIDADE DE CURITIBA, ALEGADOS PELOS MIGRANTES
(Em %)

DISCRIMINAÇÃO	CLASSES SOCIAIS			
	Inferior	Média Inferior	Média Superior	Superior
Condições de Trabalho	70	80	49	54
Condições de Habitação	3	-	20	9
Facilidade de Assistência Médica	12	-	10	-
Facilidade de Escola	-	12	13	35
Parentes da Cidade	15	8	8	2
TOTAL	100	100	100	100

FORTE: Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, junho/65.

Conforme se observa nas classes inferior e média inferior, o fator de atração é a perspectiva de emprego na capital; já para as classes superiores, outros fatores também influenciam para a vinda a Curitiba, tais como as condições de habitação, escolas e assistência médica. Em termos gerais, no entanto, a perspectiva de trabalho atrai esses migrantes.

A população vinda de outros estado, em sua maioria, eram alfabetizados, conseqüentemente, eleitores que passam a pressionar politicamente, no intuito de alterações econômicas na cidade que levasse à possibilidade de incorporação desse contingente populacional.

Em 1962, nas eleições para a Prefeitura Municipal, vence Ivo Arzua, com 42,62% dos votos totais, conforme tabela 9, vitória conseguida com uma coligação partidária formada pelo PDC/UDN/PL/PTN; conseguindo assim vencer o PTB que, em 1962, consegue obter uma votação, para seu candidato (33,25%), um

pouco superior quando comparada aos votos recebidos pelo seu candidato vitorioso nas eleições de 1958, Itiberê de Mattos (31,97%).

TABELA 9 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA POR CANDIDATO, PARTIDO/COLIGAÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS EM 1958 E 1962.

CANDIDATO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	1958		1962	
		Abs.	%	Abs.	%
Itiberê de Mattos	PTB	32.313	31,97		
Malace Thadeu da Mello e Silva	PSD/PST	11.554	11,43		
Luiz Carlos Pereira Tourinho	PSP/UDN	16.690	16,51		
Felipe A. Siqueira	PL/PDC	26.691	26,41		
João Pereira de Macedo	PRT	2.435	2,41		
Ivo Arzua	PDC/UDN/ PL/PTN			51.511	42,62
Abilio Ribeiro	PSD			17.023	14,03
Carlos Alberto Moro	PTB			40.187	33,25
Branços		1.747	1,73	4.424	3,65
Nulos		1.629	1,61	6.213	5,14
TOTAL		101.067	100	120.855	100

Fonte: TRE

Os partidos da coligação, em 1963, conseguem a maioria relativa (50% das cadeiras) na Câmara dos Vereadores nas eleições para essa casa, conforme tabela 10.

TABELA 10 - RESULTADOS ELEITORAIS PARA A CÂMARA MUNICIPAL POR PARTIDO/COLIGAÇÃO E ANO ELEITORAL EM NÚMERO ABSOLUTOS E RELATIVOS E NÚMERO DE CADEIRAS EM CURITIBA, 1959 E 1963

PARTIDO/COLIGAÇÃO	1959			1963		
	Abs.	%	Nº Cad.	Abs.	%	Nº Cad.
PSD	20.473	20,26	5	15.437	12,77	3
PTB	17.633	17,45	4	19.648	16,26	4
UDN	6.611	6,54	1	9.467	7,83	2
PSP	8.329	8,24	2	8.022	6,64	1
PDC	12.160	12,03	3	21.469	17,76	4
PL	8.385	8,30	2	10.399	8,60	2
PRT	6.086	6,02	1	-	-	-
PR	7.649	7,57	2	8.123	6,72	1
PPS	3.828	3,79	0	-	-	-
PTN	3.906	3,86	0	10.028	8,30	2
PST	2.631	2,60	0	-	-	-
Frente Rural Trabalhista	-	-	-	7.637	6,32	1
Branços	1.747	1,73	-	4.424	3,66	-
Nulos	1.629	1,61	-	6.213	5,14	-
TOTAL	101.067	100	20	120.855	100	20

Fonte: TRE

O PDC, já vitorioso nas eleições para governador do Estado, consegue, unindo-se com o UDN, principalmente, eleger o prefeito de Curitiba, coroando campanhas em que os respectivos candidatos apresentam-se comprometidos com realizações que, supostamente, representavam rupturas com o passado.

Ivo Arzua em seu discurso de posse, na Câmara Municipal no dia 15 de novembro de 1962, apresenta sua diretriz geral de ação em que o objetivo último era de "transformar angústias do povo em esperanças".

A base funcional da diretriz seria um planejamento visando a implantação de uma reforma administrativa; o reexame do Plano Urbanístico de Curitiba; a fixação de um programa quadrienal de obras e fixação de um programa anual de obras.

A diretriz geral de Ação evidenciava um ideal a atingir:

Assim nasceu o nosso objetivo concreto para a futuro de Curitiba e de seu povo, objetivo a que nos entregamos apaixonadamente dia e noite.

Pois, se o candidato fora realmente sensível às angústias e aspirações do Povo; se conseguirá metamorfosear essas angústias e aspirações, em acalentadas esperanças populares, através de sua Diretriz Geral de Ação, cabia, agora, ao prefeito recém-empossado transformar, em esplêndida realidade, as esperanças que fizera brotar na alma generosa do povo de Curitiba.⁴

A ciência estaria presente na administração com a formação de equipes de técnicos polivalentes, para "permitir que a população curitibana tivesse ao seu alcance algumas das possibilidades de progresso e bem estar".⁵

Assim, ocorre a introdução, na administração pública municipal, de métodos e processos científicos, que aumentariam a eficiência geral da administração em todos os seus setores, e

⁴Relatório a Câmara Municipal de Curitiba. Ivo Arzua, 1963. p. 11.

⁵Relatório a Câmara..., p. 12-13.

"principalmente, no setor urbanístico, onde se radicaram males que vêm se somando a agravando de ano para ano".⁶

"Aqui, como em outras cidades, a fumaça das indústrias e dos veículos, o grande volume de tráfego, os ruídos ensurdecedores, os grandes edifícios, o preço exorbitante dos terrenos e das casas, os elevados aluguéis e as grandes distâncias a percorrer para o trabalho, para a escola e para a recreação, foram desumanizando a cidade e roubando-lhe aquela feição amiga, carinhosa".⁷

Curitiba, como já frisado, apresenta a partir de 50 um grande crescimento populacional, atraída pelas condições de trabalho que a capital poderia oferecer, e que irá demandar habitação, transporte, educação, a qual a cidade não estava preparada. Esta situação irá impor alterações a nível institucional, pois tal situação crítica, em termos sociais, assusta os setores dominantes tradicionais da capital e poderia comprometer a imagem amiga e carinhosa da Cidade.

Entre os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços predominam, no período, os pequenos estabelecimentos, ou sejam, aqueles que empregam menos de cinco funcionários, conforme tabela 11, com uma participação de 90% sobre os totais dos dois ramos de atividade (comércio e serviços).

TABELA 11 - ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS RAMOS DE ATIVIDADES E NÚMERO DE EMPREGADOS EM CURITIBA NO ANO DE 1965

NÚMERO DE EMPREGADOS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO DE SERVIÇOS	PRESTAÇÃO	TRANSPORTE	TOTAL
- de 5	1.011	3.760	5.899	77	10.747
de 5 a 49	467	630	361	53	1.511
de 50 a 99	62	33	29	8	132
de 100 a 249	32	14	9	3	59
de 250 a 499	9	2	1	1	13
+ de 500	6	0	0	0	6
TOTAL	1.587	4.439	6.299	142	12.467

FONTE: Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, junho/65.

⁶Relatório a Câmara..., p. 13.

⁷Relatório a Câmara..., p. 16.

A geração de empregos é baixa, é lógico, nesses estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços predominantes, além do que provocavam uma situação de concorrência com os tradicionais estabelecimentos, aumentando disputa entre eles e comprometendo o centro da cidade, com um maior fluxo de consumidores circulando em um centro comercial com uma complexidade física dada pelas ruas estreitas, porque antigas.

A nível de discurso, os problemas surgem parecidos com as grandes metrópoles, mas é uma representação ligada à perda de identidade de uma cidade que não apresenta condições estruturais e infra-estruturais para absorver um contingente populacional, que "cria" um novo espaço, repõe "novos" problemas ameaçadores.

O reordenamento do espaço urbano, assim sendo, aparece como objetivo primordial dessa nova administração e para operacionalizar tal reforma, insiste na criação de um órgão municipal que ficaria encarregado da implementação de um novo plano urbano.

[...] as cidades são feitas para o conforto do homem e não para a sua degradação. Daí a necessidade da reforma urbana, que visa a oferecer condições materiais para a humanização dos Núcleos Urbanos. [...] A reforma urbana apresenta-se como uma condição fundamental para que a vida humana se apresente com os elevados padrões de beleza e dignidade que deve ter.

Daí nosso empenho e a nossa insistência na criação da URBS [...]. Através da reorganização da Comunidade e da Reforma Urbana, há que executar, pois, um verdadeiro trabalho de síntese social, único caminho para humanizar e democratizar as cidades modernas.⁸

Que interesse tem o governo municipal em reformar as funções e a ocupação social do espaço urbano? A hipótese é que a reforma urbana posta pretendia regular a crise emergente via

⁸Relatório à Câmara..., p. 16.

reorganização do espaço, resgatando, assim, a imagem da cidade bondosa, carinhosa e humanitária, até então dominante.⁹

A administração municipal elege o planejamento como instrumento básico de sua forma de atuação, pois o prévio conhecimento de todos os interessados dos objetivos e metas municipais assegurava que não ocorresse a "clássica interferência política na administração". Pois, segundo o Prefeito: "[...] em vez de obras e serviços realizados sem planejamento, sem coordenação e ao inteiro arbítrio dos partidos, dos candidatos e dos cabos eleitorais conseguimos, ao contrário, que estes trabalhassem em função dos planos e programas estabelecidos e executados pela Prefeitura".¹⁰

O planejamento era considerado instrumento apolítico, neutro, com relação aos interesses de classes. O fato de se ter o pré-conhecimento do programa de obras e serviços da Prefeitura, segundo o raciocínio vigente, esvaziaria os interesses político-partidários. O discurso ideológico, aqui, nega os conflitos a nível político ou social, na medida que os considera irracional em contrapartida ao racional que seria o planejamento.

Medidas impopulares serão consideradas perfeitamente racionais e justas do ponto de vista administrativo.

Entre essas medidas impopulares:

- a) [...] defenderemos intransigentemente ponto de vista contrário a um abatimento de 30% no impostos de indústrias e profissões para 1963, que teria sido prometido na gestão anterior;
- b) pusemos em prática enérgicas medidas para regularizar a situação dos ocupantes dos boxes do Mercado Municipal;
- c) idem em relação aos ocupantes das lojas da Estação Rodoviária;

⁹RIBEIRO, Luiz C. A memória do trabalho.

¹⁰Relatório da Câmara Municipal, 1963, p. 23.

d) idem em relação ao mercado de flores e em relação aos 300 ambulantes que [...] faziam ponto ao seu redor;

e) adoção de enérgicas medidas para a cobrança da dívida ativa [...];

f) correta aplicação da lei, no que diz respeito a lançamentos complementares de impostos e taxas;

g) combate a privilégios fiscais, vetando sistematicamente isenções que beneficiariam influentes grupos contribuintes (livreiros, feirantes, etc.);

h) a resistência à tentativa de coação por parte de agitadores profissionais (grifo meu), no caso de atualização das tarifas de transporte coletivo;

i) idem no caso das reivindicações de aumento de salários do funcionalismo municipal, em termos financeiros e eticamente inaceitáveis.¹¹

Racional na administração seria aumentar arrecadação, o que denota a necessidade de recursos pela Prefeitura perante programa de obras proposto; ordenar ocupação do centro da cidade, o que estaria provocando situações de confronto frente a comerciantes já estabelecidos e coibir qualquer manifestação contrária aos atos públicos, tais como reações contra o aumento das tarifas de ônibus e reivindicações por aumento salariais dos funcionários municipais, manifestações consideradas pelo Prefeito como irracionais.

O autoritarismo, o positivismo presente nas colocações do prefeito manifestam-se também quando da análise, das causas da aceleração inflacionária¹² no início da década de 64, em especial, nos anos de 1963 e 1964.

O prefeito Ivo Arzua afirma que o principal problema municipal era o problema financeiro e depositava confiança de que o governo militar alterasse essa situação e, com relação às greves, acreditava que eram a causa fundamental da inflação.

¹¹Relatório da Câmara Municipal, 1963, p. 23.

¹²A inflação elevada nos primeiros anos da década de 60, corroía a receita tributária pois não existia, ainda, nenhum mecanismo que reajustasse os impostos protegendo-os contra a inflação. A correção monetária será criada no final de 64, com esse precioso objetivo, qual seja de defender a arrecadação governamental contra as perdas inflacionárias.

Sou contra a inflação e as greves. Acho que as greves estão levando o país para o caos econômico e social. A grande maioria destas últimas greves é comandada das bases russas existentes no país. São bases russas as filiais do Partido Comunista instaladas no Brasil inteiro, para mover a guerra política contra o povo brasileiro e escravizá-lo [...]. Com as greves eles paralisam a produção, com a baixa na produção, eles agravam a inflação. Com a inflação, aumentam a miséria [...].¹³

No entanto, o Governo Municipal considera que o resultado das eleições para o legislativo municipal, em 1963, legitimava seus atos "racionais" e "impopulares" e era a resposta de apoio da população para seu governo.

"[...] as legendas que apoiavam nossa candidatura a Prefeito aumentaram suas bancadas no Legislativo a custo do decréscimo de outras [...]. Isto, a nosso ver, vem demonstrar que o povo da cidade reconheceu o acerto das medidas de austeridade que este Executivo adotou para a melhor eficiência administrativa da Prefeitura e para a mais correta solução dos problemas cidadãos".¹⁴

Fora de dúvida, está o aumento de número de cadeiras para a UDN, PDC e PTN, que apoiaram a candidatura de Ivo Arzua (ver tabela 10), mas também observa-se, nessas eleições, um aumento significativo do número de votos brancos e nulos e manutenção do número de cadeiras do PTB e PL. Governo e oposição passarão a ter 50% cada do número de cadeiras do Legislativo municipal.

4.2 O PLANEJAMENTO URBANO

Na Diretriz Geral de Ação do Governo Ivo Arzua apresentado em sua posse, no dia 15 de novembro de 1962, inclui-se a intenção de criação de uma empresa que cuidaria da realização das grandes obras de urbanismo e saneamento que

¹³Procunciamento no Canal 12 no dia 04.10.63. In: Relatório a Câmara Municipal de Curitiba de 1964, Ivo Arzua.

¹⁴Relatório a Câmara Municipal de Curitiba. Ivo Arzua, 1964. p. 23-24.

seria denominada de Companhia Mista de Urbanismo e Saneamento de Curitiba (COMISA).

Foi realizado, para tanto, um ante-projeto que foi apresentado à Comissão de Planejamento de Curitiba (COPLAC) no início de 1963, sendo aprovado com várias emendas. A COPLAC foi formada com os seguintes componentes:

- Prefeito - presidente da COPLAC;
- Assessor Técnico do Prefeito;
- Representante da Câmara Municipal;
- Representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil;
- Representante da Escola de Engenharia da UFPR;
- Representante do Departamento de Urbanismo da Prefeitura;
- Representante da Associação Comercial do Paraná;
- Representante da Federação das Indústrias do Paraná;
- Representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;
- Representante do Departamento Nacional de Obras e Saneamento;
- Representante da Companhia de Energia (COPEL);
- Representante da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR);
- Representante da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Em 29 de março de 1963, foi entregue o anteprojeto ao Presidente da Câmara Municipal em sessão solene comemorativa do 270º aniversário de Curitiba, revelando toda a importância de que se revestiu esse anteprojeto ao Prefeito e as forças políticas que o apoiavam. O projeto de lei entregue criava o

Fundo de Urbanização e Saneamento e autoriza a organização da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba.

Sabem Vossas Excelências, Senhores Vereadores, o tremendo drama de uma comunidade que atinge as dimensões de uma metrópole e os poderes públicos se manifestam incapazes de enfrentar, com a eficiência que se espera, os mais agudos problemas que afligem o povo. Além da ausência de recursos substanciais para fazer face à expansão da cidade e o equipamento das áreas já urbanizadas, a Prefeitura possui uma organização administrativa inadequada para a realização de um programa de obras que atenda com a rapidez e eficiência desejada, aquele que constitui a infraestrutura urbana nos setores de saneamento, pavimentação e sobretudo, no fornecimento de condições mínimas de habitação as populações menos favorecidas.¹⁵

Houve tentativas de se alterar a forma de constituição de empresa: em vez de uma Companhia de Economia Mista foi proposta a criação de uma autarquia, o que diminuiria a autonomia da empresa e impediria a participação das "forças vivas e atuantes do sociedade",¹⁶ ou seja, representantes da Federação das Indústrias do Paraná e da Associação Comercial do Paraná no Conselho de Investimento.

Assim, após discussões travadas na Câmara Municipal, foi aprovada a lei de nº 2.295 de 21 de agosto de 1963, que irá instituir o Fundo de Urbanização e Saneamento (FURBS) e autorizava o Executivo a criar uma sociedade por ações, denominada Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS) destinada a administrar o fundo.

O FURBS seria constituído com as seguintes receitas:

- a) arrecadação de imposto de transmissão da propriedade imobiliária inter-vivos e sua incorporação ao capital das sociedades deduzidas as percentagens vinculadas por leis anteriores;
- b) dotações ou subvenções do Orçamento da Prefeitura Municipal;
- c) recursos dos não reembolsáveis provenientes do Estado, União ou outra parte;
- d) produto de venda de terrenos urbanizados, inclusive dos que resultarem de obras de urbanismo e saneamento;
- e) juros e recursos do fundo depositado em estabelecimentos bancários ou decorrentes de qualquer outra fonte;

¹⁵Relatório a Câmara..., p. 189.

¹⁶Relatório a Câmara..., p. 190.

f) reversão de quantias aplicadas no fundo;

g) produto de cobrança de melhoria ou quaisquer outras taxas resultantes de obras e serviços de urbanização e saneamento;

h) operações de crédito a realizar por antecipação de receita.¹⁷

Fica claro que a principal fonte de recursos para a Constituição do FURBS seria o imposto de transmissão de propriedade "inter-vivos".

A prefeitura deveria subscrever, no mínimo, 51% do capital inicial contituído por ações ordinárias, integralizando com recursos do FURBS ou qualquer outros prescritos por lei.

No dia 15 de novembro de 1963, foi constituída a Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba, com a finalidade:

"Artigo 10 - A URBS fica assegurado o direito de planejar e executar obras e serviços de competência municipal, sem que isso signifique monopólio."

Artigo 11 - Por indicação da URBS a Prefeitura desapropriará ou estabelecerá servidão, ficando sob responsabilidade da URBS o pagamento da indenização.¹⁸

Instalada a URBS, foi elaborado o Programa de Obras para 1964, que terá como primeira prioridade o alargamento e pavimentação da Rua Marechal Deodoro, no trecho central. A URBS será apresentada como principal instrumento para renovação urbana de Curitiba e sua primeira obra deixa já transparecer que, apesar do discurso, a renovação urbana significava essencialmente recriar espaços para comércio e, como veremos mais tarde, para indústria.

A questão da habitação em Curitiba será tratada no estudo "Moradia ... Esperança e desafio" apresentado pela Prefeitura, em março de 64, e publicado em agosto. Nesse

¹⁷Lei nº 2.295 de 21.08.63. Diário Oficial, 25.08.63.

¹⁸Lei nº 2.295 de 21.08.63...

estudo, é apresentada a tese da renovação urbana em que foi levada a público no IV Congresso Nacional dos Municípios realizado em Curitiba no período de 19 a 13 de março de 63. No estudo, são apresentadas as condições habitacionais existentes em Curitiba e as propostas de política habitacional.

"Barracos escuros filtrando chuva e vento; chão úmido de terra batida; fumaça sufocante, gente apinhada; cobertas rötas em cotres imundos, crianças esquelídadas, sujas e cheias de feridas; fossos negros contaminando seres humanos, desânimo, promiscuidade, doença, degeneração, morte".¹⁹

É essa a situação de alguns bairros da capital, considerando o aumento do número de favelas. Novamente a causa alegada por essa situação de miséria é a inflação.

"Com a inflação e a depreciação da moeda, as áreas insalubres da cidade são exatamente aquelas acessíveis à bolsa da grande maioria da população".²⁰

No documento, torna-se explícito que o problema habitacional envolve causas sócio-econômicas, principalmente, relacionadas ao âmbito federal, devendo assim ser estabelecida uma política habitacional nacional em que estados e municípios deveriam se adequar. Desse documento foi elaborado ante-projeto de lei que "Dispõe sobre a política habitacional de Curitiba" que determinava a forma de ação do Município. Os respectivos documentos foram apresentados em 1964, para apreciação e sugestões para Profª Sandra Cavalcante,²¹ Secretária de Assistência Social da Guanabara e Presidente da COHAB da Guanabara, ao Dr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento e, por solicitação, foram encaminhados ao Deputado Federal Franco Montoro, Presidente da Comissão de Habitação da Câmara Federal.

¹⁹Relatório a Câmara Municipal, 1964, p. 302.

²⁰Relatório a Câmara Municipal..., p. 302.

²¹FUTURO Presidente do BNH. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 out. 1964.

Para a construção do Conjunto Residencial Pilarzinho de casas populares foi solicitada a cooperação da USAID/Brasil, pela URBS, dentro do plano de ajuda dos Estados Unidos preconizada pela Aliança para o progresso.

Em 18 de dezembro de 1964, a Câmara dos Vereadores sancionou a lei nº 2.515 que fixou a política habitacional do Município de Curitiba, a ser implementada pela URBS.

No final do ano de 1964, a URBS envia para o Prefeito proposta de elaboração do Plano Diretor de Curitiba com assistência técnica do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da Universidade de São Paulo e com serviços de escritórios profissionais aos quais seriam atribuídos tarefas de um planejamento global que seria coordenado pela URBS.

4.2.1 O Plano de Urbanismo de Curitiba

O plano preliminar de urbanismo de Curitiba foi apresentado em junho de 1965 pela Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda com a colaboração de Jorge Wilhelm - Arquitetos Associados. Essa empresa venceu concorrência administrativa lançada pela Prefeitura Municipal através de seu Departamento de Urbanismo, sendo financiada a elaboração pela CODEPAR.

Os objetivos do Plano eram:

- a) a definição sintética da situação econômica e social, das tendências prováveis de desenvolvimento urbanístico da cidade, usando a elaboração das diretrizes do Plano Diretor a ser realizado posteriormente;
- b) a fixação de um programa de ação, com o estudo e a escolha de obras necessárias, passíveis de imediata execução, acompanhadas das respectivas justificações técnico-econômicas;
- c) a proposta de medidas jurídico-legislativas que permita a adequada execução do planejamento previsto, orienta a expansão urbana e impeça imediatamente o agravamento eventual de problemas possíveis de acarretar ônus futuros ao município;

d) a definição dos estudos complementares necessários ao prosseguimento do trabalho, isto é, o Plano Diretor propriamente dito, bem como o equacionamento da "Região Urbana de Curitiba".²²

Considerando o crescimento demográfico de Curitiba, seria necessário evitar cercar a cidade por um sistema de avenidas perimetrais e levar as avenidas radiais a um único centro. Deveria-se procurar uma expansão linear ao longo de diretrizes dominantes. O desenvolvimento do centro em direção à rua XV de Novembro seria uma resposta a esse problema e esse centro seria tangenciado por vias estruturais que ligariam o Centro principal aos centros secundários desenvolvidos a partir de pontos já existentes como: Portão, Bacacheri, Mercês e Cajuru.

A empresa realizou levantamento para determinar, em 1965, qual seria a população economicamente ativa de Curitiba, chegando ao seguinte perfil:

- População Total	480.000 hab.
(-) População de 0 a 9 anos	120.000 hab.
(-) População de + de 60 anos	24.000 hab.
- População em idade de trabalhar	336.000 hab.
(-) População estudantil	560.000 hab.
- PEA	276.000 hab. - 57,50% do total

Do PEA de 276.000 habitantes, 42,57% estavam alocados nas seguintes atividades.

²²Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Prefeitura Municipal de Curitiba/IPPUC/Serete/Jorge Wilhein, 1965.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DO PEA NAS DIFERENTES ATIVIDADES ECONÔMICAS
EM CURITIBA NO ANO DE 1965

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº ABSOLUTOS	%
Agricultura	5.500	1,99
Indústria	29.000	10,51
Comércio	25.000	9,06
Prestação de Serviço	27.000	9,78
Função Pública	31.000	11,23
TOTAL	117.500	42,57

FONTE: Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, junho/1965.

O restante, ou seja, 57,43% do PEA, encontravam-se alocados em atividades informais ou estariam desempregados.

Pela importância das atividades comerciais, prestadores de serviço, da função pública e de ensino Curitiba é caracterizada como cidade terciária.

Com relação ao setor industrial, dos 1.587 estabelecimentos industriais em Curitiba, no ano de 1965, incluindo aí a construção civil com 22% de estabelecimentos, predominavam as indústrias de madeira mobiliária, papel e papelão, indústrias alimentícias e de extração de produtos minerais, com uma participação de 48% do total, conforme tabela 13. Nesses gêneros predominavam os pequenos estabelecimentos, aqueles que contratam até cinco empregados, mas também é nesses gêneros que encontramos as médias e grandes empresas, sendo, portanto, os ramos industriais que empregavam o maior número de trabalhadores, ou seja, 44,82% do total, conforme tabela 14.

TABELA 13 - ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO NÚMERO DE EMPREGADOS E GÊNEROS INDUSTRIAIS EM CURITIBA, NO ANO DE 1965

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE EMPREGADOS						TOTAL
	- 5	De 5 a 49	De 50 a 99	De 100 a 249	De 250 a 499	+ De 500	
- Extrativa de Produtos Minerais	186	39	1	1	1	2	230
- Metalúrgica e Mecânica	95	51	6	3	1	0	156
- Material Elétrico, de Comunicações e de Transporte	23	14	2	0	0	0	39
- Madeira Mobiliário, Papel e Papelão	181	113	16	7	2	1	320
- Borracha, Couro, Peles e Similares	35	30	7	3	1	0	76
- Química e Farmacêutica	41	35	1	1	0	0	78
- Têxtil, Vestuário, Calçado	53	27	3	1	0	1	85
- Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo	138	49	12	3	2	1	205
- Editoriais e Gráficos, Diversos	48	26	2	2	0	0	76
- Construção Civil	211	83	12	11	2	1	320
- TOTAL	1.011	467	62	32	9	6	1.597

FONTE: Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, junho/65.

TABELA 14 - NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS NAS INDÚSTRIAS SEGUNDO GÊNERO INDUSTRIAL EM CURITIBA NO ANO DE 1955

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Nº ABSOLUTO	%
- Transformação de Minerais Não Metálicos	2.187	8,60
- Metalurgia e Mecânica	2.337	9,10
- Material Elétrico, Comunicações e Transporte	451	1,80
- Madeira, Mobiliário e Papel	5.637	22,00
- Borracharia, Couro e Peles	1.596	6,20
- Química e Farmacêutica	900	3,50
- Têxtil, Vestuário e Calçado	1.697	6,60
- Produtos Alimentares e Bebidas	3.651	14,22
- Editorial, Gráfica e Diversos	1.217	4,70
- Construção Civil	6.600	25,70
TOTAL	25.673	100

FONTE: Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, junho/65.

Em meados da década de 50, as indústrias curitibanas, pode-se concluir, eram caracterizadas como tradicionais, com a predominância de pequenas e médias empresas e de gêneros ligados ao beneficiamento de produtos agrícolas e minerais.

Segundo o estudo, os fatores desfavoráveis a desenvolvimento industrial em Curitiba eram: - a deficiência do fornecimento de energia elétrica, de telecomunicações e ligações rodoviárias.

A hipótese apresentada, no estudo realizado, é que, com a eliminação dessas deficiências, seria possível aumentar o emprego industrial, ou seja, existe a percepção de que as indústrias deveriam ser fomentadas para aliviar a pressão demográfica, com aumento do número de empregos. A aceleração do processo de industrialização é posta como condição para solucionar problemas existentes na capital, principalmente a geração de maior número de empregos.

Os ramos industriais que poderiam ser desenvolvidos em Curitiba, considerando as vantagens oferecidas pela capital, seriam:

- aparelho de mármore;
- produção e tratamento de cal;
- fabricação de material cerâmico;
- fabricação de peças e estruturas de cimento;
- fabricação de lixas e esmeris, principalmente, para madeira;
- fundição;
- tratamento de superfície dos metais (galvanoplastia, cromagem e niquelagem);
- indústria mecânica;
- indústria elétrica;
- construção de peças para automóveis;
- indústria de madeira, já muito desenvolvida, poderia perdurar;
- fabricação de móveis, também desenvolvida, poderia ainda crescer no ramo de móveis desmontáveis que não encarecem demais o transporte e fabricação de móveis de metal;

- indústria de papel, incipiente, deveria ter um grande desenvolvimento devido à disponibilidade de resíduos de madeira, pasta mecânica e celulose produzidas no interior do Estado e devido à presença do centro universitário;
- transformação de plástico, quase inexistente;
- indústria de couro, já existente, poderia ainda se desenvolver;
- a indústria química, pouco desenvolvida - com exceção da fabricação de colas e fósforos, encontra condições relativamente pouco favoráveis, embora certos ramos específicos tais como fábrica de tintas, possam ser implantados;
- a indústria têxtil, quase inexistente, poderia se expandir na fiação e tecelagem de algodão, rami e fios sintéticos, nas indústrias do vestiário, calçados e artefatos de tecidos;
- a indústria de produtos de alimentos e bebida deverá crescer na medida do mercado local e regional, embora não encontre condições muito favoráveis de abastecimento de matérias-primas. As indústrias que têm condições de se desenvolver são as já existentes, como moagem de trigo e milho, massas alimentícias, refinação de açúcar, sorvetes, biscoitos, mate solúvel, pasteurização de leite e fabricação de laticínios, cerveja, além da fábrica de rações;
- a indústria gráfica deveria crescer em razão do nível de mão-de-obra e do centro universitário;
- a indústria farmacêutica, graças ao centro universitário.

Esta relação, comparada com o parque industrial de Curitiba, mostra a ampla margem de desenvolvimento deste setor".²³

Na relação das indústrias que poderiam ser desenvolvidas em Curitiba, não existe uma estratégia de industrialização. O que transparece é uma verificação, sem critérios e estudos prévios, do parque industrial de Curitiba e sua comparação com os gêneros existentes para detectar quais existem e quais não existem e, a partir disto, indicar as potencialidades de cada gênero.

O comércio de Curitiba se caracterizava por uma predominância do comércio varejista, mas a integração econômica do estado permitiria a possibilidade de um maior desenvolvimento do comércio atacadista. A falta de telecomunicações estava sendo um obstáculo ao desenvolvimento do comércio atacadista. Mas as novas condições que se ofereciam a Curitiba,

²³ Plano Preliminar de ..., p. 40-41.

tais como a facilidade de comunicações rodoviárias com interior do Estado e crescimento das funções do Porto de Paranaguá, poderiam levar Curitiba a ser o centro atacadista de abastecimento do Estado do Paraná, de Santa Catarina e do Norte do Rio Grande do Sul. Por um lado, essa hipótese realizada no estudo reflete a constatação da importância da agricultura para o Estado e a necessidade de integrar a capital nesse processo que passa ao longo de suas fronteiras. Revela, de outro, a incongruência de objetivos e soluções para a capital, pois a produção agrícola se encontra em outras regiões do estado, que tende a formar seus próprios centros de comercialização e abastecimento vinculados, diretamente, a São Paulo e o mesmo ocorrendo com outros estados da região Sul.

Com relação à localização dos estabelecimentos comerciais privados, mais de 50% desses órgãos estavam localizados no centro da cidade e esta tendência havia sido ampliada com os novos estabelecimentos instalados a partir de 60, principalmente pequenos estabelecimentos (de um a quatro empregados).

As indústrias encontravam-se espalhadas por toda a cidade com alguma concentração no centro, não apresentando tendência a localizar-se em zonas particulares, mas existia uma tendência das indústrias de se agruparem no sentido sudoeste-nordeste da cidade, localização que seguiu a ocupação demográfica do solo e, as indústrias que se instalavam pós-60, seguiram essa tendência.

A proposta do Plano de Urbanização era de: -

- a) procurar uma linearidade de expansão da cidade ao longo de certas diretrizes dominantes que seriam as linhas estruturais já existentes na trama viária, mas

que seria necessária uma função, um uso e uma possibilidade de crescimento adequados à importante função que deverão ter;

- b) criação de centros secundários de atração para que a expansão de Curitiba não signifique o abafamento de seu centro;
- c) centro principal deveria crescer em importância e significado e crescer geograficamente, se necessário, na direção do Batel;
- d) procurar o adensamento da cidade, corrigindo os ônus financeiros, administrativos e sociais de uma cidade que cresça com baixa densidade decorrente de vazios existentes na trama urbana ou uso inadequado de seu solo;
- e) propiciar a ocupação orgânica dos setores sul e sudoeste ao longo das linhas estruturais já lançadas.

No Plano de Urbanização, aparece a idéia de criação de um distrito industrial.

"Propomos [...] uma zona preferencialmente industrial (norte), para estabelecimentos sem resíduos nocivos a uma zona exclusivamente industrial (sul), para a restante indústria; ao sul, no Prado de São Sebastião, poderá vir a se criar um distrito industrial que se distinguiria das demais zonas industriais por um maior grau de integração social entre seu comércio, habitação e recreação com atividade fabril. Não consideramos, no entanto, conveniente a criação desse DI antes de consideravelmente ocupado o solo contíguo, a fim de não criar vazios urbanos ou densidades ínfimas".²⁴

O prosseguimento e detalhamento do Plano Preliminar e suas diretrizes seriam definidas no Plano Diretor de Curitiba, que deveria ser elaborado e constantemente adaptado por uma estrutura técnica permanente, entrosada na administração municipal.

²⁴Plano Preliminar de ..., p. 157.

"Esta estrutura deverá ter recursos e autoridade para realmente poder implantar o plano diretor".²⁵

É apresentada a idéia de constituição de um órgão permanente de planejamento urbano municipal. No Programa de ação, as medidas e realizações propostas pelo Plano Preliminar, são subdivididas em curto prazo (até 1966), médio prazo (até 70) e longo prazo (até 1980). Caberia ao Plano Diretor a definição de um programa mais detalhado das obras, pois a de curto prazo havia sido definido em função da escassez de recursos financeiros pela Prefeitura e, para algumas obras prioritárias o financiamento deveria ser obtido pela URBS junto à CODEPAR.

O projeto de criação dos distritos industriais é previsto no programa de longo prazo.

O anteprojeto da Lei do Plano Diretor de Curitiba que aprovaria o Plano Preliminar, é apresentado para discussão, sendo que as principais diretrizes referiam-se ao sistema viário, ao zoneamento, loteamento e às edificações da cidade, que serão detalhadas a seguir.

O sistema viário é determinado dentro de uma hierarquia de vias, compreendendo - rodovias, avenidas rápidas estruturais, anel perimetral do centro principal, avenidas coletoras, avenidas de ligação entre bairros, avenidas, ruas e praças de circulação de veículos e ruas, praças e alamedas de domínio de pedestres.

O zoneamento significará a divisão do município em zonas de uso diferenciado, segundo a sua destinação que objetiva "o desenvolvimento harmônico da comunidade e o bem estar social dos seus habitantes". O

²⁵Plano Preliminar de ..., p. 189.

Município é dividido em área urbana, áreas de expansão urbana e área rural que não seria atingida pelo zoneamento de uso. As zonas, nessas áreas (excetuando o rural), serão delimitadas por vias e logradouros públicos.

Em cada zona haveria uso de solos permitidos pela lei e usos permissíveis, a critério da Comissão de zoneamento do Departamento de Urbanismo, sendo proibido outro uso de solo.

As áreas urbanas e de expansão urbana ficam divididas em quatro zonas: a zona urbana residencial, a zona urbana comercial, zona urbana industrial e as zonas especiais.

A zona urbana residencial subdividia-se em: zona de habitação individual, zonas exclusivamente residenciais, zona preferencialmente residencial, zona de habitação popular e zona de baixa densidade.

A zona comercial em: centro comercial principal, secundário, zona de tendências comerciais e zona preferencialmente comercial.

A zona industrial ficou subdividida em: - zona industrial exclusiva, zona preferencialmente industrial, distritos industriais.

E, finalmente, as zonas especiais foram determinadas segundo a sua destinação: setor de abastecimento, setor cívico, setores militares, setor universitário, setores de estrutura viária fundamental e setores de recreação.

Sobre o loteamento, o anteprojeto determinava que qualquer abertura de via ou logradouro público, de loteamento urbano dependeria da prévia autorização de Prefeitura que, por sua vez, poderia promover o reloteamento de áreas loteadas para o melhor aproveitamento dos solos urbanos.

Nenhuma edificação, reforma ou demolição poderia ser realizada sem o prévio licenciamento da Prefeitura.

Com a apresentação do projeto, será aberta, no Instituto de Engenharia do Paraná, a 1ª sessão do seminário exclusiva para a discussão do Plano Preliminar e do anteprojeto de lei a ser encaminhado à Prefeitura Municipal em 9 de julho de 1963. Participam, do seminário, todas as entidades de engenharia de Curitiba, associações de classe, representantes da Rede de Viação PR/SC e profissionais da imprensa.

A apresentação do plano e sua discussão no Seminário "Curitiba de amanhã" é apresentada pela imprensa:

"O plano foi elaborado por uma equipe de técnicos paulistas sendo oferecido pela CODEPAR à municipalidade. Dentro de seu sentido humano prevê uma cidade de 2.250.000 habitantes para o ano de 1990, citando a Rua XV de Novembro como via de intensa vida comercial, no futuro dominada pelos pedestres além de ser destinada a estacionamento de veículos".²⁶

Com acalorados debates prolongou-se até os primeiros minutos da madrugada, na auditório da Associação Comercial do Paraná, a segunda sessão do "Seminário Curitiba de amanhã". Os trabalhos estiveram sob a presidência do prefeito Ivo Arzua contando com a participação de representantes da Associação Comercial do Paraná, Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Varejista e outras entidades de classe. Durante o espaço de tempo de mais de quatro horas foi explanado o Plano Preliminar Urbanístico, cujos estudos foram defendidos por equipe de técnicos e arquitetos, aparecendo entre eles os engenheiros José Maria Gandolf, Jayme Lerner, Almir Fernandes e o economista Reinold Stephanes. [...] Uma das hipóteses [...] aventada foi o da possibilidade da Prefeitura desapropriar áreas adjacentes para posterior venda as empresas industriais. Ponderou o prefeito que o próprio texto da Constituição Federal é claro no tocante ao impedimento do Poder público em assumir aquela atitude.²⁷

As "forças vivas" da sociedade estão presentes ao Seminário apoiando e legitimando tal plano de urbanização e uma das preocupações é a possibilidade da Prefeitura desapropriar áreas para localização industrial, o que demonstra uma

²⁶ AULA inaugural sobre Curitiba de amanhã. Gazeta do Povo : Curitiba, 09 jul 1965.

²⁷ DEBATE urbanístico findou na madrugada: Curitiba de amanhã. Gazeta do Povo : Curitiba, 15 jul 1965.

consciência clara do que significa o plano propor a criação de um distrito industrial, em que a desapropriação de uma área teria que ocorrer.

Para analisar, os estudos as sugestões desse Seminário e posterior instituição do Plano Diretor de Curitiba, em 31 de julho de 1965, é criada a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC) através do decreto nº 1.144.

A APPUC realizou estudos visando a sua transformação em uma autarquia. Para tanto, elaborou anteprojeto de lei para criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

Entre seus estudos, a assessoria elaborou os seguintes trabalhos:

- Estudos para o desenvolvimento do Plano Preliminar de Urbanismo;
- Estudos iniciais para elaboração do anteprojeto de Lei do Plano Diretor;
- Estudos de delimitação do zoneamento de uso;
- Estudos do Sistema Viário Geral;
- Estudos para implantação do anel central;
- e outros estudos específicos.

Com o desenvolvimento dos trabalhos da APPUC, o Chefe do Executivo Municipal propõe a transformação da assessoria em uma autarquia. Pela Lei Municipal nº 2.660 de 1 de dezembro de 1965 é criado o IPPUC cuja principal função, configurada no artigo 1º da referida lei, seria a criação, elaboração e encaminhamento ao Prefeito de anteprojeto de lei do Plano Diretor de Curitiba.

Em 1966, é aprovada na Assembléia Legislativa Municipal de Curitiba a lei nº 2.828, em 31/07/66, que decretava o Plano Diretor e que aprovou as suas diretrizes de base. A partir dessa data, é que se inicia o primeiro período de experiência de planeificação do desenvolvimento de Curitiba.

Até esse período, o projeto de Renovação Urbana de Curitiba havia ficado a cargo da URBS, tendo início em 1965 vários projetos, alguns concluídos e outros iniciados:

- a) renovação do centro urbano, envolvendo alargamento nas ruas centrais (Marechal Deodoro e Rua XV de Novembro), pavimento de várias outras, construção da Praça Zacarias, remodelação da rua XV de Novembro e Avenida João Pessoa (hoje Avenida Luiz Xavier) e outras obras;
- b) Centro Comercial do Portão.

Relacionado à questão habitacional foi criado em 1964, inicialmente, o Conjunto residencial do Pilarzinho, visando a solucionar o problema habitacional de operários municipais. Projeto mais ambicioso nessa área, ou seja, com a finalidade de atender a construção de moradias populares foi criado pela Lei Municipal nº 2.545 de 29 de abril de 1965. A Companhia de Habitação popular de Curitiba (COHAB-CT).

A COHAB-CT foi constituída na forma de uma sociedade de economia mista, formada pelos municípios que constituem a região metropolitana de Curitiba e URBS, mas 90% das ações passaram a ser de propriedade da Prefeitura de Curitiba. Em 1965, foi assinado convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e nesse ano iniciou-se a construção de casas populares. Em 1966, a COHAB-CT recebe recursos do USAID/BRASIL dentro do

programa "Aliança para o progresso". A COHAB é apresentada como peça principal para o combate do problema das favelas. Nesse sentido, a partir de dezembro de 1965, a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais começa a ser construída em uma área de 745.000 m² desapropriados no Barigüi do Portão.

O projeto de construção de conjuntos habitacionais refletia uma das máximas do governo Ivo Arzua que era a necessidade de organização das comunidades pela Prefeitura.

"Mas onde o município mais se agitou foi na execução de um vigoroso Plano de habitações populares que, mais propriamente, deveria chamar-se Plano de Organização de Comunidade, tal o vulto da obra, a sua amplitude social e os detalhes que se revestiu".²⁸

A intenção era de deslocar os favelados para a vila Nossa Senhora da Luz, a partir de uma concepção das vilas operárias existentes em outras capitais. Só que as vilas operárias criadas, por exemplo, em São Paulo, são em geral ligadas a uma fábrica, destinando-se a toda uma lógica da capital industrial-urbano para disciplinar as "relações cotidianas da vida do trabalhador".

Na medida que a casa "imunda e insalubre" do pobre é apresentada como origem da doença, da degradação moral e da ameaça política, eliminaram-se os obstáculos ideológicos que se poderiam antepor ao deslojamento dos trabalhadores dos cortiços e favelas. Todo um discurso racionalizador procura justificar a interferência planejada da burguesia nos mínimos detalhes da vida cotidiana do trabalhador, instaurando uma disciplina que designa novos modos de higiene pessoal e de vida. A solução ideal preconizada pela higiene pública, para a questão da habitação popular desde o final do século XIX no Brasil, é a construção das vilas operárias pelos poderes estatais ou por capitalistas particulares nos bairros periféricos da cidade [...] Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida através da importação de vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalho em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer [...] Estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição do mercado de trabalho livre no país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera do trabalho, delimitando o espaço em que pode circular".²⁹

²⁸ Relatório da gestão de 1963/66. Ivo Arzua. p. 197.

²⁹ RAGO, Margareth. Do caberá ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. p. 176-177-178.

A construção das vilas operárias em São Paulo, no início do século, está diretamente relacionado à expansão do capital industrial a partir da consolidação das grandes fábricas, que impõem uma nova disciplina dentro e fora das fábricas. Determina todo um estilo de vida que se vincula à lógica do capital e à "intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais"³⁰

Curitiba sofre um processo distinto, vinculado, sem dúvida, à expansão do capital, mas que reforça a importância da agricultura e, na medida que se integra, sofre também os mesmos reveses advindos das contradições do desenvolvimento da capital.

Com o aumento das migrações para a capital no início dos 60, o espaço urbano apresentará contradições que serão respondidas com "novo" instrumental que visará a demarcar os espaços para os diferentes grupos sociais, garantindo a "higienização" dos espaços dos segmentos dominantes.

"São Paulo que se destacava crescentemente como centro urbano e industrial no contexto nacional, deveria servir como um paradigma na questão da habitação popular para as demais regiões".³¹

Se o problema em Curitiba surge principalmente na necessidade de "renovação" (no sentido de recriar) urbana que passava pela "organização da comunidade", o modelo das vilas operárias, vistas agora como conjunto habitacional popular, destituídos de uma lógica vinculada aos interesses das fábricas, é imposto pela Prefeitura Municipal como solução às

³⁰ RAGO, p. 164.

³¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

favelas. A localização periférica da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, a falta de infra-estrutura e, principalmente, a inexistência nas proximidades de empregos para alocação dessa mão-de-obra ali fixada, levarão o êxodo de muitas famílias para as favelas em Curitiba e a "cidade sorriso" novamente terá que conviver com seus favelados.

A instalação de indústrias nas proximidades de Vila seria uma solução do ponto de vista das elites tradicionais de Curitiba, das elites agrárias do Estado que poderiam continuar com seu processo de capitalização, respondendo principalmente aos incentivos da nova política agrícola implementada pela União pós-67, mas essa questão retomaremos mais adiante.

O Prefeito de Curitiba de 1967, Omar Sabbag em seu relatório à Câmara Municipal comenta:

Inaugurada a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais em fins de 1966, em 31 de dezembro daquela ano já havia 105 famílias ali implantadas [...] A Vila constitui notável experiência social e recebemo-la verdadeiramente apreensivos.

Constatávamos deficiências quanto à aplicação da mão-de-obra ociosa que ali vivia, sem oportunidade de aproveitamento nas imediações, a grande distância que separa a Vila da cidade, os acanhados lotes de terreno gerando relativa promiscuidade, o traçado acanhado das ruas, a precariedade física das construções, e, sobretudo, a segregação e enquistamento de um grupo social de baixa renda econômica.

Mesmo assim, propusemo-nos a proteger e conduzir a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, de modo a garantir o êxito da experiência. Com esse propósito, impulsionamos todas as medidas necessárias à fixação na vila, de seus moradores, bem como o oferecimento de condições de vida capazes de preservar a vila e elevar o padrão de seus habitantes.

Os seguintes progressos foram alcançados em 1967:

a) iluminação pública em toda a vila;

b) grupo escolar [...] inaugurado oficialmente em 30/06/1967 [...];

c) curso de alfabetização de adultos da alfa [...];

d) gabinete odontológico [...];

e) igreja Católica inaugurada em 8 de dezembro de 1967 [...];

f) laboratório do DNER que realizou contra insetos e implantou pesquisa de parasitas intestinais, ministrando gratuitamente a medicação específica. Em 3.843 exames realizados em 1967, constatou 3.132 casos positivos [...].

g) fundação Saza Lates - instituiu posto de puricultura, financiado quanto ao pessoal, pela Prefeitura Municipal [...];

h) posto policial [...];

i) ginásio orientado para o trabalho [...];

j) obras de meio-fio, sargeta e ajardinamento, em execução;

k) serviço de transportes coletivos [...].

Apesar de todos esses melhoramentos e dos baixo custo das casas, não foi possível evitar o êxodo de inúmeras famílias que retornaram a favelas, na cidade.

Esse fato evidencia defeitos na concepção básica da Vila.

Tais defeitos, no entanto, estão sendo sanados nos novos conjuntos da COHAB-CT, que já os constroi com menor número de caso, em lotes maiores, e mais integrados na comunidade".³²

Tenta-se, dessa forma, redefinir a área habitacional para população de baixa renda pois, com os melhorias, a perspectiva era a fixação da população na área. Mas o problema principal que era de geração de empregos, ainda não havia solucionado.

4.3 PROPOSTA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a renovação urbana se delimitam espaços, mas não se resolve o problema principal que era a necessidade de geração de empregos para a população adicional da cidade. Assim, novamente, a questão da industrialização se apresenta como panacéia para resolução do problema da capital.

Os estudos realizados pela Prefeitura da Capital acentuam a possibilidade de que Curitiba terá dentro de 35 anos, uma população de três milhões e 200 mil habitantes, contra o seu atual contingente de meio milhão.

Essa explosão demográfica significa, em termos curitibanos, um fenômeno positivo e merecedor menos de encômios que de uma preocupação para os problemas decorrentes dessa verdadeira invasão vertical por sobre o território de principal município de Curitiba.

O destino de Curitiba, em termos humanos, será daqui para frente cada vez com intensidade maior e de criar mercado de trabalho que venha a absorver a mão-de-obra que atualmente está crescendo tão impressionante e que seja oferecida com o propósito de se estruturar um alto índice percentual na formação do produto bruto local [...] Cremos que não será pelo comércio e nem pela agricultura que encontramos soluções para absorver as levas gigantescas de mãos oferecendo-se para o trabalho. O rumo terá que ser para o sentido da industrialização.³³

³²Relatório à Câmara Municipal do Executivo. Omar Sabbag, 1967. p. 11-13.

³³A INDÚSTRIA de Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 10 out. 1965.

Para a discussão da industrialização da cidade de Curitiba, é marcado pelo governo municipal o 1º Seminário do Desenvolvimento industrial, realizado nos dias de 21 a 25 de março de 1966, promovido pela Prefeitura, URBS, CODEPAR, COPEL, BRDE, Sociedade Paranaense de Estudos de Administração, Associação Comercial do Paraná e Federação das Indústrias do Paraná.

Na imprensa, sugere-se uma ampliação da agenda de discussões sobre os estímulos industriais para contar com as atenções do governo estadual.

"Se houvesse ação conjunta dos dois poderes - municipal e estadual - no setor fiscal haveríamos de elaborar, durante o Seminário, uma tábua de sugestões conjuntas, através da qual haveria mais estímulos aos industriais pela criação de um suave clima de muita amenidade fiscal aos nossos investimentos de indústria, na região de Curitiba".³⁴

Uma outra questão apresentada pela imprensa, para inclusão na discussão do Seminário, era o preço dos terrenos, pois o nível desses era um obstáculo ao desenvolvimento industrial.

O objetivo do seminário era apresentação, por uma equipe da URBS, de um projeto visando à instalação de um distrito industrial em Curitiba no Bairro do Pinheiro o que provoca reações negativas por parte da imprensa, que defende a idéia de que Curitiba deve manter suas características de cidade universitária.

Mais ainda acreditamos que as áreas industriais que se estruturarão com características típicas devem ficar quase nos lindes do Município da capital e de preferência até mesmo fora de Curitiba, para permanecer em Campo Largo ou São José dos Pinhais ou outros municípios limítrofes ou próximos [...] (com o crescimento populacional). Parece muito fácil prever que nestas três décadas futuras iremos ver um espraiamento da cidade, atingindo, inclusive, o sul, na região do Pinheiro.

³⁴ DESENVOLVIMENTO industrial da região curitibana. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 fev. 1966.

que hoje se advoga como sendo uma das áreas ideais para construir a zona industrial de Curitiba [...] Marquemos Curitiba como cidade universitária. Como cérebro paranaense. Os municípios de uma área metropolitana podem ser peças de um anel industrial de grandeza econômica para uma grande zona estadual tendo a capital como epicentro. Se nenhum argumento de natureza subjetiva fosse válido para sustentar esta ordem de idéias, bastaria este de que nos municípios adjacentes o preço dos terrenos é um convite para a inversão industrial. Não só baixos esses preços, como também os dos impostos e das taxas de São José, Campo Largo, Quatro Barras e municípios sensíveis à influência de Curitiba.³⁵

A reação da imprensa quanto à instalação de uma distrito industrial, esta vinculada a preocupação quanto à desapropriação pela Prefeitura da área que hipoteticamente poderia atingir diferentes interesses, o que leva a sugestão, pela imprensa, da localização do distrito industrial na área metropolitana em que se frisa o preço dos terrenos baixos na região.

No seminário, a URBS apresenta o trabalho intitulado "A implantação de um distrito industrial de Curitiba".³⁶

Segundo o documento, a industrialização de Curitiba não ocorreu por uma falta de orientação.

A vocação agrícola do Paraná com cultivos extensivos de café e cereais foi ditada durante décadas por solo fértil e clima ameno. Parte da renda gerada na agricultura foi transferida e imobilizada preferencialmente em imóveis em Curitiba, cercanias e propriedades latifundiárias, a maioria improdutivo.

Curitiba se urbanizou e se transformou em grande centro de consumo sem ter tido oportunidade industrial [...] Na época que o país acordava para a industrialização, o Paraná continuou a se especializar cada vez mais na agricultura e exploração florestal, pelo desbravamento de novas áreas de terra virgem, para o plantio e Curitiba, refletindo sempre em sua expansão arquitetônica, onde era aplicada a renda gerada. Como feito de falta de orientação, a região de Curitiba e o próprio Paraná não se industrializavam em escala desejada.

Não tínhamos, então, órgãos de política administrativa tão essenciais ao desenvolvimento como COPEL, SANEPAR, BRDE, Banco do Estado, URBS, etc....³⁷

Nesse documento, o entendimento da não industrialização de Curitiba e Paraná é distinta das interpretações existentes:
- a industrialização não ocorreu porque parte da renda gerada

³⁵ CURITIBA: Universidade e uma zona industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 13 mar. 1966.

³⁶ A implantação de um distrito industrial em Curitiba. Trabalho apresentado pela URES no 12 Seminário de desenvolvimento industrial de Curitiba, 1966.

³⁷ A implantação de um distrito...

na agricultura era alocada em imóveis urbanos e rurais improdutivos e também porque não existia uma orientação governamental.

Os distritos industriais (DI) se caracterizam pelo estabelecimento em determinadas áreas de infra-estrutura prévia para receber as indústrias. Seria possível, portanto, a planificação integral e a racionalização, além de permitir o estabelecimento de serviços essenciais partilhados em conjunto por todas as empresas. Podiam ser localizadas estrategicamente para o aproveitamento de locais que apresentassem condições infra-estruturais mais convenientes.

As vantagens dos DI seriam compartilhadas pelas empresas e pela comunidade. Para as empresas, os DI reduziria os custos de implantação, diminuiria os prazos de instalação e operação, aceleraria o processo de instalação industrial, através do fenômeno semelhante ao "efeito demonstração" e, finalmente, propiciaria elevadas vantagens promocionais.

Para a comunidade, o DI facilitaria a implantação de serviços públicos, diminuindo seu custo, concentraria mão-de-obra e transportes bem como identificaria os usos industriais no complexo urbano.

As possibilidades, segundo o documento, para a implantação de um DI em Curitiba eram grandes em termos de existência de infra-estrutura, de recursos para financiamento industrial e fatores locacionais favoráveis imediatos.

Em termos de infra-estrutura, Curitiba contava com energia elétrica, com ligações rodoferroviárias suficientes, com plano urbanístico em execução e a capital era próxima de grandes centros já industrializados do país e do Porto de Paranaguá.

Com relação aos recursos para o financiamento industrial:

Há abundância de recursos tanto para pré-investimentos do distrito, como para financiamento das indústrias que para eles sejam atraídos, através de um sistema, a ser estudado, de operação conjunta dos seguintes recursos, cada um em sua especialidade: - Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, Taxa de Eletrificação e Rodoviária, Fundo de Água e Esgotos, Fundo de Urbanização e Saneamento, recursos orçamentários públicos, recursos do Banco do Estado, Fundos de Aliança para o Progresso (FINAME, FUNDECE, FIPEME), recursos privados e outros.³⁸

Os fatores locacionais favoráveis imediatos eram: - a disponibilidade de terrenos, a boa conformação topográfica, condições climáticas amenas, condições geológicas apropriadas, clima social estável, níveis de renda acima da média, disponibilidade de matéria-prima próxima para construção, existência e possibilidade de treinamento de mão-de-obra e mercado de consumo próprio.

A localização da DI em Curitiba deveria ocorrer na região do Barigüi (Pinheirinho), pois apresentava já uma vocação industrial, considerando a disponibilidade de: -

- 1) Terrenos - topografia ideal (declividade, drenagem);
 - rochas quaternárias (índice de suporte);
 - áreas ainda não loteadas;
 - possibilidade de aquisição a custos médios;
 - região declarada para uso industrial no planejamento urbano de Curitiba;
- 2) Infra-estrutura e economias externas;
 - proximidade do anel elétrico da COPEL;
 - confluência de redes rodo-ferroviárias;
 - possibilidade de captação de água;
 - facilidade de drenagem;
 - vizinhança do núcleo comercial do Pinheirinho;

³⁸ A implantação de um distrito...

- disponibilidade de loteamentos populares próximos;
- abastecimento local de produtos hortigranjeiros;
- próximo do núcleo habitacional da COHAB.

As indústrias que poderiam ser atraídas para o DI seriam indústrias produtoras de bens de consumo. No documento apresentado pela URBS, no Seminário, consideram-se os seguintes tipos de serviços industriais: frações e tecelagem de algodão, rami e sizal, indústrias cerâmicas e de materiais de construção, metalúrgicas de médio porte (estamparia e usinagem, fundições não elétricas, fábricas de carrocerias e máquinas), refinarias de açúcar, óleo lubrificante e óleos essenciais, manufaturas de móveis de madeiras e metálicos, fábrica de confecções, fábrica de calçados, fabricação e montagem de rádios, televisores e aparelhos eletrônicos, indústrias de moldagem e extrusão de plásticos, nylon e borracha, indústrias alimentares e química.

Na indicação de indústrias, não existe uma preocupação "racional" de desenvolvimento industrial, mas sim uma escolha aleatória, novamente, demonstrando que o que se objetivava era menos acelerar a acumulação industrial e mais gerar empregos.

A partir desse trabalho da URBS, a CODEPAR realiza estudos sobre a implantação de um distrito industrial em Curitiba, assinalando no parecer os objetivos e vantagens do empreendimento "notadamente no que se refere ao incentivo adicional para acelerar o processo de industrialização e sua oferta de emprego a uma área de expansão urbanística, visto a faixa humana que requer emprego na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais no Barigüi do Portão".³⁹

³⁹ DISTRITO industrial já com o prefeito o estudo. Gazeta do Povo : Curitiba, 20 jan. 1967.

Também, sugeria-se que a planificação e execução do projeto deveriam ser processadas em colaboração entre o Estado e o município.

A área destinada ao distrito industrial de Curitiba era de 700 hectares, localizada no Pinheirinho, próxima à Rodovia do Xisto e já havia sido declarada de interesse social pelo prefeito Ivo Arzua, estando localizada nas proximidades da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Esse local é considerado o mais adequado, "conforme demonstram relatórios de técnicos, empresas especializadas, entidades públicas e comissões especiais que apontam aquela região como improdutiva e inexplorada, contando com facilidades de abastecimento de água, distância reduzida da área urbana, proximidade da estação do Barigüi além de acesso imediato e direto para grandes rodovias estaduais e federais.⁴⁰

Outra vantagem era dada pela proximidade da Vila Nossa Senhora da Luz.

"Isto equivale a dizer que a crescente população desta vila formada basicamente por operários poderá ter ao alcance de alguns passos o seu parque de trabalho".⁴¹

A idéia de instalação de um Distrito Industrial, conseqüentemente, já está plantada em 1965-66, e o auxílio do Estado via CODEPAR, com recursos do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), era primordial para a consolidação da iniciativa.

O silêncio dessas propostas pelo Prefeito Omar Sabbag (1967-71) pode ser creditado à reestruturação administrativa e tributária da União que, ao centralizar recursos e alterar a Constituição Federal, provocará a desmontagem dos instrumentos

⁴⁰ Distrito industrial já com...

⁴¹ DISTRITO industrial em Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 03 jan. 1967.

e dos recursos estaduais, a qual a criação do Distrito Industrial pressupunha como fundamentais para o incentivo à instalação de indústrias.

A necessidade de repensar o "modelo de industrialização" paranaense impõe, também, novas premissas à idéia de criação de um Distrito Industrial em Curitiba.

4.4 LIMITES À INDUSTRIALIZAÇÃO

A reforma tributária, Lei nº 5.172 de 1966, pós-golpe militar, e as disposições complementares à lei que institucionalizaram o Código Tributário Nacional, foram responsáveis por significativas mudanças no plano de receita orçamentária da União, Estados e municípios.

"O que ocorreu após 64, na verdade, foi uma completa reorganização de esquema de financiamento do Estado, do que resultou, por sua vez, a reorganização de todos o sistema financeiro do país".⁴²

Com essa reestruturação haverá uma tendência à centralização pela União da arrecadação tributária nacional, com uma perda relativa da participação dos estados e municípios. Nessa arrecadação, a União passará a recolher parte do que antes era arrecadado pelos Estados e municípios que ficaram dependentes, principalmente os municípios, de transferência de recursos da União.

"Esse movimento (centrípeto) de concentração de recursos ao nível da União, para que os redistribua às unidades da Federação, dá ao governo central instrumentos mais poderosos para o exercício do poder central [...] com a conseqüente desarticulação (ou diminuição de autonomia) das estruturas políticas e administrativas locais".⁴³

⁴²MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p. 45.

⁴³MARTINS, p. 45.

A reforma tributária foi possível com a Emenda Constitucional nº 18 de 01 de dezembro de 1965, que irá propiciar condições para a criação da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, que passou a ser denominado de Código Tributário Nacional, com ato complementar nº 36 de 13 de março de 1967.

Caberia à União, pela Lei nº 5.172, o imposto sobre a importação; sobre a exportação; sobre propriedade territorial rural; 80% do imposto, sobre renda e proventos de qualquer natureza; 80% do imposto, sobre produtos industrializados; sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários; sobre serviços de transporte e comunicações; sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes, energia elétrica e minerais do país.

De competência dos Estados seriam os impostos sobre a transmissão de bens imóveis e sobre a circulação de mercadorias.

Os municípios terão competência para arrecadar e receber os impostos sobre propriedade predial e territorial, imposto sobre serviço e parcela do imposto sobre circulação de mercadorias.

Os Estados e municípios que realizassem convênios com a União para realização de investimentos e serviços públicos, poderiam receber 10% da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, provenientes do imposto de renda e sobre produtos industrializados, excluído o incidente sobre fumo e bebidas. A União, também, poderia repassar o imposto incidente sobre a propriedade territorial rural, 60% do produto de arrecadação do

imposto que incide sobre operações relativas a combustíveis, lubrificantes e energia elétrica e 90% do que incidir sobre as operações relativas a minerais do país.

A reforma tributária significará uma centralização, pela União, da arrecadação tributária e uma perda relativa da autonomia tributária e normativa, com relações a decisões de investimentos públicos dos Estados e municípios, haja vista que os repasses de recursos advindos de certos impostos ficarão atrelados aos programas nacionais de desenvolvimento.

Os organismos locais de desenvolvimento terão que se adequar às novas normas para fazer frente aos repasses do governo federal, eliminando qualquer tendência à adoção de políticas de "desenvolvimento" estadual e municipal que não se integrassem às orientações do governo federal.

É estabelecido também, como importante instrumento autoritário, disciplinador, o fundo de participação dos Estados e dos municípios. O fundo dos estados e dos municípios seria formado por 20% (na razão de 10% e 10%) do produto da arrecadação dos impostos de renda e sobre produtos industrializados pela União. Dos recursos obtidos pelos Estados e municípios, advindos do fundo de participação, o Código Tributário determinava que no mínimo 50% deveriam ser destinados ao seu orçamento de despesas de capital.

Para receber a cota parte do Fundo de participação dos municípios, o município em questão teria que comprovar a sua aplicação majoritária em despesas de capital.

Essa imposição levará aos municípios a necessidade de classificação de suas despesas em corrente e de capital, a partir de critérios fixados em lei, o que será responsável por

críticas dos Prefeitos que consideram diferentes despesas como de capital, mas por força da lei terão que classificar como correntes.

"Em despesas de capital foi gasta importância que não condiz, efetivamente, com os investimentos realizados, tendo em vista que por força de lei, enquadram-se em despesas correntes, como gasolina, asfalto, pagamento a operários ligados diretamente à realização de obras públicas, despesas que mereciam ser enquadradas como investimento".⁴⁴

Essa imposição será responsável pelo aumento dos gastos do Departamento de Obras da Prefeitura, que agora contará com uma fonte adicional de recursos.

A transferência do imposto sobre transmissão de bens imóveis para o Estado e a diminuição de impostos a cargo do município, em 1967, serão responsáveis pelo questionamento da existência de várias empresas públicas municipais, pois se tornam dispendiosas do ponto de vista de recursos necessários a sua manutenção. É o caso da URBS que se revela um órgão supérfluo e dispendioso, pois atuava paralelamente ao Departamento de Obras. Executava obras análogas, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.

A tendência era a extinção da URBS.

Entretanto, a URBS tem condições para sua autosuficiência e tem utilidade pública se, ao invés de concorrer com o Departamento de Obras, vier a operar como empresa comum, de construção, dedicando-se a obras públicas a serem executadas por conta dos municípios interessados e independentemente do plano prioritário da Prefeitura. Com essa diretriz, a URBS lançou seu Plano Comunitário de Asfaltamento, está contratando obras de infra-estrutura nos conjuntos da COHAB-CT, e vem operando o Centro Comercial do Portão, cuja renda lhe assegura quase a autosuficiência. Acreditamos que esta Companhia poderá ampliar muito o seu campo de ação, coadjuvando os esforços do Município, porém sem onerá-lo, razão porque não a liquidamos, como nos sugeriram muitos e abalizadas personalidades.⁴⁵

⁴⁴Relatório à Câmara Municipal de Curitiba. Omar Sabbag, 1967.

⁴⁵Relatório...

As reestruturações a nível federal impõem o repensar de toda uma estrutura administrativa municipal (e estadual) visando a uma readequação ao processo de maior centralização administrativa e fiscal.

Os municípios ficaram na dependência de repasses de recursos do governo federal e estadual, considerando que seus impostos significarão menos de 50% do total das receitas municipais. A partir de 1968, principalmente, as despesas terão que ser revistas para se adequar a receitas em queda.

A orientação dada pelo governo federal de aplicação de, no mínimo, 50% da cota parte do Fundo de Participação dos Municípios em despesas de capital, será responsável, a partir de 1967, pelo aumento significativo dessas despesas em detrimento das despesas correntes. Reforça-se a idéia de que uma boa administração era sinônimo de obras realizadas, construídas, alicerçando o desenvolvimento capitalista em sua necessidade de infra-estrutura.

[...] vemos que a municipalidade entregou ao povo de Curitiba obras e serviços da mais expressiva monta e significação, superando os níveis alcançados em 1968 [...]. Bens que desenvolvemos dentro da orientação da revolução de março de 64, sem corrupção, sem demagogia, obedientes ao controle anti-inflacionário, para tornar e exaltar as concepções democráticas de vida.

Bens que desenvolvemos no nível municipal, para somá-lo àquilo que se realiza em nível estadual e federal, pelos governos do Estado e da União, de modo a marcá-los sob a égide da Revolução, como governos que proporcionaram progressos a essa terra e alimentam, com realizações, as esperanças mais caras da população.⁴⁶

A questão para município é a readequação de seus planos e projetos para fazer frente aos recursos, especialmente federais, integrando-os à orientação a nível federal.

No que se refere ao planejamento urbano no período de 1967 a 1970, foram tomadas algumas medidas consideradas prioritárias, mas considerando o pretendido e idealizado,

⁴⁶ Relatório a Câmara dos Vereadores. Omar Sabbag, 1969.

muitas realizações ficaram em compasso de espera. Entre as principais realizações estavam: a delimitação de zonas de uso do solo, a definição do esquema viário, o sistema de transportes coletivos, as atividades de recreação e as transformações no centro da cidade.

"Três características marcaram este período. Por uma parte, a falta de relação entre a quantidade de informações sócio-econômicas contidas no Plano Preliminar e no Plano Diretor e as Diretrizes de aplicação imediata, todas centradas nos aspectos físico-espaciais do planejamento. Por outra parte, o trabalho foi fundamentalmente de preparação e não de realização de transformações. Por último, a atividade do IPPUC esteve limitada aos aspectos assinalados no Plano Diretor".⁴⁷

A industrialização de Curitiba terá que esperar a posse de um ex-diretor do IPPUC para que as idéias existentes no papel possam ser implementadas.

⁴⁷ OSÓRIO, Héctor Hernán G.; WERNER, Erica. Habitat urbano e alternativas de desenvolvimento. Genebra, 1989. (Trabalho de pesquisa em Estudos de Desenvolvimento). Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento.

5 A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Em 1971, assume a Prefeitura Jayme Lerner, ex-diretor do IPPUC. Com a nova administração, começa uma nova etapa do processo de planificação de Curitiba, uma etapa marcada por realizações. O compromisso é "de colocar em execução tudo o que havia sido discutido, desejado e planejado para a capital".¹

A criação de uma "cidade industrial" emerge como solução aos problemas enfrentados pela capital do Estado, como resultado não somente da modernização da agricultura paranaense que expulsava mão-de-obra, mas também como um projeto destinado a atrair recursos e empresas estrangeiras em um momento de grande disponibilidade de recursos internacionais.

O garroteamento dos municípios ocorrido com as reformas administrativa e fiscal ao final dos anos 60, impôs, muitas vezes, a necessidade de medidas, pelos municípios, que incorporassem a participação do governo estadual e também fosse de encontro aos Planos de Desenvolvimento Nacional elaborados pelos governos militares, como forma de obtenção de recursos para implementar projetos destinados a atenuar problemas relacionados ao processo de urbanização.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1972 a 1974 apresenta as principais realizações a serem alcançadas para se atingir o desenvolvimento. Entre as realizações para o desenvolvimento constava:

¹Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1971. Jayme Lerner.

I - Consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social mediante o processo de competição capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração; com articulação harmônica entre governo e setor privado.

União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresas e trabalhadores. (...)

VIII - Realização da estratégia regional para efetivar a integração nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle de poluição e construção da estrutura integrada de indústria e tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia.²

Por competição entendia-se o privilegiamento às grandes empresas através da política fiscal, do fornecimento de recursos subsidiados, e de infra-estrutura. Também se facilitaria a associação do capital nacional com o capital estrangeiro e incentivaria as fusões e as incorporações.

Na concepção do I PND, caberia ao Governo federal, no período com uma significativa concentração de poder, modernizar o país e desenvolvê-lo, mediante a utilização de todos os instrumentos disponíveis.

Modernização e desenvolvimento no plano aparecem como sinônimos, subentendidos com a aceleração do processo de desenvolvimento capitalista estimulando a oligopolização da economia, com associação com o capital estrangeiro. É dentro desta noção norteadora que se deve entender a proposta de integração salientada, pois esta deveria ocorrer a partir dos princípios mais amplos frisados no I PND ou seja:

Cabe à União definir a estratégia e as prioridades nacionais, transferindo aos Estados a execução de obras de sentido local, assegurando, no entanto, a integração de ações conjugadas, para evitar duplicações e lacuna.

Aos estados compete a responsabilidade pela atuação coordenada dos municípios que os constituem.³

²I PLANO Nacional de Desenvolvimento (1972-74). República Federativa do Brasil 1971. p. 7-5.

³I PLANO..., p. 18.

Sendo assim, os programas estaduais e municipais deveriam se adequar aos planos nacionais, uma vez que somente com essa adequação seria possível a obtenção de recursos nos diferentes órgãos e instituições federais, como fica definido no item que trata sobre a articulação com os Estados e municípios. Define-se que deveria ocorrer:

Harmonização das diretrizes de planejamento dos Estados com o plano nacional de desenvolvimento para a execução de um programa realmente nacional.
Divisão de trabalho entre a União e os Estados, para a atuação integrada, principalmente quanto ao desenvolvimento regional e aos setores de Educação, Agricultura, Saúde, Energia, Transportes e Comunicações. Far-se-á integração dos serviços governamentais de caráter local nas áreas em que seja necessário.
Integração da atuação do BNDE com os bancos estaduais de desenvolvimento, até mediante sistema de repasses em favor desses últimos nos principais fundos e programas.⁴

Essa integração viabiliza-se na medida que os Estados e municípios, com perda relativa no caso dos Estados e quase absoluta nos municípios de sua autonomia redefinam os programas de governos a favor dos planos nacionais de desenvolvimento.

Se é no I PND que se formaliza, de forma mais clara, os rumos a serem seguidos pela ação governamental municipal frente a um novo modelo de desenvolvimento, a lógica já havia sido definida pelos governos militares anteriores, ou seja, por Castelo Branco e Costa e Silva. Formalizam-se os princípios já operacionalizados e implementados.

O que se afirma é que no governo Médici a legitimação passou a ser dar a nível da eficácia obtida na esfera administrativa.

Dispondo de um instrumental organizado de divulgação dos resultados de sua administração, o Governo Médici utilizou, além disso, um estilo mais acessível, baseando a comprovação de sua eficácia não só em sua atuação presente, mas também em realizações cujos efeitos se projetam para o futuro (...) A ênfase na eficácia administrativa como base de legitimação do sistema de dominação produziu, como contrapartida, a oficialização do esvaziamento das instituições políticas que o regime dispôs a preservar.⁵

⁴I PLANO, p. 71.

⁵KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. Legitimidade e coação no Brasil pós-64. Rio de Janeiro : Forense - Universitária, 1978. p. 61.

Os instrumentos de intervenção econômica autoritários já haviam sido criados, mas a forma de utilização e de divulgação diferenciava-os dos governos anteriores.

Os Estados e municípios terão que, necessariamente, se ajustar a esse novo contexto de forma a preservar uma identidade integradora das expectativas das elites e da população de uma forma geral.

As transformações econômicas a nível federal, concentradoras em essência e na forma, já haviam levado no Paraná à inviabilidade da continuidade do projeto de industrialização implementado pela CODEPAR. Enquanto o governo tinha uma fonte de recursos adicional e autonomia fiscal e administrativa, foi possível a implementação do projeto de industrialização que visava a um processo de substituição de importações estaduais, estimulando pequenas e médias empresas estaduais. Mas com a proibição de criação de empréstimos compulsórios pelos estados e com a reforma fiscal e administrativa, a atuação da CODEPAR ficará significativamente restringida, desembocando na transformação desse órgão em banco de desenvolvimento (BADEP) sujeito às normalizações do BACEN.

Com essa transformação, a nova política de industrialização terá como princípios norteadores a integração e complementação com o parque industrial nacional. O grande capital, de origem nacional ou externa, passará a ser estimulado nos "novos" projetos governamentais estaduais. O BADEP deveria atuar como órgão de captação de recursos, frente às exigências de outros setores econômicos paranaenses que impediam o governo deslocar recursos para o fomento industrial.

Constatando a inviabilidade de um desenvolvimento suportado pelos investimentos nas pequenas empresas locais, definia os critérios de prioridade de enquadramento para

incentivo, indicando como essenciais fábricas de bens de capital ou de bens intermediários consumidos pela indústria pesada, como alto efeito multiplicador, alta rentabilidade e grande capacidade de geração de ICM, elevado investimento e intensidade de capital, com mercado de consumo nacional e internacional. Deveriam ser empregados todos os meios para favorecer e incentivar a instalação dessas empresas no Estado (...), destinando-se a esse grupo de atividade, em virtude dos elevados investimentos inerentes à alta capitalização requerida pelo mesmo a maior parcela (70%) do montante global dos recursos anuais do BADEP.⁶

Nesse processo de atração de indústrias de origem nacional e internacional, vários problemas irão se antepor para um estado com tradição agrícola, com sua capital distante dos centros consumidores e fornecedores de matéria-prima, sem enfim vantagens aditivas quando comparados a outros estados que adotavam no período a mesma política de atração de indústrias, sendo, portanto, concorrentes no objetivo final.

A concorrência entre os estados, particularmente entre São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, na atração de novas empresas nacionais e internacionais, justifica-se não somente pelos recursos federais que receberiam com essa política mas também pelos efeitos multiplicadores, em termos econômicos, com a instalação de novas unidades de produção no estado em questão, considerando o contexto.

O diretor-presidente da URBS, à época da instalação da cidade industrial de Curitiba, afirma que:

"Não é preciso dizer que foi uma briga terrível para trazer indústrias que utilizam tecnologia de ponta de outros estados para cá. Foi praticamente uma guerra. Se não houvesse esse esforço não teriam vindo para cá seguramente".⁷

A industrialização é a meta a ser atingida pelos estados próximos ao pólo industrial do país, a partir de uma

⁶ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista. São Paulo : Símbolo, 1978. p. 191.

⁷ Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba IPPUC. Memória de Curitiba Urbana. Curitiba, 1991. p. 29.

perspectiva de complementação/integração definidas a nível de planos ditos nacionais. A competição entre os estados na atração de recursos, internos ou externos, respalda a inventividade desses estados em criação de mecanismos e instrumentos inéditos, distintos, que pudessem compensar a falta de atrativos maiores para a instalação de novas unidades industriais, respondendo, também, às articulações políticas entre interesses regionais e União, que, muitas vezes, se assemelhava a um "tabuleiro de xadrez".

5.1 PRIMÓRDIOS DA CRIAÇÃO DA CIC

A questão da industrialização de Curitiba ganha contornos institucionais já no início da década de 60, a partir da proposta de criação de um distrito industrial. No Plano Diretor de 31 de julho de 1966, a questão se apresenta basicamente no que se refere ao zoneamento urbano da cidade em que são definidas as zonas com funções específicas, aparecendo zonas destinadas à área industrial, ou seja, ao estabelecimento de um distrito industrial. Em 1969, ocorre uma revisão do zoneamento anteriormente proposto no Plano Diretor, de forma a definir novas zonas residenciais e comerciais, particularmente.

Apesar da criação de um distrito industrial ser oficializada, até o início dos anos 70 essa proposta é silenciada, sendo tratada, basicamente, a nível de zoneamento urbano.

Desde a elaboração do Plano Diretor, o IPPUC passou a realizar estudos para a definição das diretrizes de um planejamento urbano para Curitiba. Nesses estudos elaborados, cumpriam-se as primeiras fases de um planejamento, qual seja,

de realizar diagnósticos indicativos da evolução de Curitiba, de forma a redirecionar, a partir de uma ordem "racional", o seu crescimento.

Nesses diagnósticos, evidencia-se uma constatação: a importância de Curitiba frente a outros centros urbanos estaduais.

"Na medida que a economia paranaense se integrava ao pólo nacional; isto é, viabilizava os requerimentos do sistema econômico, nota-se perfeitamente que as diversas fases pelas quais passou representam um tipo de agregação cada vez mais acentuado no complexo urbano de Curitiba".⁸

A conclusão era de que Curitiba havia polarizado atividades distintas dos demais centros urbanos paranaenses, apresentando um complexo tecido urbano, a exigir novas e distintas soluções para seus problemas advindos do processo de urbanização.

Com Jayme Lerner, ex-técnico do IPPUC na prefeitura, o planejado começa a ser executado. Nas palavras do prefeito:

"A partir de 70, o planejamento começou a passar da teoria à prática. E a cidade ganhou, pela primeira vez, uma direção para onde caminhar. Prever para prover é da própria essência do planejamento. E isso se fez em Curitiba. Mas de um modo mais amplo e a respeito de uma concepção mais larga a respeito do que seja ou do que deva ser a vida urbana nas grandes cidades. Tratava-se [...] de uma mudança de ótica, de uma alteração de perspectiva".⁹

A ausência do planejamento urbano, segundo o prefeito, havia comprometido várias áreas da cidade, do ponto de vista dos serviços urbanos. A partir de 65, com a elaboração do Plano Diretor de Urbanismo, entrava-se na fase do planejamento que

⁸ Diagnóstico da Area Metropolitana de Curitiba e seu município pólo. Curitiba, IPPUC, 1970. p. 9.

⁹ INSTITUTO de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. Uma experiência de planejamento urbano. Curitiba, 1975.

com os estudos realizados pelo IPPUC, permitiram o estabelecimento das diretrizes básicas do planejamento municipal. Mas essas diretrizes serviram, até 1971, apenas como referência, atuando mais no sentido ordenador. A partir dessa data, a idéia de planejamento seria modificada "isto porque já é evidente a necessidade de sua aplicação como agente de desenvolvimento, catalisador e promotor de efeitos multiplicadores"¹⁰, segundo o prefeito.

O primeiro passo para tanto era transformar Curitiba em uma cidade equipada, paralelamente ao início de um processo de industrialização. Para atingir o primeiro objetivo, as principais obras programadas compreendiam quatro setores básicos: recreação, circulação, educação e saneamento.

No setor de recreação, objetivava criar uma estrutura de animação da cidade em termos social e cultural e também construir novas praças, preservar as áreas verdes, executar um plano de arborização e nova política de ocupação do solo.

No setor de circulação, "dada a impossibilidade de moldar a estrutura viária de acordo com o crescimento do número de automóveis que não cessará - é preciso resolver, também, como e onde o automóvel deve parar e não apenas como e onde deve circular".¹¹ Para isso foi definida a execução de terminais de transporte coletivo e individual; devolver o anel central da cidade ao pedestre; estabelecimento de um sistema viário trinário composto por três vias paralelas, a central de tráfego lento e as duas laterais, de tráfego rápido e com mão única em sentidos diferentes, sendo que "na via central

¹⁰ INSTITUTO...

¹¹ INSTITUTO...

trafegariam os ônibus expressos¹² com o transporte coletivo urbano. Estava se adotando um enfoque global desse setor com as resoluções através de um sistema integrado de transporte urbano.

Na educação, propunha-se tornar a escola o núcleo básico da vida comunitária de cada área da cidade e seria o instrumento da Prefeitura para prestar assistência médico-hospitalar e orientação sanitária às populações do bairro.

No último setor, o de saneamento, tendo em vista redução sistemática e progressiva dos recursos hídricos e o aumento da poluição do Rio Iguaçu, a Prefeitura adotou três iniciativas: - criação dos Parques São Lourenço e Barigüi, a definição de: uma área industrial e adoção de medidas necessárias para a implantação do Parque Regional do Iguaçu.

A segunda diretriz da administração seria a detonação de uma política de desenvolvimento da região de Curitiba, pela deflagração de um processo de industrialização. O setor de saneamento e o desenvolvimento industrial exigiam um enfoque em termos de região metropolitana.

Com Lerner na Prefeitura, a idéia de criação de um pólo industrial em Curitiba é reativada com perspectiva de uma maior participação do governo estadual. A proposta de criação de um "parque industrial" é apresentada já no primeiro ano de governo do prefeito, sendo essa julgada possível pela participação do BADEP nos estudos realizados sobre desenvolvimento municipal junto com o IPPUC e pela instalação de uma refinaria de petróleo no município de Auracária, reforçando assim a crença

¹² Em pista exclusiva; e integração das linhas e ônibus expresso.

da possibilidade de envolvimento de órgãos e empresas estaduais na realização de tal projeto.

Os estudos realizados pelo BADEP, citados anteriormente, que respaldaram, inclusive, a elaboração do documento "Diagnóstico e diretrizes de base" do Governo Parigot de Souza, apontavam a Região Metropolitana de Curitiba como pólo-indutor, do processo de industrialização do Estado. Na elaboração do documento norteador de ação do governo estadual, participaram também o Município de Curitiba e a Associação Comercial do Paraná. Conclui-se, no estudo, pela criação de um pólo industrial em Curitiba em que a atuação do BADEP, na implementação de tal projeto, seria essencial; pois de acordo com o "Diagnóstico e diretrizes de ação" a economia do Paraná precisava gerar 80 mil novos empregos por ano e a criação de um pólo industrial incluir-se-ia entre os projetos que poderiam absorver grande quantidade de mão-de-obra.

Em 1971, é realizada a primeira Conferência para o Desenvolvimento Econômico da Região de Curitiba promovida pela Associação Comercial, sendo que seu presidente, Sr. Noel Lobo Guimarães, considerava que tais debates sobre o desenvolvimento da região metropolitana se faziam oportunos por uma série de fatos novos entre os quais salientava a infra-estrutura existente, o amadurecimento dos órgãos financeiros de apoio e a disposição dos governantes de promoção do desenvolvimento.

O que desejam as classes produtoras com isso - esclareceu o presidente da Associação - é trazer a questão a debate, o que é muito oportuno nesse momento em que o Município de Curitiba, principalmente, com essa administração que acabou de se instalar e se anuncia disposta a dar especial atenção a esse ângulo do governo. Ademais, o nosso governo estadual também considera a meta industrialização como um dos principais objetivos e o dever das classes empresariais é trazer a debate problemas e apontar soluções viáveis que não apenas demonstrem sua vontade de colaborar, mas sirvam de algum modo para auxiliar, objetivamente, os governantes nesta tarefa.¹³

¹³ PREFEITO vai abrir amanhã reunião de grande Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 nov. 1971.

Oportuno também era o debate, salientado pelo Presidente da Associação, considerando a decisão da PETROBRÁS em instalar uma refinaria em Araucária.

"Esse recente acontecimento de maior significação para o desenvolvimento econômico regional é uma vitória de todo o povo do Paraná, do governo do Estado e, principalmente, das entidades de cúpula das classes produtoras que há vários anos, como é o caso da Associação, vêm defendendo, conjunta e isoladamente a tese de conveniência de localização desta indústria de base em nosso Estado".¹⁴

A implantação de uma refinaria de grande porte significaria a criação de um pólo dinâmico de industrialização regional.

A perspectiva de instalação da refinaria de Araucária amplia as oportunidades de investimentos na capital e região, refletindo num maior apoio daquela associação e do Governo do Estado à iniciativa municipal, tendo em vista que o projeto é anterior a este período, mas o apoio das "forças vivas" do Paraná se fazem presentes de forma mais ampla, nesse momento. Participaram do debate a Prefeitura de Curitiba e de cidades vizinhas, Associação Comercial, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Banco Nacional de Habitação, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), Escola Técnica Federal, Centro de Comércio Exterior do Paraná, Empresa Paranaense de Turismo, Banco do Estado do Paraná, Fundação LBA, COPEL, Companhia Força e Luz do Paraná, empresários e representantes de outros organismos.

¹⁴ABERTA 1ª Conferência de Desenvolvimento da Cidade. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 nov. 1971.

Estão representadas as entidades federais, estaduais e municipais comerciantes e industriais. Essas eram as alegadas "forças vivas", cabendo a essas entidades, órgãos, empresas e instituições de classe determinarem os rumos do desenvolvimento do Estado e do município.

O Prefeito de Curitiba foi o primeiro palestrante da Conferência, afirmando, em sua palestra, que os seus objetivos eram transformar Curitiba numa cidade equipada e iniciar um processo intensificado de industrialização para que Curitiba exercesse plenamente sua função de centro regional. Uma cidade equipada, segundo o prefeito, é aquela:

"[...] dotada de todos os instrumentos urbanos em todos os setores e aspectos de recreação, à educação, de terminais de transporte, à abastecimento, enfim de tudo quanto permita a uma cidade realmente viver".¹⁵

Essa foi a orientação do governo municipal no primeiro ano de administração, considerando os ínfimos recursos da prefeitura, limitando a realização de obras somente se houvesse recursos orçamentários e, paralelamente, observa-se assinatura de convênios com órgãos federais e estaduais para o prosseguimento ou início de outros.

Ao sermos empossados, em 24 de março, assumimos o compromisso de colocar em execução tudo o que até aquela data havia sido discutido, desejado e planejado para Curitiba.

Os primeiros contatos com a realidade econômico-financeira do Município evidenciavam a exigüidade dos recursos orçamentários e revelaram uma redução sensível da verba estimada para obras, o que nos levou a reformular as prioridades. Duas alternativas se apresentavam à nova administração: uma redução drástica de seu programa de obras, correspondendo quase a uma paralização total, ou o estudo de novo orçamento em que a prioridade de obras correspondessem às prioridades de verbas.

Optamos pela execução das obras para as quais houvesse disponibilidade financeira, dentro do esquema de prioridades.¹⁶

¹⁵ ABERTA a 1ª Conferência de Desenvolvimento da cidade. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 nov. 1971.

¹⁶ Relatório à Câmara de Vereadores. Curitiba, 1971.

Essa opção é reafirmada no exercício seguinte:

Este segundo ano desta administração foi dedicado prioritariamente à implantação das grandes obras de infra-estrutura urbana, base de todo o esquema de apoio do Plano Diretor. O programa estabelecido, e totalmente realizados, foi montado a partir dos grandes projetos desenvolvidos no exercício anterior, período em que a prioridade de anos foi dada a programas para os quais já existiam projetos e disponibilidade de verbas.

Os contratos com órgãos federais e estaduais conduziram a assinatura de convênios cujos resultados se fizeram sentir de maneira definitiva na vida da cidade.¹⁷

A política de desenvolvimento de Curitiba iniciar-se-ia com a deflagração de um processo de industrialização, o segundo objetivo do prefeito, mas esta questão exigia um enfoque em termo de região metropolitana. Seria necessário, assim:

"[...] a caracterização de uma estrutura regional na área metropolita pela integração das ligações urbanas e suburbanas, pela política de ocupação do solo e pela instrumentalização de uma política de coordenação regional".¹⁸

A questão da definição de uma estrutura regional na área metropolitana de Curitiba, pelas autoridades municipais no período, está vinculada a toda uma estratégia explícita no I PND onde a integração nacional previa a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas como mecanismos de coordenação da atuação dos governos federal, estadual e municipal.

A região metropolitana é conceituada como um agregado de núcleos urbanos, formada por cidades que extravasaram os seus limites administrativos. Seriam:

[...] o conjunto territorial intensamente urbanizado, com marcante densidade demográfica que constitui um pólo de atividade econômica, apresentando uma estrutura própria definida por funções privadas e fluxos peculiares, formando, em razão disso, uma mesma comunidade sócio-econômica em que as necessidades específicas somente podem ser, de modo satisfatório, atendidos através de funções governamentais coordenadas e planejamento exercitadas.

Face à realidade político-institucional brasileira, para ela o conjunto que, com tais características, esteja implantado sobre uma porção territorial dentro da qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais, contíguas e superpostas entre si, Estado e municípios.¹⁹

¹⁷ Relatório à Câmara de Vereadores. Curitiba, 1972.

¹⁸ ABERTA a 1ª Conferência de desenvolvimento da cidade. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 nov. 1971.

¹⁹ GRAU, Eros R. Análise, crítica e implantação da legislação metropolitana. In: Toledo, Ana H. P. de.; Cavalcanti, Marly. Planejamento urbano em debate. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978. p. 127.

A emenda nº 01, de 12 de outubro de 1969 da Constituição Federal, consignou em artigo autônomo de nº 164, o regime constitucional das regiões metropolitanas, posicionando no título correspondente à Ordem Econômica e Social.

"A União, mediante lei-complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios, que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócio-econômica".²⁰

Assim conforme o artigo 164, a região metropolitana só poderia ser estabelecida mediante lei complementar, sendo constituída por mais de um município respeitando, no entanto, a autonomia municipal garantida constitucionalmente, sendo o objetivo da região metropolitana limitado à realização de serviços comuns, não tendo competência tributária e nem legislativa, mas somente administrativa.

Determinados serviços comuns a vários municípios, pela especificidade de sua execução, resultam na interferência de diferentes municípios, ultrapassando seus limites institucionais e exigindo uma ação unificada e planejada. Nessa concepção são criadas as regiões metropolitanas, uma solução cabível dentro da estrutura federativa vigente no país.

O artigo 164 adiciona ao sistema federativo brasileiro um novo conteúdo, quando introduz uma distinta modalidade de relacionamento entre as unidades políticas e administrativas nas regiões metropolitanas.

Através da Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, foram estabelecidas oito regiões metropolitanas, a saber:

- de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Pela lei complementar, caberia aos

²⁰ Emenda nº 01 de 12-10-69. Constituição do Brasil.

respectivos estados a implementação do regime jurídico-administrativo daquela instituição. O governo estadual seria responsável pela condução do processo de planejamento metropolitano, sendo que nenhum recursos financeiro seria destinado aos Estados para o cumprimento dessa tarefa.

A crítica unânime quanto à lei complementar instituinte das regiões metropolitanas é que não definiu a forma de integração entre os órgãos da administração federal e o órgão que caberia a gestão metropolitana. Os órgãos federais, assim sendo, ficaram liberados a darem atendimento integral às diretrizes definidas a nível estadual no que respeita o planejamento metropolitano.

Segundo a lei complementar, os municípios partícipes da região metropolitana receberiam preferencialmente recursos federais e estaduais, sob a forma de financiamento e garantias para empréstimos. Mas essa preferência caberia somente aos recursos federais, pois aos estados é garantida autonomia na aplicação de seus recursos. A participação dos estados em empreendimentos e/ou nos serviços comuns a áreas multi-urbanas poderia ser obtida através de acordos de governo a governos, via convênios, acordos tácitos políticos com a efetiva interligação do planejamento metropolitano com o planejamento urbano estadual.

A região metropolitana de Curitiba é considerada pioneira pois, desde 1966, o IPPUC realizava estudos para a sua implantação definindo os limites da área abrangida pelos 14 municípios participantes. O primeiro convênio entre os municípios da RMC (Região Metropolitana de Curitiba) e o governo estadual foi celebrado em 1967, sendo reafirmado com algumas alterações em 1969. As respectivas Câmaras municipais

ratificaram tal convênio que foi confirmado pela Assembléia Estadual somente em 1972, como consequência da nova política de planejamento estadual, mas ficou estacionado considerando-a perspectiva de estabelecimento de legislação federal específica.

Em vista da proximidade de regulação a nível federal, com lei complementar instituidora das regiões metropolitanas e com as medidas estaduais e municipais ratificadoras da implementação da RMC, o Prefeito de Curitiba clama a caracterização de uma estrutura regional na região metropolitana de forma não somente a obter apoio, mas também recursos dos governos estaduais e federais para que a implementação de um pólo industrial em Curitiba se tornasse viável. Era, desta forma, fundamental ratificar a idéia de que a eleição de áreas industriais exclusivas e preferenciais eram prementes para o desenvolvimento da "Região Metropolitana de Curitiba".

Num longo e minucioso estudo sobre o problema da industrialização regional os técnicos daqueles dois órgãos (IPPUC e BADEP) concluem que as localizações aleatórias de unidades industriais conforme historicamente ocorrem em Curitiba, resultaram elevados nas implantações e extensões de infra-estrutura graves problemas e circulação, empecilhos à ocupação residencial harmônica, poluição nas bacias hidrográficas. Em vista da potencialidade regional, com o aumento previsível do número de novas unidades industriais, tais efeitos deverão ser agravados, caso não sejam adotadas medidas com o objetivo de racionalizar a ocupação territorial do Município.²¹

A racionalização da ocupação do Município era assim, inicialmente, justificada por dois motivos: os problemas urbanos da ocupação pretérita das unidades industriais e os problemas novos que surgiriam com o aumento "previsível" do número de unidades industriais. Em função dessas

²¹ CONFERÊNCIA prevê áreas industriais. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 nov. 1971.

circunstâncias, o grupo BADEP e IPPUC propunha a adoção de certas medidas para enfrentar o problema industrial da região:

- 1) Convênio específico entre os municípios da região como objetivo de compatibilizar o uso do solo visando a evitar efeitos prejudiciais ao equilíbrio biológico e as condições de vida humana na região de Curitiba;
- 2) Adoção de medidas municipais e regionais visando à proteção de mananciais e da respectiva cobertura florestal para garantir o futuro abastecimento d'água e condições de saneamento;
- 3) Eleição das áreas industriais da Vale do Barigüi como zonas exclusivamente industriais, assim definidas através de legislação municipal;
- 4) Eleição das demais áreas industriais (Orleans, Fazendinha, Pinheirinho-Guabirotuba e Tarumã-Atuba) como preferencialmente industriais, assim definidas através de legislação municipal;
- 5) Estabelecimento de convênios entre organismos federais, estaduais e Prefeitura Municipal com o objetivo de fixar prioridades e definir a implantação de infraestrutura nas zonas industriais do Barigüi;
- 6) Fixação de incentivos municipais para a implantação de novas indústrias e para realizações das unidades industriais que viessem a se instalar nas zonas do Barigüi;
- 7) Que o governo do Estado do Paraná, através de entidades especializadas, defina e adote política de incentivos fiscais e financeiros no sentido de promover novas implantações industriais.²²

As medidas enunciadas frisam a necessidade de participação dos governos estadual e federal, na instalação do parque industrial; também determinam a necessidade de fixação de áreas que fossem exclusivamente e outras preferencialmente industriais em Curitiba e finalmente a adoção de políticas integradas para resoluções de problemas relacionados ao uso do solo e saneamento da RMC. Fora de dúvida que o prioritário era o apoio federal e estadual a nível financeiro, fiscal e infra-estrutural, para a atração de novas indústrias em Curitiba.

Na Conferência de desenvolvimento da cidade, também, concluiu-se qual perfil industrial deveria se buscar para a região de Curitiba.

²² CONFERÊNCIA prevê áreas industriais. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 nov. 1971.

"Entre as observações formuladas durante a I Conferência foi dado bastante destaque ao aspecto da complementação e integração industrial. Entendem, técnicos e empresários, que existem grandes possibilidades de se desenvolver na área metropolitana de Curitiba certos tipos de indústria de complementaridade e de integração, considerando completamente afastada a possibilidade de competição com São Paulo, onde há forte concentração de capital financeiro e da tecnologia a nível industrial".²³

A concepção estava vinculada às transformações do modelo de desenvolvimento paranaense implícita quando da extinção da CODEPAR e criação do BADEP; ou seja a industrialização paranaense deveria ser orientada no sentido dos órgãos oficiais estimularem a implantação de indústrias e as indústrias já existentes, que complementassem o parque industrial paulista em uma perspectiva integradora.

Com a intenção de criação de um pólo industrial foi contratado o escritório do arquiteto paulista Jorge Wilhelm que já havia, anos antes, elaborado o Plano Diretor de Curitiba. Esse escritório com o apoio do IPPUC e URBS concebeu o projeto, a partir da concepção de um pólo industrial interligado à cidade de Curitiba por cinco eixos, os chamados eixos conectores.

O projeto, em elaboração, chega aos jornais sendo recebido com grande apoio

Uma notícia que os curitibanos saberão nos jornais daqui a alguns dias, mas que a "Gazeta do Povo", pode antecipar: a prefeitura está prestes a remeter para a Câmara Municipal anteprojeto de lei através do qual são fixadas as zonas de Curitiba, inclusive as chamadas "áreas industriais". Uma delas será localizada no Barigüi, ao sul do grande "pulmão verde" que se pretende criar, nessa mesma região curitibana. A informação em si não é completa, posta que não pormenoriza os lindes desta área industrial e nem ressalta performances sobre anteprojeto em fase final de estudos técnicos na prefeitura - caracteriza outras partes da fisionomia territorial de Curitiba.

²³ENCERRADA a 1ª Conferência de Desenvolvimento de Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 06 nov. 1971.

Para as notas editoriais que pretendemos fazer, isso não é relevante. O substantivo, nessa informação, é que iremos ter uma "zona industrial", que poderíamos sublinhar viesse a ser um mal esboçado princípio do que nossas colunas têm a muito se batido, ou seja, a estruturação de um "Aratu" em Curitiba (Centro Industrial de Aratu é na Bahia).

Em síntese, a área a ser reservada como setor para indústrias há possibilidades de capital, há energia elétrica em abundância no Paraná. Resta, pois, um esforço, que pode partir da Prefeitura ou do governo do Estado, no sentido de imantar o interesse do empresariado local ou onde outros estados vizinhos para que se inicie a fazer, na figuração do "Aratu" paranaense, um impulso mais decidido em fazer de nossa industrialização.²⁴

A questão central passa a ser de estudar mecanismos, que fossem atrativos para a instalação de novas indústrias, já que a destinação de uma área industrial na cidade de Curitiba começava a se consubstanciar.

O Prefeito Jayme Lerner, em 1972, viaja para França para tomar conhecimento dos "métodos empregados na implantação de novas cidades nos subúrbios, o sistema de transportes urbanos e a técnica de planejamento de novos parques industriais".²⁵ Visitou duas cidades industriais instaladas no subúrbio da França, Trappes e Sergy Pontoise com objetivo de colher informações, tendo o planejamento urbano curitibano muito da concepção urbana francesa.

Com objetivo de dispor sobre um novo zoneamento urbano em Curitiba, é decretada a lei nº 4.199 em 08 de maio de 1972 que apresenta no seu artigo 1º o seguinte:

"Art. 1º - Zoneamento para fins dessa lei é a divisão do município em zonas de usos diferentes, segundo sua destinação, objetivando o desenvolvimento harmonioso da comunidade e o bem estar social de seus habitantes".²⁶

Com essa lei procedeu-se a uma revisão do zoneamento conformando a expansão urbana às diretrizes propostas no Plano Diretor de Curitiba, adequando-se ao modelo linearizado

²⁴FALTA um Aratu em Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 mar. 1972.

²⁵PREFEITO anuncia a cidade industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 nov. 1972.

²⁶Lei nº 4.199 de 08.05.72. Diário Oficial, 08.05.72.

posposto em contraposição ao modelo radial predominante na cidade.

A URBS (Cia de Urbanização de Curitiba) será o órgão responsável pela implementação da política destinada ao estímulo industrial e para tanto seria necessária a criação de condições para que essa empresa pudesse atingir seu objetivo a contento. Assim, foi reativado o Fundo de Urbanização e Saneamento (FURBS) e a URBS passou por uma reformulação estrutural. Pela lei de nº 4.369 de 25 de setembro de 1972, foi recriado o Fundo de Urbanização de Curitiba, destinado a atender aos programas de equipamento urbano e de infraestrutura, sendo que a aplicação desses recursos far-se-ia mediante orçamento próprio, aprovado pelo Executivo.

O Fundo de Urbanização seria formado por recursos advindos de:

a) dotações orçamentárias ou subvenções que lhes sejam configuradas no orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba, correspondendo no mínimo aos:

- créditos operacionais provenientes do estacionamento de veículos instituído pela lei nº 3.979 de 05.11.71;
- créditos vindos da Estação Rodoferroviária de Curitiba;
- créditos vindos dos investimentos vinculados à programa de equipamentos urbano e de infraestrutura;

b) empréstimos e financiamentos contraídos por antecipação de recursos do fundo;

c) outros recursos.²⁷

A URBS passou a administrar o fundo e também foi criada uma nova diretoria - a diretoria de operações, que ficaria encarregada de implementar o pólo industrial, constituindo-se assim no centro dinâmico da operação na URBS.

As mudanças salientadas na URBS e na criação do FURBS visavam adotar essa empresa municipal de instrumentos de ação para o desenvolvimento de programas de infraestrutura e de

²⁷ Lei nº 4.369 de 25.09.72. Diário Oficial, 25.09.72.

equipamento urbano, ou seja, para a consecução dos objetivos fixados pelo poder Executivo.

Restava a institucionalização pelo poder Executivo de incentivos para estimular a implantação ou ampliação de empresas industriais em Curitiba, o que é realizado com a lei nº 4.471 de 27 de dezembro de 1972. Conforme o artigo 2 da referida lei os estímulos seriam da seguinte ordem:

"I tributários e econômicos

a) isenção de impostos;

b) subvenção de até a quantia equivalente à parcela municipal recolhida pela indústria, a título de impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias;

II Imobiliários, financeiros e físicos

a) duração, venda ou concessão real de uso de bens imóveis;

b) participação acionária de até 30% do capital nominal da sociedade;

c) estudo da viabilidade do empreendimento e elaboração dos projetos de engenharia, economia e finanças;

d) serviços de infra-estrutura física e terraplenagem;

Parágrafo 1º - Os estímulos tributários e econômicos poderão ser concedidos pelo prazo de 10 anos;

Parágrafo 2º - A subvenção será outorgada dentro dos mesmos prazos estruturados na legislação estadual para recolhimento de ICM;

Parágrafo 3º - Os estímulos imobiliários, financeiros e físicos serão de concessão da prefeitura ou através da URBS;

Parágrafo 4º - Os estímulos previstos nas alíneas a e b do inciso II ficam na dependência da aurotização do legislativo.²⁸

As empresas instaladas poderiam beneficiar-se dos estímulos da lei se tivessem dispostas a efetuar ampliação que resultassem em aumento da produção e as indústrias poluitivas que relocalizassem para a área industrial. A concessão dos estímulos ficaria na dependência de estudos econômicos

²⁸ Lei nº 4.471 de 27.12.72. Diário Oficial, 05.01.73.

financeiros e administrativos das empresas pelo poder Executivo podendo ser delegada, à função, a URBS.

E finalmente pelo artigo 7 da referida lei ficava o Executivo autorizado a comprar, permutar ou desapropriar as áreas necessárias à implantação industrial e aliená-las, mediante doação, venda ou concessão, para URBS, para os fins determinados pela lei.

Pelo decreto de nº 30 de 19 de janeiro de 73, o Poder Executivo Municipal desapropia uma área de 4.000 hectares no Vale do Rio Barigüi, no sudoeste da cidade em favor da URBS destinados a implantação da cidade industrial, ficando a URBS encarregada de promover e executar a desapropriação.

O pólo industrial se transforma em "cidade industrial de Curitiba", numa jogada de "marketing" do Prefeito, que a justifica pela existência, em seu local, de todos os serviços urbanos. Para Jayme Lerner: "[...] o mais importante é a sua concepção, pioneira no país. Porque ela foi planejada para ser muito mais do que um núcleo fabril marginalizado. Ela será uma cidade nova. Com seus próprios equipamentos de infra-estrutura, de recreação e de serviços. Seus núcleos residenciais serão tão aprazíveis quanto os de qualquer outra área. Porque um criterioso planejamento permitirá a instalação de indústrias sem problemas de poluição ambiental".²⁹

Passar a idéia de pioneiro, do inusitado, era fundamental na estratégia de atração de novas indústrias e também para a sua aceitação local e estadual, considerando ser o Estado com forte tradição agrícola. Essa assertiva é confirmada pela declaração do diretor-financeiro do BADEP, no período, Hilton Dalton Trevisan.

Ora quando estávamos falando de uma cidade industrial, estávamos falando na possibilidade, é claro, de transferir, implantar algumas das ~~empresas~~ que estavam

²⁹IPPUC. Curitiba: uma experiência em planejamento urbano. Curitiba, 1975.

já localizadas, mas o que realmente se tratava era de atrair novos empreendimentos, dado a nossa pobreza. E para isso a gente tinha que ter algumas coisas básicas. O pessoal do banco sentia muito isso. A gente via as coisas florescerem e se desenvolverem em São Paulo, no Rio de Janeiro em Minas Gerais - que era nossa grande rival. Minas estava madura em termos de incentivos e atrativos que podia oferecer. Cada empresa que a gente ia procurar, os mineiros já tinham estado lá, já tinham oferecido tudo.³⁰

Encontrar uma nova fórmula que fosse atrativa para as empresas, que se intencionava atrair, e da mesma forma que isso não revertisse em custos para estas empresas, resultou na proposta e na implementação da cidade industrial.

O arquiteto que elaborou o projeto da CIC, comentando sobre o seu projeto afirmava:

[...] houve muito simplismo no Brasil quanto às cidades ou distritos industriais; havia raciocínio de que se fizermos cidades industriais, haverá indústrias e se houver indústrias haverá emprego.

Acontece que os industriais eram bem mais calculistas que estes técnicos e não instalavam uma empresa em local onde não havia água, por exemplo, ou luz. Por isso o projeto CIC é um conjunto mais completo de requisitos, partindo de um critério prognóstico, isto é, de eficiência para indústrias e operários. [...] em Contagem, distrito federal de Belo Horizonte, os industriais começaram a alienar os seus terrenos de indústria para ali estabelecer prestações de serviços - banco por exemplo - que já se faziam necessários [...] se deve combater a idéia da cidade montada por uma só empresa, pois isso tem pontos negativos; o industrial que sabe administrar a empresa vê-se lançado a administrar uma cidade, o que para ele é um problema. Do lado do operário ele se sente preso à fábrica e sua estrutura na medida em que reside na casa da empresa, por exemplo, e isto cria uma relação de muita dependência entre o trabalhador e a fábrica.³¹

Implícita está a idéia de pioneirismo com a concepção de "cidade industrial", em que o planejamento é público, isentando qualquer responsabilidade ao capital industrial, cabendo ao governo municipal a oferta de toda a infra-estrutura, barateando custo de mão-de-obra para o capital e assumindo as responsabilidade perante o operariado, no atendimento de algumas de suas necessidades básicas.

³⁰Instituto pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. Memória da Curitiba Urbana. Curitiba, 1991. p. 197.

³¹ARQUITETO examina o projeto cidade industrial da capital. Gazeta do Povo : Curitiba, 17 jan. 1973.

Se a industrialização de Curitiba é o objeto a ser atingido, o caminho seria árduo, posto a concorrência com outros estados, a insuficiência de recursos, os acordos instáveis com o governo estadual, visando à criação de infraestrutura, etc.

Celso Nascimento, jornalista, afirma sobre a industrialização de Curitiba que:

[...] este era um desafio que só com muita criatividade poderia ser superado. Afinal, a cidade tinha pouco dos predicados convencionais para atrair indústrias. Por exemplo: estava longe dos maiores centros consumidores e fornecedores de matéria-prima, e não havia mão-de-obra qualificada para estabelecimentos tecnologicamente mais sofisticados. Mas era preciso industrializar. Era preciso encontrar outros bons motivos para convencer os industriais daqui, de outros estados e de outros países de que investir em Curitiba seria um bom negócio.³²

A questão se apresenta de forma mais complexa atentando ao fato de que o governo estadual tencionava implementar uma política industrial que envolvesse outros centros urbanos, apresentando resistência em se comprometer, com toda sua estrutura, em uma projeto de tal magnitude como se estava delineando a Cidade Industrial de Curitiba.

O governo municipal de Curitiba dependia de órgãos financeiros e das empresas estaduais fornecedoras de infraestrutura para viabilizar tal empreendimento. Por sua vez, o governo estadual estava comprometido com interesses de outras regiões do estado.

A Secretaria da Fazenda, tendo como seu titular Maurício Schulman, exercia uma função coordenadora no processo de atração de novas empresas ao estado, além disso a Secretaria sediava o Centro de Promoções Econômicas do Paraná, órgão criado no Governo de Parigot de Souza, que respondia basicamente pela política de atração de novos empreendimentos.

³² IPPUC, p. 231.

Em constantes contatos, com grandes grupos empresariais do país e estrangeiro atuando junto aos órgãos federais para conseguir maiores recursos ao desenvolvimento paranaense, ou coordenando a ação conjunta de organismos estaduais como a União, a Secretaria da Fazenda e o Centro de Promoções Econômicas incentivam o desenvolvimento paranaense [...]. O Paraná apresenta hoje todas as condições favoráveis à industrialização, principalmente no aproveitamento de matéria-prima da agricultura. Cresce assim a agro-indústria [...]. O Paraná fundamenta sua política de incentivo à implementação de indústrias no apoio financeiro através do BADEP, BRDE e no conglomerado financeiro liderado pelo Banco do Estado. Estes organismos aplicam seus recursos no financiamento de implantação ou expansão de empreendimentos industriais.

O PND prevê a implantação de um pólo agro-industrial no Paraná que está também entre os objetivos fixados no plano do governo do Estado. Ao promover o alargamento da base agrícola, ampliando as condições competitivas da produção, o Paraná caminha para consolidar sua posição como um dos mais importantes centros agrícolas do país. [...] O desenvolvimento da agro-indústria voltada para a satisfação da demanda do mercado internacional, já desponta como um dos principais focos de interesse dos investidores. O Paraná vem criando mecanismos de ação direta de apoio ao setor industrial, em esquema integrado: agricultura-indústrias e corredores de exportação.³³

A política industrial do Estado visava a utilizar seu complexo financeiro na criação de vários pólos industriais no Estado, sendo que o processo agro-industrial é literalmente citado em diferentes fontes com singular destaque, integrando, assim, o Paraná no mercado internacional desses produtos.

Essa política estava sendo seguida paralelamente e antes de ser lançada oficialmente a Cidade Industrial de Curitiba. Verifica-se também uma vinculação dos organismos oficiais estaduais, com atuação específica em determinados setores, objetivando o apoio e incremento da política de desenvolvimento do estado. Um exemplo é a ação do BADEP-COPEL.

O BADEP participava acionariamente no capital social da COPEL e concedia, também, financiamentos para complementação de recursos na execução de projetos e programas no setor de energia elétrica.

Um desdobramento da atuação BADEP-COPEL verificou-se na área de mineração do estado. Ao final do ano de 1972, realizou-

³³ SECRETARIA da Fazenda, e promoção econômica e o desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1973.

se em Curitiba a Semana de Mineração com o objetivo de sistematizar as pesquisas dos recursos minerais no Estado, que culminou com o convênio BADEP e Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A criação de um setor no BADEP para assuntos de mineração foi um dos resultados da ação do atual governo, a partir da Semana de Mineração e também do programa conjunto BADEP-COPEL para atração de novos investimentos na área industrial. Estudos foram efetuados pela COPEL para levar os benefícios da eletrificação às empresas mineradoras que operam na área paranaense, especificamente na região norte de Curitiba, visando a ampliar a sua capacidade produtiva [...].

A verdade é que a ação BADEP-COPEL de estímulo diversificado ao desenvolvimento e à industrialização, evoluiu para um programa junto aos empresários potenciais e grupos capitalistas interessados em investir no Paraná, com a constituição inclusive de missão mista que no início deste ano realizou contatos com a Europa, a fim de evidenciar as oportunidades que o Estado oferece a investidores estrangeiros.

Foram consideradas as facilidades traduzidas em oferta de energia elétrica, estradas pavimentadas, moderno sistema de telecomunicações, condições favoráveis do mercado, mão-de-obra, sem contar a segurança de funcionamentos que se coadunem com os critérios de prioridade e essencialidade estabelecidos pelo BADEP. Os integrantes da missão BADEP-COPEL estabeleceram cerca de 33 contatos com empresários e organizações européias de diferentes ramos de atividade [...].³⁴

A atuação do BADEP-COPEL, como apresentado, era mais ampla, pois estavam realizando contatos no exterior com a intenção de atração de empresas para a instalação no Paraná, sendo que a localização industrial ainda não era evidenciado, pois "vendia-se" o estado como apresentando vantagens locacionais e não Curitiba, em particular.

O argumento básico que se defende no trabalho é que conforme o desenrolar dos contatos no exterior, conforme os tipos de indústrias que se mostraram interessadas em abrir uma outra filial no país, a localização industrial ia de definindo, ou seja, no interior ou na capital. Sendo assim, o projeto CIC incorporava essa maleabilidade de se adequar as empresas interessadas e não ao contrário. Criativas tinham que ser as

³⁴ REFLEXOS da ação BADEP-COPEL no desenvolvimento do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1973.

soluções encontradas para não se perder as empresas externas interessadas em instalar-se no país, em particular no Paraná. Apressadas tinham que ser as soluções, a criação de infraestrutura, a assinatura de convênios, a obtenção de recursos, para não perder o "filão".

5.2 A IMPLEMENTAÇÃO DA CIC

Frente a um contexto que ultrapassava seus passos, haja vista a política estadual avançando, o governo municipal terá, no início de 1973, de atrair o governo estadual para, com uma área já desapropriada, colocar Curitiba como foco central da industrialização do Estado. A debilidade de Curitiba evidenciava-se quando o assunto é estimular a industrialização, e por sua vez o processo agro-industrial desenvolvido no Norte do Estado é visto como ameaça ao desenvolvimento industrial da capital.

Até hoje e não com muito brilho, a cidade recebeu desordenadamente estabelecimentos industriais que vinham obras de alguns feitiço: o mate, o café, a madeira. Mas o desbravamento do Norte, com efeito, neutralizou a capital, atraindo para si o sistema agro-industrial. Embora debilitada e na certeza que seguramente desempenhará um papel secundário, até em termos estaduais, Curitiba não renuncia a este processo, não apenas contatos com empresas, mais um projeto sistemático desta importante operação já se encontra em andamento. A cidade inaugura aqui um estilo completamente novo de industrialização. Curitiba vai abandonar os ranços de um passado sem planejamento neste setor e ingressa definitivamente na delicada e complexa etapa das pesquisas em verdadeiros laboratórios urbanísticos. A boa nova do distrito industrial foi anunciada pelo Prefeito Jayme Lerner logo após seu regresso de Paris [...].³⁵

Se o lançamento do CIC marcaria uma nova etapa no processo de industrialização da capital, na medida que é apresentada como uma solução racionalizada para os problemas decorrentes da urbanização, a questão que se apresenta para sua consubstanciação é como envolver o Estado nesta empreitada, para que as empresas financeiras e de fornecimento de infra-

³⁵CIDADE Industrial. Meta básica da prefeitura para o desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 ja. 1973.

estrutura estaduais se comprometessem a respaldar tal iniciativa.

A solução encontrada foi realizar a assinatura dos convênios em um ato público de forma a comprometer o Estado a participar publicamente; assim sendo foi assinado, no início de 73, convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, (anexo I). Nas palavras de Kanitar A. Cordeiro, diretor financeiro da URBS de 1971 a 1975, "o Estado foi induzido a participar".³⁶

No dia 19 de janeiro de 1973, com a participação do Governador do Estado, Parigot de Souza, é lançada, no BADEP em cerimônia oficial, a CIC. O Governo do Estado se comprometia a participar com a Prefeitura de Curitiba na construção e realização da CIC.

A questão era colocar toda a estrutura estadual para auxiliar na CIC. Artigos do jornal Gazeta do Povo, jornal analisado nesse trabalho, e que apresenta, sempre, uma posição inquestionável a favor da industrialização de Curitiba, semeia a dúvida de uma lentidão nesse processo, cobrando uma maior participação do Governo do Estado.

Qual o tempo que se despenderá entre discursos inaugurais e uma realidade industrial do tipo de Aratu, na Bahia? Qual a margem de esforço financeiro, Know-how, de tecnologia e de trabalho humano que nos separa das palmas que saúdam, oficialmente, o nascimento dessa cidade industrial e a efetiva realidade, pela qual, também, nós da Gazeta temos lutado? O que de real existe até agora é a definição de parte dos governos de Estado e a Prefeitura de erguer, numa área do Vale do Barigüi a cidade industrial. [...]

Mas entendemos extremamente válido que os poderes públicos do Estado e da Prefeitura venham a somar seus esforços com o empresariado paranaense para que se desenvolva em termos nacionais e também internacionais num esquema de trabalho objetivando atrair para esta área indústrias. Cremos que em São Paulo, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul existem muitas empresas industriais que seriam sensíveis ao programa da "Cidade industrial" do Barigüi. De resto também há estrutura criada pelo governo do Estado e funcionando na Secretaria da Fazenda que objetiva a Promoção Econômica do Estado. Se estiver realmente em condições e

³⁶ CIDADE ...

devidamente preparado esse centro, poderá, com os empresários e as ligações que possuem no país no exterior, contribuir de maneira bem ponderável para que instalemos mais e novas indústrias no Vale do Barigüi".³⁷

No discurso de lançamento da CIC, o Governador Parigot de Souza justifica a participação do Estado no projeto como uma forma de aumentar a oferta de emprego em um contexto de grande urbanização do Estado. Diz o Governador: -

"Todos nós sabemos que há um ímpeto irresistível de caráter mundial de urbanização da população. E o Paraná não pode fugir a esta regra. [...] Isto explica por que o governo do Estado está se lançando num esforço vigoroso no sentido da industrialização.

Dai, uma razão por que a nossa presença aqui neste momento, no lançamento de mais um distrito industrial".

Dessa forma conseguiu-se a participação do Estado na criação da CIC. Em próximos itens, ir-se-á detalhar essa participação e os problemas advindos da forma que se consubstanciou o acordo.

5.2.1 Objetivos da CIC

A criação da CIC é a resposta à intenção perseguida de industrializar Curitiba, sendo seus principais objetivos: -

- a) criar as condições infra-estruturais indispensáveis à implantação e a relocações industriais, através de uma política orientada de estímulos de natureza física e tributária;
- b) estabelecer um pólo industrial capaz de absorver o contingente populacional gerado pelo processo acelerado de urbanização que vem se verificando nos principais centros urbanos, proporcionando meios eficazes de integração homem/indústria;
- c) incorporar novos processos tecnológicos ao parque industrial existente, visando à modernização das instalações e ao aprimoramento da mão-de-obra local;
- d) induzir a constituição de outros pólos industriais no Estado através da utilização racional de suas potencialidade econômicas visando a proporcionar um desenvolvimento integrado do Estado do Paraná".³⁸

³⁷ ESTÁ nascendo uma cidade industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 20 jan. 1973.

³⁸ CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Curitiba : URBS, 1975.

A instalação de empresas a partir da concepção de um pólo industrial, visando à geração de empregos e ao desenvolvimento tecnológico, surgem como principais objetivos do processo de industrialização municipal. O último objetivo, ou seja de induzir a criação de novos pólos industriais no estado é subsidiário, pois essa medida estava fora da órbita do município, mas era precípua no sentido de induzir o estado a participar do empreendimento enquanto uma estratégia a ser perseguida a nível estadual, ou seja, alicerçar a participação enquanto fruto de uma estratégia estadual. A declaração do Governador Emílio Gomes corrobora a afirmação:

"Naquela época, nós prevíamos a interiorização do processo industrial com a implantação de outros pólos, principalmente nos eixos Curitiba - Ponta Grossa, Londrina - Maringá e Cascavel - Guaíra. Chegamos a entregar ao então Ministro do Planejamento Reis Veloso um documento com essa proposta baseado no modelo desenvolvido pela equipe do Jayme Lerner para a CIC".³⁹

A implantação da CIC, nesse contexto, é apresentada como consequência de uma política estadual que visava a aumentar a participação do setor secundário na renda estadual. Se a proposta é do município, gradativamente se consolida a idéia de que a iniciativa era estadual. A definição da participação de um ou outro nível de administração, municipal ou estadual, na primeira metade da década de 70, não é visível e, pode-se afirmar, que essa era uma estratégia implícita na administração municipal.

A área destinada à instalação industrial fica a oeste de Curitiba, no Vale do Rio Barigüi, entre os bairros Pinheirinho e Campo Comprido, onde os terrenos apresentavam topografia

³⁹IPPUC. Memória de Curitiba urbana. Curitiba, de 1991. p. 10.

adequada, disponibilidade de água e facilidade de drenagem, condições não reunidas em outras regiões da cidade. Além disso, a área destinada à cidade industrial acompanhava as diretrizes do planejamento urbano, que previa uma descentralização urbana de forma a promover o crescimento da cidade do centro para a periferia, ao longo das vias estruturais.

Outros fatores que determinaram a localização da cidade industrial resultaram da proximidade da refinaria de petróleo, instalada na região, direção dos ventos dominantes e a disponibilidade de ramal ferroviário.

A área destinada à CIC compreendia 437.7000 mil m², sendo esta área subdividida em zonas específicas distribuídas de acordo com sua destinação.

QUADRO 1 - DESTINAÇÃO DA ÁREA DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA
(Em mil²)

DESTINAÇÃO	ÁREA	%
Áreas Verdes	5.140	12
Sistema Viário	3.860	9
Habitação e Serviços	8.300	19
Serviços de Apoio à Indústria	1.400	3
Indústria	25.000	57
TOTAL	43.700	100

FONTE: CIC - Boletim informativo - URBS 1975.

Para a integração da área industrial com a cidade de Curitiba, foram planejados cinco conjunto de vias denominadas conectoras que atingiriam toda a área industrial. As vias conectoras eram prolongamentos da malha viária urbana, sendo divididas em três setores com ocupação diferenciada, de acordo com sua caracterização.

Setor 1 - entre o limite da CIC e a estrutural, abrigan-
do zona residencial de alta densidade
populacional e serviços;

Setor 2 - entre o limite da CIC e a via lateral da cidade localizando postos de assistência médica, escritórios, bancos, gráficas, comércio e habitação;

Setor 3 - entre a via lateral e a via marginal à CIC destinada a serviços vinculados às atividades industriais.

Com relação à poluição, o planejamento físico da CIC previa normas que fixaram as taxas mínimas e permissíveis poluitivas, sendo determinadas áreas em que as empresas poluitivas, deveriam instalar-se em contraposição às empresas não poluitivas.

A implantação da CIC fiou a cargo da URBS (Companhia de Urbanização de Curitiba), entidade municipal de economia mista. Caberia à URBS realizar as desapropriações, conseguir recursos para implementação de infra-estrutura e promover a CIC.

A incapacidade, muitas vezes, da estrutura municipal, ou da URBS em particular, para realizar as funções determinadas, levaram a críticas que salientavam a distância do empreendimento indicado e a incapacidade administrativa para implementá-lo.

[...] gostaríamos de chamar a atenção para o fato que não existe, de maneira específica, uma estrutura no município de Curitiba, que faça a "venda" ou promoção da cidade industrial quer junto aos outros estados brasileiros, (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) ou então a outros países. Quanto muito há alguns funcionários que montaram - de forma estática - alguns elementos que são mostrados a eventuais interessados. Em termos agressivos de procurar, ir despertar, a atenção de indústrias brasileiras e estrangeiras, para vir montar na cidade industrial do Barigüi, suas empresas, isto não ocorre. Falta, ao nosso ver, uma estrutura própria no Município que se está socorrendo, quando muito, quer do BADEP ou do Centro de Promoções Econômicas.⁴⁰

O BADEP passou a assumir o papel de promover a CIC no exterior; promovia-se a CIC com o apoio financeiro do BADEP e,

⁴⁰PROMOÇÃO da Cidade industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 13 jun. 1973.

assim, fortalecia-se internamente o BADEP como órgão gestor e primordial para industrialização do Estado.

O planejamento apregoado na apresentação do projeto da Cidade Industrial, alicerçado na concepção de uma administração pública racional, vai, gradativamente, demonstrando seus limites e sua intenção propagandística-ideológica. A negociação antecedia o planejamento ou, no máximo, os parâmetros e diretrizes fornecidos pelo planejamento eram significativamente maleáveis para se adequarem aos termos de negociação com as empresas interessadas.

O interesse das empresas estrangeiras, em contato com a equipe do BADEP no exterior, funcionou como estímulo de criação da base infra-estrutural para recebê-las. As medidas de incentivo e infra-estrutura eram institucionalizadas e criadas a "posteriori" da manifestação do interesse das empresas internacionais. O imprevisto, medidas emergenciais, recursos e compromissos provisórios, acordos inconsistentes, essa somatória de situações caracterizou a CIC.

Em 04 de setembro de 1973, é iniciada a construção da primeira indústria da CIC, a New Holland Clayson Máquinas Agrícolas Ltda. Na mesma data, a imprensa cobra a necessidade de uma definição maior da política de incentivo industrial.

"[...] é imperativo que haja uma política de estímulos fiscais, econômicos e financeiros com a soma de atenções dos poderes públicos do Estado e deste Município.

Na medida que se tiver um elenco de facilidade para a compra de terrenos, isenções fiscais, apoio financeiro/econômico poderemos realizar um concentrado esforço promocional visando a vender as excepcionais possibilidades que esta cidade industrial oferece.

O que parece que está faltando é a existência de um grupo de trabalho misto entre técnicos da prefeitura de Curitiba e do governo do Estado para que se levante um rol de facilidades às indústrias que desejarem fixar-se em nossa cidade. A partir de quando o legislativo do Estado está estudando recente projeto de lei apresentado pelo deputado Maurício Fruet sobre as isenções fiscais e estímulos econômicos e financeiros, no Paraná, objetivando a atrair indústrias para o Estado. O que está faltando, a nosso ver, é uma coordenação desses serviços que se impõem já há tempo, dentro do desejo existente e que se vai fazendo crescente, no sentido de buscar o plantio de empresas industriais nos quadros da realidade paranaense".⁴¹

⁴¹ ESTÍMULOS para a CIC. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 set. 1973.

Ao final do ano de 1973, o prefeito irá dispor sobre os estímulos tributários e econômicos à industrialização de Curitiba em decreto nº 1.150 de 9 de novembro. Pelo artigo 2º do decreto, as empresas que se instalassem na área descrita no decreto 30, que havia desapropriado área para a implantação industrial, ficariam isentas dos impostos municipais, ou seja, do imposto predial territorial urbano, sendo o estímulo e prazo individualizado mediante decreto, não podendo, no entanto, o prazo de isenção ultrapassar a dez anos. Para a concessão do estímulo seriam levados em conta os fatores de prioridade, essencialidade, dimensão, padrão tecnológico e capital da empresa. A concessão do estímulo prolongar-se-ia às empresas instaladas fora da CIC e que viessem a ampliar sua produção na área industrial específica, em, no mínimo, 40% da produção nominal.

No artigo 6º, do referido decreto, complementa-se a política de incentivo com a determinação da reversão de parcela de até 20% do ICM devido, apoiando, assim, financeiramente a atividade econômica.

"Artigo 6 - A empresa industrial beneficiada com a isenção prevista no artigo 1º, receberá como estímulo a sua atividade econômica, parcela de até 20% do ICM por ele devido em relação ao valor que ele agregar no período mensal considerado".⁴²

Os prazos e o estímulo seguiriam as mesmas normas aplicáveis no caso de isenção do IPTU, sendo o prazo máximo para a concessão do apoio, também de dez anos. Caberia à URBS: propor os prazos de concessão dos estímulos; determinar a condição poluitiva de uma empresa, que se realocizadas na área destinada à CIC e se receberia ou não o estímulo previsto no

⁴²Decreto nº 1.150 de 09.11.73. Diário Oficial de Curitiba, 21.11.73.

artigo 2; encaminhar à Prefeitura Municipal previsão de despesas com reversão do ICM a fim de constar na proposta orçamentária do exercício do ano e concluir a instrução e minuta do termo de acordo declarativo dos estímulos que seriam requeridos ao Prefeito Municipal que os concederia conforme decreto.

Para a fixação dos critérios para a concessão dos estímulos tributários e econômicos aos estabelecimentos industriais, considerando as brechas abertas pelo decreto 1.150, o Executivo pelo decreto nº 1.158 de 14 de novembro de 1973, determina os parâmetros para o fornecimento dos incentivos.

No artigo 2 do decreto 1.150 (Anexo III), determina-se que a subvenção econômica referente à reversão do ICM não poderia ser superior ao valor dos investimentos fixos ou dos recursos próprios alocados à execução do empreendimento industrial. Os itens de avaliação, para a concessão da subvenção, seriam os seguintes resultados⁴³ realizados individualmente a cada empresa:

$$1) \quad \frac{VAB}{I} \quad \text{onde}$$

VA⁴⁴ = valor agregado bruto gerado pela empresa instalada na CIC

I = valor dos insumos

⁴³Os resultados são considerados parâmetros, e no caso específico temos quatro indicadores (parâmetro) que combinados determinam o nível percentual da subvenção econômica.

⁴⁴Valor agregado = conceito de produto que corresponde ao valor bruto da produção de uma empresa deduzido o consumo intermediário ou seja o fornecimento de bens intermediários pelo próprio setor que se insere a empresa e demais setores.

$$2) \quad \frac{VAB}{I} \quad \text{onde IF = valor do investimento fixo}$$

$$3) \quad \frac{IF}{RT} \quad \text{onde RT = valor da remuneração do trabalho}$$

$$4) \quad \frac{VAB}{RT}$$

Calculados os resultados, consulta-se uma tabela no decreto que estabelece para cada resultado o número de pontos que somados devem ser encaminhados a um gráfico,⁴⁵ (anexo 2) também estabelecido no decreto, que determina o percentual da subvenção econômica a ser fornecida a título de incentivo.

Quanto maior o número de pontos que, feitos os cálculos, a empresa obtivesse, maior seria a subvenção econômica. Analisando item por item teríamos:

$$1) \quad \frac{VAB}{I} =$$

quanto maior o resultado do cálculo, maior seria o número de pontos que seria obtido, com um elevado valor adicionado e um baixo valor dos insumos utilizados pela empresa, estimulando as empresas que obtivessem alta produtividade de seus insumos;

$$2) \quad \frac{VAB}{IF} =$$

relação entre o investimento fixo e o valor agregado bruto, sendo que, quanto o maior o resultado, menor o

⁴⁵ Gráfico - modelo matemático, i é, a função que representa a subvenção econômica em relação ao parâmetro definido.

número de pontos em uma relação inversa, estimulando-se a maior utilização do investimento fixo;

$$3) \frac{VAB}{RT} =$$

relaciona valor agregado com o valor da remuneração da folha de trabalho, sendo que, quanto maior fosse o resultado, menor seria o número de pontos conseqüentemente, o valor de subvenção, ou seja, quanto maior o valor da remuneração do trabalho frente ao valor adicionado maior seria o estímulo municipal;

$$4) \frac{IF}{RT} =$$

relaciona investimento fixo com remuneração do trabalho em uma relação direta, e quanto maior resultado maior a subvenção, obtida com investimento fixo superior à remuneração do trabalho.

Enfim, o estímulo privilegiava claramente as grandes empresas que apresentavam elevado investimento fixo, conseguiam preços inferiores nas matérias-primas, tendo condições de pagarem salários superiores e, principalmente, apresentando elevado valor adicionado. O resultado da análise dos critérios de fornecimento do estímulo tributário deixa clara a estratégia de atrair grandes empresas capazes de apresentarem um elevado valor adicionado, implícito também na reorientação do modelo de desenvolvimento paranaense no período.

O prazo de duração⁴⁶ dos estímulos era inversa ao percentual da subvenção, isto é, quanto maior a subvenção menor era o prazo de duração de tal incentivo e vice-versa.

O prazo de isenção do IPTU, outro incentivo regulado pelo decreto nº 1.158, foi determinado em função do índice de ocupação do solo, sendo que quanto maior a área total do terreno e a edificação, maior tendia a ser o prazo de isenção, também em um claro privilegiamento às grandes empresas.

De uma forma geral os incentivos tributários compreendiam:

- isenção do IPTU por um período de até 10 anos;
- isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza, por um período de até dez anos;
- subvenção de até a quantia equivalente à quota do ICM devida ao município pelo período de até cinco anos.

Os incentivos físicos e financeiros englobavam:

- venda ou concessão real de uso de bens imóveis;
- serviços de terraplenagem e de infra-estrutura física;
- assessoria na elaboração dos estudos de viabilidade e dos projetos de engenharia, economia e finanças;
- participação acionária de até 30% do capital nominal da sociedade.

⁴⁶ Prazo de duração era calculado pela fórmula

$$SH = \frac{(a_1 + a_n)^n}{2}$$

onde: SH = Valor total da subvenção econômica

a_1 = Valor equivalente a no mínimo 1% do ICM calculado pela empresa no primeiro mês de operação.

n = número de meses correspondente ao prazo de duração dos estímulos.

Os incentivos determinados pelo Decreto são fornecidos às empresas instaladas até meados de 1975, quando pela Lei Complementar nº 24 de 1975, o Governo Federal vetou aos Estados e municípios utilizarem o ICM como base para os incentivos fiscais. O Conselho de Política Fazendária, CONFAZ, assim sendo, impediu a partir de 1975 que os Estados isentassem qualquer tipo de atividade do pagamento de tributos, principalmente o ICM.

No total, apenas 35 empresas da CIC, instaladas antes de 1975, tiveram acesso ao benefício fiscal.

"Na realidade, apenas 13 foram beneficiadas com isenção de, no máximo, 20% do ICM sendo que cinco não têm utilizado efetivamente o benefício pela alegada falta de recursos da Prefeitura".⁴⁷

Comentando sobre os incentivos de natureza fiscal, Cassio Taniguchi, diretor da URBS no período de 1972-1975, afirma:

Nós dávamos, em função da importância da indústria, a contrapartida municipal do ICM, retornando em forma de incentivo. Isso representou um dinheiro muito grande que saiu do orçamento do Município, que depois o Estado acabou assumindo, já que o maior beneficiário do processo foi o próprio Estado. Felizmente foram poucos casos. New Holland, Philip Morris, Siemens, Equitel, Gronau enfim algumas empresas que nos interessavam realmente trazer para cá receberam esse tipo de incentivo. Foram poucas e terminou rapidamente porque se achou que era demais.

Os incentivos do ICM representavam abrir mão de uma pequena cota-parte que o Município, a duras penas, conseguia.

Além do incentivo tributário, ainda havia outro incentivo, também tributário, que era a isenção do IPTU por prazo determinado. Hoje já terminou tudo. E havia incentivo de natureza física que era a terraplenagem [...].⁴⁸

No parágrafo acima, apresentam-se várias questões importantes. Em primeiro lugar, o fato de o município abrir mão de um recurso, repasses do ICM, primordial para o orçamento municipal, em um contexto de estreitamento dos recursos

⁴⁷Cidade Industrial de Curitiba. Análise Conjuntural Curitiba v. 5 nº 3 março/abril 1983. p. 5(3) 2.

⁴⁸IPPUC. IPPUC. Memória de Curitiba Urbana. Curitiba, abril de 1991. p. 30.

orçamentários; salientando também a falta de alinhamento entre Estado e município sobre o encaminhamento dos incentivos; a acusação da falta de apoio do Estado em um projeto que o Estado teria mais a ganhar é outra afirmação; o objetivo de atrair grandes empresas estrangeiras e finalmente, já implícita, a consciência da incongruência entre atração de grandes empresas fornecendo, como um dos estímulos, recursos caros ao município isto é, o repasse a grandes empresas capitalizadas, recursos escassos, limitados do município, que compunham uma das principais fontes de financiamento de suas despesas administrativas gerais.

A ânsia de aproveitar as oportunidades de investimento é responsável por uma série de medidas que se ajustavam aos interesses das empresas contactadas. Isso é confirmado na declaração de Kanitar Cordeiro, diretor financeiro da CIC, à época de sua implantação.

"O projeto inicialmente só voltava para relocação de indústrias tradicionais que por força do crescimento populacional ficaram mal localizadas. Seu objetivo era ocupar com indústrias 10% da área prevista para a CIC. Mas à medida que essa equipe, liderada pelo Cássio, ia obtendo mais dados e estabelecendo contatos em outros estados e no exterior para atrair indústriais, verificava-se que o interesse pelo projeto ia muito além da expectativa. Um ano após, comparávamos que aquela previsão de 10% de ocupação estava completamente superada em termos de compromissos potenciais de empresas que planejavam instalar-se aqui.

Praticamente metade da área destinada já estava ocupada com projetos.

Esse interesse foi, para nós, uma surpresa e exigiu da URBS uma rápida mobilização de recursos humanos para atender aos empresários que vinham a Curitiba. Como a velocidade dos acontecimentos ultrapassou todas as expectativas, inclusive o projeto da CIC ainda não estava pronto, a equipe se obrigava a tomar decisões imediatas".⁴⁹

Estranho no depoimento é a suposta surpresa ocasionada pelo número de empresas interessadas na instalação na área industrial de Curitiba. Se o processo de industrialização foi

⁴⁹ IPPUC, p. 70.

um "ato consciente",⁵⁰ planejado, objetivando a atração industrial, a supressa poderia ser justificada, isto sim, pelo significativo interesse de instalação de empresas industriais vinculado, pode-se afirmar, ao volume de incentivos fornecidos a essa instalação; acima das possibilidades municipais e além das expectativas dos empresários que frente aos incentivos sentem-se mais do que interessados na instalação industrial.

5.2.2 Infra-Estrutura

A CIC exigia a implantação de obras infra-estruturais básicas tais como: - sistema viário, energia, telecomunicações e saneamento. Para tanto, foi realizado um convênio (anexo 1) em 19 de janeiro de 1973 entre Prefeitura Municipal de Curitiba e o Governo do Estado do Paraná, que através de seus órgãos de administração indireta se comprometia a participar na CIC. O convênio estabelecia a forma de participação dos órgãos vinculados ao Governo do Estado do Paraná na implantação da CIC e, desta forma, consolidava a participação do Estado, podendo se afirmar que, a partir daí, a CIC representava um empreendimento conjunto do Estado e Município.

Segundo convênio, os órgãos estaduais que participariam na implementação da CIC seriam:

- Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - voltada à implementação do sistema de extensão e distribuição de energia elétrica;
- Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no abastecimento de água e sistema de esgotos;
- Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sistema de telecomunicações;
- Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP;
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, no fomento à industrialização;

⁵⁰IPPUC, p. 23.

- Conglomerado Financeiro Banestado S.A., na respectiva faixa de atendimento dos seus componentes".⁵¹

Caberia aos órgãos estaduais elaborar estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, para implantação de infra-estrutura na área industrial, executar investimentos em obras infra-estruturais e apoiar, financeiramente, os grupos empresariais interessados em investir na CIC.

A Prefeitura Municipal se obrigaria, segundo ainda o Convênio a elaborar os projetos de urbanização, terraplenagem e de pavimentação dos acessos viários à área definida para a instalação da CIC; providenciar a liberação da área desapropriada destinada à implantação de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da CIC e, finalmente, fazer cumprir a lei de incentivos à industrialização mediante regulamentação e aplicação.

A participação do Estado, como observado, via órgãos vinculados era precípua para a viabilização da CIC, mas chama a atenção o fato de que é a atuação da Prefeitura mais atípica, problemática e complexa em comparação à atuação do governo do Estado. Enquanto a atuação do Estado não significava sair de suas atribuições específicas delimitadas nos órgãos envolvidos, alterando somente o montante estratégico de investimentos a serem realizados em uma área específica, porque industrial, ao Município caberá realizar medidas que irão redefinir toda uma estrutura econômica urbana.

Se a participação do Estado, assim sendo, apresenta basicamente um componente político, podendo se alterar conforme a conjugação das forças políticas em cada governo estadual, que

⁵¹Convênio entre Governo do Estado do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba para implantação da CIC. Curitiba 19 de janeiro de 1973.

poderiam delimitar outras áreas e formas de atuação, aceitando ou não as atribuições definidas no Convênio firmado, a atuação do município, sem negar, com toda a certeza, o componente político, desdobrar-se-á em questões posteriores, jurídicas, tributárias e orçamentárias que envolverão as administrações que se seguem, em um emaranhado de problemas de difícil solução.

Ou seja, se a participação do estado configurou-se como pontual, ao município a estratégia não tinha retorno.

1) Transporte

Curitiba, nesta questão específica, apresentava um sistema de transporte integrados, sendo um dos fatores de estímulo à atração industrial. No setor rodoviário, Curitiba encontra-se na rota de algumas das mais importantes rodovias federais: - BR-116, ligando o Sul a São Paulo e Rio de Janeiro; BR-277, ligando Paranaguá ao Norte e Oeste do Paraná e ao Paraguai; BR-476, ligando a zona do xisto, em São Mateu do Sul, a São Paulo e a BR-468, ligando Curitiba ao Vale do Itajaí. O Porto de Paranaguá próximo da capital e o aeroporto Afonso Pena, que serve Curitiba, estando apto a receber aviões de todos os tipos, são outros meios de transporte apresentados como fatores que beneficiariam as instalações de indústrias na capital.

O sistema viário implementado na CIC, dependendo da obra a ser executada, ficou a cargo do DNER, DER e URBS. As obras viárias compreendiam: - o contorno sul de Curitiba, as vias de serviço e as vias conectoras.

O contorno sul de Curitiba foi nome dado à construção de uma via central que interligaria duas rodovias federais à BR-

116 e à BR-277, com características de free-way, cuja construção ficou a cargo do DNER, em convênio afirmado; e duas marginais, uma esquerda, a cargo do DER, a outra à direita, a cargo da URBS. As marginais, com calçadas de pedestres e ciclovia, foram construídas visando a dar maior velocidade free-way e proporcionar à população da região meios de transporte alternativo. A free-way destinava (como parte do anel de contorno de Curitiba), também, a desviar o tráfego pesado da área central que se destinasse à CIC ou se originasse dela.

As vias de serviço, a cargo da URBS com extensão aproximada de 50 km, na primeira etapa, objetivavam criar um sistema viário interno planejado em obediência ao sentido de integração Curitiba-CIC. Esse sistema seria composto por áreas destinadas a lazer, vias de circulação de ônibus de acesso às indústrias, e áreas verdes.

Finalmente, as vias conectoras que seriam as vias de conexão entre a malha viária urbana e a CIC. Ao todo, seriam quatro conectoras, composta cada uma de três vias: duas de tráfego rápido, em sentido único, e o central, de tráfego lento. A extensão das vias seria de 77 km, cuja construção ficaria a cargo da URBS. A faixa entre as vias conectoras é destinada à construção de conjuntos habitacionais e à fixação de atividades terciárias.

Haveria a possibilidade de ser estendida uma rede de ramais ferroviários nas regiões próximas à via férrea já existente no contorno sul da CIC servida pela Rede Ferroviária Federal.

QUADRO 2 - RESUMO DOS INVESTIMENTOS EM OBRAS VIÁRIAS NA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

DISCRIMINAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	EXTENSÃO	INVESTIMENTO TOTAL (%)
Contorno Sul			
. Lateral Direita*	PHC/URBS	14,5	10
. Lateral Esquerda	DER/URBS	14,5	10
. Free-Way	DNER	14,0	16
Vias de Serviço*	PHC/URBS	60,0	41
Conectoras*	PHC/URBS	77,2	22
Desaís Ferrovias	RFF	3,0	1
TOTAL	-	-	100

FONTE: Cidade Industrial de Curitiba, URBS, 1976

*Parcela da obra prevista para uma segunda etapa, isto é, 11 km da lateral direita, 10 km das vias de serviço e 57,2 dos conectores que totalizavam 31% do investimento total.

A maior parte do sistema viário ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Curitiba via Cia. de Urbanização, ou seja, 73% dos investimentos planejados.

2) Saneamento

O sistema de saneamento na CIC compreendia: rede de água e de esgoto, drenagem e proteção de mananciais.

Para a rede de água e esgoto, foi assinado convênio com a Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR, que forneceria tais serviços em duas etapas. Para o sistema de abastecimento de água previa-se, em uma primeira etapa, a utilização de uma extensão da rede de abastecimento de Curitiba, para atender a área sul, construindo, para tanto, um reservatório específico no Pinheirinho, compreendendo um reservatório semi-enterrado com capacidade de 2,5 milhões de litros, um reservatório elevado com capacidade para 100 mil litros, uma estação elevatória e motobombas. Na segunda etapa, para reforçar o sistema implantado e atender a área Norte da CIC, previa-se a captação do Rio Passaúna e seu tratamento.

O investimento total chegava a Cr\$ 62 milhões em valores de dezembro de 1974, sendo que o investimento da 1ª etapa correspondia a 27% e da 2ª etapa, 73% do total.

Para atendimento, em caráter de emergência, às empresas pioneiras, a URBS contratou serviços para a perfuração de oito poços artesianos, com um gasto estimado em Cr\$ 1,5 milhões, (dez/74).

Para a rede de esgoto, previa-se a instalação de uma estação de tratamento de esgoto, nas adjacências do CIC, que atenderia a região oeste de Curitiba e a área industrial.

Os investimentos totalizavam Cr\$ 70 milhões, sendo 30% na 1ª etapa e para a 2ª etapa 70% do total.

Para drenagem e proteção de mananciais, previa-se um investimento da ordem de Cr\$ 35 milhões, sendo 40% realizados na primeira etapa.

Os investimentos a cargo da SANEPAR, água e esgoto, seriam amortizados mediante a cobrança de tarifas, e como esses investimentos recebiam recursos do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento) via convênio com SANEPAR. O município de Curitiba deveria participar com 25% dos investimentos programados. As demais inversões, no item, ficariam a cargo da URBS/PMC.

3) Energia elétrica

O fornecimento de energia elétrica ficou a cargo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL. Já existia, próximo à área da CIC, um anel elétrico que supria de energia toda a região metropolitana de Curitiba e que passaria a atender as necessidades de energia da CIC.

Prevista estava a construção de outras subestações (Barigüi e CIC) no anel de 69 kv, no valor de Cr\$ 68 milhões.

Na área industrial, a COPEL já havia instalado as primeiras linhas elétricas, antecipando-se na oferta de infraestrutura, o que pode ter sido um dos fatores, inclusive, que pesaram na escolha da área.

O anel elétrico que atende a CIC é alimentado pelas subestações de Campo Comprido e Uberaba, mas a COPEL, em uma decisão conturbada, implantou as subestações do Barigüi e CIC.

O Presidente da COPEL, na época, Arturo Andreoli, comenta sobre tal decisão:

"Sobre a CIC nos tivemos uma discussão dura. Eu era contra o tamanho dela e a maneira como está sendo planejada a sua ocupação. Porque quem entende um pouquinho de serviço de infra-estrutura percebe que é complicado acompanhar com iluminação, água e telefone 25 km de extensão. A situação piora quando esses 25 km são ocupados de forma aleatória.

Eu tinha três subestações de energia nas extremidades dessa área. E o projeto pedia que se construísse uma outra subestação no meio da CIC. Eu simplesmente me recusei. Naquela época era um investimento brutal e eu disse que não faria, a não ser quando houvesse real necessidade".⁵²

Apesar da oposição do Presidente da COPEL, foi voto vencido pois, em 9 de setembro de 1975, entrava em operação a subestação da CIC com tensão de 69 kv, na área sul da cidade industrial. Outra obra construída em função da CIC foi a subestação Umbará, inaugurada em 3 de fevereiro de 1978, com tensões de 230 e 69 kv, sendo esta unidade ligada diretamente às usinas de Salto Osório e Foz do Areia. A importância de tal subestação devia-se à inauguração da primeira conexão da COPEL com o sistema de transmissão de 500 kv (Usina de Foz de Areia), garantido a oferta elevada de energia para a CIC.

4) Telecomunicações

⁵²IPPUC. IPPUC. Memória de Curitiba urbana. Curitiba, abril de 1991. p. 52.

O sistema de telecomunicações era composto por dois subsistemas: o telefone e o telex. A Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - foi órgão responsável pela implantação do sistema. Em uma fase inicial, estava prevista a oferta de 800 terminais telefônicos através da Central do Pinheirinho, sendo, em uma 2ª etapa acrescidos com mais 400 terminais, num investimento total de Cr\$ 11.116 milhões, somados a Cr\$ 316 mil da instalação de emergência de 24 terminais. Essa oferta de ramais telefônicos era suficiente para o atendimento de até 100 unidade industriais de grande porte.

A própria existência da TELEPAR, considerada enquanto mercado consumidor de produtos e fornecedora de um sistema de telecomunicações, foi estratégico. A TELEPAR, com sua equipe de técnicos, desenvolvia determinados equipamentos necessários ao sistema e sua fabricação era entregue a empresas paranaenses que, descapitalizadas, não tinham condições de desenvolver tecnologia própria.

A TELEPAR, assim, garantia a produção de equipamentos dentro da região e passou também a atrair outras empresas para a instalação no Estado. A forma de atuação da TELEPAR é confirmada pelo seu Presidente, Renato Johnson de 1972/79: -

Todos os editais de licitação da TELEPAR tinham como uma das condições de julgamento das propostas que a empresa fornecedora se dispusesse a implantar no Paraná um módulo industrial. E foi dessa maneira que nós trouxemos a primeira empresa para a cidade industrial: a Siemens, hoje Equitel.

Como seu equipamento era de tecnologia avançada, a comissão técnica encarregada de avaliar as propostas decidiu-se pela Siemens. Quando a concorrência foi lançada, existia apenas o projeto da CIC. Se bem me lembro, as áreas ainda não estavam desapropriadas. Mas a nossa intenção era de que a empresa implantasse uma unidade no Paraná, não importava onde fosse. Obviamente Curitiba como Capital teria demanda maior e proximidade com variados acessos aos grandes centros e, por isso, já tinha preferência.⁵³

⁵³ IPPUC, p. 42.

A estratégia da TELEPAR era atrair empresas que fossem fornecedoras de equipamentos à empresa estadual, e a existência do projeto da CIC facilitou esse objetivo, mas, com ou sem CIC, a tendência da Siemens era se instalar no Paraná, dado a existência de mercado consumidor para seus produtos.

5) Investimentos e Financiamento

Investimentos

Os investimentos seriam realizados em duas etapas, etapas essas definidas a partir dos investimentos prioritários a serem realizados imediatamente para receber as indústrias em especial na área sul, que já contava com alguns serviços próximos e, em um segundo momento foram planejados investimentos para fornecer de infra-estrutura a área norte ou estender a já existente na área.

A maior parte dos investimentos na 1ª etapa deveriam ser realizados entre 1974 e 1975, sendo que a implantação do sistema viário exigiria o maior investimento; 52% do total dos investimentos deveriam ser destinados a esse item, vindo em seguida as desapropriações às quais destinar-se-iam 16% do investimento total. Os investimentos em energia elétrica, saneamento e telecomunicações, relativamente, seriam menores, quando comparados com o sistema viário, o que pode ser justificado pelo aproveitamento da infra-estrutura local e, principalmente, que esses investimentos deveriam ser realizados em duas etapas, conforme, principalmente, o encaminhamento das solicitações de infra-estrutura.

QUADRO 3 - DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS ESTIMADOS PARA A PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DA CIC*
(preços de maio-1974)

(Em Cr\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL***	REALIZADO E A REALIZAR EM 1974	A REALIZAR EM 1974	A REALIZAR EM 1976 A 1985****
TOTAL	713.276	327.038	148.175	-
Investimentos	429.876	295.824	134.043	-
. Estudo de Projeto	7.931	7.931	-	-
. Desapropriações	70.948	70.948	-	-
. Sistema Viário	219.936	138.769	81.167	-
. Sistema de Saneamento	67.372	50.922	16.450	-
. Sistema Elétrico	50.340	20.194	30.146	-
. Sistema de Telecomunicações	8.000	3.200	4.800	-
. Administração de Implantação	3.840	2.600	1.180	-
. Projeção	1.500	1.200	300	-
Amortização de Empréstimos	283.409	31.214	14.132	238.053
. Principal	183.719	27.375	632	155.712
. Juros**	99.690	3.939	13.500	82.351

FONTE: Companhia de Urbanização de Curitiba. Cidade Industrial de Curitiba. Curitiba, 1974.

* A discriminação dos investimentos, em termos quantitativos é distinto da mesma discriminação que aparece no Resultado Geral à Câmara Municipal da administração do Prefeito Jayme Lerner, ou seja, do período 1971-1974, pois nesse os valores em alguns itens são superiores e não inclui a amortização dos empréstimos, sendo assim aptou-se pela discriminação da URS por encontrar-se mais completa.

** Juros não superiores a 9% a.a. e o prazo máximo de doze anos.

*** O diferencial entre os valores realizados, a realizar e o total, diz referência a amortização dos empréstimos programados para pagamento a longo prazo.

**** Refere-se ao somatório do principal e juros a serem amortizados no período.

Em uma 2ª etapa, com investimento, programado para os anos de 1977 à 1980, principalmente, objetivava continuar com as desapropriações e completar a infra-estrutura em toda a área industrial, com montante de gasto, em valores de maio/74, igual ao dispendido nos dois anos iniciais (1973 e 1974).

Financiamento

O financiamento deveria ser o necessário para os investimentos programados que totalizaram Cr\$ 713 milhões na 1ª etapa. Do total, 31% ficaram a cargo da PMC e, incluindo a receita esperada pela venda de terrenos, esses encargos sobem

para 40%. O estado, com suas empresas, financiaria 17% dos investimentos realizados na CIC. O governo federal, via BNH, DNER e DEPI, participaria com 26% e recursos obtidos no exterior totalizariam 13%. O restante, 5%, foi financiado com empréstimos a curto prazo no sistema financeiro estadual e empréstimos junto ao BRDE.

QUADRO 4 - DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, ESTIMADOS PARA PRIMEIRA ETAPA DA IMPLANTAÇÃO DA CIC, (preços de maio-1974)

(Em Cr\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	REALIZADO E A REALIZAR EM 1974	A REALIZAR EM 1975	A REALIZAR EM 1976 A 1985
TOTAL	713.276	327.038	148.175	-
. Pref. Munic. de Ciba/URBS	219.825	20.303	-	199.522
. Vendas de terrenos	61.800	13.982	9.277	38.541
. Governo do Estado do PR	121.512	55.066	66.446	-
- COPEL	50.340	20.194	30.146	-
- TELEPAR	8.000	3.200	4.800	-
- SANEPAR	31.72	16.672	30.000	-
- DER	26.500	15.000	11.500	-
. Empréstimos a curto prazo	27.375	27.375	-	-
. Governo Federal/DNER	51.420	25.710	25.710	-
. Financiamento BRDE/FINEP	6.344	6.344	-	-
. Financiamento BNH	60.000	60.000	-	-
. Recursos Externos	90.000	43.258	46.742	-
. Fundo de Desenvolvimento de Programa Integrados (FDPI)	75.000	75.000	-	-
	-	-	-	-

FONTE: Companhia de Urbanização de Curitiba. Cidade Industrial de Curitiba. Curitiba, 1974.

O gasto para implantação da CIC a cargo da PMC/URBS atingiam, em valores de maio de 1974, Cr\$ 219.825,00 milhões em uma 1ª etapa, sendo que 10% deveriam ser desembolsados em 1974 e o restante seria financiado a longo prazo, no período de 1976 a 1985. O investimento total a cargo da PMC/URBS representava um pouco mais da receita orçamentária (receitas totais - operações de crédito) do Município em 1974, realizada em Cr\$ 217.754.500,00.

A obtenção dos recursos para pagamento futuro dos financiamento dos gastos era prevista a partir do aumento da

parcela de transferência do ICM, com o maior número de empresas instalados e com os recursos orçamentários do Município no Fundo de Urbanização de Curitiba.

"A constituição de um fundo a ser formado com os adicionais de receita decorrentes da implantação da Cidade Industrial de Curitiba (vinculação de 30% dos acréscimos de receita provenientes das transferências de ICM) será o mecanismo de suporte ao programa de industrialização do Município.

Os recursos consignados à conta desse fundo, complementados com recursos orçamentários do Município no Fundo de Urbanização de Curitiba, permitirão amortizar os financiamentos previstos".⁵⁴

A previsão era um aumento da receita, no período de 1976 a 1982 de 7,9% a.a em média e da despesa um aumento, também em média, de 5,7 a.a, permitindo, inclusive, ao município ter recursos adicionais para realizar novos investimentos.

Os recursos inicial para a implantação, a cargo do URBS, vieram do orçamento de investimento do município que chegava a 30% de toda a receita, antecipando uma receita que se esperava que viesse ao município com aumento do ICM.

"E como naquela época havia uma facilidade muito grande de financiamento - principalmente externos - nós partimos para a contratação dando como garantia duplicatas que eram provenientes dos planos comunitários e da contribuição de melhoria".⁵⁵

A industrialização era incentivada com poucos recursos próprios e com recursos de financiamento em larga escala. As operações de crédito em 1973 e 1974 atingiram 32% e 24% respectivamente de toda a receita do município.

A idéia implícita em toda a lógica de financiamento, inclusive nos acordos de colaboração com o governo estadual da CIC, era de que os recursos para desapropriações e construção de infra-estrutura deveriam sair dos resultados da própria CIC.

⁵⁴COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA, CIC. Curitiba, 1974. p. 57.

⁵⁵COMPANHIA, p. 59.

Na prática, o governo deveria fazer aprovar na Assembléia Legislativa uma lei que transferisse ao Município, através da URBS, uma fatia dos recursos originados dos impostos gerados pelas indústrias. Essa parcela deveria vir para o Fundo de Urbanização de Curitiba, gerado pela URBS, para atender às demandas da CIC.

No entanto, nenhum dos governadores que assumiu depois do Prof. Parigot de Souza, foi capaz de questionar junto à Assembléia Legislativa a aprovação da lei. Curitiba, lutava sozinha, sem o apoio formal do Estado, contra outras iniciativas de industrialização no Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais. A participação da CIC para atender um interesse inesperado e surpreendente de empresários, exigiu da URBS a tomada de recursos no sistema financeiro convencional sob pena de o projeto não sair do "papel pintado" e perder credibilidade.

A URBS procurou esses recursos, e os obteve, junto ao sistema financeiro local. Participaram então o Bamerindus, o Banco Nacional e em menor escala o Banco do Estado. O BANESTADO fazia repasse de linhas de crédito em moeda estrangeira para a URBS, cobrando uma taxa de repasse entre 4 e 5%; enquanto o Banco Nacional oferecia linha melhores, de prazo mais longo, e cobrava taxas de repasse entre 0,75 e 1%. O Bamerindus da mesma forma. O BANESTADO, além de dar pouco crédito em volume, ainda cobrava muito caro. Isso se devia a uma visão de banqueiro e à falta de sensibilidade dos dirigentes para a envergadura do projeto.⁵⁶

No depoimento se aponta um dos motivos responsáveis pelo problema da CIC, qual seja, o Governo do Estado não irá cumprir o acordo fixado em 1972-73 com o governador Parigot de Souza e não envia ao Legislativo lei que institucionalizasse os repasses ao município de parcela do acréscimo do ICM.

A escassez de recursos próprios, a dificuldade de obter recursos entre as instituições financeiras oficiais do Estado e a pressa para construção de infra-estrutura foram responsáveis pela busca desesperada de recursos em outras fontes, como afirma Kanitar.

A busca de recursos levou a diretoria da URBS a várias outras fontes, como o BNH. Pela primeira vez o BNH financiou um projeto integrado, porque a CIC previa habitação próxima do emprego assim como um sistema de transporte de massa. O banco acabou criando linhas de crédito especiais, que não existiam, em função da CIC [...]. Fomos também a Brasília atrás de recursos. Sabíamos da existência da SAREM (Secretaria de Articulação de Estados e Municípios) ligada à Presidência da República, que dispunha de muitos recursos para financiar projetos e fundos perdidos. E pela primeira vez o Paraná se habilitou a esses recursos. Nós montamos uma carta com uma justificativa muito rigorosa, acompanhada de todos os protocolos de intenção das empresas. Fomos nos habilitar ao crédito, pedindo, se bem me lembro, Cr\$ 70 milhões. Encontramos colegas de pós-graduação da SAREM em posições de mando, o que facilitou o encaminhamento do pedido. Apesar disso com todo o rigor que fundamentava o pedido, outros estados como Minas Gerais, com uma simples cartinha de meia página pediam Cr\$ 150 milhões e ganharam. Era a comprovação de que o Paraná não existia politicamente na época.⁵⁷

⁵⁶ COMPANHIA, p. 73-74.

⁵⁷ COMPANHIA, p. 75.

Além de demonstrar a corrida por fontes de recursos, no período, observa-se também que a questão política, com seria de esperar-se, intervinha na facilidade ou não de obtenção de recursos, principalmente no ano 73. A partir do Governo Ernesto Geisel, com Ney Braga em seu ministério e Saul Raiz na Prefeitura, a situação política será mais favorável.

Os financiamentos pleiteados pela URBS junto ao BNH, ao Fundo de Desenvolvimento de Programa Integrado e recursos externos recebiam aval do BADEP que, por sua vez, recebia, como contra-garantia, a fiança do município de Curitiba. Ao vencer os prazos para pagamento e a Prefeitura não pagando, a dívida foi sendo assumida pelo BADEP. Esses financiamentos foram solicitados pela URBS para a implantação de infra-estrutura em uma primeira etapa.

A participação do BADEP foi fundamental pois ao mesmo tempo que será o agente a intermediar os recursos, fornecendo garantias, onde eles se encontrassem disponíveis para a URBS construir a infra-estrutura irá, também, financiar as empresas que necessitassem de recursos. Além disso, as empresas estaduais, a partir de certo momento, começaram a questionar a dispersão da instalação de infra-estrutura, pois tinham que puxar, por exemplo, uma linha de água para atender uma única empresa. Mas "alguém teria que providenciar recursos que depois seriam pagos através de acertos de rateio".⁵⁸ Esse alguém será o BADEP que passou a assegurar recursos, também, para as empresas estaduais realizarem suas instalações.

As dificuldades em obtenção de recursos e o envolvimento do governo federal e estadual em obras de infra-estrutura levam

⁵⁸ COMPANHIA, p. 200

o Prefeito Jayme Lerner a constantemente enfatizar a importância desses acordos e neutralizar, negando o entendimento de alguns que julgavam estar ocorrendo em Curitiba um verdadeiro "laboratório urbano".

A informação de que os órgãos federais estavam de olhos voltados para a capital do Estado, vendo nela um "laboratório urbano" ideal para se carrearem investimentos, pois da experiência curitibana, nas áreas de estrutura de circulação, transporte de massa, educação e saneamento, sairiam soluções para os problemas de outros centros urbanos, levam Jayme Lerner rapidamente a afirmar que tudo o que se fazia era fruto de planejamento que estava sendo executado a um longo tempo.

Tudo estava sendo realizado "graças principalmente ao perfeito entrosamento que existe entre o governo do Estado e a Prefeitura Municipal".⁵⁹

Os recursos recebidos do Governo Federal seriam pagos com o fortalecimento do poderio econômico de Curitiba.

Os financiamentos que conseguimos são de longo prazo, de modo a não onerar o presente orçamento municipal. E esses compromissos serão saldados mediante o fortalecimento econômico da região [...]. Se Curitiba é uma cidade com um perfeito esquema de circulação, recreação, transporte de massa, saneamento e educação e conta com uma cidade industrial cujas características inéditas a diferenciam de muitas outras espalhadas pelo Brasil, então ela é o local perfeito para a instalação de indústrias. Esse seria pois o processo de fortalecimento econômico da região através de um rigoroso programa de crescimento industrial".⁶⁰

Os financiamentos, assim sendo, estariam em função do crescimento da cidade. As potencialidades da cidade eram a garantia da capacidade de pagamento dos empréstimos no futuro.

Com o falecimento do Governador Parigot de Souza, em 11 de julho de 1973, e a posse do Governador Emílio Gomes, o comprometimento com o plano municipal de industrialização pelo

⁵⁹VAI permitir profundas mudanças no poderio econômico da cidade. Gazeta do Povo: Curitiba, 08 maio 1973.

⁶⁰VAI permitir profundas...

Governo Estadual, assegurado por aquele, não será totalmente avalizado pelo novo governador nomeado. A estratégia ficará, a partir daí, ao setor de articulações políticas com o governo estadual para se dar continuidade aos convênios realizados entre o governo estadual e governo municipal.

CONCLUSÃO

O Paraná, enquanto unidade federativa, é sempre caracterizado como Estado agrícola. A certo nível conceitual estado agrícola significa dizer que sua estrutura econômica é definida pela predominância das atividades ligadas à terra. Essa estrutura econômica predominante definiu, também, toda uma estrutura política dominante no Estado.

A hegemonia política e econômica das atividades agrícolas no Estado esteve (ou está) vinculada a toda uma lógica de inter-relações com o desenvolvimento capitalista nacional e internacional.

Na década de 60, quando da emergência de significativas contradições no processo de acumulação capitalista brasileiro, a relativa autonomia apresentada pelos governos estaduais e a possibilidade do governo federal, João Goulart, adotar medidas contrárias aos interesses da classe proprietária de terra, levará o governo paranaense a propor medidas que visavam, a nível de discurso, a reproduzir, no Estado, o processo de "substituição de importações" consubstanciado com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Em termos efetivos objetivava, ao criar infra-estrutura básica no estado (o que a "posteriori" iria, também a nível de discurso, incentivar processo de industrialização), responder às expectativas das elites e às reivindicações populares e demonstrar que as "reformas" já estavam sendo realizadas no Estado. Para enfrentar a crise sócio-econômica, que atinge também o Paraná

porque, integrado ao processo nacional. Responde-se às elites, ao se ampliar malha rodoviária e energia elétrica, (antigas reivindicações), bem como ao se propor o planejamento, como instrumento administrativo, estará eliminando incertezas e orientando capital estadual.

Em outros termos, a industrialização não é o objetivo fim a ser atingido, mas sim um discurso-meio, para repor a dominação da classe que encontra no estatuto da propriedade sua lógica de dominação.

O capital agrícola domina pelo fato de se referir a uma unidade federada, e isto significa atraso? Não, se tiver em vista o desenvolvimento capitalista, ou seja, uma agricultura capitalizada porque o capital a domina.

Se a lógica da agricultura é a lógica capitalista, seu desenvolvimento será contraditório e estas contradições levam à expulsão (e/ou maior exploração) de mão-de-obra nas crises e no seu desenvolvimento. Quando em crise, libera mão-de-obra; quando em desenvolvimento, substitui mão-de-obra por máquinas, trabalho permanente por temporário (bóias-frias) e desapropria pequenos proprietários, posseiros e arrendatários.

A crise por que passa a economia cafeeira no Paraná, ao final da década de 50 e que se estende à década de 60, será responsável pelo aumento das migrações, em particular, pelo aumento da urbanização de Curitiba.

Esse maior fluxo populacional para Curitiba será visto como uma ameaça para a imagem da "cidade sorriso", pois essa população não encontrava empregos suficientes, o que aumenta a marginalização urbana. Além disso, o número de pequenas

empresas comerciais aumenta significativamente no centro da cidade.

Visando à renovação do espaço urbano é proposto pelo Prefeito Ivo Arzua um novo Plano de Urbanização, que estabelece formas de ocupação do solo, a reconstrução do centro da cidade e delimitação de zonas de ocupação para atividades específicas, entre elas uma zona industrial. A partir da discussão fomentada com a apresentação do Plano Preliminar, uma questão primordial é levantada: a necessidade de geração de empregos na capital, para alocar população que se destina a Curitiba.

A Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS), criada com o objetivo de implementar Plano de Urbanização, propõe, com subsídios e apoio de órgãos estaduais e instituições de classe, a criação de um distrito industrial, com objetivo de, ao fornecer infra-estrutura prévia, atrair empresas industriais para se instalarem na capital.

A industrialização de Curitiba, portanto, é vista como estratégia para geração de empregos.

Com as alterações a nível fiscal, administrativo, financeiro dos governos militares, a proposta inviabiliza-se, pois os municípios perdem autonomia e recursos importantes.

A nível estadual, as obras de infra-estrutura continuam algumas concluídas, outras iniciadas e, enfim, outras planejadas. Apesar de também sofrer com a reforma fiscal do Governo Federal, o governo paranaense prioriza, em seus gastos, as obras infra-estruturais.

Com a nova política agrícola do governo federal, alicerçada no fornecimento de recursos subsidiados e na maior vinculação ao capital estrangeiro, o Paraná passará a se

integrar a essa política, chamada de processo de "modernização" da agricultura, que irá aumentar a expulsão da população rural, assalariada e pequena proprietária, elevando não somente a urbanização das principais cidades do Estado, mas também a migração dessa população para a fronteira agrícola em outros estados.

No final da década de 60, com a extinção da CODEPAR e de todo o processo de desenvolvimento implícito, é criado o BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná). A concepção de desenvolvimento paranaense será reformulada, passando a significar a "maior integração com o capital nacional". Se essa integração já existia, é que o se defende ao longo de todo o trabalho, o problema principal, e que o BADEP visava a eliminar, era de encontrar novas fontes de financiamento internas e externas, para dar continuidade às obras de infra-estrutura e realizar projetos de viabilidade econômica, integrados aos planos de desenvolvimento nacional, para obtenção de recursos federais.

Enquanto, agora, órgão institucional de apoio ao desenvolvimento econômico, o BADEP, em um contexto internacional de grande liquidez financeira, será o instrumento básico para tentar obter recursos no exterior e atrair empresas estrangeiras para se instalar no Paraná.

Curitiba, com Jayme Lerner na Prefeitura, irá resgatar o projeto de criação de um distrito industrial, a partir de uma nova concepção, ou seja, de criação de uma cidade industrial, e cuja área seria abastecida por todos os serviços básicos e com muita área verde, de forma a não comprometer a "cidade sorriso" e seu projeto de urbanização para a cidade.

Como a proposta de criação de pólos industriais, já existente de forma incipiente na estratégia do BADEP, o governo municipal, para viabilizar seu projeto que irá exigir investimentos elevados em infra-estrutura e para a desapropriação da área escolhida para instalação da cidade industrial, tentará atrair o governo estadual para seu projeto, de maneira que o Estado ao colaborar com recursos e com as suas empresas, a experiência fosse considerada exemplo para outros pólos industriais.

Na ansiedade de não perder as empresas interessadas em se instalar em Curitiba, e seguindo as exigências das empresas, o projeto CIC se agiganta. O volume de recursos exigidos para levar infra-estrutura aos locais escolhidos pelas empresas, muitas vezes de forma aleatória, estará muito acima das possibilidades do governo municipal e também acima das previsões do governo estadual, que se dispõem a fornecer infra-estruturas, recursos, inicialmente, mas sem muitas certezas.

Frente aos significativos incentivos fiscais e físicos, além de acordos políticos, empresas de grande porte, modernas, se instalam na CIC, em um momento em que a competição entre os estados para atração dessas empresas era significativa.

A industrialização de Curitiba passou a se caracterizar por essas grandes empresas que diversificaram os gêneros industriais até então predominantes. Gêneros esses, tradicionalmente, vinculados ao setor agrícola.

O saldo desse processo foi a dívida da CIC que foi o motivo de várias discussões entre governos estadual e municipal, para determinar quem deveria assumir tal dívida, que dependia, muitas vezes, de acertos político-partidários.

Apesar de todo esforço, a industrialização de Curitiba confirmou, mais uma vez, a predominância dos interesses agrícolas no Paraná, em termos políticos e econômicos. Para alterar tal estrutura somente, com alterações no modelo de desenvolvimento capitalista nacional, pois o crescimento capitalista brasileiro reafirma a estrutura econômica paranaense.

ANEXO 1

Convênio que entre si fazem de um lado o Governo do Estado do Paraná, através de seus órgãos de administração indireta, e, de outro lado, o Município de Curitiba, representado por seu Prefeito Municipal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

O presente convênio tem por objeto estabelecer a forma de participação dos órgãos vinculados ao Governo do Estado do Paraná, na implantação da "Cidade Industrial de Curitiba", localizada na área industrial ZI-1, definida na Lei nº 4.199, de 08 de maio de 1972, de acordo com os objetivos fixados no documento "Diagnóstico e Diretrizes de Ação" do Governo do Estado do Paraná, destacando-se:

- a modernização do parque industrial paranaense, adequando o nível tecnológico e a escala das empresas;
- a relocação de indústrias, visando a eliminar os problemas da poluição ambiental;
- a implantação de um parque industrial complementar ao complexo petroquímico a se instalar no município;
- a implantação de indústrias voltadas ao mercado externo, notadamente, aquelas que se utilizam de matérias-primas oriundas do setor primário da economia paranaense.

Cláusula Segunda

Os órgãos vinculados ao Governo do Estado do Paraná intervenientes no presente Convênio são:

Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sistema de extensão e distribuição de energia elétrica;

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no abastecimento de água e sistema de esgotos;

Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sistema de telecomunicações;

Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. - BADEP e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, no fomento à industrialização;

Conglomerado Financeiro BANESTADO S.A., na respectiva faixa de atendimento dos seus componentes, sendo que sua atuação será conduzida mediante:

- a) elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, objetivando a implantação da infra-estrutura indispensável à instalação de indústrias na área do objeto do presente convênio;
- b) execução de investimentos em obras de infra-estrutura, determinados através de competentes estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, observadas as prioridades de atendimento em âmbito estadual;
- c) apoio financeiro aos grupos empresariais interessados em investir na "Cidade Industrial de Curitiba", obedecidas as normas operacionais de cada entidade.

Cláusula Terceira

A Prefeitura Municipal de Curitiba se obriga a:

- a) elaborar os projetos de urbanização, de terraplenagem e de pavimentação dos acessos viários pertinentes à área definida para implantação da "Cidade Industrial de Curitiba";
- b) providenciar a liberação imediata das áreas declaradas de utilidade pública, destinadas à implantação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da "Cidade Industrial de Curitiba";
- c) fazer cumprir a Lei de Incentivos à Industrialização mediante sua regulamentação e aplicação, atendendo aos objetivos fixados no presente Convênio.

Cláusula Quarta

Os órgãos intervenientes e a Prefeitura Municipal de Curitiba designarão, dentro do prazo de 30 dias a contar da assinatura do presente convênio, os respectivos representantes, cabendo ao representante da Prefeitura Municipal de Curitiba promover os necessários entendimentos em nível técnico, para estabelecer o programa de trabalho comum, traduzido através de um documento de intenção a ser elaborado no prazo máximo de 90 dias a contar da data de formalização deste Convênio.

O referido programa, uma vez aprovado pelas partes intervenientes, será colocado em execução através de cada órgão, no seu respectivo campo de atuação.

E, de como tenham convencionado, assinam o presente Convênio em dez vias de igual teor e forma, perante as testemunhas.

Curitiba, 19 de janeiro de 1973

Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Jaime Lerner
Prefeito Municipal de Curitiba

ANEXO 2

Decreto nº 1.150

Dispõe sobre estímulos tributários e econômicos à industrialização em Curitiba.

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica dos Municípios e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4.471 de 19 de dezembro de 1972, decreta

Disposição Preliminar

Art. 1º - Este Decreto regula as disposições legais relativas aos estímulos tributários e econômicos à industrialização em Curitiba.

CAPÍTULO I - DA ISENÇÃO

Art. 2º - A empresa industrial, contribuinte do IPI, que implantar unidade fabril na área descrita no Decreto nº 30 de 19 de janeiro de 1973, correspondente à da Cidade Industrial de Curitiba, ficará, observadas as normas deste Decreto, isenta dos impostos municipais que venham incidir sobre os bens imóveis, necessários às suas atividades, em decorrência de propriedade ou de domínio útil.

Parágrafo 1º - O estímulo tributário a que alude este artigo será individualizado mediante decreto e efetivo por acordo celebrado com o Município de Curitiba, na forma do artigo 9º deste Decreto.

Parágrafo 2º - O termo inicial do estímulo, a que se refere este artigo, será a data em que a empresa industrial tornar-se proprietária ou titular de domínio útil sobre os bens imóveis necessários às suas instalações.

Parágrafo 3º - O prazo de vigência do estímulo será fixado no acordo indicado no parágrafo 1º, mediante proposta da Companhia de Urbanização de Curitiba-URBS, não podendo, em qualquer caso, ultrapassar o limite máximo de dez anos.

Parágrafo 4º - A proposta referida no parágrafo anterior levará em conta os fatores de prioridade, essencialidade, dimensão, padrão tecnológico e capital da empresa.

Parágrafo 5º - A concessão do estímulo por prazo certo, na forma deste artigo, é irrevogável (art. 178 do Código Tributário Nacional).

Art. 3º - As ampliações das empresas industriais já instaladas neste Município, porém fora da área da Cidade Industrial de Curitiba, que venham a ser efetivadas na referida área, serão consideradas como implantação, aplicando-se, assim, o disposto no artigo 2º deste decreto, em relação às suas novas instalações.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista neste artigo, o índice mínimo de aumento da produção nominal, para efeito de concessão, será fixado em 40%.

Art. 4º - A ampliação de empresa industrial já existente neste Município, efetivada fora da área da Cidade Industrial de Curitiba, depende para os efeitos de concessão do estímulo previsto no artigo 2º, de atestado da URBS de que da ampliação resultará um aumento da produção, fisicamente considerada, de cinquenta por cento.

Parágrafo 1º - O limite máximo, referido no parágrafo 3º do artigo 2º deste Decreto, fica reduzido, na hipótese deste artigo, para cinco anos, constituindo termo inicial do estímulo a data da celebração do respectivo termo de acordo.

Parágrafo 2º - O prazo de concessão será sugerido pela URBS, levando em conta os fatores descritos no parágrafo 4º do artigo 2º deste Decreto.

Art. 5º - A relocação de indústrias poluidoras, em áreas indicadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, será abrangida pelo estímulo, na forma prevista no artigo 2º deste Decreto.

Parágrafo Único - Compete à URBS, certificar, ouvidos os órgãos técnicos competentes, a condição poluidora da empresa industrial.

CAPÍTULO II - DO APOIO FINANCEIRO À ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 6º - A empresa industrial, beneficiada com a isenção revista no Capítulo I deste Decreto, receberá como estímulo à sua atividade econômica parcela equivalente a até vinte por cento do ICM por ela devido, em relação a valor que agregar em período mensal considerado, nas mesmas épocas de pagamento fixadas pela legislação tributária estadual.

Parágrafo 1º - O termo inicial do estímulo indicado neste artigo fixar-se-á no primeiro mês de faturamento do estabelecimento industrial e, observados os limites máximos de dez anos de vigência do benefício e de vinte por cento da parcela correspondente ao apoio à atividade econômica. O prazo de concessão e a relação percentual da parcela será fixado, em cada caso, no acordo a que se refere o artigo 9º deste Decreto.

Parágrafo 2º - Compete à URBS propor ao Prefeito Municipal de Curitiba, para efeito de individualização do estímulo, o prazo de concessão e a redução percentual da parcela referida neste artigo, levando em conta os fatores de

localização, prioridade, essencialidade, dimensão, padrão tecnológico e capital da empresa.

Parágrafo 3º - Ao estímulo previsto neste artigo aplicar-se-á a norma do parágrafo 5º, do artigo 2º deste Decreto.

Art. 7º - No acordo de concessão de estímulo indicar-se-á o prazo e o local onde o beneficiário deverá entregar, mensalmente, cópia da Guia de Informação e Apuração do ICM (GIA), autenticada pelo órgão fazendário estadual do seu domicílio tributário.

Parágrafo 1º - Com base nos valores constantes do GIA, a Prefeitura Municipal de Curitiba depositará, mensalmente, no Banco do Estado do Paraná S.A., na conta especial do beneficiário vinculada ao pagamento do ICM, aberta no mesmo Banco para tal fim, antes de encerrar-se o prazo normal para pagamento do tributo estadual, o valor da parcela correspondente ao estímulo.

Parágrafo 2º - Só será admitida, em relação à conta especial do beneficiário, saques a favor do Tesouro do Estado, para pagamento ao ICM relativo à conta gráfica.

Parágrafo 3º - É vedada a utilização do estímulo no pagamento do tributo estadual fora do prazo normal de recolhimento, e, em consequência, quando incorrer saque na conta especial do beneficiário até a data normal de recolhimento do ICM, o crédito correspondente ao mês será automaticamente extornado pelo Banco Município.

Parágrafo 4º - Para atender às normas de orçamentação e de registros contábeis da despesa relativa ao estímulo previsto no art. 6º, bem como o seu controle, o Departamento de Fazenda

da Prefeitura Municipal de Curitiba deverá preparar, até 31 de dezembro de 1973, as minutas dos atos e do acordo com o Banco do Estado do Paraná S.A., necessários à implementação deste sistema.

Art. 8º - A parcela de reversão do ICM, concedida à título de apoio à atividade econômica, a que se refere o artigo 6º, será atendida pela dotação 3.2.2.0 - Subvenções Econômicas, 3.2.2.4 - Empresas privadas, 3.2.2.4.1 - Apoio à Atividade econômica (art. 19 da Lei Federal 4320/64 - Lei Municipal 4471/72).

Parágrafo 1º - Compete à URBS encaminhar à Prefeitura Municipal de Curitiba previsão de despesa na dotação referida, a fim de constar na proposta orçamentária do exercício de 1974 e subseqüentes.

Parágrafo 2º - A despesa será empenhada na ocasião da transferência do valor da parcela, prevista no parágrafo 1º do artigo 7º deste decreto.

CAPÍTULO III - DA HABILITAÇÃO AOS ESTÍMULOS TRIBUTÁRIOS E ECONÔMICOS

Art. 9º - Os estímulos indicados neste Decreto serão requeridos ao Prefeito Municipal de Curitiba que os concederá mediante decreto e celebração de acordo com o requerente.

Parágrafo Único - Compete à URBS concluir a instrução do pedido, com parecer e minuta de termo de acordo, declarativo dos estímulos indicados neste decreto, devidamente aprovado pelo seu Conselho de Investimentos.

CAPÍTULO IV - DA DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 10 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Março, em 9 de novembro de 1973.

Art. 6º - A sistemática ora estabelecida deverá ser aplicada em cada caso particular, mediante avaliação do respectivo projeto técnico-econômico-financeiro, obedecidos os termos da Lei Municipal nº 4471, de 19 de dezembro de 1972, e de sua regulamentação.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Março, em 14 de novembro de 1973.

VAB	Nº DE PONTOS	VAB	Nº DE PONTOS
I		IF	
(0,00 ; 0,25)	2	(0 ; 1)	10
(0,25 ; 0,43)	3	(1 ; 2)	9
(0,43 ; 0,67)	4	(2 ; 3)	8
(0,67 ; 1,00)	5	(3 ; 4)	7
(1,00 ; 1,50)	6	(4 ; 5)	6
(1,50 ; 2,30)	7	(5 ; 6)	5
(2,30 ; 4,00)	8	(6 ; 7)	4
(4,00 ; 9,00)	9	(7 ; 8)	3
(9,00 ; 10,00)	10	(> 8)	2

VAB	Nº DE PONTOS	VAB	Nº DE PONTOS
RT		RT	
(1,00 ; 1,11)	10	(0,00 ; 1,11)	1
(1,11 ; 1,25)	9	(1,11 ; 1,25)	2
(1,25 ; 1,43)	8	(1,25 ; 1,43)	3
(1,43 ; 1,67)	7	(1,43 ; 1,67)	4
(1,67 ; 2,00)	6	(1,67 ; 2,00)	5
(2,00 ; 2,50)	5	(2,00 ; 2,50)	6
(2,50 ; 3,33)	4	(2,50 ; 3,33)	7
(3,33 ; 5,00)	3	(3,33 ; 5,00)	8
(5,00 ; 10,00)	2	(5,00 ; 10,00)	9
> 10,00	0	> 10,00	10

ANEXO 3

Decreto nº 1158

Dispõe sobre a fixação de critério para concessão de estímulos tributários e econômicos a estabelecimentos industriais.

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica dos Municípios e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 4471, de 19 de dezembro de 1972, decreta.

Art. 1º - Ficam estabelecidos os critérios definidos neste decreto para a concessão de estímulos tributários e econômicos visando a incentivar o processo de industrialização no Município de Curitiba, nos termos da Lei Municipal nº 4471, de 19 de dezembro de 1972.

Art. 2º - A subvenção econômica, de que trata o inciso b, item I, do artigo 2º da Lei Municipal nº 4471/72, não poderá ser superior ao valor do Investimento Fixo ou dos Recursos Próprios alocados à execução do empreendimento industrial.

Art. 3º - Deverão ser utilizados os seguintes índices de avaliação:

$$\frac{\text{VAB}}{\text{I}} \quad \frac{\text{VAB}}{\text{IF}} \quad \frac{\text{VAB}}{\text{RT}} \quad \text{e} \quad \frac{\text{IF}}{\text{RT}}$$

Onde:

VAB = Valor Agregado Bruto gerado pela Empresa na unidade industrial instalada na Cidade Industrial de Curitiba.

I = Valor dos Insumos

IF = Valor do Investimento Fixo

RT = Valor da Remuneração do Trabalho.

Art. 40 - A determinação do valor da subvenção, do seu prazo de duração e de sua graduação durante esse período será realizada da seguinte forma:

I) Determinação do índice aplicável sobre o valor do ICM

- a) Utilização da tabela I, em anexo, para cálculo do número de pontos, de acordo com a avaliação econômica do empreendimento industrial.
- b) Utilização do gráfico I, em anexo, para determinação do índice percentual da subvenção econômica.

II) Cálculo do valor da subvenção econômica

O índice determinado conforme o item I, deverá ser aplicado sobre o valor do ICM, calculado com base no valor agregado pela empresa, na unidade instalada, considerando o período de dez anos, cujo resultado será confrontado com o valor do Investimento Fixo e com o dos Recursos Próprios. O valor da subvenção econômica não deverá ultrapassar o valor do Investimento Fixo (IF) ou dos Recursos Próprios, prevalecendo sempre o menor.

III) Determinação do prazo de duração dos estímulos e de sua graduação

Utilizar-se-á a seguinte expressão matemática para determinação do prazo de duração e da graduação dos estímulos:

$$S_n = \frac{(a_1 + a_n) n}{2}$$

Onde:

S_n = Valor total da subvenção econômica

a = Valor equivalente a, no mínimo, 1% do ICM calculado sobre o valor agregado pela Empresa (VAB), no primeiro mês de operação

a_n = Valor da subvenção econômica, equivalente a, no máximo 20% do ICM, calculada sobre o valor agregado pela Empresa (VAB), no enésimo mês de operação.

n = Número de meses correspondente ao prazo de duração dos estímulos.

Art. 5º A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) será calculada em função do índice de ocupação da área.

$$I.O. (\%) = \frac{(\text{área da projeção das edificações}) + (\text{área dos depósitos a céu aberto})}{\text{ÁREA TOTAL DO TERRENO}}$$

A isenção do IPTU será total, e o prazo de duração será calculado da seguinte forma:

0		_____	1	_____	0
1		_____	2	_____	1
2		_____	3	_____	2
3		_____	4	_____	3
4		_____	5	_____	4
5		_____	6	_____	5
6		_____	7	_____	6
7		_____	8	_____	7
8		_____	9	_____	8
9		_____	10	_____	9
>= 10			_____	_____	10

ANEXO 4
EMPRESAS INSTALADAS NA CIC

QUADRO 1 - MINERAIS NÃO-METÁLICOS

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. Isdralet Industrial de fibrocimento Ltda (1)	Artefatos de cimento	25.09.73	384	15.000	25.000
. Vicoplex Ind. e Com. (Vidraçaria Coasta)	Ltda Vidros de segurança temperados, vidros lapidados, vidros cortados e box para banheiro	12.11.76	300	15.000	10.000
. Vitrofer - Esquadrias Metálicas Ltda (1)	Construção pré-fabricada leve	30.04.76	95	4.800	6.000
. Domingos Cavalli & Cia Ltda (1)	Artefatos de Cimento	10.07.78	09	150	160
. Inconódulo Artefatos de concreto Ltda (1) (3)	Artefatos de Concreto	29.12.76	02	300	380
. Ceramic - Produtos Cerâmicos Ltda (1)	Produtos Cerâmicos para construção civil	07.06.74	46	13.000	29.000
. S.A. Construtora Independência (2)	Esquadrias de Metal, KITS Hidráulicos e Elétricos, Estruturas Metálicas e Concreto Leve	04.11.76	275	4.600	116
. Preson - Construções Pré-Montadas Ltda (2) (3)	Casas pré-montadas	13.12.77	02	1.500	1.900

QUADRO 2 - METALÚRGICA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. SIDERPAR - Siderurgia Paranaense Ltda (1)	Siderurgia, Laminação de Perfis Leves	30.03.74	174	2.630	17.000
. Metalúrgica Minuand Ltda (1)	Churrasqueiras portáteis, grelhas, espetos e artigos para camping	30.04.76	14	350	250
. Sotranac, Importação, Exportação, Comércio e Representações de Peças para Tratores Ltda (3)	Ferramentaria, auto-peças e recuperação de tratores	29.08.74	45	2.600	5.700
. Metalurgia FIPPS Ltda (1)	Luminárias Decorativas	12.10.77	17	560	560
. Febernati S.A. Ind. e Com. (1)	Tanques metálicos para armazenamento de petróleo	24.05.77	200	5.000	12.000
. Velenite Hódco Ind. e Com. Ltda (2)	Insertos de Metal Duro e porta-ferramentas	03.10.77	87	2.500	36.000
. Metalurgia Santos Ltda (1)	Serras circulares de ponta de metal duro para indústria madeireira, fre-sas, máquinas de afiar ferramentas e máquinas de encordoar raquetes de tênis	14.10.77	23	1.100	1.750
. Metalúrgica Leogap S.A (2)	Máquinas e equipamentos para torrefação de café e erva-mate e equipamentos para exaustão industrial	30.11.77	35	2.300	2.500
. Taruzã Esquadrias Metálicas Ltda (1)	Equipamentos para aquecimento solar	03.04.79	90	480	2.380
. Serralheria Haringá Ltda (1)	Serralheria de alumínio e ferro, divisórias, armários embutidos e anoxação	29.11.77	70	2.250	2.600
. Mazuth - Manufaturados de Aço Ltda (1)	Carrinhos de mão e esquadrias metálicas	13.01.76	27	1.500	1.300
. Castelo S.A. Engenharia Ind. e Com. (1)	Esquadrias metálicas	19.09.74	914	17.500	18.300

QUADRO 3 - MECANICA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. SPERRY S.A. Divisão New Holland (1)	Máquinas e implementos agrícolas	29.09.73	780	24.372	60.000
. PFAFF Ind. de Máquinas Ltda (1)	Indústria de máquinas de costura industrial	08.05.73	310	18.000	45.000
. Ind. LANGER Ltda (1)	Máquinas para serrarias e fundição de canisas para motores à explosão	17.06.74	165	4.150	5.000
. Maclinea S.A - Máquinas e Engenharia para Hádieras (1)	Máquina de implementos para produção de laminados, compensados e móveis laqueados e retos	04.11.74	200	2.500	12.000
. TROX do Brasil - Difusão de Ar, Acústica, Filtragem e Ventilação Ltda (1)	Acessórios, dutos, gradis e instalações para distribuição de ar condicionado central	26.02.75	140	3.573	17.000
. OMARK Industrial Ltda (1)	Correntes para moto-serras elétricas ou a gasolina	02.05.75	117	2.400	8.666
. ELICOM - Engenharia Ind. e Com. S.A (1)	Indústria e comércio de refrigeração comercial e industrial, estruturas metálicas para cadeiras, mesas de fórmica, cadeiras tipo Massenit, balcões e câmaras frigoríficas	01.09.78	15	1.140	2.800
. ETA - Engenharia de Tratamento de Águas Ltda (1)	Equip. e aparelhos para tratamento de água, esgotos industriais e sanitários	03.09.76	45	2.500	4.000
. OSERDOFER - Equipamentos Industriais Ltda (1)	Lavadoras industriais de alta pressão e aspiradores industriais	21.02.75	100	10.000	1.500
. KAMYR do Brasil - Técnica de Celulose Ltda (1)	Equipamentos Kamy para indústria de celulose e papel	03.11.76	94	30.000	34.000
. HAAS do Brasil - Ind. de Comércio Ltda (1)	Máquinas para indústria alimentícia	19.07.77	101	7.500	12.964
. TRUTZSCHLER Ind. e Com. de Máquinas Ltda (1)	Máquinas para limpeza e mistura de fibras de algodão e/ou similares	26.03.76	100	7.000	15.943
. ELETROFRIO S.A (2)	Fábrica de equipamentos frigoríficos	06.12.78	104	6.350	12.625
. GIBEN do Brasil - Máquinas e Equipamentos	Seccionadoras automáticas para corte de alta precisão, coladeira de bordas automática, perfiladeiras e esquadrejadeiras duplas automáticas	31.10.75	80	10.000	14.500
. ABS - Ind. de Bombas Centrifugas Ltda (3)	Bombas centrifugas para água, esgoto e despejos	04.03.76	106	10.000	18.000
. SANDVIK do Brasil S/A Ind. e Com. (4)	-	25.04.76	32	3.300	3.700

QUADRO 4 - MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. EQUITEL S.A. Equipamentos e Sistema de Telecomuni-	Equip. de telecomunicações, centrais particulares e urbanas, aparelhos telefônicos	21.08.73	1.600	19.000	140.000
. FURUKAWA Industrial S.A. Produtos Elétricos (1)	Cabos telefônicos e acessórios	31.10.74	440	23.700	224.000
. INEPAR S.A. Ind. e Construções (1)	Painéis e mesas de controle, cubículos metálicos para instalação do tempo, subestações unitárias centros de controle de motores, centros de distribuição de cargas industriais, painéis metálicos para quando de motores de grande potência etc.	21.01.76	550	11.200	22.240
. Irazos Valenza Ltda (1)	Transformadores monofásicos e trifásicos, altos transformadores, estabilizadores de voltagem, eliminador de pilhas e carregadores de baterias	25.08.77	30	400	1.400
. EXAREL - Exportadora e Manufatura de Artefatos Ltda (1)	Reatores para lâmpadas fluorescentes e material elétrico em geral	30.04.76	18	2.100	935
. Industesa Ind. Eletromecânica Ltda (1)	Quadros de distribuição elétrica para aplicação em subestações transformadoras e edificações em geral, cubículos de proteção elétrica, chaves automáticas e centro de controle de motores	03.06.76	29	660	1.500
. Ind. e Com. de Antenas Harald Ltda (1)	Antenas, alto portantes e estaiadas, antenas Yagis, Helicoidais, Parabólicas, Log-Periódicas, Anisodirecionais, para VHF e UHF ferragens de fixação de antenas em torres e serviço de galvanização a fogo	26.10.76	300	5.000	3.665
. SID - Sistemas de Infor-	Mini Computadores	05.05.77	406	3.000	35.000
. SONY VIDEOSERIES Ltda (1)	Equipamentos de videocassete	02.03.79	100	15.000	132.000

QUADRO 5 - MATERIAL DE TRANSPORTE

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Robert Bosch do Brasil Ltda (1)	Pecas de precisão para equipamentos Diesel	30.03.74	1.000	12.000	135.000
Bernard Krone do Brasil - Ind. e Com. de Veículos Industriais e Máquinas Agrícolas Ltda (1)	Reboques e semi-reboques, máquinas agrícolas e implementos rodoviários	02.12.75	140	10.700	4.725
Volvo do Brasil - Motores e Veículos S.A. (1)	Chassis para veículos autômatos	16.06.77	774		
Kawasaki do Brasil Ind. e Com. Ltda (3)	Estruturas metálicas, motocicletas e acessórios	14.02.77	940	93.000	416.430
Alfa Metais - Ind. e Com. Ltda (1)	Equip. para tratores, caminhões e ônibus	22.03.79	60	600	800

QUADRO 6 - MADEIRA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Madeira Varaschin S.A	Madeiras serradas em bruto e beneficiadas e chapas para concreto	27.11.74	83	6.100	6.000
Indústria Madeireira do Paraná Exportação S.A (1)	Madeira máquinas agrícolas e im-	13.10.75	01	1.900	1.600
Madeira Beledelli Ltda Agro-Industrial Beledelli Ltda	Beneficiamento de madeira bruta de pinho	14.10.76	20	700	
Com. e Ind. de Madeiras Michelin Ltda (1)	Compensados à prova d'água	13.06.77	90	2.000	5.700
Inaçá Ltda (1)	Cabos torneados e fresados para ferramentas e talheres	15.07.77	39	2.000	7.000
Consul - Construtora Juleski Ltda (4)	Esquadrias de madeira para construção civil	12.06.78	14	680	2.450
Gugelmin S/A Com. e Ind. (1)	Indústria madeireira exploradora	17.01.79	270	8.038	1.000
Brehner Esquadrias de Madeira Ltda (2)	Esquadrias de madeira	06.03.79	38	1.100	1.550
Madeira Smioni Ltda (1)	Beneficiamento de madeira de pinho	08.05.79	30	4.762	590

QUADRO 7 - MOBILIÁRIO

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Classe Industrial de Móveis Ltda (1)	Móveis para residências e escritórios	17.12.73	260	5.000	3.582
TROIB & CIA Ltda (2)	Dormitórios, salas de jantar, conjuntos estofados, etc.	13.01.76	30	625	700
Móveis Talento Ltda (1)	Armários embutidos para quartos, cozinhas e banheiros	30.04.76	07	392	200
AKLY Móveis Ltda (1) Com. Ltda (3)	Armários embutidos e conjuntos para cozinha	26.07.76	03	400	250
C. Schneider & Cia Ltda (4)	Armários embutidos e divisórios, estantes e cozinhas americanas	20.10.76	10	1.400	1.300
Mobipar Ind. e Com. de Móveis Ltda (1)	Armários e balcões para estabelecimentos comerciais	08.02.77	26	1.500	2.220
Estifados Rufato Ind. e Com. Ltda (2)	Estofados e colchões de sola	19.05.77	50	600	3.400
Móveis Regência Ltda (1)	Móveis	19.08.78	35	900	800
Todeschini S.A. Ind. e Com. (3)	Móveis	01.11.77	30	1.350	1.000
Ultra-Móveis Ltda (1)	Móveis sob encomenda	24.05.77	73	300	450
H.A. Coimbra & Cia Ltda (2)	Abajures e cúpulas	12.07.76	04	550	610
Cromóveis-Cromagem Industrial Ltda (1)	Móveis metalizados	12.10.76	22	3.000	1.050

QUADRO 8 - PAPEL E PAPELÃO

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. Cocelpa - Cia de Celulose e Papel do Paraná (1)	Sacos e embalagens de papel	16.04.74	390	5.000	29.454
. GOMAD Industrial (1)	Papéis impressos, especiais para fabricação de laminados, metálicos melonônicos decorativos	31.10.77	99	6.596	102.495

QUADRO 9 - BORRACHA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. Rex Pneus - Indústria e Comércio Ltda	Restauração e recuperação de pneumáticos (1)	21.12.76	185	3.650	8.000

QUADRO 10 - COURO, PELES E PRODUTOS SIMILARES

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. Irmãos Pinton Ltda (1)	Malas, maletas e pastas	30.10.74	120	5.000	1.500
. S.A. Curtume Curitiba (2)	Couros bovinos acabados em anelina integral, lixados, estampados e envernizados, raspã curtida ou cromada e camurça	22.12.75	445	19.000	35.000

QUADRO 11 - QUÍMICA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Indústrias Químicas Carrozafrá S.A (1)	Resina goma-loca, carvão ativo granulado e em pó, alcatrão vegetal e breu	25.09.73	174	10.000	55.554
S.A. White Martins (1)	Oxigênio e acetileno	03.09.74	78	10.000	45.000
Alta Química Indústria e Comércio Ltda (1)	Formol e resinas	04.03.76	36	40.000	77.000
Cia Estearina Paranaense (2)	Industrialização de químicos, estearina, glicerina, estraratos e ácidos graxos	20.06.77	90	4.141	34.230
Tinta Renner do Paraná (1)	Resinas sintéticas (resinas de poliéster e alquídicos); tintas, vernizes, solventes e diluentes	30.04.76	90	6.500	21.532
Propex do Brasil - Produtos Sintéticos Ltda (1)	Fios sintéticos de polipropileno	01.11.77	150	7.000	91.620

QUADRO 12 - PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Laboratórios reunidos Paraná Ltda (1)	Produtos farmacêuticos e medicinais	18.12.78	30	1.200	4.000

QUADRO 13 - PERFUMARIA, SABÕES E VELAS

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. A Paranaense - Indústria e Comércio de Pigmentos Ltda (1)	Sabão líquido, antiaderentes (para indústrias de borracha) e regeneração de borracha a partir de pneus usados	25.09.73	174	10.000	55.554
. Colméia Indústria e Comércio de Ceras e Velas Ltda (1)	Ceras e velas	03.09.74	78	10.000	45.000
. Belga - Indústrias Químicas Ltda (1)	Sabão, cera, velas, soda, detergentes e água sanitária	04.03.76	36	40.000	77.000

QUADRO 14 - PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m ²)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
. Plastipar - Indústria e Comércio Ltda (1)	Acessórios para móveis em plásticos injetados e cruzados	13.12.73	687	15.000	28.614
. Diamantina Fossanense S.A. Indúst. e Importadora (1)	Botões e fivelas de poliéster, nylon, ABS e metalizados em cobre, níquel e ouro	11.07.74	190	7.100	29.000
. Plásticos do Paraná Ltda (1)	Embalagens plásticas para acondicionamento de cereais, café, adubos, etc.	13.11.74	600	17.000	30.000
. Plásticos Reforçados do Paraná Ltda (1)	Abrigos em fibra de vidro e poliéster	03.09.76	16	2.300	1.000
. Ciplast - Interamericana de Plásticos S.a (1)	Artefatos plásticos	13.01.75	314	3.600	78.746
. Autotaton - Indústria e Comércio de Máquinas e Plásticos Ltda	Cartuchos e bobinas para empacotamento automático, com Duoplast, PEDO, PP e PEAD, estação para tratamento de plásticos, máquinas para fechamento de plásticos e aplicação de plásticos à agricultura	01.10.75	165	3.500	10.850
. Sul Brasileira S.A Plástico e Metalurgia (2)	Tubos de PVC para água e esgoto peças diversas em plástico e metalurgia para veículos	09.01.75	100	4.200	4.500
. Artimobil - Indústria e Comércio (1)	Peças de plástico para montagem de móveis	12.11.75	33	1.500	1.150
. K-Plat - Indústria e Comércio de Plástico Ltda (1)	Chapas plásticas reforçadas com fibras de vidro	10.04.75	28	2.200	-
. Bijouterias Paraná - Indústria e Comércio Ltda (2)	Frascos plásticos para embalagens de produtos líquidos	12.01.79	26	525	3.350

QUADRO 15 - TÊXTIL

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Char-Lex Indústrias Têxteis Ltda (1)	Tecidos de malha em fios sintéticos	04.11.75	224	25.000	97.000
Gronau S.A - Indústrias Têxteis (1)	Malhas em fios sintéticos e confecções femininas	05.05.73	782	14.200	51.000

QUADRO 16 - VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDO

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Confecções Look Ltda (1) Têxteis Ltda (1)	Artigos de vestuário (calças, camisas e agasalhos)	03.09.76	54	1.700	4.500

QUADRO 17 - PRODUTOS ALIMENTARES

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
Frigorífico Yukiji do Paraná S.A (1)	Carnes congeladas de equinos e bovinos	13.09.73	176	9.500	33.000
COPASA - Cia Paranaense de Silos e Armazéns (3)	Armazenamento de cereais a granel e ensacado	08.01.75	18	7.844	12.655
CIBRAZEN - Cia Paranaense de Armazenamento (1)	Armazém frigorífico	03.04.76	40	2.200	10.000
Matriza Indústria de Produtos Alimentícios S.A (1)	Produtos alimentícios desidratados derivados de soja	08.10.76	21	3.000	12.000
Destililaria São Bento Ltda (1)	Industrialização vinagre	28.12.76	1	500	116
Moinho Graciosa S.A (3)	Moinho de trigo e pastificio	11.04.77	4	550	720
Indústria de Alimentos ERAX Ltda (4)	Salgadinho para aperitivos	28.12.78	37	1.800	10.000

QUADRO 18- FUMO

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
J. Philip Morris Brasileira S.a (1)	Beneficiamento de fumos, fabricação de cigarros e filtros	23.11.76	556	11.300	120.000

QUADRO 19 - EDITORIAL E GRÁFICA

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
J. Impressora Grafo Ltda	Embalagens, livros, artes gráficas e, geral e fotolitos	25.09.73	30	1.650	6.200

QUADRO 20 - DIVERSAS

EMPRESAS	PRODUTOS	ASSINATURA	EMPREGADOS	ÁREA CONSTRUÍDA (m2)	INVESTIMENTO FIXO Cr\$ 1.000,00
J. PROHEPAR (Metal-Nobre) - Produtos Médicos do Paraná S.A (1)	Seringas plásticos descartáveis e agulhas	21.09.73	240	10.555	75.100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 A IMPLANTAÇÃO DE UM DISTRITO INDUSTRIAL. Curitiba, Trabalho apresentado pela URBS no 1º Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba, março/66.
- 2 AGACHE, Alfred. Plano de urbanização de Curitiba. [s.l. : s.l.]
- 3 ARRUDA, José Jobson de A. História econômica: reflexões preliminares. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4. p. 447-448.
- 4 AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Internacionalismo estatal e a ideologia desenvolvimentista. São Paulo : Símbolo, 1978.
- 5 BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro : FGV, 1988.
- 6 BALHANA, Altiva P. & WESTPHALEN, Cecília Maria. Participação dos imigrantes no comércio e indústria do Paraná, 1980-1929. [s.l. : s.n.].
- 7 BALHANA, Altiva Pillatti et al. Campos Gerais: estruturas agrárias. Curitiba : Departamento de História da Faculdade de Filosofia da UFPR, 1986.
- 8 BELLUZZO, Luiz G.M.; COUTINHO, Renata (org.). Desenvolvimento capitalista no Brasil. v.1, 3. ed.. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- 9 BOSCHI, Renato Raul. Elites industriais e democracia. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- 10 BRDE. A ação governamental na promoção do desenvolvimento econômico e social da Região Sul. BRDE. [s.n.].
- 11 CANCIAN, Nadir C. Cafeicultura paranaense, 1900-1970. Curitiba : Grafipar, 1981.
- 12 CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 2. ed. São Paulo : T.A. Queiroz, 1983.
- 13 CARDOSO, Alcina Maria de Lara. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno, 1940-1970. Curitiba, 1976. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Departamento de História, UFPR. Curitiba, 1976, (mimeog.).
- 14 CARDOSO, Ciro F. Ensaio racionalistas. Rio de Janeiro : Campus, 1988.

- 15 CARDOSO, Cairo F.; BRIGNOLI, Héctor Perez. Os métodos da história. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- 16 CASTRO, Antonio B. et al. Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- 17 CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia. A ideologia e mobilização popular. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, CEDEE, 1978.
- 18 CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Curitiba : URBS, 1974.
- 19 CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Curitiba : URBS, 1975.
- 20 CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Análise Conjuntural. Curitiba, v.5, n. 3, março/abril de 1983, p. 2.
- 21 COPEL. Informe estatístico, 1980.
- 22 DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- 23 DELFIM NETO, Antonio. O problema do café no Brasil. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura. SEPLAN, 1979
- 24 DORFMUND, Luiza Pereira. Geografia e história do Paraná. 2. ed. São Paulo : Ed. do Brasil, 1963.
- 25 ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Série levantamentos e análises, nº 15, CAPES, 1959.
- 26 FARIA, José Eduardo. Poder e legitimidade. São Paulo : Perspectiva, 1978.
- 27 _____. Retórica política e ideologia democrática. Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- 28 FLEISCHER, David (org.). Os partidos políticos no Brasil. v. 1. Brasília : UNB, 1981.
- 29 GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Análise da conjuntura econômica do Paraná, 1967.
- 30 GRAMSCI, Antonio Maquiavel. A política e o estado moderno. 5. ed. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, 1984.
- 31 HADDAD, Paulo Roberto. Dimensões do planejamento estadual do Brasil: análise de experiências. Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1985.
- 32 I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1972/74). República Federativa do Brasil, dez/71.
- 33 IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. 2. ed. São Paulo : Hucitec; Curitiba : Scientia et Labor, 1988.

- 34 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA.
Curitiba, uma experiência de planejamento urbano,
jan./75.
- 35 IPARDES. Estimativa da renda interna e do índice de
produto real do Paraná, 1970-80, 1984.
- 36 IPARDES - Fundação Edison Vieira. História da indústria do
Paraná 1940 -1960. Curitiba, 1988.
- 37 IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de
Curitiba. Memória de Curitiba Urbana. Curitiba, 1991.
- 38 _____. Diagnóstico Da Área Metropolitana De Curitiba e seu
Município Pólo. Curitiba, 1970.
- 39 _____. Relatório de viabilidade dos programas de
desenvolvimento urbano da Cidade de Curitiba. Banco
Mundial/Empresa brasileira de Transportes Urbano.
Curitiba : IPPUC, 1977.
- 40 KLEIN, Lucia; FIQUEIREDO, Marcus F. Legitimidade e coação
no Brasil pós-64. Rio de Janeiro : Forense,
Universitária, 1978.
- 41 LINHARES, Maria Yedda (org.) História Geral do Brasil.
Rio de Janeiro : Campus, 1991.
- 42 MAGALHÃES FILHO, Francisco. Paraná: premissas para uma
política econômica. Revista paranaense de
desenvolvimento. n.10, ja./fe. 1969.
- 43 MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 2.ed.
São Paulo : Polis; Petrópolis : Vozes, 1984.
- 44 MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no
Brasil pós-64. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- 45 MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: ensaio sobre os
fenômenos de oculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo :
T.A Queiroz, 1989.
- 46 MARX, Karl; ANGELS, F. A ideologia alemã (I - Feuerbach).
6.ed. São Paulo : Hucitec, 1987.
- 47 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política.
Livro terceiro. v. VI, 4. ed. São Paulo : Difel, 1985.
- 48 _____. Formações econômicas pré-capitalistas. 5. ed. Rio
de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- 49 MENDONÇA, Sonia R. Estado e economia no Brasil: opções de
desenvolvimento. Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- 50 OLIVEIRA, Glênio José. Análise do setor hidrelétrico do
Paraná no período de 1978 à 1988. Curitiba, 1990.
Monografia. Departamento de Economia, FAE.

- 51 OSORIO, Héctor Hernán González; WERNER, Erica. Habitat urbano e alternativas de desenvolvimento: considerações sobre a experiência de Curitiba. Genebra, 1984. Tese. (Trabalho de pesquisa em Estudos de Desenvolvimento) Instituto Universitário de Estudos de Desenvolvimento.
- 52 PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo : Hucitec, Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- 53 PELAEZ, Carlos M. Economia brasileira contemporânea. São Paulo : Atlas, 1987.
- 54 PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO DE CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba/IPPUC/Sociedade SERETE de Estudos e projetos Ltda, Jorge Wilhelm. Arquitetos associados junho/65.
- 55 POMBO, José F. da Rocha. O Paraná no centenário (1500/1900). 2. ed. Rio de Janeiro : José Olympio; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estrado do Paraná, 1980.
- 56 PREBISCH, Raul. Dinâmica do desenvolvimento latino-americano. São Paulo : Fundo de Cultura, 1964.
- 57 QUEIRÓZ, Maurício Vinhas. O messianismo e conflito social: A Guerra do Contestado 1912-1916. 3. ed. São Paulo : Ática, 1981.
- 58 RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- 59 RIBEIRO, Luiz Carlos. A memória do trabalho urbano. [s.l. : s.n.].
- 60 RITTER, Marina Lourdes. A sociedade nos campos de Curitiba na época da independência. BRDE : 1982.
- 61 SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Preços de escravos na província do Paraná, 1861-1887. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Departamento de História, UFPR.
- 62 SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 7. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1986.
- 63 SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil. 2. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1988.
- 64 TOLEDO, Ana H.P.; CAVALCANTI, Marly. Planejamento urbano em debate. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978.
- 65 TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: fábrica de ideologias. 2.ed. São Paulo : Ática, 1982
- 66 WACHOWICZ, Rui. Norte velho, norte pioneiro. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1987

DOCUMENTOS

- 1 CIC. Classificação das empresas por gênero de indústria CENDI (Centro de Desenvolvimento Industrial), Governo do Paraná, Secretaria do Estado da Indústria e do Comércio, documentos/estudos
- 2 Cidade Industrial de Curitiba. Planejamento de Sistemas Ltda. Curitiba, URBS.
- 3 Estudo dos fatores de decisão na implantação de indústrias na Região Metropolitana de Curitiba. Conselho de Desenvolvimento da Região Sul - CODESUL; Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado do Planejamento IPARDES. Curitiba, abril de 1980.
- 4 Pedido de financiamento para implantação da CIC-URBS.
- 5 Relação das empresas que firmaram compromisso para implantação de indústria na "Cidade Industrial de Curitiba", URBS, Departamento de Expansão, set./1979.
- 6 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1960. Prefeito Itibire de Mattos.
- 7 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1961. Prefeito Itibire de Mattos.
- 8 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1967-68. Prefeito Omar Sabbag.
- 9 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1969. Prefeito Omar Sabbag.
- 10 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1970. Prefeito Omar Sabbag.
- 11 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1971-74. Prefeito Jaime Lerner.
- 12 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1971. Prefeito Jayme Lerner.
- 13 Relatório à Câmara dos Vereadores, 1972. Prefeito Jayme Lerner.
- 14 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1973. Prefeito Jayme Lerner.
- 15 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba, 1974. Jaime Lerner.
- 16 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba. Ivo Arzua, 1962.
- 17 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba. Ivo Arzua, 1963.
- 18 Relatório à Câmara Municipal de Curitiba. Ivo Arzua, 1964.

- 19 Relatório à Câmara Municipal do Executivo Municipal. Omar Sabbag, 1967.
- 20 Relatório da Gestão, 1963-1966. Ivo Arzua.

JORNAIS

- 1 A INDÚSTRIA de Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 10 nov. 1965.
- 2 A LUTA pelo IBC. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 fev. 1961.
- 3 ABERTA a 1ª Conferência de Desenvolvimento da Cidade. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 nov. 1971.
- 4 ARENA confirma Leon Peres e Parigot. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 jul 1970.
- 5 ARQUITETO examina o projeto cidade industrial da capital. Gazeta do Povo : Curitiba, 17 jan. 1973.
- 6 ASSEMBLÉIA instala trabalhos com a mensagem governamental. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 mar. 1966.
- 7 ATENÇÃO necessária. Gazeta do Povo : Curitiba, 15 mar. 1961.
- 8 AULA inaugural sobre "Curitiba de amanhã". Gazeta do Povo : Curitiba, 09 jul. 1965.
- 9 BEM e bem feito: Plano Rodoviário. Gazeta do Povo : Curitiba, 21 fev. 1961.
- 10 CIDADE industrial - meta básica da prefeitura para o desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1973.
- 11 CIDADE Industrial lançada pelo governador no BADEP. Gazeta do Povo : Curitiba, 20 jan. 1973.
- 12 CONFERÊNCIA prevê áreas industriais. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 jan. 1971.
- 13 COPEL completa 38 anos nesta 2ª feira. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 out. 1992.
- 14 CURITIBA: Universidade e uma zona industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 13 mar. 1966.
- 15 DA necessidade de industrializar o Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 dez. 1964.
- 16 DEBATE urbanístico findou na madrugada: Curitiba amanhã. Gazeta do Povo : Curitiba, 15 jul. 1965.

- 17 DESABARAM as esperanças: nomeação do presidente do IBC.
Gazeta do Povo : Curitiba, 22 fev. 1961.
- 18 DESENVOLVIMENTO industrial da região metropolitana. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 fev. 1966.
- 19 DESTINO econômico do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 maio 1964.
- 20 DIA da indústria no Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 maio 1970.
- 21 DISTRITO industrial em Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 03 jan. 1967.
- 22 DISTRITO industrial: já com o prefeito o estudo. Gazeta do Povo : Curitiba, 20 jan. 1967.
- 23 EMPRESÁRIOS analisam plano econômico do governo do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 ago. 1972.
- 24 ENCERRA hoje seminário industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 mar. 1966.
- 25 ENCERRADA a Iª Conferência de desenvolvimento de Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 06 nov. 1971.
- 26 ENERGIA elétrica. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 jan. 1961.
- 27 ESTÁ nascendo uma cidade industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 20 jan. 1973.
- 28 ESTADO seguirá estas diretrizes. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 jun. 1972.
- 29 ESTÍMULOS para a CIC. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 set. 1973.
- 30 ESTRADA do café: aspiração do Norte do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.
- 31 FALTA uma Aratu em Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 mar. 1972.
- 32 FINANÇAS do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 12 nov. 1965.
- 33 FORÇA e luz entrava o progresso do nosso parque industrial: Daros. Gazeta do Povo : Curitiba, 22 maio 1962.
- 34 FUTURO presidente do BNH. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 out. 1964.
- 35 FRANCISCANA pobreza da indústria. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 nov. 1969.
- 36 GOVERNO proibido de vender ou doar energia elétrica a empresas que exploram esse mesmo ramo de indústria. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1961.

- 37 IMPLANTAÇÃO de indústrias de base no Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 18 jun. 1961.
- 38 INCREMENTO a industrialização. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 mar. 1961.
- 39 INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 14 maio 1970.
- 40 INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 jan. 1966.
- 41 INDUSTRIALIZAÇÃO do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 24 jul. 1964.
- 42 INDÚSTRIAS gaúchas e paulistas. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 mar. 1961.
- 43 LEON Peres: governo é participação. Gazeta do Povo : Curitiba, 16 mar. 1971.
- 44 LUTA pelo IBC. Gazeta do Povo : Curitiba, 09 de fev. 1961.
- 45 MACROCEFALIA econômica e política. Gazeta do Povo : Curitiba, 09 fev. 1961.
- 46 NEY BRAGA lança o slogan "Somos todos uma força". Gazeta do Povo : Curitiba, 15 ago. 1977.
- 47 NEY BRAGA relatou ao povo do Paraná, no legislativo, as contas do governo. Gazeta do Povo ; Curitiba, 03 maio 1962.
- 48 NEY fala do desenvolvimento do Paraná durante quatro anos de governo. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 fev. 1965.
- 49 NEY prestou contas da situação geral do governo em sessão especial na Assembléia. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 maio 1965.
- 50 NEY presta contas iniciando campanha para a sucessão do Estado. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 jun. 1965.
- 51 NOVAS indústrias e empregos. Gazeta do Povo : Curitiba, 27 jan. 1970.
- 52 O GOVERNO e a industrialização. Gazeta do Povo : Curitiba, 15 mar. 1961.
- 53 O PARANÁ e a aliança. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 set. 1962.
- 54 O PLANO que o Paraná esperava. Gazeta Do Povo : Curitiba, 11 maio 1972.
- 55 O TRIÂNGULO de ouro. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 fev. 1966.
- 56 Os PROBLEMAS do extremo sul: criação de um banco de desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jul. 1961.

- 57 PARANÁ fixa posição para o programa de desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 04 ago. 1972.
- 58 PARANÁ terá mais dois mil km de estradas. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 mar. 1972.
- 59 PAULO e Plínio diplomados pelo TRE governador e vice do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 dez. 1965.
- 60 PAULO Pimentel apresenta o novo Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 12 jul. 1970.
- 61 PAULO rebate críticas de Haroldo. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 nov. 1970.
- 62 PEDIMOS a Deus com humildade que nos ajude a governar bem. Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.
- 63 PLANO de Desenvolvimento do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 17 maio 1972.
- 64 PREFEITO anuncia a cidade industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 25 nov. 1972.
- 65 PREFEITO vai abrir amanhã reunião da grande Curitiba. Gazeta do Povo : Curitiba, 02 nov. 1971.
- 66 PROMOÇÃO da Cidade Industrial. Gazeta do Povo : Curitiba, 13 jul. 1973.
- 67 Que seja Deus o fiador de nossos propósitos e o alimento de nossa confiança. Gazeta do Povo : Curitiba, 03 maio 1961.
- 68 REFLEXOS da ação BADEP-COPEL no desenvolvimento do Paraná. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1973.
- 69 RODOVIA Moysés Lupion. Gazeta do Povo : Curitiba, 05 jan. 1961.
- 70 SECRETARIA da Fazenda, a promoção econômica e o desenvolvimento. Gazeta do Povo : Curitiba, 11 jan. 1973.
- 71 Seminário aprova localização para industrializar. Gazeta do Povo : Curitiba, 24 mar. 1966.
- 72 TRIÂNGULO de ouro. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 fev. 1966.
- 73 VAI permitir profundas mudanças novo poder econômico da cidade. Gazeta do Povo : Curitiba, 08 maio 1973.
- 74 VASSOURA para o DNER. Gazeta do Povo : Curitiba, 26 jan. 1961.
- 75 VERDADE cambial. Gazeta do Povo : Curitiba, 01 fev. 1961.
- 76 VICE-LÍDER do governo propôs ontem a extinção da CODEDPAR. Gazeta do Povo : Curitiba, 23 maio 1968.

LEIS

- 1 Lei nº 2.295 de 21.08.63. Diário oficial, 25.08.63.
- 2 Lei nº 4.199 de 08.05.72. Diário oficial, 08.05.72.
- 3 Lei nº 4.369 de 25.09.72. Diário oficial, 25.09.72.
- 4 Lei nº 4.471 de 27.12.72. Diário oficial, 05.01.73.
- 5 Decreto nº 1150 de 21.08.63. Diário oficial de Curitiba, 21.08.63.